

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Rafael Denes Arruda

**Processo de construção social da qualificação: experiências qualificadoras
em Penedo, Alagoas (1957 - 1963).**

Porto Alegre

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Rafael Denes Arruda

**Processo de construção social da qualificação: experiências qualificadoras
em Penedo, Alagoas (1957 - 1963).**



Porto Alegre
2018

Rafael Denes Arruda

**Processo de construção social da qualificação: experiências qualificadoras
em Penedo, Alagoas (1957 - 1963).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos
Sociais e Educação

Porto Alegre

2018

Rafael Denes Arruda

Processo de construção social da qualificação: experiências qualificadoras
em Penedo, Alagoas (1957 - 1963).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro - Orientador

Prof. Dra. Luana Teixeira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Moacir Fernando Viegas
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Mateo Alaluf
Universidade Livre de Bruxelas

Prof. Dra. Maria Clara Bueno Fischer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Arruda, Rafael Denes

Processo de construção social da qualificação:
experiências qualificadoras em Penedo, Alagoas (1957 -
1963) / Rafael Denes Arruda. -- 2018.

171 f.

Orientador: Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Qualificação. 2. Modo de vida. 3. Experiência.
4. Disponibilidade temporal. 5. Alagoas. I. Ribeiro,
Jorge Alberto Rosa, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor responsável pela orientação desta tese Jorge Alberto Rosa Ribeiro, com quem compartilho a amizade há anos. Agradeço também ao corpo docente e discente da Linha Trabalho, Movimentos Sociais e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos membros das bancas de qualificação e, nesta ocasião também de tese, professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professor Dr. Moacir Fernando Viegas, pesquisadora Dra. Luana Teixeira. Ao professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas, Dr. Mateo Alaluf do Centre METICES, por me instigar intelectualmente e aceitar o convite para compor a banca final. À pesquisadora Dra. Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce, pelas contribuições na banca de qualificação. Aos colegas na Unidade de Ensino Penedo da Universidade Federal de Alagoas, em especial ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Turismo. Ao apoio de Claudemiro Avelino de Souza, Francisco Alberto Sales e Carlos Roberto Lisboa Tavares. Aos servidores do Arquivo Público de Alagoas, da Câmara Municipal de Penedo, do Fórum de Penedo e da Casa do Penedo. À Universidade Federal de Alagoas pela concessão de Bolsa de Doutorado, através do Programa de Desenvolvimento de Pessoal. À Capes pelo financiamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, por meio do qual foi possível aprofundar meus estudos junto à Université Libre de Bruxelles. Aos membros do Centre METICES, em especial ao professor Dr. Esteban Martinez, à Manuela Bruyndonckx e à doutoranda Kristel Maasen. À amiga e pesquisadora Dra. Camila Alvares Pasquetti, pelas constantes revisões e importantes sugestões. Aos amigos Hostilio B. Ferreira Filho e Ulysses Xavier Pinheiro, pelo apoio em situações importantes desta pesquisa. Aos valorosos amigos e amigas que me brindam o carinho e a atenção em diferentes situações e nas mais variadas longitudes e latitudes que a vida me presenteou conhecer. Aos familiares pelo indispensável suporte afetivo e material ao longo da vida.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender como se desenvolveu o processo de construção social de qualificação, mediado por relações entre modos de vida e formação, a partir das experiências de trabalhadores(as) de Penedo, Alagoas (1957 – 1963). Utiliza-se da metodologia qualitativa baseada na pesquisa documental e na pesquisa de campo, a partir de documentação de diversas proveniências e entrevistas não-estruturadas, de modalidade não dirigida, com 18 indivíduos de ambos os sexos, em média com 81 anos de idade, residentes no município ou adjacências no período do estudo. Trata de constituir uma problemática dos modos de vida em relação à qualificação. Procura descrever o ambiente material e histórico, observadas as transformações nos transportes, na eletricidade, na comunicação, na água e na escolarização, articuladas às mudanças ocorridas em Alagoas e no Brasil. Procura historicizar e contextualizar a qualificação como um processo de socialização a partir de experiências que caracterizam os modos de vida no baixo São Francisco. Identifica a coexistência de processos concomitantes de qualificação como modo de regular socialmente a inserção de trabalhadores(as) no mercado de trabalho local e na sociedade em geral. Procura compreender a reestruturação dos hábitos de trabalho a partir da modificação das normas temporais do trabalho, enfocando a análise pelo prisma da disponibilidade de tempo em meio a uma transição cultural para o mercado de trabalho capitalista. Por fim, investiga as especificidades que caracterizaram alguns dos mercados de trabalho existentes nessa sociedade, atentando para as disponibilidades de tempo contidas nos modos de vida diferenciados dos grupos sociais.

Palavras-chave: Qualificação. Modo de vida. Experiência. Disponibilidade temporal. Alagoas.

SOMMAIRE

Cette thèse vise à comprendre comment le processus de construction sociale de la qualification s'est développé, médiée par les relations entre les modes de vie et la formation, à partir des expériences des travailleurs de Penedo, Alagoas (1957-1963). La méthodologie qualitative repose sur la recherche documentaire et l'enquête de terrain – analyse d'une documentation provenant de différentes sources et interviews non structurées -, avec 18 individus des deux sexes âgés en moyenne de 81 ans et résidant dans la municipalité ou dans les zones adjacentes au cours de la période d'étude. L'objectif principal de cette recherche consiste à établir une problématique articulant les modes de vie et la qualification. Nous cherchons à décrire l'environnement matériel et historique en observant les transformations dans les transports, l'électricité, la communication, l'eau et la scolarité, transformations elles-mêmes liées aux changements dans Alagoas et au Brésil. Nous cherchons à historiciser et contextualiser la qualification comme un processus de socialisation à partir d'expériences qui caractérisent les modes de vie dans le bas São Francisco. Il mis en évidence l'existence de processus concomitants de qualification comme moyen de régulation sociale de l'insertion des travailleurs sur le marché du travail local et dans la société en général. Nous cherchons à comprendre la restructuration des habitudes de travail à travers la modification des normes temporelles du travail, en centrant cette analyse au prisme de la disponibilité du temps en pleine transition culturelle sur le marché du travail capitaliste. Enfin, il examine les spécificités qui caractérisent certains des marchés du travail existant dans cette société, en tenant compte de la disponibilité du temps contenu dans les modes de vie différenciés des groupes sociaux.

Mots-clés: Qualification. Mode de vie. Expérience. Disponibilité temporel. Alagoas.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand how the process of social construction of qualification, mediated by the relations between ways of living and formation took place from the experiences of workers from Penedo, Alagoas, from 1957 to 1963. It utilizes the qualitative methodology, based on documental and field research, from the documentation of several sources and non-structured interviews, of the non-directed kind, with 18 individuals of both genders, of an average age of 81 years, residing in the municipality and the surrounding areas during the period comprised in the study. It is about problematizing the ways of life regarding qualification. It aims to describe the material and historical environment, observing the changes in transportation, electricity, communication, water and schooling, articulated with the changes occurring both in the state of Alagoas and Brazil. It tries to historicize and contextualize the qualification as a process of socialization from the experiences that characterize the ways of life in the region of the lower São Francisco River. It identifies the co-existence of concomitant processes of qualification as a way of socially regulating the insertion of workers at the local workforce and society in general. It seeks to understand the restructuring of work habits through the modification of the temporal norms of work, focusing on the availability of time in the midst of a cultural transition to the capitalist labor market. Finally, it investigates the specificities that characterize some of the labor markets existing in this society, considering the availability of time contained in the differentiated ways of life of social groups.

Keywords: Qualification. Ways of living. Experience. Availability of time. Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Penedo e municípios próximos, configuração atual.....	13
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistado(a) e Idade, Origem e Residência, Atividade, Setor, Atividade dos Pais, Escolarização e N° de Filhos.....	104
Quadro 2 - Entrevistado(a) e Idade, Origem e Residência, Atividade, Setor, Atividade dos Pais, Escolarização e N° de Filhos.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA.....	22
Pesquisa documental.....	22
Pesquisa de campo.....	28
CAPÍTULO 1 - MODO DE VIDA: uma descrição qualitativa.....	33
CAPÍTULO 2 - PENEDO ENTRE 1957 E 1963: ambiente material e histórico.....	42
2.1 Transportes e comunicações.....	44
2.2 Luz elétrica e água encanada.....	60
2.3 Educação como escolarização.....	70
2.4 Participação eleitoral.....	88
CAPÍTULO 3 - QUALIFICAÇÃO: um processo de socialização.....	95
CAPÍTULO 4 - EXPERIÊNCIAS QUALIFICADORAS: expressões da socialização vivida e sentida.....	101
4.1 Experiências qualificadoras por socialização costumeira.....	104
4.2 Experiências qualificadoras por socialização difusa.....	116
CAPÍTULO 5 – MERCADOS DE TRABALHO, NORMAS E DISPONIBILIDADE TEMPORAL.....	132
CAPÍTULO 6 – SOBRE COMERCIÁRIOS, MATUTOS E OPERÁRIOS TÊXTEIS: interesses e conflitos em torno da disponibilidade temporal.....	138
6.1 Comerciantes.....	139
6.2 Matutos.....	145
6.3 Operários Têxteis.....	150
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	158
FONTES.....	164
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICE A - CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	171

TABLE DES MATIÈRES

INTRODUCTION	12
MÉTHODOLOGIE ET SOURCES DE RECHERCHE	22
Recherche documentaire	22
Recherche sur le terrain	28
CHAPITRE 1 - MODE DE VIE: une description qualitative	33
CHAPITRE 2 - PENEDO ENTRE 1957 ET 1963:	
environnement matériel et historique.....	42
2.1 Transport et communications	44
2.2 Lumière électrique et eau courante	60
2.3 L'éducation comme école	70
2.4 Participation électorale	88
CHAPITRE 3 - QUALIFICATION: Un processus de socialisation	95
CHAPITRE 4 - EXPÉRIENCES DE QUALIFICATION: expressions de la socialisation vécu et ressenti	101
4.1 Expériences qualifiantes pour la socialisation coutumière.....	104
4.2 Expériences qualifiantes pour la socialisation diffuse	116
CHAPITRE 5 – MARCHÉS DU TRAVAIL, RÈGLES ET DISPONIBILITÉ TEMPOREL.....	132
CHAPITRE 6 – À PROPOS DES MARCHANTES, “MATUTOS” ET TRAVAILLEURS DU TEXTILE: intérêts et conflits autour de la disponibilité temporel.....	138
6.1 Les marchands.....	139
6.2 “Matutos”.....	145
6.3 TRAVAILLEURS DU TEXTILE.....	150
CONSIDÉRATIONS GÉNÉRALES	134
LES SOURCES.....	164
RÉFÉRENCES	166
ANNEXE A - CONSENTEMENT ECLAIRE	171

INTRODUÇÃO

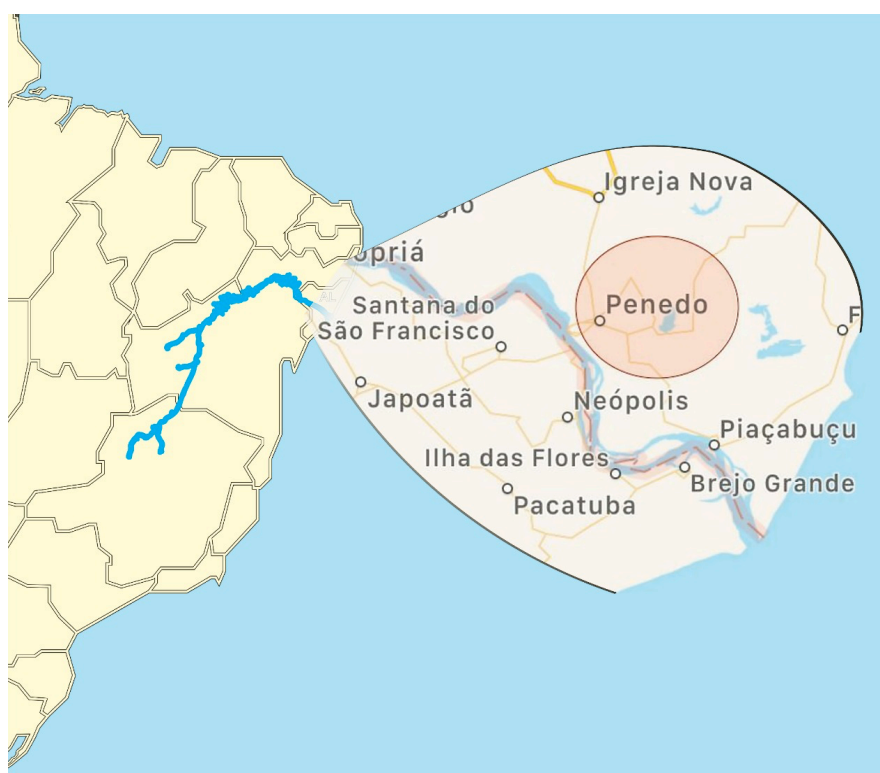
A pesquisa trata da qualificação em seu processo de construção social em Penedo/Alagoas, entre 1957 e 1963, a partir de experiências consideradas qualificadoras encontradas nos modos de vida de trabalhadores(as) naquela localidade. Tratam-se de resultados da tese de doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), inserido na Linha de Pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação - TRAMSE”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

A presente proposta foi concebida em decorrência de estudos anteriores e da prática docente no magistério superior. Desta forma contribuindo para a delimitação da temática, encontra-se o estudo desenvolvido, em nível de mestrado, no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro, intitulado *Relações sociais qualificadoras e o setor de turismo em Gramado: modo de vida e de trabalho* (ARRUDA, 2008). Para tal trabalho, fundamentado principalmente na direção proposta pela tradição que representa o trabalho de Alaluf e Enguita, priorizou-se a pesquisa em dois ramos de atividades - alojamento e alimentação, tendo por foco o dos seguintes casos-estilizados: 1) um “hotel”, 2) um “restaurante” e 3) um “resort”. Naquele momento, o objetivo da pesquisa consistiu em investigar o processo de construção da qualificação no setor de turismo, buscando enfatizar as relações sociais contidas nas esferas da formação, do consumo e do tempo livre para a conformação da qualificação a partir destes ramos de atividade. Para tanto, a questão sobre a qual se debruçou este estudo foi a qualificação e suas relações com as esferas do trabalho e do não-trabalho, sendo as relações sociais que conformavam os modos de vida e de trabalho o ângulo realçado para investigar e compreender o processo de construção da qualificação no setor de turismo. Naquela ocasião, pressupunha-se que as formas de gestão do trabalho apresentavam tendências distintas quanto a sua organização do trabalho, como expressões do aprofundamento e da extensão que subentende o desenvolvimento da relação salarial, demonstrando não haver uma maneira ideal para organizar o trabalho, mas modalidades diferenciadas de interação entre oferta e demanda de trabalho, correspondentes ao estado das relações sociais numa empresa, setor e/ou sociedade. Considerou-se ainda que as mudanças na qualificação estavam condicionadas por um processo de incorporação de formas de trabalho e de relações sociais de tipo não capitalista, ainda que essencialmente ligadas à construção da chamada relação salarial. Para

isso, foi reconstituído o processo de transformação das relações sociais que acompanhou a evolução dos trabalhos e dos modos de vida dos que trabalhavam no setor de turismo dentro de tal contexto.

No ano de 2008, após a conclusão do mestrado e o ingresso como professor da Universidade Federal de Alagoas no Curso de Turismo, que fica localizado no município de Penedo, outra realidade social passou a confrontar o referencial teórico-metodológico desenvolvido anteriormente, realçando temporalidades e materialidades que se expressavam em formas diferenciadas de produção da vida material – a vida social no nordeste brasileiro, a vida social no interior alagoano, a vida social ribeirinha em Penedo. Esse fenômeno social imediato, que se apresentou inicialmente caótico ao pesquisador, no sentido do estranhamento com modos de vida e de trabalho ainda desconhecidos, aos poucos foi se transformando pela prática docente em matéria para a produção contextualizada de conhecimento.

Ilustração 1 – Penedo e adjacências (configuração atual).



Fonte: adaptação do autor / google maps (2018).

O município de Penedo está situado no extremo sul do estado de Alagoas, às margens do rio São Francisco, na região denominada Baixo São Francisco, distante 160 km da capital alagoana, Maceió. Constitui um importante entreposto desde o século XVI, devido à sua localização estratégica e navegabilidade do rio São Francisco que permitiam o transporte e a

comunicação com as terras do interior. Inserido nos circuitos comerciais, populacionais e de produção em diferentes momentos históricos do Brasil, mostrou-se o limite para as invasões holandesas, a divisa das capitanias hereditárias de Pernambuco e Bahia, como porto aberto para a navegação direta com o estrangeiro - 1866, além de contar com uma das primeiras escolas públicas de Alagoas, entre outros acontecimentos que ilustram seus 382 anos de história.

Com o ingresso no doutorado e o afastamento geográfico do campo de pesquisa, diversas foram as incursões realizadas naquele ambiente material, algumas através da reflexão sobre as experiências do período de residência no município, outras através da pesquisa documental junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essa fonte de pesquisa, aliás, mostrou-se importante para pensar a delimitação do objeto de estudo. Aos poucos, percebeu-se que a intenção em pesquisar um período histórico extenso se tornava um projeto de difícil realização em face das condições de pesquisa existentes. A leitura sistemática de jornais e documentos oficiais referentes às primeiras décadas do século XX, no entanto, ofereceu valiosas impressões sobre as mudanças que se avizinhavam nos modos de vida e de trabalho naquela realidade social, através da experiência de novas relações sociais condicionadas pelos processos de “industrialização”, escolarização e urbanização. Foram sendo encontrados indícios materiais que apontavam na direção da formação de uma sociedade capitalista em Penedo, restando necessário compreender como as experiências individuais e coletivas de trabalhadores(as), vivenciadas através de relações sociais que se materializaram em seu modo de vida, se tornaram elementos constituidores de sua qualificação.

Novos questionamentos foram surgindo, inclusive sobre o que foi o trabalho em Penedo, sobre o que foi se socializar nesse contexto, sobre o que possa ter sido o processo de construção social da qualificação nessas condições, onde a vida material da maioria da população pressiona a luta por direitos sociais (trabalhistas, previdenciários, entre outros). O processo histórico de constituição dessa realidade material em suas relações com as experiências individual e de grupos de trabalhadores(as) em Penedo, então, tornou-se o ângulo de estudo da qualificação e sua compreensão o que se espera com essa investigação, sendo recomendável uma base teórica e metodológica que dialogasse com autores das áreas da história social e da sociologia do trabalho. Desses questionamentos iniciais, emergiram algumas questões: qual o sentido das mudanças nos modos de vida para o processo de construção social da qualificação? Como experiências individuais e de grupos sociais se relacionam com esse processo? Que tipos de socialização se desenvolveram capazes de forjar compartilhamentos de grupos sociais ou mesmo de classes em Penedo? Essas foram algumas

indagações que se esperava abordar teórica e metodologicamente através de contribuições da História Social e da Sociologia do Trabalho, em especial na direção propostas pelas obras de Edward P. Thompson e Pierre Naville.

Pierre Naville (1956) sustenta que a qualificação não pode ser considerada uma “coisa” que ganharia ou perderia substância. A qualificação no sentido expresso pelo autor, é compreendida como uma apreciação social do valor dos trabalhos. Qualquer análise das situações de trabalho desconectada da estrutura econômica, dos sistemas de formação e mais amplamente dos modos de vida, não daria conta de seu entendimento como um processo de socialização. Este é o motivo pelo qual o autor atribuía grande importância a uma medida da qualificação pelo tempo de formação – a única que contém um sentido social (NAVILLE, 1956). Em vista disso, a qualificação é entendida nesta proposta como uma construção social, que é a constituição arbitrária, mas seletiva, de valores, conhecimentos, habilidades e destrezas a ser reunida historicamente, ou seja, de geração em geração, de mestre a aprendiz, de pai para filho, de mãe para filha, até os novos tempos em que a socialização para o trabalho se efetua de trabalhador experimentado a novo trabalhador, da escola de aprendizes à formação continuada e, portanto, como constituidores de qualificação (RIBEIRO, 2000). A qualificação não diz respeito apenas à vida de trabalho, mas também à formação escolar e aos modos de vida de maneira mais ampla, em termos de socialização. Em consequência, a apreciação social do valor dos trabalhos, os processos de socialização dentro e fora da esfera produtiva, as relações sociais contidas nas diferentes formas sociais e os sistemas de educação, são a sustentação de modos diferenciados de integração social na sociedade (ALALUF, 1986).

De acordo com essas reflexões, despertou-se para a ideia de que experiências individuais e coletivas, frente aos limites colocados por uma sociedade historicamente classista, podem ter se constituído em elemento de impulso do processo de construção de sua qualificação, através da articulação de relações sociais contraditórias e conflitivas que se originam tanto nos modos de vida como nos espaços formais de educação. Uma percepção das relações entre modo de vida e educação que sugere inquietações de natureza processual, na medida em que potencializam a ação dos indivíduos e grupos na direção do processo sócio-histórico de construção de sua qualificação e, também, de sua formação em termos de classe.

O estudo do processo de construção social da qualificação, observado a partir dos modos de vida dos trabalhadores(as) em Penedo/Alagoas, ganhou relevância na medida em que ressaltou particularidades de suas experiências nos processos de produção social da vida. Isso se tornou ainda mais relevante no período em estudo, tendo em vista que a passagem da

sociedade agrária para a sociedade urbana e industrial não se generalizou nos moldes¹ de outras regiões/localidades brasileiras. Isso significou que a transição do trabalho escravo para a situação de trabalho livre, no que tangia ao processo de escolarização, com a passagem de uma sociedade sem escolas (escravidão) para uma sociedade plenamente² escolarizada decorrente do avanço do capitalismo no Brasil, não implicou no soterramento de formas de socialização de conhecimento baseadas em expressões culturais alternativas. Essa construção social possibilitou a coexistência de processos concomitantes de qualificação baseados no modos de vida e na escolarização, inclusive como modo de regular socialmente a integração dos grupos sociais aos mercados de trabalho existentes e à sociedade de maneira mais geral. Acredita-se que essa seja uma percepção do processo histórico que mereceu ser estudada, pois permitiu investigar o sentido que esse fenômeno social adquiriu no conjunto de experiências dos indivíduos no transcurso do tempo em Penedo, especialmente entre os anos de 1957 e 1963.

Antes de prosseguir com a presente exposição, contudo, convém comentar rapidamente a relação entre a construção teórica do problema de pesquisa e a escolha metodológica que prioriza a investigação do contexto histórico dos anos 50 do século XX. Essa escolha ocorre por duas razões principalmente. A primeira delas se relaciona com as mudanças políticas, econômicas e tecnológicas observadas no pós-segunda guerra, que lançaram a temática da qualificação para o centro dos debates acadêmicos e sociais, em especial nas áreas de influência francófona com a institucionalização da Sociologia do Trabalho (TARTUCE, 2002). A segunda razão se relaciona com os desdobramentos que adquirem esses acontecimentos históricos no Brasil, e mais precisamente em Penedo, à exemplo do que representaram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT – 1943), as Leis Orgânicas do Ensino (Reforma de Capanema - 1946) e as polêmicas em torno da redação final do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 1961), em termos de possibilidades e limites para a formação de uma experiência histórica de classe no Brasil. Portanto, uma proposta de investigar como a sociedade penedense vai interpretar, aplicar e significar essas

¹ Sobre as mudanças geradas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, Thompson faz uma interessante consideração a propósito do reducionismo com que está revestida a expressão “industrialização”, chamando atenção para a inexistência de um modelo único de transição. Nas palavras do autor, “Além desta descrição abrir as portas a uma infinidade de falsas analogias entre sociedades de níveis econômicos muito diversos, também se verifica que nunca existiu um modelo único de “transição”. O ônus da transição cai sobre a totalidade duma cultura: resistência às transformações e concordância com elas envolvem toda a cultura. E a cultura inclui os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas, etc.; e se tivermos em conta todas estes componentes da cultura tiramos toda a importância aos fenômenos e estaremos fazendo análise superficial” (THOMPSON, 1991, P. 66).

² Pelo menos em discurso ou pretensão haja vista a escolarização ser mais ampla apenas contemporaneamente.

mudanças, considerando suas peculiaridades históricas relativas ao seu passado escravista, por exemplo.

Essa perspectiva tem consequências importantes sobre a concepção de trabalho que orienta esta proposta. Primeiramente, porque reconhece que a definição de trabalho jamais pode ser geral, ainda que em uma mesma sociedade, mas refere-se sempre a relações sociais concretas. Em segundo lugar, pois rejeita qualquer interpretação que sustente uma forma natural de trabalho. O trabalho doméstico, o trabalho agrícola, o trabalho artesanal ou o trabalho assalariado não são formas originais ou finalizadas de trabalho, mas expressões de relações sociais que repousam sobre diferentes formas de divisão do trabalho e disponibilidades temporais, e que se transformam em função das gerações de capital que valorizam. Em consequência, essa perspectiva enfatiza o caráter processual da qualificação, em que as relações sociais que lhe dão sustentação – no trabalho e fora dele – encontram-se em permanente processo de destruição e reestruturação, especialmente à medida que se instituem os regimes salariais mais intensos (ALALUF, 1986). A partir dessa reflexão, questiona-se: como entender a qualificação em sua relação com as mudanças nos modos de vida que caracterizaram a sociedade em Penedo, entre os anos de 1957 e 1963?

É recorrente no debate em torno da educação o questionamento quanto ao seu papel em relação aos processos societários mais amplos. Embora seja trivial pensar que nenhuma sociedade possa subsistir sem formar seus próprios membros, e, por isso, reproduzir-se naquilo que é essencial para a sua manutenção, tampouco se encontra tão facilmente quem negligencie o potencial transformador que representa a escola nas sociedades modernas. Por sua vez, a vida social condiciona e está condicionada por mudanças ocasionadas na experiência social do tempo, sendo as temporalidades sociais constitutivas da experiência humana igualmente uma construção social e uma medida possível para o seu entendimento (MARTINEZ, 2010).

Dois possibilidades se distinguem³ (ENQUITA, 2004): (i) suprageneracional ou *a sociedade sem escolas*, quando a mudança é imperceptível de uma geração a outra, seja por lentidão ou por abrangência a grupos minoritários; é o processo de incorporação ao trabalho quem educa, não existindo um âmbito dedicado à aprendizagem de modo específico; os

³ Uma terceira categoria compõe a reflexão do autor. Essa terceira categorização foi considerada extemporânea ao período histórico em estudo - (iii) intrageracional ou *a crise do sistema educacional*, quando a mudança é perceptível de maneira generalizada dentro de uma mesma geração e nos aspectos fundamentais da experiência humana: economia, política, cultura, família, cidade e outros; tais alterações obrigam a maioria da população adulta a se readaptar constantemente às novas condições de vida, de trabalho e de sociabilidade; requerem novas etapas de aprendizagem, alternadas ou simultâneas com o trabalho, ao longo de toda a extensão da vida útil ou entremendo em qualquer momento; implica em continuar aprendendo ao longo de toda a vida.

adultos são os agentes educativos principais (família, comunidade). (ii) intergeracional ou *a época dourada da escola*, quando a mudança é claramente perceptível de uma geração a outra em setores amplos da população; alterações profundas na vida social fazem com que uma ou várias gerações tenham que se incorporar em uma realidade completamente nova (Estados modernos, industrialização, racionalização econômica e científica, alfabetização em massa, etc.); as instituições naturais perdem em grande parte suas funções educativas em favor de novas instituições (escola e magistério, principalmente). Apesar dessa separação heurística em períodos bem definidos, é preciso reforçar que as mudanças podem ocorrer em formas bastante díspares, dando origem a combinações muito diversas conforme os países, as regiões ou os grupos sociais. Trata-se de uma “desigualdade essencialmente longitudinal no tempo que se manifesta como diversidade transversal no espaço, entre países, regiões, zonas, bairros ou grupos sociais” (ENGUIITA, 2004, p.22). Portanto, é plausível pensar que processos diferenciados de qualificação coexistiram historicamente em uma mesma sociedade, mediados por relações sociais entre modos de vida e a educação, mesmo porque

fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso. Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se *formam*, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram *homens* e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico (THOMPSON, 1981, p.17).

Culturas e maneiras de viver diferenciadas que estimulam uma reflexão em torno de questões relativas ao processo de produção social de diferenças – e também desigualdades – no âmbito da vida cotidiana e que, paradoxalmente, criam materialidades e temporalidades nas quais se firmam lealdades e solidariedades fundadoras de experiências históricas comuns, estruturadas em termos de classe, através de práticas e manifestações culturais – alimentação, indumentária, consumo, moradia e outras. Estas, percebidas por meio dos julgamentos sociais operantes, acionam o processo de construção social de qualificação. Dito de outra forma, a noção de qualificação está impregnada de significados que se formam também em torno de relações sociais marcadas pelo sentido da diferença nos modos de vida, em determinado período histórico, sendo a definição da hierarquia das classificações profissionais e das disponibilidades temporais para o trabalho elementos importantes no estabelecimento das dinâmicas da luta de classes, que antecede as próprias classes (FRIGOTTO, 2009). Vale explicitar que

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica (THOMPSON, 1977, p. 260).

Desse modo, a prevalência de experiências distintas, relacionadas à diversidade histórica - econômica e cultural, em torno da apreciação social dos diferentes trabalhos, passa pela relação entre normas, expectativas e valores, por formas de resistência e consentimento, por parte dos trabalhadores(as) frente às outras classes e internamente, conscientes ou não num dado momento, quanto às classificações profissionais socialmente construídas e sempre sujeitas aos determinantes (no sentido de limites e pressões) da relação entre práticas sociais e o processo histórico mais amplo. “O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres” (THOMPSON, 1977, p. 260). Trata-se de abordar as condições materiais de produção da existência e as relações sociais que lhe dão sustentação, portanto, desde uma perspectiva em que homens e mulheres sentem, vivem e trabalham a definição de sua posição nas hierarquias de classificação da sociedade em seus enfrentamentos cotidianos. Nesse sentido, a noção de experiência é um ferramenta operativa para entender o fenômeno social em estudo, ao articular dois níveis de análise - a singularidade das percepções de indivíduos e de grupos confrontada com a historicidade dos modos de viver existentes. Talvez “a questão que temos imediatamente a nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la” (THOMPSON, 1981, p.16). Cumpru reconstituir nesse percurso, ao menos aproximativamente, a materialidade que formou essa experiência histórica, portanto, as relações entre trabalho, educação e modos de vida que atravessaram a construção social da qualificação naquela conjuntura.

Diante das mudanças que atravessou Penedo, entre 1957 e 1963, esta tese aborda o seguinte problema central: como se desenvolveu o processo de construção social de qualificação quando mediado por relações entre modos de vida e educação, a partir das experiências de trabalhadores(as) de Penedo/Alagoas entre os anos de 1957 e 1963. O objetivo da pesquisa é compreender como se desenvolveu o processo de construção social de qualificação, mediado por relações entre modos de vida e educação, a partir das experiências de trabalhadores(as) de Penedo/Alagoas, entre os anos de 1957 e 1963. Como objetivos

complementares, tem o interesse em: a) caracterizar os mercados de trabalho e os modos de vida em Penedo decorrentes das mudanças observadas nesse período; b) eleger experiências características dos modos de vida de trabalhadores(as) naquela localidade nesse período; c) situar o contexto histórico ao qual foram referidos os processos sociais configuradores da problemática da construção da qualificação de trabalhadores(as) em Penedo.

O trabalho está composto por seis capítulos – além da introdução, da metodologia e das considerações gerais. O primeiro capítulo explora a plasticidade com que se reveste a noção de “modo de vida” na literatura estrangeira e brasileira, procurando se apropriar dos debates, das condições teóricas e sociais de sua produção e utilização em diferentes tradições disciplinares - sociologia, antropologia e história, com o intuito de constituir uma problemática dos modos de vida em relação à qualificação. Em seguida, no segundo capítulo faz-se uma descrição do ambiente material e histórico onde o estudo se desenvolveu - o município de Penedo, a partir de seus aspectos econômicos, sociais, educacionais e políticos em articulação com as mudanças observadas nas décadas de 50 e 60 em Alagoas e no Brasil. Para tanto, destacam-se as alterações em relação às condições de transportes e comunicações, à estruturação do fornecimento de luz elétrica e água encanada, ao avanço da escolarização e da participação eleitoral entre os grupos sociais que compõe a população penedense.

No terceiro capítulo se problematiza a noção de qualificação à luz da Sociologia do Trabalho em sua vertente francófona, com influência das contribuições de Pierre Naville e Mateo Alaluf, procurando historicizar e contextualizar a construção de uma problemática da qualificação a partir da configuração de experiências em termos de socializações características ao baixo São Francisco. O capítulo quatro foca sua análise na vida cotidiana em Penedo e adjacências, nas articulações entre o econômico e o cultural contidas na vida material, procurando demonstrar as relações sociais que vão se produzindo nas experiências dos indivíduos. Essas experiências são apreciadas, na perspectiva teórica que representa a obra de Eduard P. Thompson, a partir das escolhas em termos de valores, interesses e expectativas sobre o que foi “qualificação” nesse processo histórico. Para isso as análises se dirigem para as articulações entre trabalho, educação e modo de vida, enfatizando as relações sociais derivadas da vida material que restituem os laços entre o social e o individual, entre o social e o histórico.

O quinto capítulo aborda a reestruturação dos hábitos de trabalho como parte dos esforços de uma sociedade em realizar sua transição para a cultura que emerge com o progresso da produção social capitalista. Na direção proposta por Esteban Martinez, a modificação das normas temporais do trabalho é um dos processos que se impõe como

fundamento para a socialização de novas relações sociais decorrentes da expansão do assalariamento no mercado de trabalho. Enfocar essa análise pelo prisma da disponibilidade de tempo para o trabalho é o objetivo deste capítulo. Diante dos condicionantes materiais que marcaram esse desenvolvimento histórico em Penedo, no capítulo seis se investigam as especificidades que caracterizaram os mercados de trabalho existentes nesta sociedade, atentando para as disponibilidades de tempo para o trabalho que recaíam sob os modos de vida de diferentes categorias profissionais (comerciários, matutos e operários têxteis), como elemento a ser considerado nesse processo. Por último, as considerações gerais são apresentadas.

METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA

A fim de compreender o processo de construção social da qualificação em Penedo/Alagoas, quando mediado por relações entre modos de vida e formação, a partir de experiências que caracterizaram os modos de vida e de trabalho dos trabalhadores(as), entre os anos de 1957 e 1963, a metodologia utilizada neste estudo se caracterizou por uma abordagem qualitativa, com influência do materialismo histórico, constituída por um conjunto ordenado de técnicas que incluiu a pesquisa documental e a pesquisa de campo (TRIVIÑOS, 1987). A primeira seção aborda a pesquisa documental, procurando indicar as fontes e caracterizar os documentos analisados. A segunda seção desenvolve os aspectos relativos à pesquisa de campo, tendo a observação direta e a entrevista como técnicas de coleta de informações.

Pesquisa documental

O procedimento desenvolvido para a pesquisa documental partiu de uma análise qualitativa da documentação levantada em arquivos públicos e particulares, utilizando-se como parâmetro a leitura cuidadosa de fontes de origens diversas (judiciária, legislativa, imprensa periódica, administrativa). Este procedimento foi influenciado pela história social de inspiração Thompsoniana, e que na historiografia brasileira vem sendo realizada por diversos autores, a exemplo de Sidney Chalhoub em seus livros “Trabalho, lar e botequim” (1986) e “Visões da Liberdade” (2000), obras que destacaram a fecundidade da análise de determinadas fontes documentais para o acesso à experiência das “pessoas comuns” nos processos históricos.

A primeira obra de Chalhoub, por exemplo, retratou a experiência cotidiana de trabalhadores em meio ao processo de implantação da ordem capitalista em um Rio de Janeiro dos primórdios do século 20. A partir da utilização de materiais colhidos em processos criminais, impressos oficiais e jornais da época, o pesquisador reconstruiu aspectos significativos das formas de sentir, pensar e agir da classe trabalhadora carioca, bem como das formas de lidar com os conflitos vivenciados. Mas foi em “Visões da Liberdade” que o autor, partindo das mesmas fontes de pesquisa, conseguiu contextualizar os sistemas de valores, as crenças e as alternativas de conduta que orientaram escravos e negros libertos a lutar pela

direção de seus destinos frente aos conflitos de interesse que marcaram o final da sociedade escravista.

Com base nessa perspectiva, entre as fontes que foram consultadas se destacaram os processos jurídicos, legislativos e os jornais da imprensa local, cuja análise apontaram caminhos de acesso aos acontecimentos cotidianos, inclusive em relação às mudanças que caracterizaram os modos de vida e de trabalho no município. Sobre essas tipologias de fontes cabe ressaltar que não apenas o conteúdo do documento teve importância, mas igualmente seu contexto de produção se tornou um elemento significativo para a análise. A esse respeito, Chalhoub teceu alguns comentários.

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” - apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. [...] é na análise de cada versão, no contexto de cada processo e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, se produzem nessas versões ou leituras (CHALHOUB, 1986, p. 22-23).

Dessa forma, o essencial na análise documental das fontes foi compreender, a partir de diferentes evidências e ângulos selecionados, o modo como se produziram e se explicaram versões sobre determinadas “coisas” ou “fatos”, a fim de penetrar nas lutas e nas contradições subjacentes à realidade social em estudo. Frente às fontes que foram analisadas durante a pesquisa, se assumiu que as lacunas, as incoerências, as contradições e as omissões por ventura existentes se constituíram em material histórico necessário para interrogar as evidências e construir hipóteses sobre o processo de construção social da qualificação em Penedo/Alagoas entre os anos de 1957 e 1963.

A realização de uma incursão exploratória ao campo de pesquisa foi decisiva no sentido de transformar as expectativas de acesso ao conjunto de fontes imaginadas em condições materiais de pesquisa nos acervos existentes. Enquanto aguardava respostas sobre a confirmação de acesso ao Acervo do Fórum de Penedo e da Casa do Penedo, tomou-se a decisão de averiguar na Câmara de Vereadores de Penedo a disponibilidade de consulta da documentação encontrada nessa casa legislativa. Com a atenção de uma funcionária da instituição se obteve o acesso ao local onde estavam depositadas as caixas com os documentos existentes. Na busca de uma série lógica de pesquisa em tal fonte optou-se pela consulta a partir das caixas mais antigas. O resultado dessa opção levou à caixa mais antiga, a

do ano de 1954, na qual havia os projetos de lei e as leis aprovadas naquele ano. O mesmo padrão de arquivamento – uma caixa por ano – foi encontrado em relação aos anos seguintes (1960, 1961, 1962, 1963). Foi analisada na íntegra toda a documentação arquivada, o que compreendeu a leitura dos documentos legislativos existentes de numeração entre 187/54 e 613/63.

Nesse tipo de fonte algumas características eram esperadas, em que pese o vínculo do poder político local com as iniciativas que faziam sentido na vida cotidiana da população, tais como a designação do nome de logradouros públicos, a autorização de melhorias de infraestrutura, aprovação do orçamento municipal, cessão de áreas públicas municipais, ajuste de tabelas de impostos e salários municipais, bem como auxílios e subvenções municipais para entidades privadas locais.

Entre as diversas leis promulgadas com esse enfoque no período, se sobressaiu o projeto de Lei nº 520, de 14 de março de 1962, no qual se leu a seguinte identificação de capa: “Concede auxílio de Cr\$ 5.000,00 ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Penedo”. Aprovado em primeira discussão, na sessão plenária do dia 16 de março de 1962, o artigo nº 1, decreta:

Fica o Senhor Prefeito autorizado a conceder ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Penedo, um auxílio de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), para ajudar o pagamento das despesas com a ação trabalhista que está movendo em favor dos operários da Companhia Industrial Penedense, em tramitação no Cartório do 1º Ofício desta comarca.

Embora nesse momento não existissem elementos para uma análise dessa ação trabalhista, tal evidência se mostrou um indício significativo para a investigação de uma experiência coletiva de trabalhadores na luta por direitos trabalhistas no âmbito judiciário. Era, portanto, fundamental, a obtenção de acesso ao Acervo do Fórum de Penedo.

O momento seguinte a essa descoberta foi justamente a confirmação da expectativa desse acesso a esse acervo por parte do juiz curador⁴, o que gerou incerteza quanto ao que se poderia encontrar naquelas pastas de documentação. Outrora alocadas em local inapropriado à consulta pública, naquele momento se disponibilizou o acesso ao material com alguma condição⁵ de pesquisa. Diante das boas notícias em termos de acesso e de condições de pesquisa, o passo seguinte foi definir um critério lógico de pesquisa dessa documentação.

⁴ Claudemiro Avelino de Souza, a quem dedico especial agradecimento.

⁵ Embora o juiz Claudemiro Avelino de Souza tenha autorizado o transporte das pastas até uma sala de audiências climatizada nas dependências internas do Fórum, devido ao volume de material se preferiu permanecer no depósito exterior onde o Acervo completo se encontrava.

Como se falou anteriormente, o acervo completo possui cerca de 700 caixas com processos de distintas naturezas jurídicas e períodos históricos.

Diante disso, adotou-se como referência temporal a “pista” gerada no arquivo do poder legislativo, sendo o foco de consulta o período de aprovação do projeto de lei que auxiliava o custeio da ação trabalhista do sindicato. Dessa maneira, seguiu-se a leitura de todos os processos de qualquer natureza existentes em 46 caixas de arquivo a partir do ano de 1962, em ordem cronológica inversa, até o ano de 1958. Durante esse procedimento, foram encontradas situações das mais diversas, envolvendo desde disputas e conflitos provocados por questões familiares, de amizade, de vizinhança, situações ligadas a lazer, até ações de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, entre outras. Uma razão para explicar o fato de processos tão variados se encontrarem agrupados em um mesmo arquivo se deveu à tardia especialização dos trâmites judiciários nessa comarca. Enfim, uma característica de arquivamento que levou à leitura de processos de distintas naturezas e que ilustravam, sob diferentes ângulos, as mudanças pelas quais passavam as relações sociais cotidianas naquela localidade. Isso também aumentou a chance de localização da referida ação trabalhista.

À medida em que a leitura da documentação voltava no tempo cronológico dos processos, novos indícios surgiam sobre a situação geral da mencionada indústria têxtil. Já não eram poucos os processos que a envolviam em ações contestatórias de diferentes naturezas (tributárias, comerciais, etc.). Foi relevante a localização dos processos nº 412 de 6 de março e nº 630 de 30 de agosto, ambos de 1958, inscritos junto ao 2º Cartório de Ofício, referentes à ação de reclamação trabalhista dos operários. Neste último, por exemplo, se encontrou uma lista nominal de trezentos e sessenta assalariados que a subscreveram, com informações sobre o número de registro de suas carteiras profissionais, idade, tempo de serviço e valor da indenização requerida. Tal evidência material reforçou a intenção de compreender como as experiências individuais e coletivas de trabalhadores(as) contribuíram para a construção social da qualificação em Penedo. O material expõe a luta dos trabalhadores pela garantia de seus direitos. Partiu-se em seguida para o cruzamento dessas informações com outra fonte de pesquisa documental: o Acervo da Casa do Penedo⁶.

Nesse ponto da pesquisa documental, a atenção se voltou definitivamente para o período compreendido entre os anos de 1957 e 1963. Com essa lógica de consulta, passou-se à localização, em sua hemeroteca, dos jornais existentes na época. Com o auxílio de funcionários da casa, chegou-se à informação da existência de dois jornais principais, com

⁶ Agradeço na pessoa de Francisco Alberto Sales pelo acesso e o tempo dispensado para a consulta desse material de pesquisa.

tiragem semanal nesse período, “O Apostolo” e o “Jornal de Penedo”. Em função da falta de acesso⁷ ao material referente ao primeiro periódico, decidiu-se pela leitura dos exemplares disponíveis⁸ do “Jornal de Penedo”, a partir do mês de setembro de 1957 (edição nº518) até junho de 1963 (edição nº1036). Para a leitura de edições anteriores desse período, recorreu-se ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁹.

Inicialmente, essa leitura foi orientada, de modo geral, pela intenção de se localizar notícias sobre a ação trabalhista movida pelos operários da fábrica, bem como informações sobre a falência da empresa ou sobre as consequências desses acontecimentos para as populações envolvidas. Nenhuma palavra se encontrou sobre o referido processo trabalhista ou sobre a fábrica de maneira geral. Esta situação colocou novas indagações sobre as possíveis repercussões desse processo na vida social da cidade, dessa vez produzidas pela omissão desse jornal em relação àquele acontecimento. As perguntas de pesquisa foram sendo, então, metodologicamente analisadas e problematizadas com os devidos cuidados sobre a produção social de evidências, mencionado anteriormente¹⁰.

A leitura minuciosa dos exemplares semanais do “Jornal de Penedo” permitiu, por outro lado, reconhecer aspectos que iam caracterizando mudanças significativas no dia a dia da cidade (obras, reivindicações, polêmicas, acontecimentos, etc.). Alguns destes aspectos foram referendados na documentação legislativa e judiciária contida nas demais fontes. Naquele momento da pesquisa, mereceu destaque o exemplar nº 569, do dia 19 de outubro de 1958, em que se noticiou a nova composição da Câmara de Vereadores de Penedo, com a eleição do sindicalista Bernardino Fausto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Penedo, com 167 votos, pelo Partido Social Progressista. Tratou-se de um achado relevante, pois se estava diante da eleição de um sindicalista para o mandato de vereador. O mesmo vereador responsável pelo encaminhamento da ação trabalhista coletiva inscrita por trezentos e sessenta operários ao poder judiciário. Além de ser também o autor da Lei nº 620/58 que autorizou, na Câmara de Vereadores de Penedo, o auxílio para o custeio das despesas do referido processo. Uma triangulação de informações

⁷ Devido às ações de organização do acervo no período da consulta.

⁸ Existem algumas lacunas em relação à determinada edição.

⁹ Dessa mesma fonte, se realizou a leitura da documentação concernente aos “Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)” entre os anos de 1890 e 1930, com a localização de conteúdo pertinentes através da utilização da palavra-chave “Penedo”. Também se efetuou a leitura de todos exemplares do “Jornal do Penedo”, da edição 001/1909 até a edição 195/1950, disponíveis nessa plataforma de pesquisa.

¹⁰ Posteriormente, se confirmou que o “Jornal de Penedo” era o “porta voz” das forças políticas situadas no campo da União Democrática Nacional, sendo ele de propriedade do deputado federal Oceano Carleial (UDN/AL).

através do cruzamento de fontes que trouxe uma razoável materialidade à construção de conhecimento sobre o contexto histórico em estudo, a exemplo da experiência coletiva que representou o processo trabalhista em termos da possibilidade de construção de uma relação social de classe.

A partir dessa leitura minuciosa, efetuou-se uma separação do material jornalístico coletado por categorias temáticas. Estas foram classificadas com base em assuntos considerados significativos para apreender as mudanças no período em estudo. Dessa maneira, chegou-se a uma classificação inicial composta por 9 categorias (capas e contracapas, educacionais, internacionais, orçamentárias, políticas, quadrinhos, serviços, sociais, trabalhos). A categoria serviços foi desmembrada, por sua vez, em três subcategorias que abrigaram as matérias jornalísticas relativas aos tópicos “sanitárias”, “luz e água” e “transportes e comunicações”. Algumas categorias temáticas não possuíam material suficiente para o desenvolvimento de capítulos complementares, permanecendo a análise centrada nas categorias exploradas no capítulo 2.

Ainda em termos de fontes de pesquisa, obteve-se a permissão de consulta dos arquivos da 9ª Gerência Regional de Educação, onde foram pesquisados livros contendo o registro de alunos, de provas, atas e outros documentos pedagógicos de todas as escolas extintas em Penedo. Semelhante documentação foi fornecida também pela Escola Estadual Gabino Bezouro, ainda em atividade. Toda esta documentação referente às escolas públicas de Penedo foi útil para confrontar com informações oriundas de outras fontes.

Outra fonte consultada foi o Acervo Público de Alagoas, onde se teve acesso as edições disponíveis¹¹ do jornal “A voz do povo”. Foram consultadas também 15 caixas¹² com documentação associada ao período em estudo, localizadas pelo uso da palavra-chave “Penedo” no mecanismo de busca. Houve ainda a consulta de 3 periódicos¹³ e 11 obras¹⁴ existentes em seu acervo. Apesar da consulta nessa fonte haver atingido certa abrangência em termos quantitativos, a atenção se voltou principalmente para dois documentos. Um destes documentos foi a reportagem intitulada “52 duros anos de fábrica e uma dúvida: será ou não indenizada?”, publicada pelo jornal “A voz do Povo” em 6 de abril de 1958, em que a situação da falência da Companhia Penedense de Tecidos era retratada através da experiência

¹¹ Esse material, digitalizado, foi gentilmente disponibilizado e enviado pelo prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Universidade Federal de Alagoas).

¹² Caixas de números: 155, 321, 351, 506, 610, 803, 841, 893, 1422, 1503, 1507, 1701, 1825, 1997, 2008.

¹³ Periódicos de números: 344, 795, 1243.

¹⁴ Obras pelos números: 86, 209, 270, 294, 398, 408, 445, 590, 741, 853, 1092.

da operária Ernestina Targino da Silva¹⁵. Tratou-se da única notícia encontrada sobre esse acontecimento em todo o material jornalístico consultado. Esta constatação influenciou na decisão de ampliar o objeto da pesquisa devido à escassez de fontes sobre os trabalhadores têxteis em Penedo. O outro documento diz respeito ao único exemplar¹⁶ depositado nesse acervo do periódico confeccionado pela Associação Comercial de Penedo.

Este exemplar único se tornou outra “pista” para investigar essa fonte ainda desconhecida: o Acervo da Associação Comercial de Penedo. Por se tratar de um acervo particular, a consulta somente foi possível mediante autorização do então presidente da entidade e a gentileza de um de seus diretores¹⁷ com a intermediação do contato. O material consultado consiste em 8 exemplares¹⁸ do referido periódico, intitulado “Boletim da Associação Comercial de Penedo”. Outras duas 2 caixas foram consultadas, ambas intituladas “Correspondências diversas”, relativas ao período entre os anos de 1960 e 1963.

No total, foram produzidas cerca de mil imagens digitais a partir de documentos de 9 instituições diferentes, sem contar com as pesquisas em acervos digitais, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a Biblioteca Eletrônica da Câmara Federal.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo se constitui na técnica que tem por objetivo obter informações e conhecimentos em torno de um problema que se pretende explicar, ou de uma hipótese que se procura comprovar. Pode ser ainda uma estratégia para se descobrir novos fenômenos e/ou as relações entre eles (TRIVIÑOS, 1987). A apropriação que se fez dessa técnica ou estratégia, não obstante, atravessou zonas da “imaginação sociológica¹⁹” de considerável turbulência, estimulando movimentos de adaptação e recriação capazes de enfrentar as singularidades²⁰ do trabalho intelectual em curso. Essa postura frente às indefinições metodológicas que se queria enfrentar se orientou pela recomendação de dois cientistas sociais, Naville e Mills, atentos às questões metodológicas em seu domínio de conhecimento.

¹⁵ APA. 52 duros anos de fábrica e uma dúvida: será ou não indenizada? *A voz do povo*, 6 abr. 1957, p.4.

¹⁶ APA. Periódico 344. Boletim da Associação Comercial de Penedo. Ano II, nº16, Jan. 1957.

¹⁷ Agradeço a Carlos Alberto Lisboa Tavares pelo acesso e o tempo dispensado para a consulta desse material de pesquisa.

¹⁸ Boletins de números: 30, 31, 32, 35, 36, 37, todos do ano de 1958. Um exemplar do ano de 1957 e outro do ano de 1938, ambos sem identificação da edição.

¹⁹ MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª ed., 1975.

²⁰ Essa reflexão compõe o capítulo intitulado “O método na sociologia do trabalho”. In FRIEDMANN, George; NAVILLE, Pierre. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, Vol. I, 1973.

Mas as regras gerais encontram domínios de aplicação que, às vezes, se revelam ineficazes e outras, em que precisam ser infletidas, modificadas ou renovadas. Os fatos submetidos à investigação comportam, inevitavelmente, singularidades que não podem ser afastadas a pretexto de que os métodos utilizados alhures se aplicam mal a elas ou não se aplicam. São essas singularidades que obrigam o pesquisador, muitas vezes, descobrir métodos novos (NAVILLE, 1973, p. 46).

Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual despretenhoso, e devemos tentar ser, nós mesmos, êsse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista, que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o método se tornem novamente parte da prática de um artesanato. Defendamos o primado intelectual individual; sejamos a mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e da sociedade (MILLS, 1975, p. 240).

Na presente pesquisa optou-se pelo procedimento da observação direta como estratégia para localização de informantes qualificados que pudessem, através de entrevistas, complementar as informações obtidas com a pesquisa documental.

Inicialmente, em função do contorno de pesquisa que se configurou até o projeto de qualificação, defendido em agosto de 2016, se conferia prioridade aos indivíduos ainda vivos inscritos na mencionada ação trabalhista contra a indústria têxtil. Esse primeiro desenho de pesquisa levou em consideração a realização de quatro “entrevistas-piloto”, sendo três delas feitas com indivíduos do sexo feminino e uma entrevista realizada com um indivíduo do sexo masculino. Naquele momento da pesquisa, uma das intenções era estabelecer comparações entre indivíduos de gerações diferentes que permitissem perceber mudanças nos modos de vida e de trabalho em termos de qualificação. Por essa razão, complementarmente se realizaram outras duas entrevistas com indivíduos entre trinta e quarenta anos de idade. Essa proposta de investigação, no entanto, foi reformulada após as considerações apresentadas pelos membros da banca de qualificação. Talvez as principais contribuições assimiladas ao estudo, após este momento, foram: focalizar a pesquisa no tempo passado com a definição de um recorte temporal preciso (1957 – 1963); ampliar a configuração dos entrevistados para outros ramos de atividades, além dos empregados(as) da fábrica. Com essas premissas em vista, uma nova incursão ao campo de pesquisa se fez possível por um período de quatro meses, entre janeiro e maio de 2017.

Quanto à pesquisa de campo, na reconfiguração de pesquisa após a qualificação, passaram a ser características prioritárias para a definição do conjunto de entrevistados os critérios etários, domiciliares e laborais. No aspecto etário, o parâmetro estabelecido foi a idade igual ou superior a setenta e cinco anos, de forma a atender à exigência legal para o exercício de atividades laborais no período em estudo (ao menos quatorze anos para o menor

de idade). O critério domiciliar levou em consideração o fato dos indivíduos morarem em Penedo no momento da pesquisa e, determinantemente, o fato de haverem vivido no município (ou suas adjacências) no período histórico do estudo. O critério laboral se amparou na repartição das atividades de trabalho conforme os setores econômicos (primário, secundário e terciário). Acreditou-se com esse critério abarcar, em alguma medida, a divisão técnica e social do trabalho existente na época. Para tanto, se fez uso das relações de proximidade estabelecidas através vínculos de trabalho ou de vida durante o período de domicílio do pesquisador no município, de forma a mobilizar informantes qualificados no sentido dessa localização²¹.

Em total, foram realizadas doze entrevistas, em média com 35 minutos, sendo cinco depoimentos coletados com personagens femininas e outras sete entrevistas feitas com personagens masculinos. Complementarmente, outras quatro entrevistas foram executadas com informantes que são ou foram personagens (ou seus descendentes) de notória expressividade para sociedade penedense em termos econômicos, políticos ou culturais no período em estudo. Destas entrevistas duas serviram à análise no capítulo seis. Duas entrevistas foram descartadas por não atenderem aos critérios fixados após a qualificação e descritos acima. Em total dezoito entrevistas perfizeram a amostra de pesquisa. As entrevistas somaram aproximadamente 11 horas de gravação.

Para a coleta de informações junto aos sujeitos de pesquisa, o instrumento de trabalho utilizado foi a entrevista não-estruturada, de modalidade não dirigida, que se caracterizou por uma conversa informal onde o entrevistado teve abertura para se expressar sobre cada situação em qualquer direção, tendo o entrevistador o papel de incentivar certas temáticas pertinentes ao problema de pesquisa a partir de questões abertas (TRIVIÑOS, 1987). As temáticas que orientaram essas conversas circularam em torno de três “dimensões” da experiência consideradas significativas, sendo elas: o trabalho, a educação (em sentido amplo e/ou de escolarização) e o modo de vida. Para a exploração desse último aspecto se estimulou a descrição das práticas familiares e as condições materiais de vida em relação à moradia, alimentação, indumentária e divertimento.

O emprego dessa modalidade de entrevista ofereceu algumas vantagens. Entre elas esta modalidade ajudou o pesquisador a superar dificuldades de comunicação e entendimento

²¹ Sobre os vínculos entre experiência pessoal e atividade profissional de um cientista social, essa passagem é inspiradora para se repensar a riqueza com que se revestem esses laços. “É melhor começar, creio, lembrando aos principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra” (MILLS, 1975, p. 212).

dos assuntos abordados, passíveis de acontecer em situações de investigação com populações de idade avançada e de reduzida escolaridade. Permitiu também observar aquilo que o entrevistado dizia e como dizia, oferecendo oportunidade para o registro de gestos e atitudes com riqueza em significado. Por fim, ofereceu a chance de acesso a informações que não se encontravam nas fontes documentais, permitindo apreender informações mais precisas e significativas. Houve também algumas limitações relacionadas com a utilização dessa modalidade de entrevista. Uma dessas limitações foi o pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados, o que algumas vezes implicou em interferências sonoras ou mesmo por parte de outras pessoas no ambiente da entrevista (LAKATOS; MARCONI, 1985). O registro dessas conversas se realizou com o apoio de um dispositivo de registro sonoro (gravador) e de caderno de anotações, sendo os arquivos de áudio transcritos integralmente, preservando-se os modos de falar dos entrevistados. Durante toda a pesquisa, tentou-se manter a integridade das opiniões, o sigilo dos dados pessoais e a privacidade de uma maneira geral dos indivíduos entrevistados. Para tanto, antes do começo de cada uma das entrevistas foram informados os objetivos da pesquisa aos participantes de maneira clara e compreensível, mediante a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A).

O tratamento analítico desse material ocorreu em três momentos diferenciados. Ainda em campo, as entrevistas gravadas foram reproduzidas em dispositivo de áudio. Uma escuta atenta dos depoimentos foi feita, seguida de anotações sobre aspectos significativos que chamaram atenção no primeiro momento. Essas impressões ajudaram no ajuste da condução das entrevistas, ao mesmo tempo em que permitiram imaginar possíveis formas de tratamento desses depoimentos. O momento seguinte se caracterizou pelo manuseio desse material após a realização da transcrição das entrevistas. A leitura cuidadosa de cada entrevista estimulou o exercício de identificação de informações abordadas pelos entrevistados. As anotações feitas no primeiro momento serviram para estimular uma leitura reflexiva sobre o material em formato textual. Após realizar a leitura do conjunto de entrevistas, em um terceiro momento, identificaram-se recorrências nas narrativas dos entrevistados em relação às dimensões propostas para condução das entrevistas (trabalho, educação e modo de vida). Com apoio na técnica de classificação cruzada (MILLS, 1975, p.229), sua aplicação consistiu no cruzamento dessas dimensões em busca de critérios de classificação que se mostrassem explícitos e sistemáticos. Após algumas tentativas de agrupamento, buscou-se inspiração na categorização com base em relações entre educação e mudança social (ENGUITA, 2004, p.14).

Nessa reelaboração das categorias postuladas pelo Enguita a partir dos materiais

coletados e das reflexões estabelecidas, vislumbrou-se a potencialidade de uma classificação em função das experiências de socialização vivenciadas pelas personagens. As narrativas foram agrupadas em dois conjuntos. Estas duas categorias de experiências em termos de socialização foram entendidas enquanto expressões de processos de qualificação diferenciados. Tal diferenciação foi um artifício heurístico utilizado para ressaltar relações sociais que nem sempre se processam da mesma forma, apesar da semelhança (autoridade, subordinação, disciplina, entre outras). Esse tratamento buscou explorar, nessas experiências, as escolhas de homens e mulheres em termos de valores, interesses e expectativas - expressões diferenciadas de qualificação em função de situações e relações produtivas que esses indivíduos vivenciaram em sua socialização.

Para encaminhar as últimas considerações sobre a descrição dos procedimentos utilizados para a construção do objeto de pesquisa e sua interpretação, adotou-se a perspectiva analítica lançada por Esteban Garcia-Martinez. Investigam-se aqui as especificidades que caracterizaram alguns dos mercados de trabalho existentes nessa sociedade e as disponibilidades temporais geradas nos modos de vida diferenciados dos grupos sociais, utilizando-se um cruzamento de fontes documentais e de pesquisa de campo com o intuito de se aproximar dos interesses e conflitos que permeavam diferentes situação de trabalho.

CAPITULO 1 - MODO DE VIDA: uma descrição qualitativa

A noção de modo de vida é uma daquelas expressões que se tornou objeto de discussão nos meios de produção de conhecimento, em diferentes momentos, graças às controvérsias que sua conceptualização e análise criam nas/entre diferentes ciências sociais e humanas. Nesse debate, os termos “modo de vida”, “estilo de vida”, “níveis de vida”, “padrões de vida”, “maneiras de viver”, entre outros possíveis desdobramentos, no singular ou no plural, soam como categorias de análise portadoras de polissemia ou até ambiguidade.

Essa situação está relacionada não somente com as similaridades semânticas contidas nessas combinações de palavras, nem apenas com uma suposta abrangência ou insuficiente precisão de seu significado, mas por tencionar diferentes abordagens sobre a realidade social e tradições disciplinares - sociologia, antropologia e história. Ao menos preliminarmente, foi o que a tomada em perspectiva dessa produção revelou sobre os esforços empreendidos no sentido de explicitar significados e implicações de sua aplicação no Brasil, e fora dele, em estudos e pesquisas de variados matizes.

Entre as informações contidas na literatura revisada se encontram textos que indicam uma razoável sistematização dos diferentes ângulos de sua produção. Inseridos em uma determinada temporalidade acadêmica, tais informações sinalizam também movimentos de problematização sobre os rumos do pensamento científico e da inquietação política e social de uma época. Sem a intenção de passar em revista minuciosa por todas essas expressões, termo a termo, ou exaurir esse debate, o objetivo dessa seção é localizar e se apropriar dos debates, das condições teóricas e sociais de produção e utilização da noção de modo de vida, bem como os entendimentos formados em torno desta.

Talvez um marco nessa temática seja o relatório do colóquio intitulado “Approches sociologiques des modes de vie: débats en cours²²” (1981), uma seleção de textos que articulou o trabalho de pesquisadores franceses interessados em confrontar suas reflexões e procedimentos de investigação em torno da temática dos modos de vida, especialmente sob o ângulo de estudo dos fenômenos urbanos. Sem a intenção de unificar problemáticas ou fundir procedimentos e objetos de pesquisa, este evento visou fortalecer a reflexão daqueles que teciam a história teórica dessa noção, em um esforço de auto-avaliação crítica dos regimes de

²² Rede de investigação - D.G.R.S.T. “Modes de vie et politique du cadre de vie”, que se originou do projeto R.C.P., apresentado junto ao C.N.R.S. (Conselho Nacional de Pesquisa Científica – França).

verdade que organizavam seus trabalhos. O texto introdutório²³ elaborado por Francis Godard é emblemático para ilustrar as condições intelectuais de produção do conhecimento que inspiravam o colóquio naquele momento. Perguntava-se ele, em relação à atualidade dos “modos de vida” como objeto de conhecimento:

Em primeiro lugar, é uma emergência no sentido do surgimento de problemas absolutamente novos, ou de uma reemergência sob formas diferentes de problemas que atravessam as ciências humanas depois de seu nascimento? É uma moda passageira? Quais são suas características principais? Quais são suas propostas epistemológicas e suas saídas empíricas em matéria de pesquisa sociológica? Este tema nos é imposto do exterior (como um efeito de moda) ou não é resultado da dinâmica própria das nossas pesquisas? E nesse caso, quais os novos objetos de conhecimento somos nós aptos a construir? (GODARD, 1981, p.7-8, tradução do autor).

Em linha com esse contexto intelectual do final dos anos setenta e início dos anos oitenta, uma série de novos temas surgiam na sociologia francesa, tais como o estudo das sociabilidades, das identidades, do folclore, das memórias locais, entre outros, que colocavam em jogo o próprio estatuto das ciências humanas e os modelos de cientificidade com os quais essa se organizava. Abordagens que, ao questionar os grandes sistemas explicativos, dobravam-se às perspectivas de pesquisa da vida cotidiana, apoiadas no emprego de estatísticas sociais. Se para alguns a definição de micro-objetos de pesquisa por oposição aos macro-objetos marcava a preocupação com análises não mecanicistas e não reducionistas do social, para outros, tratava-se de uma verdadeira epistemologia do “pequeno é verdadeiro²⁴”. A refuta ao desejo de explicações mais abrangentes correspondia à aprendizagem da modéstia científica diante do desencantamento dos grandes sistemas de explicação, ou se tratava da afirmação implícita da natureza imprevisível e inacessível do real? A opção pela investigação das racionalidades locais correspondia à recusa ao dogmatismo que caracterizou em algumas vertentes do pensamento científico²⁵, ou era uma maneira elegante de reintroduzir uma concepção neoliberal de fragmentação do conhecimento²⁶? (GODARD, 1981).

²³ A introdução dessa obra é especialmente valiosa, pois permite localizar as principais temáticas em torno às quais reuniram-se diversificados grupos de pesquisas de toda França. Aparentemente, Godard é um dos responsáveis pela organização do evento, sendo ele o encarregado em capturar as diferentes contribuições ao debate durante o colóquio.

²⁴ Expressão anglo-saxônica “small is true”, em referência aos estudos de caso.

²⁵ É evidente o clima de desconforto em relação às vertentes estruturalistas nas discussões realizadas durante o colóquio, em particular as que derivavam do pensamento althusseriano.

²⁶ Refere-se aos estudos antropológicos de natureza monográfica sobre os modos de vida, com limitada capacidade de generalização.

Os impasses que envolviam a temática dos modos de vida não eram superficiais, e sim algo que aparentemente se transformava em motivo de desconforto entre os estudiosos dos modos de vida, como aponta Godard:

a preocupação dominante é a de escapar ao dilema onde se encontra trancada por longo tempo a sociologia dos modos de vida: entre uma abordagem da vida cotidiana tributária da antropologia cultural e os estudos socioeconômicos e sócio-políticos dos processos de produção de objetos urbanos” (GODARD, 1981, p.11, tradução do autor).

Conforme ele, os impasses por que passava a sociologia urbana não somente se tratavam de problemas sócio-históricos, mas também de problemas colocados a partir de suas dinâmicas teóricas, epistemológicas e metodológicas. Para o que interessa nesse estudo, o apontamento feito por Susanna Magri²⁷ (1980), no entanto, é indicativo de um caminho analítico na terceira parte do colóquio, relativo à exposição “Reemergences Actuelles du theme des modes de vie”, de Jean-Louis Lacascade (1980). Embora o trecho seja extenso, por ser a transcrição de uma fala oral, o comentário apresenta uma alternativa aos impasses sociológicos anteriormente mencionados

Eu gostaria de sublinhar, partindo da alusão de Daniel Bertaux à E.P. Thompson, que por novo que seja em sociologia este procedimento para a análise dos “modos de vida” (eu melhor diria conjuntos diferenciados de práticas sociais) não o são em história. Em efeito, a partir dos anos 1960, com a saída precisamente do trabalho de Thompson, sobre a formação da classe operária inglesa, se desenvolveu entre os historiadores, uma corrente que colocou em evidência a fecundidade do estudo das práticas, particularmente em relação às classes populares. Suficientemente forte na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, mas se desenvolvendo recentemente, na França, ela pegou o contrapé de uma certa história marxista que estava ciente, em relação às classes operárias, apenas das condições de trabalho e de vida mais do que às relações concretas de exploração e dos modos de vida em seu sentido amplo, incluindo o lado do consumo da vida familiar, a cultura, etc. Da mesma forma, em relação ao movimento operário, essa corrente avançou e colocou em causa as análises históricas que as reduziam às organizações profissionais e políticas da classe operária, relatando as práticas de lutas e de resistência em sua diversidade e nas múltiplas formas e diferentes níveis da vida no trabalho e fora do trabalho (MAGRI, 1981, p. 187, tradução do autor).

Além de destacar a potencialidade das contribuições da história social britânica para o estudo dos modos de vida da classe trabalhadora, o trecho é especialmente inspirador ao conferir destaque para a abertura intelectual que representou a problematização do movimento operário em sua heterogeneidade, contribuindo para entendimentos menos generalistas no campo de estudos do trabalho. Conquanto as discussões teórico-metodológicas apresentadas

²⁷ Na ocasião, a autora fazia parte do Centro de Sociologia Urbana do C.N.R.S, órgão de pesquisa francês.

pelos debatedores parecem inconclusivas em uma série de aspectos, o que sobressai do conjunto de incertezas apresentado durante o colóquio é a relativa fluidez com que se aborda a noção de modo de vida, sendo sua plasticidade a qualidade que lhe permite moldar-se ao estatuto científico em diferentes análises.

Nessa direção o artigo²⁸ intitulado “Modos de vida – novos percursos e novos conceitos” (GUERRA, 1993) é ilustrativo do carácter polissêmico que a tal noção pode adquirir em termos operativos. Nas palavras da autora,

A sua abrangência, e os questionamentos que encerra são, em si, o maior fator de indefinição desta noção que se tornou um “leitmotif” sem conteúdo preciso. No entanto, este conceito, ainda hoje confuso, permite interrogar os pressupostos mais essenciais da teoria sociológica (GUERRA, 1993, p.59).

Em sua tentativa de reconciliar antigas questões da teoria sociológica, a autora procura articular três níveis analíticos em sua abordagem do modo de vida: sistema e ator; história e cotidiano; objetivo e subjetivo na percepção do real. Algo que segundo ela exige ainda “a elaboração de novos conceitos, a maioria transversais, que se situam na encruzilhada de diversas ciências – o conceito de identidade e de projeto, por exemplo” (GUERRA, 1993, p.59). Após percorrer caminhos bastante díspares do pensamento social²⁹, a autora finaliza sua exposição com questionamentos importantes para sua construção:

Como identificar os projectos quando na sua maioria não são “racionalizados” de forma consciente e consistente, resultando “ex-post” na “justificação” de um percurso de vida? Como decompor a diversidade e complexidade das contradições potenciais entre “representações do mundo”, práticas efetivas e “imaginários” a que se aspira? (GUERRA, 1993, p.71).

As contribuições de Guerra (1993) confirmam a relativa plasticidade com que está investida a noção de modo de vida ao aderir em diferentes tradições teóricas. Isso está especialmente evidenciado em sua reflexão pela chamada sociologia urbana. Sem ignorar a riqueza dos debates travados nessa vertente, essa tese sugere o deslocamento do uso desta noção em direção aos estudos na área do trabalho, especialmente no que se refere a uma análise do modo de vida dos trabalhadores.

²⁸ Publicado no periódico científico português SOCIOLOGIA – PROBLEMAS E PRÁTICAS, nº 13, 1993, p. 59-74. Sobre a indicação dessa publicação, agradeço à professora Maria Clara Bueno Fischer.

²⁹ A autora mobiliza autores como Crozier (1977), Boudon (1979, 1982, 1984, 1989), Mendras (1983) e Touraine (1984), Godard (1972, 1975, 1977), Bourdieu (1972), Lacascade (1981), Pinçon (1978), Velho (1983), entre outros.

É nesse sentido que a publicação do documento “DOSSIÊ MODOS DE VIDA” (1992) se torna uma referência importante para esse debate no Brasil, na medida que confere centralidade às relações em torno do mundo do trabalho. Publicado na revista *Tempo Social*³⁰, o documento se organiza em torno de cinco artigos principais, articulados por uma sexta comunicação, de natureza introdutória, intitulada “Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência”, de Elisabeth Souza Lobo. Aliás, um artigo revisional denso e instigante, que conforme a autora

se propõe identificar as diversas trilhas temáticas que os estudos sobre as classes trabalhadoras nos anos 80 percorreram até desaguar na emergência de um novo tema unificador – os modos de vida” que desloca a ênfase das condições de vida e das práticas político-institucionais da classe operária para as práticas cotidianas e representações, as tradições e trajetórias distintas dos trabalhadores e trabalhadoras, propondo uma abordagem que, na encruzilhada da Sociologia com a História Social e a Antropologia Cultural, resgata a heterogeneidade da formação e as experiências diferenciadoras das classes trabalhadoras (LOBO, 1992, p. 7).

No dossiê MODO DE VIDA, a autora perfaz os caminhos da sociologia e da história em um esforço para identificar as principais trilhas temáticas que emprestaram suas interrogações aos estudos sobre os modos de vida da classe trabalhadora. Esse movimento remeteu historicamente às preocupações de pensadores socialistas do século XIX, na linhagem da obra de Engels sobre a classe trabalhadora inglesa (1845), que refletiam sobre os destinos dos trabalhadores fabris, nos primórdios da industrialização, e os discursos biossociais próprios aos relatórios de fábrica sobre as condições periclitantes das populações trabalhadoras, em um contexto de miséria e desordem moral, social e física (LOBO, 1992). Conforme salienta a autora, esta perspectiva de estudo porta uma mesma chave explicativa, quer seja, “das possibilidades da consciência e revolta, e também dos instintos e más disposições que precisavam ser disciplinados e racionalizados” (LOBO, 1992, p.8). Por outra vertente bastante instigante está a obra “Questões do modo de vida”, de Leon Trotsky, com sua tese sobre a inseparabilidade entre o econômico e o cultural (os aspectos técnicos/tecnológicos e as relações sociais) na reconstrução do modo de vida na Rússia pós-revolução (TROTSKY, 1923).

Por sua vez, as pesquisas no campo dos estudos feministas compõem uma importante vertente de estudos sobre a temática dos modos de vida, perpassando algumas de suas análises na articulação entre práticas produtivas e reprodutivas, como a importância do trabalho

³⁰ Os seguintes autores contribuem nesse dossiê: Vera da Silva Telles (1991), Maria Celia Paoli (1991), Helena Hirata e John Humphrey (1991), Maria Ângela D’Incao (1991) e Heloisa Rodrigues Fernandes (1991).

doméstico para a construção de espaços e tempos sociais. Questões como as representações de gênero, construídas nas experiências do masculino e feminino nas relações e práticas sociais, nesse conjunto de pesquisas, tornam-se construtos históricos e culturalmente localizados, por onde operam a organização dos espaços domésticos e laborais, a divisão sexual do trabalho, as relações familiares, o mercado de trabalho e as formas simbólicas (LOBO, 1992).

Também nesse contexto de emergências temáticas, salienta a autora, se inserem as pesquisas que têm por objeto de estudo a investigação sobre as famílias trabalhadoras, tendo por ângulo de análise a sua reprodução através “das regras de transmissão patrimonial, da mobilização material e moral das famílias no ciclo de vida, da moral e da disciplina familiar, das relações entre trabalho assalariado, trabalho doméstico e trabalho informal e dos trabalhos e práticas femininas como fatores de transformação nas famílias populares” (LOBO, 1992, p. 9). Para a autora, independentemente se esses são temas emergentes ou renovados, a análise nesse grupo de estudos frequentemente reproduz a clássica leitura das práticas sociais como “efeitos condicionados das estruturas”.

Por fim, um último campo de pesquisas se constitui pelos estudos sobre os modos de vida da classe operária e as dinâmicas de resistência às formas de dominação nos meios populares. Nessa vertente de investigação estão os estudos sobre as especificidades do mundo operário, vistas pelo ângulo das práticas de produção e consumo, de sua cultura e das formas novas e antigas de sociabilidade, que formam o objeto central de análise. Conforme Lobo, as questões colocadas por esse bloco de pesquisas apresentam afinidades com as abordagens da vida cotidiana próprias à antropologia cultural, enfatizando as formas de construção dos modos de vida, “não como estratégias definidas, mas como hábitos e práticas que permeiam os campos sociais” (LOBO, 1992, p.10).

No contexto da produção intelectual brasileira, informa Lobo, alguns estudos contribuem decisivamente para renovar as pesquisas sobre as experiências da classe trabalhadora, tais como nas investigações em que os sujeitos trabalhadores invadem o imaginário acadêmico como objeto de pesquisa (PAOLI; SÁDER; TELLES, 1983); as pesquisas que tomam em análise os movimentos sociais e as práticas cotidianas de resistência das classes populares (ZALUAR, 1985); os estudos sobre as trajetórias operárias relacionadas com a situação familiar, a qualificação profissional e as políticas das empresas (HIRATA; HUMPHREY, 1992); bem como os trabalhos que versam sobre a construção social das figuras familiares e das famílias trabalhadoras, a partir das experiências de diversidade que qualificam as formas pelas quais cada membro e suas famílias vivem suas condições nos vários momentos de sua história (TELLES, 1987).

Tal inflexão teórica que sugere a problematização da heterogeneidade da formação da classe trabalhadora e de suas experiências a partir de análises que articulem as condições de vida, as relações sociais e as práticas cotidianas. Segundo ela, trata-se de uma abordagem na encruzilhada de vários enfoques, situada na “fronteira entre a história social, a antropologia cultural e a sociologia das relações sociais”, onde o que está em operação é um “deslizamento entre uma temática dos modos de vida e uma problemática da sua construção” (LOBO, 1992, p.13). Nesse sentido, o conceito de experiência desponta na formulação da autora como uma alternativa potencialmente operativa para se estudar e entender os múltiplos aspectos que envolvem os modos de vida da classe trabalhadora.

As relações entre os temas das condições e padrões de vida, das tradições culturais e políticas, das representações simbólicas e práticas de resistência, remetem à necessidade de conceitos articuladores, tal como propõe E.P. Thompson, ao utilizar o conceito de experiência” (LOBO, p.13).

No entanto, antes de avançar na direção da noção de experiência proposta por Thompson e apreciada no capítulo dois, o momento é oportuno para explorar o que tem a dizer esse historiador britânico sobre a noção de modo de vida. Thompson é considerado um dos responsáveis por mudanças significativas na historiografia da classe operária. Entre outras contribuições que sua obra trouxe à chamada história social britânica, esteve a valorização da interpretação qualitativa das evidências empíricas. Uma mudança de enfoque em relação à historiografia tradicional, que colocou em suspenso as interpretações construídas exclusivamente a partir das informações estatísticas sobre as mudanças sociais, abrindo espaço para que dados de outra natureza ganhassem legitimidade científica como fonte de pesquisa. A controvérsia entre a utilização de análises qualitativas e quantitativas está especialmente descrita em uma passagem do volume dois de sua obra magna³¹, em que o autor explicita seu entendimento da noção de modo de vida, a partir das diferenças que estabelece com a noção de padrão de vida.

Percebe-se, no trecho selecionado, que essas diferenças não remetem somente para questões metodológicas sobre a capacidade ou não do pesquisador construir informações de maneira confiável junto às fontes disponíveis. Trata-se também da preocupação do historiador em apreender a história em seu movimento, isto é, no processo através do qual valores, interesses e expectativas são forjadas na experiência de indivíduos e grupos pelos sentimentos

³¹ THOMPSON, Eduard Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 1987.

e pelas emoções, no seu modo de vida, retornando ao processo histórico como uma avaliação racionalizada sobre o sentido das mudanças.

Da alimentação passamos à moradia, da moradia à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho, e assim por diante. **Do padrão de vida, passamos ao modo de vida. Mas eles não significam a mesma coisa.** O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em “dados literários” para o segundo. A principal confusão surge quando se procuram extrair conclusões para um caso a partir de dados apropriados apenas para o outro. Um exemplo dessa confusão ocorreria se estatísticos argumentassem que “os índices revelam um aumento *per capita* no consumo de chá, açúcar, carne e sabão, *portanto* a classe trabalhadora está mais feliz”, ao que os historiadores sociais replicariam que “as fontes literárias mostram que o povo estava infeliz, *portanto* seu padrão de vida se deteriorou” (THOMPSON, 1987, p. 36-37, grifo do autor).

Thompson enfatiza nessa passagem, portanto, os limites e as potencialidades que essas ferramentas analíticas oferecem ao pesquisador para construir e interpretar evidências em determinadas situações de pesquisa. Ao valer-se o pesquisador de uma das ferramentas, no entanto, isso não implica o descarte puro e simples da outra. Pelo contrário, essa combinação de procedimentos pode resultar em uma valiosa estratégia de pesquisa, tal como enunciado por Suzanna Magri, ainda durante o colóquio dos modos de vida.

Parece que em sociologia, ou mais para uma sociologia marxista, o interesse pelos “modos de vida” reenvia a um movimento análogo, sobre a influência talvez daquele que se produziu em história (e, na França pelo menos, com muito retardo!). Penso numa sociologia descritiva e “quantitativa” da classe operária, com base em dados estatísticos concernentes ao trabalho, às remunerações, o consumo ou os meios de consumo, etc. (MAGRI, p. 187, tradução do autor).

Como se acompanhou ao longo dessa revisão dos debates, das condições teóricas e sociais de produção e utilização da noção de modo de vida examinados a partir de um panorama histórico, algumas nuances contribuem para a construção de uma problemática dos modos de vida com relação à qualificação. Entre elas destaca-se a relativa plasticidade com que se revestiu a noção de modo de vida, ao tencionar diferentes abordagens sobre a realidade social (estudos urbanos, estudos do trabalho, estudos de gênero, estudos de classe) e tradições disciplinares (sociologia, antropologia e história social). Dito isso, no lugar de encontrar inconveniências na fluidez com que se apresentou a noção de modo de vida em diversas análises, destaca-se nessa característica sua abertura potencial para apreender também a qualificação como um processo construção social, estimulado por mudanças no ambiente

material e histórico em Penedo, entre 1957 e 1963. Sobre esse conjunto de mudanças é o que trata o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - PENEDO ENTRE 1957 E 1963: mudanças no ambiente material e histórico

Os últimos anos da década de 50 marcou um período de mudanças significativas no ambiente material em Penedo. Contribuíam para isso acontecimentos que se desenvolviam em outros níveis da administração pública. As eleições de Juscelino Kubitschek como presidente do Brasil e Muniz Falcão³² como governador do Estado representaram um período favorável à ampliação dos direitos sociais das populações empobrecidas, malgrado a oposição que se seguiu às suas posses no Congresso Nacional e, em especial, na Assembleia Legislativa do Estado³³ liderada pela União Democrática Nacional³⁴.

Em Penedo, essas mudanças significaram um gradual processo de renovação institucional, econômica e cultural na cidade com implicações relativas para os diferentes grupos sociais de sua população. Em um primeiro momento, essas modificações se fizeram sentir com maior intensidade nas áreas urbanas do centro do município onde residiam as populações mais abastadas, expandindo-se lentamente para as áreas mais afastadas e rurais. Em sintonia com as linhas de investimento que operavam essas transformações em nível federal e estadual, os primeiros impactos dessas políticas públicas se deram nas condições gerais de produção com a reestruturação de equipamentos coletivos de consumo em conexão direta e indireta com o processo produtivo (hidrovias, rodovias, aerovias, telecomunicações, eletrificação, água potável, escolarização).

Em torno da prioridade de superar obstáculos ao progresso da produção social na região do baixo São Francisco, justificaram-se esforços significativos de certos grupos da sociedade penedense na construção das condições necessárias à tentativa de reformar suas

³² MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas**: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961). Trata-se de uma tese em história social que abarca com profundidade diferentes os diferentes momentos desse governo.

³³ CASA DO PENEDO. Intervenção Federal em Alagoas. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 set. 1957, p.4. “Durante a votação do processo de <<impeachment>> houve um tiroteio no recinto da Câmara Estadual que durou 40 minutos. Notícias de Maceió informam que foi morto o deputado Humberto Mendes e feridos 5 deputados opositoristas. A população de Maceió vive momentos de grande ansiedade, aguardando a qualquer instante a ocorrência de outros acontecimentos sangrentos de consequências imprevisíveis. Na próxima edição o <<Jornal de Penedo>> publicará mais detalhadamente o relato desses lastimáveis fatos, surgidos por providência daqueles que são responsáveis pela manutenção da ordem em nosso Estado”.

³⁴ CASA DO PENEDO. Votação do <<Impeachment>>. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 set. 1957, p.4. “Com a votação do processo de <<impeachment>> sexta-feira passada, agravou-se consideravelmente a crise política de Alagoas. Ainda é desconhecido o desfêcho desse longo e prejudicial desentendimento entre os poderes legislativos e executivo. É um acontecimento inédito no Brasil e que retrata perfeitamente o quanto é perigoso o exercício de funções importantes de governo em mãos inábeis. Para assistirem pessoalmente a votação do <<impeachment>> encontram-se em Maceió, os Senadores Juracyr Magalhães, Freitas Cavalcanti e outros parlamentares udenistas”.; CASA DO PENEDO. Um Dilúvio Rubro de Sangue. *Jornal de Penedo*. Penedo, 22 set. 1957, p.1.

formas de viver, de trabalhar e de se comportar de sua população. Nesse sentido, tais esforços representaram um empreendimento em torno do qual se mobilizaram valores, interesses e expectativas que gradualmente foram permitindo uma identificação desses grupos sociais enquanto classe.

As análises do material histórico que se seguem procuram reconstituir parcialmente a narrativa desses esforços de mudança do ambiente material em Penedo entre os anos de 1957 e 1963, a partir das manifestações tornadas públicas em um órgão da imprensa local e algumas outras circunscritas aos ambientes privados desses grupos sociais. Dessa construção social se espera destacar que as experiências nesse processo se diferenciaram a partir de posições relacionais ocupadas por indivíduos e grupos sociais na sociedade.

Os registros utilizados nessa reconstituição dizem respeito a personagens com poder de influenciar os discursos que permaneceram inscritos na história local. Por isso, coube ao pesquisador analisar as fontes não em busca de uma verdade sobre o que realmente aconteceu, como se disse no capítulo de metodologia, mas utilizá-las como indícios daquilo que determinados grupos sociais projetavam como expectativa de realidade. Esse cuidado evita que se tomem evidências como fatos revestidos de causalidade, uma vez que a lógica histórica é uma encruzilhada de fatos e, principalmente, de tudo aquilo que não aconteceu.

Em termos analíticos esse plano de trabalho se inspirou em Hobsbawn (1998), o qual afirma ser esse um modelo operacional revestido por um consenso tácito entre os historiadores, com variantes.

Parte-se do ambiente material e histórico, passa-se para as forças e técnicas produtivas (entrando a demografia em algum ponto intermediário), a estrutura da economia resultante – divisão do trabalho, troca acumulação, distribuição do excedente e assim sucessivamente – e as relações sociais daí derivadas. Essa poderiam seguidas pelas instituições e a imagem da sociedade e seu funcionamento que lhes são subjacentes. A forma da estrutura social é assim estabelecida, e suas características específicas e detalhes, na medida em que derivam de outras fontes, podem ser então determinados, na maioria das vezes por estudo comparativo. Dessa forma, a prática é operar para fora e acima do processo de produção social em sua situação específica (HOBSBAWN, 1998, p. 93-94).

Considera-se que essa tarefa foi parcial pois se valeu como fonte exclusivamente do “Jornal de Penedo”, órgão de imprensa posicionado³⁵ em um determinado campo político e

³⁵ CASA DO PENEDO. O “Jornal de Penedo” chega aos seus 11 anos. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 dez. 1957, p.1. Na transcrição destacou-se algumas passagens que explicitam os valores, os interesses e as expectativas do periódico na construção de um determinado projeto de sociedade. “Vencemos, hoje, mais uma etapa no curso de nossa existência na imprensa de nossa cidade. O “Jornal de Penedo” completa 11 anos de circulação. Precisamente no dia 8 de dezembro de 1946, vinha a lume o 1º número do nosso modesto semanário. No decorrer dêsse não pequeno período de tempo, diz-nos a consciência que nos temos mantido sempre fiéis a nós

social. Essa característica da fonte, contudo, não invalidou as informações consultadas. Ao contrário, reforçou a perspectiva de que as mudanças promovidas nesse período foram possíveis em razão de alianças (de valores, de interesse, de expectativas) entre certos grupos sociais, em diferentes escalas, que visavam instituir um determinado processo de socialização para o conjunto da sociedade.

Essa foi uma guia analítica e não uma camisa de força. Novas e melhores fontes talvez possam dirimir a turbidez com que se desenrolaram os acontecimentos e as personagens envolvidas nesse processo de construção social que foi a tentativa de renovação da infraestrutura e dos serviços públicos em Penedo e, conseqüentemente, criar tendências de mudança na experiência histórica dos modos de vida e de trabalho lá existentes. A seguir são descritos alguns desses episódios.

2.1 Transportes e comunicações

Um dos aspectos que gerou significativa mobilização de grupos da sociedade penedense se relaciona com as modalidades de transporte e comunicação existentes entre o município e o restante do Estado de Alagoas, e com o país como um todo. A presente seção se empenha na reconstituição de parte dos esforços empreendidos por grupos sociais da sociedade local em garantir as condições de transporte e comunicação necessárias à viabilização de seu projeto de sociedade no período histórico em estudo.

mesmos. É um triunfo poder-se afirmar, de público, esse sentido de coerência de atitudes e de pronunciamentos. Porque a regra, nos dias de hoje é a transigência e a contradição. Ou, melhor dizendo, o oportunismo sôfrego com as conveniências e as vantagens do momento. O “Jornal de Penedo” nasceu sem grandes ambições, seguro de suas modestas limitações intelectuais e materiais. Só aspirava constituir-se num instrumento honesto para a difusão de idéias e princípios construtivos, a serviço dos reclamos da coletividade. E assim se tem conduzido até agora, graças a Deus. Sua condição de jornal confessadamente político não lhe tem prejudicado, felizmente, sua orientação equidistante das paixões partidárias deformantes da verdade. Colocamos invariavelmente o debate dos problemas num terreno de elevado e polido, sem descer, jamais, ao estilo grosseiro das agressões pessoais, tão do agrado do jornalismo que se costuma praticar nas cidades do nosso interior. No particular, reconhecemos que não tratamos muito bem a feição típica e peculiar da imprensa dos pequenos meios brasileiros. É, entretanto, um defeito do qual nos orgulhamos e pretendemos preservá-lo com especial carinho. Penedo é uma cidade de convivência social educada e acolhedora. Seu povo possui uma índole cordial e generosa e não comportaria outra maneira de expressão de seus órgãos de imprensa que representam, por assim dizer, os veículos naturais de sua cultura e de seus sentimentos. Está claro que essa conduta e êsses escrúpulos, que proclamamos com certa ênfase, se prendem especificamente à orientação editorial do “Jornal de Penedo”. Sem prejuízo dêsse programa doutrinário, pelo qual se responsabiliza a direção de nosso semanário, as páginas do “Jornal de Penedo” continuam abertas livremente aos nossos colaboradores credenciados que respondem naturalmente por conceitos e afirmações que emitem em seus escritos assinados. Êsse esclarecimento era, aliás, dispensável porque constitui uma norma pacificamente aceita no exercício do jornalismo universal. O acontecimento dêsse 11º aniversário do “Jornal de Penedo” traz-nos conforto de que marchamos num rumo certo. Não temos mesmo de que nos arrependermos na mirada que lançamos para a estrada já percorrida. Não assinalamos êsse aniversário com o balanço dos sacrifícios e das dificuldades vencidas até agora, mas a perspectiva alviçareira dos triunfos e das satisfações morais que nos aguardam, no futuro.” (grifos do autor).

Essa reflexão considera, não obstante, a existência de um acúmulo de esforços que favoreceram o desenvolvimento econômico e urbano de Penedo ao longo de sua história, o que conferiu ao município ribeirinho um contínuo destaque no contexto econômico e social do Estado de Alagoas. Sob essa premissa, se trabalha com a hipótese de que certos grupos sociais foram se amalgamando nesse processo, permitindo seu fazer-se como classe a partir de uma determinada experiência desse processo histórico.

Importante entreposto comercial ao longo dos séculos 18 e 19, a navegação de cabotagem se configurou historicamente em via privilegiada de escoamento de mercadorias e comunicação entre a região franciscana e localidades mais longínquas. Com suas bases socioeconômicas voltadas para o Rio São Francisco, no século 19, a Cidade do Penedo se consolidou como porto exportador de mercadorias, principalmente de produtos de origem agrícola e animal (algodão, couro e seus derivados, entre outros), alguns itens de natureza industrial (óleos e sabão, principalmente) e o comércio de escravos. Nesse sentido, contribuíram para a expansão das atividades econômicas em Penedo, ao longo do Segundo Reinado, o estabelecimento de sólidos circuitos comerciais com os principais portos do Império e, sobremaneira, a posição estratégica de seu porto em relação às principais capitais de província do Nordeste, associados à adoção de soluções técnicas que permitiram a navegação a vapor pelo Rio São Francisco³⁶. Esses serviços foram lembrados no pronunciamento do Governador do Estado, Pedro da Costa Rego, em mensagem à Assembleia Legislativa em 1925.

Em 1871, a Companhia Pernambucana de Navegação, recebendo subvenção do governo geral, começou a manter uma linha do Recife a Penedo, com escala por Barra Grande, Porto de Pedras, Camaragibe, S. Miguel e Maceió. A cidade de Penedo era também ponto terminal de uma outra linha de navegação, da Companhia Bahiana, que, partindo de São Salvador, fazia escala por Estancia, São Christovam e Aracajú. Era igualmente subvencionada pelo governo geral³⁷.

A navegação a vapor pelo rio São Francisco no século 20 continuava fundamental para o transporte e comunicação entre Penedo e as localidades mais distantes no Estado e no país. Em 1920, a população de Penedo chegava a 25.060 habitantes, sendo o 14º município em

³⁶ Detalhes dessa história podem ser consultados em “Comércio interprovincial de escravos”, tese de doutoramento de Luana Teixeira (2016), especialmente no item 4.2 - “Tempos de modernidade no Baixo São Francisco”, do capítulo 4 - “Alagoas: um lugar de negócios”.

³⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1925, Edição 1, p. 86-87.

população no Estado de Alagoas³⁸. Não obstante o assoreamento quase completo da barra do São Francisco, em 1925 Penedo era o único município alagoano a receber vapores regularmente em seu porto³⁹ além daquele de Jaraguá em Maceió (com 74.166/10ª maior capital brasileira). Em 1930, aliás, a navegação à vela já registrava um forte declínio, sendo anotado naquele porto a entrada de apenas 2 embarcações desse tipo entre as 553 registradas naquele ano, indício de uma maciça substituição da força dos ventos na navegação marítima de cabotagem⁴⁰.

Enquanto isso, Velho Chico⁴¹ acima, o transporte até o município de Piranhas (3.476 habitantes) era feito por um pequeno serviço de navegação a vapor subvencionado pelo governo federal⁴². A existência desse serviço, contudo, não eliminava a utilização das tradicionais embarcações movidas com a força dos ventos pelas populações ribeirinhas como fonte de trabalho, renda e locomoção. A introdução de outras tecnologias e processos de trabalho acarretavam mudanças na qualificação das ocupações existentes, como em relação aos mestres e contramestres de embarcação, canoieiros, artesãos e possivelmente outras.

O assoreamento preocupava o Governo do Estado. Na tentativa de diminuir os percalços causados ao transporte de mercadorias e passageiros, as autoridades estaduais decidiram encampar o reparo de uma draga com o propósito de desobstruir o caminho das embarcações⁴³. O local a ser beneficiado seria a Lagoa Mundaú, onde operava um serviço particular de lanchas subvencionado pelo Estado, entre Maceió e Pilar (16.763 habitantes). Não há certeza se a draga realizou o serviço nesse trajeto, como manifesto no documento, mas a temática foi razão de empenho também entre representantes penedenses da iniciativa privada. É o que atesta o artigo intitulado “DRAGAGEM DO BAIXO S. FRANCISCO”, contido no relatório da Associação Comercial de Penedo, apresentado à Assembleia Geral, em 1938. No texto, a diretoria faz um balanço dos esforços despendidos por seus membros em prol da navegabilidade do rio São Francisco.

Todos os que se interessam pelos problemas de relevo de nossa zona, veem acompanhando a nossa ação perante os órgãos públicos, isso ha longos anos, para a solução da Dragagem do S. Francisco. Conforme já fizemos sentir em relatórios passamos a expor o pé em que se acha a questão, fazendo um ligeiro histórico:

³⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1922, Edição 1, p. 62.

³⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1925, Edição 1, p. 87.

⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1930, Edição 1, p. 111.

⁴¹ Expressão popular em homenagem ao Rio São Francisco.

⁴² HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1925, Edição 1, p. 87.

⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1925, Edição 1, p. 87.

Desde 1895, o benemerito penedense, sr. dr. Clementino do Monte, vem se batendo em prol da desobstrução do rio S. Francisco, que é uma necessidade inadiável para a economia de nosso Estado e do de Sergipe.

Conseguindo, certa vez, a draga, quando esta se destinava para aqui, foi no entanto desviada para outro local.

Em 1927, mais uma vez, o sr. dr. Clementino do Monte e os senhores Freitas Melro e Luiz Silveira, então deputados federais, puderam incluir uma verba no orçamento do Ministério da Viação, destinada aos serviços de dragagem do S. Francisco. Porém, a draga não veio, como não se iniciaram esses serviços!⁴⁴

Na continuidade do comunicado, entretanto, o texto dá a entender que a demanda junto à bancada federal surtiu efeito após a instauração do Estado Novo. Mas, essa não foi a única preocupação das “classes conservadoras” no ano de 1938 no tocante à defesa das alternativas de transporte e comunicação de longa distância para Penedo. Em nota no mesmo relatório, após receberem negativa sobre a afluência de pouso de hidroaeronaves em Penedo por parte da empresa aérea “Sindicato Condor”, a diretoria dessa entidade faz apelo ao Ministério da Viação e vê atendida sua expectativa sobre a construção de uma pequena pista em Penedo.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938 – Sr. Presidente da Associação Comercial de Penedo. – Em resposta ao vosso ofício de 8 de abril ultimo, na sua parte relativa ao restabelecimento das viagens aéreas com escala por esse porto, cabe-me comunicar-vos, de ordem do Snr. Ministro, que o Departamento de Aeronautica Civil, em ofício n.2107, a 13 de junho p. findo, informa ver com interesse o restabelecimento da escala de aviões em Penedo, tanto assim que incluiu, no seu programa para 1939, a construção de um campo de pouso, nessa cidade.⁴⁵

Desde a década anterior, por outra via, o Estado de Alagoas vinha alargando sua malha de rodagem através da construção de inúmeras rodovias entre os municípios do interior. Em 1924, o trajeto rodoviário entre Penedo e Maceió era de apenas 184 km, sendo o mesmo realizado via Piaçabuçu, Cururipe e São Miguel dos Campos⁴⁶. Tais esforços refletiam-se também na infraestrutura em Penedo, com a realização de obras que preparavam áreas do município para novas modalidades de transporte e condições urbanas de vida. Embora longo, o trecho é ilustrativo dos esforços de remodelamento urbano e viário que a municipalidade empreendeu desde os anos 20, nesse sentido.

Dispondo desses recursos, remodelou o Prefeito a praça do Rosário, desapropriando, vários prédios e estabelecendo uma rede de exgotto, por meio de canos de alvenaria, com argamassa de cimento. A praça foi dotada de calçamento e ajardinada. Fez-se o nivelamento do becco Novo, que foi completamente calçado e dotado de canos de exgotto. Deu-se andamento aos trabalhos de desobstrução e aterro da parte da cidade compreendida entre o Collegio Diocesano e o arrebalde

⁴⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Relatório, Maceió, 1939, p. 6-7.

⁴⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Relatório, Maceió, 1939, p. 6-7

⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1924, Edição 1, p. 67.

Cajueiro Grande, preparando-se a melhor situação que se poderia desejar para uma bela avenida. Foi calçada, rectificada e saneada a rua da Quitanda. As ruas Fernandes Lima e Penha e a avenida Freitas Melro foram dotadas de novo calçamento, assim como a praça Floriano Peixoto, onde se fez a supressão dos canteiros de plantas, no interesse de facilitar o transito de vehiculos. Reconstruíram-se as fontes da Torneira e da Coruja e outras, que servem á população pobre. Os beccos da Parahyba e Joaquim Nabuco e a rua do Amparo receberam instalações de exgotto. Foram reparadas pelo Prefeitura as pontes existentes no municipio, inclusive a do Parahyba. Foi instalada a repartição da Prefeitura no edificio do antigo Lyceu Penedense, realizadas as respectivas obras de limpeza e adaptação. Mandou o Prefeito reabrir as estradas que ligam o municipio a diversas localidades visinhas: cerca de quarenta e cinco quilômetros, de Penedo a Camassary, estão desimpedidos e abertos ao transito facil de qualquer vehiculo. Foram alargadas as estradas do arrebalde Barro Duro e feitos os trabalhos de aterro necessários no Cajueiro Grande. Mantem a Prefeitura um serviço de hygiene municipal. Foi reparado, interna e externamente o Mercado Público, bem como feito o caiamento geral do cemitério, onde se installou illuminação electrica. Funciona uma feira livre em Cajueiro Grande.⁴⁷

Vale reforçar, na leitura dessa breve história relativa ao município de Penedo, a ideia de que um conjunto de interesses e condições materiais formaram uma experiência histórica que prenunciou as possibilidades de mudanças observadas nas décadas seguintes. Faz notar, também, que determinados grupos sociais vão articulando seus propósitos em torno de reivindicações comuns, permitindo pouco a pouco se reconhecerem em conjunto como classe. A seguir, são retomadas algumas dessas reivindicações dentro do período histórico em estudo.

Duas décadas se passaram e a safra do arroz de 1956 “foi, não há dúvida, a mais compensadora das que temos conhecimento. Mesmo com o custo de formação tão alto, exigindo preços desmedidos, os produtores tiveram lucros bem gordos, e em certos casos, lucros verdadeiramente principêscos!⁴⁸”, foi a avaliação de Anquiles Ferreira na matéria intitulada “Perspectivas Rizícolas”, na coluna “OBSERVATÓRIO” do Jornal de Penedo, em 17 de março de 1957. De fato, o plantio do arroz ganhava notória importância entre as culturas agrícolas do Baixo São Francisco, resultado de políticas públicas de crédito agrícola oferecidas pelo Banco do Brasil, aos proprietários rurais, e da cooperação material e técnica prestada pela Comissão do Vale do São Francisco, notadamente através do fomento de uma espécie de arroz (cana roxa) mais valorizada nos mercados nacionais. O colunista segue com a seguinte afirmação. “É verdade que uma parte de plantadores – uns 35% não alcançou igual munificência do destino porque vendeu suas colheitas de setembro a outubro. Os outros, porém, fizeram a viagem de vento em popa. O encarecimento do mercado não foi de improvisado, como as vezes acontece, embora os habituaes baixistas só deixassem a bomba

⁴⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL)*, 1926, Edição 1, p. 62-63.

⁴⁸ CASA DO PENEDO. *Perspectivas Rizícolas. Jornal de Penedo*. Penedo, 17 mar. 1957, p.1.

estourar na última hora... pressionados pela chegada de concorrentes extra-fronteiras.” A expressão “de vento em popa”, referente à vela, contudo, não condiz com a demanda por transportes reivindicada pelas “classes produtoras” no Baixo São Francisco. Na íntegra, o comentário revela uma análise sobre as condições de venda do produto e se liga à falta de embarcações com propulsão a motor para o transporte da safra. Conforme matéria publicada um ano depois, em 23 de novembro de 1958, intitulada “Transporte Marítimo para Penedo”, no mesmo jornal.

Ainda agora, a Associação Comercial de Penedo está renovando seus esforços junto às autoridades federais para solucionar o problema de nossa cidade. [...]

Todo mundo sabe (inclusive o govêrno) que toda a produção agrícola e industrial da a região do baixo São Francisco se escôa através do pôrto de Penedo. Se êsse caminho marítimo para a exportação de nossas mercadorias se fecha, como está acontecendo, por falta de navios, a economia regional fica praticamente estrangulada.

Sem barcos para conduzir o arroz do baixo São Francisco para os mercados consumidores do sul, o esforço dos nossas agricultores será sacrificado. Eles terão de armazenar o produto de sua lavoura em condições precárias, para ser vendido mitigadamente nas costas dos caminhões ou para atender às exigências reduzidas do consumo local.

Se a Lloyd Brasileiro não dispõe de navios para servir ao pôrto de Penedo, que, ao menos, seja concedido a emprêsas particulares o direito de adquirir embarcações para atender a êsse mister.

Mas, o govêrno não faz uma cousa, nem outra. Não manda vapores para nosso pôrto, nem permite que a firma Peixoto Gonçalves & Cia. traga para Penedo um barco seu, adquirido na Holanda e já pronto desde o mês de junho do corrente ano. Êsse barco da firma Peixoto Gonçalves & Cia., adaptado às condições de navegação do rio São Francisco, viria suprir a falta dos navios da Lloyd, num serviço de inegável interesse público.⁴⁹

A exposição dessas duas análises, sobre as condições de comercialização e transporte da safra de arroz em 1957 e 1958, procura salientar uma intrincada relação de interesses entre reivindicações diferenciadas de setores agrícolas e industriais locais, em sua demanda pela modificação da legislação de incentivo à indústria naval nacional vigente à época. Na primeira matéria, o comentarista alegava que o lucro veio aos proprietários rurais que souberam esperar o momento certo da venda da safra (após o mês de outubro), enquanto na segunda o argumento se refaz em torno dos prejuízos que a falta de meios de transporte acarretou no ano seguinte (devido às condições precárias de armazenagem). Reforçava essa reivindicação, ainda em 1958, a matéria intitulada “Transporte para a safra do Arroz”, publicada em 12 de outubro, sobre as avarias sofridas pelo único vapor da frota pública que costumava atracar ao porto de Penedo.

⁴⁹ CASA DO PENEDO. Transporte Marítimo para Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 23 nov. 1958, p.1.

Repete-se, este ano, o mesmo drama de asfixia da economia da região do baixo São Francisco, com a falta de transporte marítimo para o escoamento da safra do nosso principal produto agrícola, o arroz.

Num ano como atual em que a safra do arroz foi bem promissora agrava-se ainda mais esse problema.

Tem resultado inúteis os apelos dirigidos pela Associação Comercial às autoridades competentes. Ainda agora o único vapor que se destinava a Penedo para conduzir nosso arroz apresentou avarias e teve de ser recolhida aos estaleiros.⁵⁰

O resultado dessa articulação de argumentos foi a compra da embarcação “Brasiluso”, pela firma Peixoto Gonçalves Navegação S. A., em 1957, e sua solicitação por isenção no pagamento dos impostos de importação e consumo ao Governo Federal, pois se tratava de um “serviço de inegável interesse público”. De fato, em 1960, aconteceu a aprovação do projeto 1.445-A⁵¹, através do qual foi concedido o benefício da isenção à firma. Dizia o texto de justificativa da interessada, encaminhado ao Presidente Juscelino Kubitschek, anexo ao projeto de lei:

Esse navio conduzirá os produtos da Agricultura do fértil Vale do Baixo São Francisco, principalmente Arrôz, Côcos, Feijão e Milho para os Centros consumidores do Rio de Janeiro e São Paulo e levará os produtos manufaturados das Industrias do Sul para o Nordeste, produtos essenciais ao seu trabalho e desenvolvimento. É uma cooperação – embora silenciosa e modesta – mas real, efetiva e valiosa a 3 métras importante do dinâmico Governo de V. Excia., quais sejam: MEIOS DE COMBATE À CARESTIA, trazendo generos de primeira necessidade a preços muito mais baratos; DESENVOLVIMENTO DO NORDESTES, dando-lhe meios para fomentar sua Agricultura, sua indústria e seu Comercio; MELHORIA DO TRANSPORTE MARITIMO, com a incorporação à frota de Bandeira Brasileira, de mais uma unidade, nova, moderna e eficiente. [...]

Com o maximo apreço e consideração, nos firmamos
Por PEIXÔTO GONCALVES, NAVEGAÇÃO S. A.

Mario Gonçalves
Diretor Vice-Presidente⁵²

Essa cooperação silenciosa e modesta significou aos cofres públicos federais o equivalente à quatro vezes o valor pago pela embarcação ao estaleiro holandês.

Como poderá verificar V. Excia., Sr. Presidente, pagamos o valor de Cr\$ 5.502.604,00 ao Estaleiro pelo navio e ao Banco do Brasil S.A. de Agio e Imposto Cr\$ 23.658.358,00, portanto mais de quatro vezes o custo do navio, onerando, de muito, o valor do mesmo. E ainda teríamos de pagar elevados direitos e taxas de importação sobre os valores acima, já por si tão elevados.⁵³

⁵⁰ CASA DO PENEDO. Transporte para a safra do Arroz. *Jornal de Penedo*. Penedo, 12 out. 1958, p.1.

⁵¹ BIBLIOTECA ELETRÔNICA DA CÂMARA FEDERAL. *Projeto de Lei 1.445-A*. Brasília, 1960.

⁵² BIBLIOTECA ELETRÔNICA DA CÂMARA FEDERAL. *Projeto de Lei 1.445-A*. Brasília, 1960, p.18.

⁵³ BIBLIOTECA ELETRÔNICA DA CÂMARA FEDERAL. *Projeto de Lei 1.445-A (Anexos)*. Brasília, 1960.

Na época⁵⁴, a firma Peixoto Gonçalves Navegação S. A. também era proprietária da escuna “Lusobrasil”, reservada para fazer a linha Penedo – Rio, com escala em Aracajú. O vapor “Brasiluso” veio para substituir a escuna de igual nome (possivelmente desmembrada da frota), destinado a fazer a linha Penedo – Santos, igualmente com escala em Aracajú. Cifras à parte, a cerimônia de benção inaugural da embarcação “Brasiluso” transcorreu em clima festivo, no dia 11 de janeiro de 1960, com a presença de autoridades das cidades ribeirinhas de Penedo e Neópolis.

Das lutas e dificuldades que cercaram a importação desse barco, disse muito bem o industrial José Peixoto, na alocução que proferiu, na ocasião, justificando a satisfação da Empresa, que dirige, por mais esse serviço prestado a toda a toda a região do baixo São Francisco.

Todos os presentes colheram lisonjeira impressão das disposições modernas dessa nova unidade de navegação, construída com adaptações especiais para atender às condições de acesso do nosso porto fluvial.

O Dr. Helio Lopes, prefeito de nossa cidade, externou o contentamento da população penedense com o desfecho feliz do obstinado esforço da firma Peixoto, Gonçalves Navegação S. A. para a aquisição do novo <<Brasiluso>> que tão importante papel vai representar no escoamento da produção de nossa cidade.

Ainda usaram da palavra o Dr. Oceano Carleial, o comandante do <<Brasiluso>> e o Dr. Mario Gonçalves, todos acentuando a significação festiva do acontecimento.⁵⁵

Em outra matéria da mesma edição, no mesmo dia 17 de janeiro de 1960, o diretor do Jornal de Penedo e ex-deputado federal Oceano Carleial desenhou o que seria o “Perfil de um bom candidato a Prefeito”. Além de ser penedense, “não por bairrismo”, complementa ele sua opinião sobre as qualidades do possível candidato:

Não concordamos também com a versão cavilosa, que se anda divulgando por aí, de que um bom candidato para Prefeito de Penedo deve ser uma criatura, de preferencia, “desocupada”, com disponibilidade de tempo bastante para o ofício da administração municipal. [...]

Vale ainda acentuar a vantagem de um homem que traga para a administração da coisa pública a experiência de direção de suas empresas privadas, sobretudo quando essas empresas tenham dado provas de desenvolvimento e de sucesso. [...]

Não queremos, pois, um “sem trabalho” para colocar a frente do nosso município, como se a Prefeitura fosse exclusivamente um emprego ou um “gancho” e não uma função relevante, que exige de seus ocupantes uma quota essencial de espírito público.⁵⁶

O editorial de um jornal impresso muitas vezes tem a característica de explicitar a posição política desse veículo de comunicação e, nesse caso, deixava evidente sua preferência por um perfil de candidato empresarial. Aliás, esse posicionamento era público desde o

⁵⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº31, abr. 1958, p.11.

⁵⁵ CASA DO PENEDO. Benção inaugural do novo <<Brasiluso>>. Penedo, 17 jan. 1960, p.1.

⁵⁶ CASA DO PENEDO. Perfil de um bom candidato a Prefeito. Penedo, 17 jan. 1960, p.1.

acender das luzes da cidade, em finais de 1958, quando outro comentarista do jornal, Wilson Ribeiro, já tecia a relação entre administração pública e iniciativa privada, após o grupo Peixoto Gonçalves & Cia. haver transportado as estruturas metálicas das torres de transmissão da Chesf com a sua mais nova aquisição, o navio “Brasiluso”.

Refiro-me, particularmente, ao Dr. Roberto da Silva Peixoto. Não fôsse a intervenção valiosa dêsse ilustre penedense tão cedo não veríamos abastecida de luz a nossa cidade. Não mediu esforços em proporcionar o de que ora disfrutamos. Penedo deve-lhe êsse melhoramento. Prestamos-lhe, por isso, naquela demonstração inaugural, as mais justas homenagens, acompanhadas de um sentimento de gratidão e reconhecimento. Sômente um promovedor de empreendimentos dessa iguala seria digno de tais encômios. E o Dr. Roberto Peixoto o é, merecidamente. Que o seu nome seja proposto para substituir, no próximo mandato, o atual prefeito Hélio Lopes (a quem devemos, também, uma parcela de elogiável iniciativa), como candidato único e insubstituível. A idéia é ótima e surtirá o efeito desejável. Como governador da cidade o Dr. Roberto Peixoto daria contínuos impulsos as nossas classes produtoras, tendo em vista os enormes beneficios que êle vem executando, sem haver firmado nenhum compromisso conosco. Que seja empossado por unanimidade assim como por unanimidade deve ser lançada a sua candidatura. Testemunhamos, diariamente, as suas realizações no sentido de melhorar o nosso nível social e comercial. Aproveitemos a idéia, (que aliás não é minha) e elejamos, no próximo pleito, nosso representante. Não nos decepcionaremos, tenho absoluta certeza.⁵⁷

Apesar disso, outras forças estavam engajadas nas reivindicações das “classes produtoras” pela manutenção das vias de transporte e comunicação do baixo São Francisco. Em viagem à Capital Federal, em 9 de agosto de 1958, o Bispo de Penedo, Dom José Terceiro de Souza, levou “a obsequiosa incumbência de se avistar com altas personalidades do Governo e as direções do Lloyd Brasileiro e Comissão do Vale do São Francisco – com o objetivo de solucionar problemas vários de transporte para a região franciscana⁵⁸”. Em comunicado interno, publicado no Boletim da Associação Comercial de Penedo, na mesma edição de agosto, o texto “APÊLO À COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO” expunha os resultados da reunião ocorrida naquele mês, sobre “a ameaça que paira sobre a cidade face a possibilidade da VARIG descontinuar a escala de seus aviões em nosso aeroporto”. A mensagem se dirigia ao Superintendente daquele órgão, Sr. Dr. Assis Scaffa, e tinha por objetivo reiterar o pedido de pavimentação da pista do aeroporto de Penedo, inadequada para o pouso das novas aeronaves utilizadas pela companhia de aviação a partir daquele ano. Muito se avançara em matéria de aviação desde as reivindicações feitas em 1938 (inclusive a construção da pista), mas inovações tecnológicas exigiam esforços renovados em vista da modernização no setor.

⁵⁷ CASA DO PENEDO. Penedo de Parabéns. *Jornal de Penedo*. Penedo, 23 nov. 1958, p.4.

⁵⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº35, ago. 1958, p.7.

4 - Nessas circunstâncias, e, por outro lado, considerando a evolução da aeronáutica brasileira e a conseqüente e natural tendência das emprêsas aéreas, assim estimuladas, de modernizarem suas frotas em ritmo cada vez mais acelerado, ocorreu-nos que, na atual conjuntura, a única solução racional capaz de obstar a inutilidade de nosso aeroporto e prevenir gravosos danos à economia regional, seria o seu reaparelhamento, ou, mais propriamente, o asfaltamento de sua pista de pouso, adaptando-se às exigências de aparelhos de tipo “Convair⁵⁹” e similares, ora utilizados pela aviação nacional. [...]

Certos do atencioso acolhimento de V. S. ao propósito aqui manifesto, praz-nos apresentar mui cordiais e respeitosas saudações.

aa) D. José Terceiro de Souza, Bispo de Penedo – Dr. Helio Lopes, Prefeito Municipal, - Mario Peixoto, Presidente da Associação Comercial – Jose Machado Martins, Associação Rural de Penedo – Paulo F. Gonçalves, Rotary Club de Penedo – Estiquio Lopes, - Sindicato do Comércio Varejista de Penedo.⁶⁰

O que era uma indicação de descontinuidade nos voos da companhia aérea rio-grandense, em 1958, se confirmou em realidade dois anos mais tarde entre aumentos e diminuições no número de aeronaves que tocavam o solo penedense durante esse período. A suspensão desse serviço, por parte da Viação Aérea Rio-grandense, viria a público na capa do Jornal de Penedo, em 20 de março de 1960, na matéria intitulada “Suspensão dos serviços aéreos de nossa cidade”, reagrupando os setores da sociedade interessados em manter essa via de comunicação.

Sem maiores explicações, “Varig” notificou a população penedense que seus aviões deixarão de passar por nossa cidade, a partir de amanhã, dia 21.

Encerram-se, assim, definitivamente as atividades da Agência daquela Companhia em Penedo, com a dispensa, inclusive, de seus empregados.

A justificação aparente oferecida pela “Varig”, foi a de que adotara referida medida com a devida autorização do D.A.C. (Departamento de Aeronáutica Civil).

Fecha-se, desse modo, o único aeroporto comercial de todo o baixo São Francisco, e o que mais estranhável, com o endosso de um órgão governamental.

É fácil avaliar os reflexos prejudiciais desse acontecimento sobre os interesses de nossa economia regional. O comércio e a indústria, em particular, serão rudemente sacrificados com a supressão do transporte aéreo em Penedo.

Nossos meios de comunicação são muito precários. A navegação marítima só sobrevive pelo esforço de empresas particulares e nossas rodovias interiores são estradas de verão, tornando-se por assim dizer intransitáveis no período invernosos.[...]

A notícia, como não poderia deixar de ser, repercutiu pesadamente no seio de nossas classes produtoras e para o debate do assunto o industrial Mario Peixoto, Presidente da Associação Comercial de Penedo, convocou uma reunião que contou com a presença do Snr. Prefeito Municipal, do Chefe da Residência Agrícola da Comissão do Vale do São Francisco, do representante do Exmo. Snr. Bispo Diocesano, de figuras do nosso comércio e indústria e de pessoas interessadas no progresso de nossa terra.⁶¹

⁵⁹ Em substituição às aeronaves modelo “Douglas”.

⁶⁰ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº35, ago. 1958, p.4-5.

⁶¹ CASA DO PENEDO. Suspensão dos serviços aéreos de nossa cidade. *Jornal de Penedo*. 20 mar. 1960, p.1.

O assunto viria à capa do jornal diversas outras vezes, daquele momento em diante, sem que os esforços conjuntos daquelas forças pudessem reverter a decisão da Varig ou do departamento responsável pelo tráfego aéreo nacional. Missões oficiais e extraoficiais foram realizadas no intuito de encontrar alternativas para a reabertura do aeroporto⁶² e a atração de outras empresas aéreas⁶³ interessadas em operar a linha⁶⁴. Em 31 de maio de 1960⁶⁵, por fim, se encerravam os serviços de transporte aéreo através do aeroporto local, após 14 anos de operações contínuas em Penedo, com a decolagem do último voo operado pela Varig. Nessa ocasião, inclusive o prefeito municipal embarcou em sua missão de buscar apoio institucional e comercial na capital do país. Entretanto, nem mesmo essa articulação de entidades, autoridades e políticos reativariam as operações comerciais naquele aeroporto nos próximos dois anos. É o que confirma a correspondência da Associação Comercial de Penedo, de 30 de julho de 1962, ao ministro da aeronáutica.

Aos nossos reclamos e para remediar tão danosa ocorrência, prejudicial à economia regional, de vez que inexitem na localidade outras vias de transporte, tais como a ferroviária e a marítima, e a rodoviária não satisfaz as exigências do tráfego, o governo federal tomou o acertado alvitre, através dêsse Ministério, de pavimentar a pista de pouso de nosso aeroporto.

Verbas foram destacadas, que apenas possibilitaram o início dos trabalhos na cabeceira da pista. Atualmente, as obras encontram-se paralisadas, por falta de dotação específica ou por motivos outros que desconhecemos. [...]

É o que em nome das classes produtoras e da coletividade do baixo São Francisco, vimos encarecer a V. Excia., certo de que somente assim poderá ser reaberto o campo de Penedo à aviação comercial.⁶⁶

Como vem se demonstrando, existiam limitações nos meios de transportes e comunicação na região franciscana, mas, evidentemente, as mensagens dirigidas às autoridades sempre acentuavam a gravidade dos problemas na esperança de serem atendidas com brevidade suas expectativas. Tal situação adversa no tráfego aéreo, porém, pressionava as forças locais na luta por alternativas de transportes e comunicação, igualmente importantes para as “classes produtoras” da região.

Na mesma edição em que é feito o anúncio do encerramento do serviço aéreo em Penedo, dia 5 de junho de 1960, uma nova campanha midiática se iniciava sobre a

⁶² CASA DO PENEDO. Esteve em Penedo um engenheiro da 2ª zona aérea. *Jornal de Penedo*. Penedo, 27 mar. 1960, p.1.

⁶³ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Rio de Janeiro, 19 fev. 1962, Ofício.

⁶⁴ CASA DO PENEDO. O drama do nosso aeroporto. *Jornal de Penedo*. Penedo, 26 jun. 1960, p.1.

⁶⁵ CASA DO PENEDO. Penedo sem transporte aéreo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 5 jun. 1960, p.1.

⁶⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Penedo, 30 jul. 1962, ofício.

necessidade do município abrigar a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, servindo de ligação rodoviária entre o Nordeste e o Sul do país (BR 11). Argumentos de caráter técnico, político, econômico e populacional são invocados afim de justificar a escolha dessa localização geográfica para a travessia rodoviária sobre o “Velho Chico”. A matéria do Jornal de Penedo intitulada “Reivindicação que se impõe” aborda justamente esse assunto.

Quero referir-me ao problema da ligação entre Alagoas e Sergipe, sôbre o Rio São Francisco, à altura de Penedo. Trata-se de obra pública que se impõe e para a realização da qual se faz urgente uma mobilização de todas as forças econômico-sociais do Estado, com particular empenho do povo de Penedo.

Sabe-se que é programa de interesse nacional a ligação Norte-sul. Por via ferroviária e por via rodoviárias, meios de comunicações que ficam menos expostos a perturbações, em certos e determinados casos, tendo em conta, não só a segurança nacional, como a própria movimentação de riquezas do país. [...]

Está, pois, lançada a campanha pela construção da ponte sobre o rio São Francisco, ligando Alagoas a Sergipe, por Penedo. Para seu desenvolvimento estão convocadas todas as forças econômico-sociais da terra.

A Sudene, que é o órgão diretor desses interesses no nordeste brasileiro, há de ser chamada a estudar o assunto por quantos se empenham pela solução dos problemas de que depende o progresso do país.

Mas devemos começar, desde já, a luta.⁶⁷

De fato, uma conjunção de acontecimentos realçava a discussão pública sobre os modais de transportes que serviam àquela região. Certamente, o fechamento do aeroporto era um deles. Contudo, a profusão de matérias⁶⁸ sobre o assunto estava circunscrita também à visita dos candidatos ao Governo do Estado e à Presidência da República, Major Luiz Cavalcanti⁶⁹ e Jânio Quadros⁷⁰, previstas⁷¹ para o mês de julho e agosto. Frente a essa janela de oportunidade, urgia às lideranças locais articular uma pauta⁷² de reivindicações e torná-la pública. Talvez esses dois acontecimentos explique a intensidade com que o tema dos transportes aglutinou as forças locais, particularmente a partir do mês de junho de 1960.

Essa aglutinação de diferentes grupos sociais da sociedade penedense, a partir de 1961, focaria seus interesses em duas reivindicações prioritárias. Elas foram apreciadas conjuntamente com representantes da Comissão do Vale do São Francisco e membros da Câmara Federal em reunião realizada na Associação Comercial de Penedo, no dia 22 de maio

⁶⁷ CASA DO PENEDO. O Reivindicação que se impõe. *Jornal de Penedo*. Penedo, 5 jun. 1960, p.1.

⁶⁸ CASA DO PENEDO. O transporte rodoviário. *Jornal de Penedo*. Penedo, 12 jun. 1960, p.1; CASA DO PENEDO. Voltando à carga. *Jornal de Penedo*. Penedo, 24 jul. 1960, p.1; CASA DO PENEDO. Estradas, estradas, estradas. *Jornal de Penedo*. Penedo, 31 jul. 1960, p.1.

⁶⁹ CASA DO PENEDO. Roteiro do Major Luiz Cavalcanti. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 jul. 1960, p.1.

⁷⁰ CASA DO PENEDO. Comitê de recepção a Jânio Quadros. *Jornal de Penedo*. Penedo, 17 jul. 1960, p.1.

⁷¹ CASA DO PENEDO. A visita do Snr. Jânio Quadros a Penedo foi adiada para o próximo mês de agosto, quando terá oportunidade de dirigir sua palavra às populações do baixo São Francisco. *Jornal de Penedo*. Penedo, 24 jul. 1960, p.1.

⁷² CASA DO PENEDO. Agenda dos problemas de nossa região para apreciação do candidato Jânio Quadros. *Jornal de Penedo*. Penedo, 17 jul. 1960, p.1.

daquele ano. Sobre os temas discutidos na reunião, duas mensagens⁷³ de agradecimento aos ilustres convidados oferecem uma noção das discussões.

Congratulando-nos com essa Superintendência, pelo feliz resultado alcançado naquele memorável encontro, quando as classes produtoras e autoridades penedenses tiveram a honra de submeter à esclarecida apreciação dos parlamentares e de V.S. varios temas de alta relevância para a economia regional, queremos, nesta oportunidade, com espírito objetivo, encarecer a valiosa atenção de V.S. para as Recomendações, de cópia anexa, concernentes à ligação rodoviária Penedo – BR 11 – nossa reivindicação prioritária e ao asfaltamento do aeroporto, compreendida, em prazo menos dispendioso sua reabertura com o restabelecimento das escalas de aviões comerciais, consoante sugestão de V.S.

A análise e a experiência já demonstraram que ambas reivindicações, nomeadamente a primeira, são fatores essenciais e imprescindíveis ao aproveitamento da riqueza e desenvolvimento da região – metas perseguidas pela C.V.S.F.

SAUDAÇÕES

aa) Prefeito, Bispo, Associação Comercial, Rural, Rotary, Lions, etc.⁷⁴

Na outra minuta, de conteúdo bastante semelhante, a ênfase estava na capacidade de direção das forças locais, aglutinadas em termos de classe, empreenderem um projeto de desenvolvimento regional. Jânio Quadros recém tomara posse em 31 de janeiro de 1961, e o clima político era de expectativa sobre o encaminhamento das demandas na nova conjuntura nacional.

Acreditam que tôdas as recomendações formuladas pelos ilustres parlamentares revelam sua fundamental convicção de que nesta fase de soerguimento nacional, é indispensável e imperiosa a adoção de medidas que visem a aproveitar e a desenvolver as fôrças em potencial do interior nordestino, para que, através de uma orientação segura e melhormente aparada pelo Poder Público, possuídas da necessária confiança possam as Classes Produtoras aplicar suas iniciativas e seus capitais.

SAUDAÇÕES

aa) Prefeito, Bispo, Associação Comercial, Rural, Rotary, Lions, etc.⁷⁵

A conjuntura naquele ano foi diferente das expectativas traçadas pelas forças locais. Com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, nada de concreto aconteceu em relação às reivindicações penedenses. Antes desse acontecimento histórico se consumar, porém, existiu a possibilidade de ocorrer uma visita do ainda Presidente da República ao Estado. Um fato que estimulou as “classes produtoras” e as autoridades alagoanas a se

⁷³ No primeiro excerto, a mensagem se dirige ao Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco – Dalmo Guimarães Pontual. No segundo, a mensagem se endereça ao Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização, da Câmara Federal.

⁷⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Penedo, 30 mai. 1961, Minutas de ofício.

⁷⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Penedo, 30 mai. 1961, Minutas de ofício.

articularem em grupos de trabalho com vistas à elaboração de um documento contendo as reivindicações de cada município a ser apresentado à Jânio Quadros. Essa articulação aconteceu também em Maceió, segundo relato de Lincoln Cavalcante⁷⁶, em 14 de fevereiro 1962, ex-Secretário Executivo da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas, em correspondência⁷⁷ de caráter pessoal dirigida ao presidente da Associação Comercial de Penedo, Arnaldo Gonçalves. Devido à posição dessa personagem na vida política alagoana (era irmão do governador), trata-se de uma correspondência significativa para se conhecer o refinamento das estratégias que as “classes produtoras” adotavam na luta por seus interesses junto às esferas estaduais e federais daquele momento em diante. Ela também informa sobre

⁷⁶ Lincoln Cavalcante, que faleceu nesta quarta, aos 96 anos, era irmão do ex-governador Luiz Cavalcante (o Major Luiz, que voltou a Alagoas estimulado por Lincoln para assumir o cargo de Diretor de Estradas de Rodagem, no governo Arnon de Mello), tendo ocupado alguns dos mais importantes cargos do setor público e privado de Alagoas – e sendo um dos pioneiros em áreas como a do planejamento. Após ter a sonhada carreira militar no Rio de Janeiro frustrada devido a um diagnóstico de tuberculose, em 1942, Lincoln regressou a Maceió para cursar a então Faculdade de Direito e dar início a uma carreira tão eclética quanto suas áreas de interesse: foi diretor da Rádio Difusora, do Teatro Deodoro, do Departamento Estadual de Cultura, Imprensa Oficial, Biblioteca e Arquivo Público, gerente do jornal Diário do Povo, Promotor Público e de Justiça Militar, suplente de deputado estadual, membro da Federação das Indústrias do Estado, secretário estadual nos governos Luiz Cavalcante e Divaldo Suruagy, presidente do extinto Produban, da Cohab Maceió, diretor de Recursos Humanos da Sudene, coordenador regional do grupo financeiro privado Investbanco (dirigido pelo ex-ministro da Fazenda Roberto Campos, de quem era amigo), delegado da Adesg e conselheiro da Chesf. Retirado em 25/05/18, em: <http://www.agendaa.com.br/negocios/gente-e-gesto/7137/2018/05/09/morre-aos-96-anos-um-dos-pioneiros-do-planejamento-economico-em-alagoas>.

⁷⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Penedo, 14 fev. 1962, Correspondência. Transcrição na íntegra: “Tão logo recebi o seu telegrama, entrei em contato com o nosso comum amigo Dalmo Peixoto, que vem representando essa Associação, como os demais interesses de Penedo, junto a nossa comissão de Desenvolvimento e a Federação das Indústrias de Alagoas.

Expliquei-lhe que, quando de minha estada em Penedo, depois de ouvir, em conversas pessoais e naquela reunião à noite, algumas reivindicações do grande município – que na ocasião não se destinavam à apresentação à SUDENE, mas sim para a elaboração do documento para a visita do Presidente Jânio Quadros -, ficou aí constituído um Grupo de Trabalho, de que fazia parte, entre outros, o nosso amigo Dr. Raimundo Marinho, que se encarregaria de formular as sugestões de Penedo.

Com a renúncia do Sr. Jânio, é natural que o Grupo se tenha desfeito, o que também aqui, com os que tinham sido designados, pelas classes produtoras e pelo Governo, para idêntico trabalho. [...]

Tendo sido adiado o concurso, e embora ainda sem ter reassumido as funções de Secretário Executivo da Codeal, isso por estar dirigindo o Seminário Sócio-Econômico de Alagoas, recentemente encerrado, compareci a penúltima reunião da SUDENE, dois ou três dias após o seu estimado telegrama. Lá cuidei imediatamente da grande reivindicação de Penedo – a ligação JUNQUEIRO-PENEDO -, incluída no Plano Estadual de Pavimentação e, posteriormente, colocada no Plano da Sudene. Por duas vezes após a reunião de Janeiro, engenheiros da Sudene estiveram aqui e não sei se foram até Penedo – colhendo elementos para a execução daquela rodovia, cujo projeto já está pronto, com custos calculados e tem verba orçamentária para o ano de 1962. Sugiro, como melhor solução para uma mais EFETIVA (de nossa parte ou de quem comparecer à Sudene) ação em defesa das reivindicações de Penedo, que aquele Grupo idealizado para o Encontro com o Presidente volte a funcionar, coordenando todos os elementos que possibilitem uma melhor informação e justificação dos assuntos do interesse do município. Os resultados do trabalho desse Grupo serviriam tanto para a Sudene, como para outros órgãos federais, como para ação junto aos nossos operosos parlamentares federais, e para o Governo do Estado. [...]

Aproveito a oportunidade para enviar-lhe uma pasta completa com todos os documentos que discutimos, durante 3 dias, nos debates do “SEMINÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE ALAGOAS”, concluído nos dias 25-26-27 de janeiro findo.

Infelizmente, como coincidira a data com a inauguração do Hotel S.Francisco, Penedo não enviou a sua delegação, embora tenha sido presente, e bem presente, na pessoa do Dalmo.”

as reivindicações consideradas secundárias em face às demandas do aeroporto e da ponte, à exemplo da pavimentação do trecho rodoviário até o município de Junqueiro⁷⁸.

Em relação à demanda sobre o aeroporto de Penedo, entretanto, um ofício do Ministério da Aeronáutica colocou em suspenso as expectativas quanto ao asfaltamento da pista de pouso e a reabertura de suas operações. Assinado pelo chefe de gabinete do Ministro, Brigadeiro-do-Ar Jacintho Pinto de Moura, a mensagem interdita a ambição das “classes produtoras” em recuperar a rota aérea para Penedo e aponta o transporte rodoviário como a alternativa viável diante de sua localização geográfica e do planejamento estatal.

Em atenção ao Requerimento datado de 30 Jul 62, dessa Associação, solicitando a este Ministério a conclusão das obras do aeroporto de PENEDO, incumbiu-me o Senhor Ministro de informar a V. Sa que, após ouvir os órgãos técnicos e considerando que aquele aeroporto não foi incluído no Plano Aeroviário Nacional, assim como no Plano Diretor de Aeroportos da Região Nordeste, dada a sua proximidade com ARACAJÚ – 85 kms – e MACEIÓ – 115 kms, com acesso através das estradas vicinais de conexão à BR – 11, e integrante do Plano Rodoviário Nacional com pavimentação programada; considerando ainda que já foi escala permanente, suprimida por não oferecer rentabilidade, os mesmos órgãos foram de parecer que o mencionado aeroporto deva permanecer com suas características atuais.⁷⁹

Além de anunciar a interrupção das obras de pavimentação da pista de pouso do aeroporto de Penedo, a mensagem prenuncia também traçado de obras desfavorável ao município no Plano Rodoviário Nacional. O desejo de colocar Penedo na rota das rodovias federais através da construção da ponte sobre o Rio São Francisco vai se desvanecer diante do planejamento da União. Isso não impede que parlamentares alagoanos levem sua reivindicação adiante nas casas legislativas de que são representantes. Foi o que fez o deputado estadual Henrique Equelman ao encaminhar requerimento à Presidência da Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas, aprovado em sessão no dia 4 de julho de 1963,

⁷⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Brasília, 14 mar. 1962, Telegrama. “URGT PRESIDT ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PENEDOAL = x 932) de RIOGB 167 30 8 18 – TENHO SATISFAÇÃO COMUNICAR PRESADO AMIGO CONSEGUI MINISTRO VIRGILIO TAVORA EXCLUSÃO PLANO ECONOMICA VERBA DESTINADA CONSTRUÇÃO LIGAÇÃO PENEDO JUNQUEIRO VALOR SEXTENTA MILHÕES CRUZEIROS ABRS SEGISMUNDO ANDRADE.” A expressão “exclusão” causa dúvida no sentido da ação, mas se for considerada a menção feita por Lincoln Cavalcante, na nota 31, se depreende que trata-se da confirmação de liberação dos recursos alocados para a referida obra. Outra notícia de liberação de recursos no mesmo período pode ser encontrado em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_06&pagfis=4440&url=http://memoria.bn.br/docreader# - “Liberada Verbas para a Estrada da Produção”, no valor de 300 milhões de Cr\$.

⁷⁹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Brasília, 12 nov. 1962, Ofício nº1702/2GM4.

em que seis deputados⁸⁰ subscrevem o pedido de revisão do traçado da rodovia previsto no Plano Rodoviário Nacional.

Penedo e tôda uma vasta região de Alagoas estão ameaçadas de sofrer clamorosa e revoltante injustiça.

Assim, com o presente requerimento, desejamos levar ao conhecimento do eminente Presidente da República e do Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, êsse fato que, se concretizado como está previsto, vem irremediavelmente estrangular a economia e o desenvolvimento de uma das regiões mais futuras e produtivas do Estado.

Trata-se do seguinte: é o Plano Rodoviário do Governo Federal ligar o Sul ao Norte do País por rodovia asfaltada.

A obra é de alto alcance econômico e de vital importância para a Nação. [...]

Do Estado de Sergipe, a referida estrada deveria atingir a cidade de Penedo, em direção da nossa capital e nao como está atualmente traçada, em demanda do município de Porto Real do Colégio.⁸¹

Tal requerimento ecoou igualmente entre os congressistas alagoanos na Câmara Federal, dando origem ao Projeto de Lei elaborado pelo deputado Geraldo Sampaio (UDN/AL), que destinava recursos para a obra de construção da ponte no Plano Rodoviário Nacional.

A ligação entre as cidades de Penedo e Neópolis, a primeira no Estado de Alagoas, e a segunda no Estado de Sergipe, constitui elemento vital a economia dos dois Estados. Sobre ser a ligação economicamente mais viável, é ainda uma antiga aspiração dos dois grandes centros de interior daqueles Estados. A integração dos dois municípios, e por consequência, de vasta região do Sertão alagoano e sergipano, significará, sem qualquer dúvida, uma excepcional oportunidade de desenvolvimento para ambas as regiões. Não podemos deixar de ressaltar a importância social do empreendimento, pelas facilidades que virá oferecer às populações dos municípios beneficiados. A integração das duas cidades – para não nos referirmos às respectivas zonas de influência – é de tal maneira efetiva, que um grande número de residentes em uma das cidades, trabalha na outra.⁸²

Todos esses acontecimentos contribuíram para que as diferentes forças locais aglutinassem seus interesses em torno de reivindicações comuns, e que foi se constituindo em uma experiência histórica para sua formação enquanto classe. Em face do estrangulamento das alternativas de transporte para a região franciscana, por sua vez, outros grupos sociais aproveitariam essa conjuntura para se organizarem em novas categorias de trabalhadores⁸³.

⁸⁰ Além do referido deputado, subscrevem: Machado Lôbo, Dionísio de Góis, Luiz Coutinho, Pedro Timóteo e Nelson Costa.

⁸¹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Maceió, 8 jul. 1963, Ofício ALE, nº734/63-P.

⁸² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Brasília, 8 nov. 1963, Minuta de projeto de lei, nº/63.

⁸³ Essa também foi a situação dos trabalhadores que operam as embarcações (lanchas e balsas, principalmente) para a travessia do Rio São Francisco, já que a ponte nunca foi construída.

Ainda que gradualmente em poucos setores, esse foi o caso da “Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários de Penedo”, entidade criada para congregiar os interesses dos trabalhadores do transporte rodoviário, que dirigiu sua primeira circular à Associação Comercial de Penedo.

Circular n.1

Ilmo Sr. Presidente:

Temos o máximo prazer de comunicar-vos, que no dia 3 (três) do corrente, foi fundado a Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários de Penedo, de acôrdo com o artigo 159, de nossa carta magna, e de conformidade com o artigo 511 do CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº5452 de 1º de maio de 1943.

Alegamos, que a reunião teve início às 9 (nove) horas, na sede da Delegacia do Sindicato dos Estivadores, a Rua Sete de Setembro, n. 62 com a presença de mais de quatro dezenas de profissionais rodoviários; sendo que a sua diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Otavio Xavier
Secretário: Hélio Santos
Tesoureiro: Manoel Afonso Araújo

Donde esperamos contar com o vosso valioso apoio, para melhor evolução desta entidade de classe, sinceras saudações Sindicais.⁸⁴

Esse período de intensas mudanças em Penedo e adjacências contou ainda com outras iniciativas⁸⁵ que trariam modificações nas formas de comunicação e difusão de novas tendências culturais no período em estudo. Trataram-se da criação da Emissora São Francisco AM⁸⁶, do Cine São Francisco⁸⁷ e da Companhia Penedense de Telefone⁸⁸.

2.2 Luz elétrica e água encanada

A estruturação do fornecimento de luz elétrica e água encanada representaram também mudanças de enorme significado para a vida social e econômica do município naqueles anos. Não por acaso, sua efetiva implantação gerou grandes expectativas em setores da opinião

⁸⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Correspondências diversas (1960 – 1963). Penedo, 5 jun. 1962, Circular nº1.

⁸⁵ Esses dois aspectos serão melhor desenvolvidos posteriormente.

⁸⁶ CASA DO PENEDO. A emissora Rio São Francisco em fase comercial. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago. 1959, p.4; CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Projeto de Lei 492. Penedo, 18 mai. 1960.

⁸⁷ CASA DO PENEDO. Cine São Francisco. Programação de 10 à 17/5/59. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 mai. 1959, p.4. A programação semanalmente era publicada na página quatro de sua edição. Consta que sua inauguração ocorreu em 31 de janeiro de 1959, mas não se localizou a edição com essa informação durante as consultas.

⁸⁸ CASA DO PENEDO. Serviço Telefônico para Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 mai. 1959, p.1; CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Projeto de Lei 503. Penedo, 23 set. 1960; CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Projeto de Lei 506. Penedo, 17 out. 1960; CASA DO PENEDO. O telefone e os trotes. *Jornal de Penedo*. Penedo, 9 out. 1960, p.4;

pública penedense, intensificadas pelos atrasos ocorridos nos cronogramas de obras. O assunto veio à capa do Jornal de Penedo, em matéria intitulada “Sem luz e sem água”, no dia 19 de janeiro de 1958, na qual o jornal explorou a situação de incerteza em que se encontrava o município ribeirinho. “Penedo, a segunda cidade de Alagôas e que às vezes, ostenta também o título garboso de “Princesa do São Francisco”, está reduzida, hoje, á triste situação de uma “urbs”, sitiada, privada de luz e de água.” Outrora abastecida em sua área central pelos motores à combustão da Empresa de Luz e Água, obsoletos e desgastados pelo uso, a municipalidade ribeirinha enfrentava agora o anseio em renovar seus serviços de abastecimento.

Para tanto, em 30 de julho de 1957, a prefeitura municipal firma um acordo com o Serviço Especial de Saúde Pública e “cede o privilégio de exploração do serviço de água em nossa cidade⁸⁹”, que até então vinha sendo realizado pela Empresa de Luz e Água. Fica definido que o mesmo se compromete em manter o funcionamento do serviço de abastecimento de água pelos próximos seis meses, quando o novo sistema e todas as ligações domiciliares deverão entrar em funcionamento. “Findo este praso em 30 de Janeiro de 1958, portanto, esta Empresa cessará impreterivelmente, o seu fornecimento de água.” Apesar da diretoria se congratular com os consumidores e o povo de Penedo “pela concretização desse novo e modelar serviço de abastecimento de água, mais um marco no progresso em nossa cidade”, não foi o que aconteceu na realidade. Dificuldades de ordem técnica retardaram a realização dessas previsões, já sob a coordenação do Serviço Especial de Saúde Pública.

A continuidade da reportagem, de 19 de janeiro de 1958, denuncia a frustração com que o teste de funcionamento do serviço d’água acometeu a população local.

O problema de abastecimento d’água estava entregue ao SESP. Sua divisão de engenharia especializada se encarregou da construção desse serviço público para nossa cidade. Tudo pronto, esperou-se longo tempo pela inauguração. E quando a Superintendência do SESP ordenou o “test” de experiência, os canos submersos no rio começaram a vasar e a água não fluiu na rede de distribuição.⁹⁰

Ainda na edição do mesmo dia, por sua vez, o diretor de engenharia do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) do Programa Nordeste não hesita em emitir nota de esclarecimento sobre a impossibilidade de cumprimento do prazo previsto. As cheias do Rio São Francisco formaram um obstáculo natural a ser considerado.

⁸⁹ CASA DO PENEDO. Empresa Penedense de Luz e Agua, *Jornal de Penedo*, 8 de ago. 1957, p.4.

⁹⁰ CASA DO PENEDO. Sem luz e sem água, *Jornal de Penedo*, 19 de jan. 1958, p. 1

O Serviço de Especial de Saúde Pública leva ao conhecimento do público que o funcionamento do serviço de abastecimento d'água não poderá ser iniciado neste mês, como previsto, uma vez que se verificou um acidente na linha de recalque, em zona já coberta pelo rio, tornando-se inexequível o devido reparo, apesar das diversas tentativas feitas no sentido de corrigir o defeito constatado. A operação normal do serviço, em face do exposto, só poderá ser iniciada após a baixa das águas, quando se executar o reparo que se faz necessário.⁹¹

De maneira análoga, a questão da nova rede de eletrificação da cidade mobiliza os acionistas da Empresa Penedense de Luz e Água S/A, que em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 17 de setembro de 1957, discutem “assunto relativo à concessão de licença à Diretoria para contrair empréstimo na Caixa Econômica Federal do Estado de Alagoas, destinado à reforma da rede de distribuição da cidade, para receber energia da Chesf.⁹²” Nenhuma informação adicional se encontrou nas edições seguintes do Jornal, a propósito das decisões tomadas pelos acionistas nessa assembleia⁹³.

Poucos dias depois, em 22 de setembro, a matéria “Energia de Paulo Afonso para Penedo” festejaria em tom otimista a conclusão dos trabalhos de planejamento “para a construção da torre que terá de sustentar, na Pedra de São Pedro, o cabo de transmissão sobre o rio. A obra de construção dessa torre deverá iniciar-se dentro de poucos dias”. Conforme a matéria, a cooperação financeira da Comissão do Vale do São Francisco fora estabelecida com êxito junto ao Governo Federal, restando apenas a mobilização da equipe técnica da Chesf para o sucesso da empreitada. Segundo o jornal, o crescimento das atividades econômicas definitivamente se atrelava ao processo de reconversão energética, “com base nessa fonte abundante de potencial elétrico” proveniente das turbinas de Paulo Afonso.

Não era apenas a iluminação urbana, particular e pública, que se via ameaçada de colapso pelo cansaço natural em que se encontram os motores da Empresa de Luz e Água, mas de um modo geral o progresso industrial do nosso meio, que vai encontrar na CHESF o seu melhor estímulo de expansão e desenvolvimento. O interesse que o povo de Penedo põe nessa questão da energia de Paulo Afonso tem sua inteira justificativa. Nossa cidade como que está com seus problemas imobilizados, á espera que esse acontecimento se concretize. Daí a natural ansiedade pública com que se acompanham as <<demarches>> estabelecidas em torno dessa espécie de <<delenda Cartago>>. De fato, é um pouco torturante vermos, do outro lado do rio São Francisco, a Passagem e a Vila do Carrapicho com as luzes de Paulo Afonso e nossa cidade numa atitude de demorada súplica para que o milagre do <<fiat>> também se estenda por estas bandas de Alagôas.⁹⁴

⁹¹ CASA DO PENEDO. Serviço de abastecimento d'água de Penedo. *Jornal de Penedo*, 19 de jan. 1958, p. 1.

⁹² CASA DO PENEDO. Empresa Penedense de Luz e Água S/A. *Jornal de Penedo*, 8 de set. 1957, p. 4.

⁹³ Sabe-se apenas que em sua pauta estava prevista também discussão referente à cessão do serviço de abastecimento de água ao órgão federal, o SESP. O teor dessa discussão tampouco foi possível se ter acesso a partir do material colhido nas fontes consultadas.

⁹⁴ Casa do Penedo, A Energia de Paulo Afonso para Penedo, *Jornal de Penedo*, 22 de set. 1957, p. 1.

O esgotamento dos motores à combustão da Empresa de Luz e Água, de fato, era um limitante tecnológico importante para as empresas localizadas nas margens alagoanas do São Francisco, que tardavam em reconverter seu maquinário ao uso da nova fonte de energia. Talvez o caso mais emblemático tenha ocorrido no setor têxtil, com a falência da Companhia Penedense de Tecidos, que encerraria suas atividades produtivas ainda dependente do abastecimento de energia à base de combustível fóssil (motor Houdsson 72 cavalos⁹⁵). A menção que a reportagem faz às luzes do outro lado do rio, especialmente em referência à localidade chamada de “Passagem”, ressalta o fornecimento de energia elétrica no setor têxtil sergipano, com pelo menos dois anos de antecedência, a exemplo da Fábrica Peixoto, Gonçalves & Cia instalada naquela localidade. Essa reconversão energética talvez tenha favorecido a continuidade das atividades produtivas dessa empresa em um momento de forte crise do setor têxtil nacional, associado a outros aspectos da política de incentivo industrial operados pelo governo sergipano.

Sabe-se que a influência das cheias do rio São Francisco, contudo, colocavam limites ao trabalho das equipes durante os meses de verão, como se verificou com os reparos no sistema de abastecimento de água. Esse era um obstáculo a ser transposto também pelos técnicos da Chesf em seus preparativos para a construção da torre de sustentação dos cabos que atravessariam o rio durante os últimos meses do ano de 1957.

Mas havia a dificuldade do rio cheio que impossibilitava a tarefa de sondagem no terreno da chamada Pedra de São Pedro. E tivemos de esperar que o São Francisco baixasse suas águas.

Eliminados agora todos os fatores de embaraço, a CHESF parece que vai se entregar nesses próximos dias à tarefa de construção da torre para suportar o cabo aéreo. É uma obra que terá de ter um caráter de urgência porque o rio lá para o fim do ano já começa a receber <<águas novas>> e então os trabalhos de fundação da mencionada torre não poderiam ser realizados.

Os dirigentes da Cia. Hidroelétrica estão, entretanto, perfeitamente ao par dessa periodicidade das enchentes normais do São Francisco e asseguram que a extensão do cabo de transmissão para o transporte da energia para Penedo se fará no decorrer de um prazo que se antecipará à cheia do rio.⁹⁶

Embora o otimismo com a racionalização no planejamento dos órgãos federais seja evidente no discurso dos formadores de opinião pública (em particular na editoria do Jornal de Penedo), sabe-se que a instalação das torres de transmissão pela Chesf frustraria por mais alguns meses as expectativas de reconversão econômica e social depositadas na energia fornecida pela usina hidrelétrica de Paulo Afonso. O assunto foi assim descrito, em princípios

⁹⁵ ACERVO DO FORUM DE PENEDO. Processo nº 620. Penedo, 30 de ago. 1958.

⁹⁶ CASA DO PENEDO. A Energia de Paulo Afonso para Penedo. *Jornal de Penedo*, 22 de set. 1957, p. 4.

de 1958, ao lado dos problemas relativos ao abastecimento d'água enfrentados pelo SESP, ainda em matéria do dia 19 de janeiro.

O problema da luz estava confiado á Chesf, que, pelos cálculos e pelas promessas solenemente renovadas, já devia, há mais de um ano, ter estendido até Penedo os fios condutores da energia da Paulo Afonso. Os calculos e as promessas falharam e a cidade vive presentemente mergulhada em trevas, já que os motores da Empreza de Luz e Água cumpriram heroicamente a sua missão, dando o que podiam dar.⁹⁷

Para que as obras se efetivassem, não obstante, a administração pública levava à termo uma forte mobilização junto aos órgãos federais responsáveis pela execução das respectivas melhorias. Tal tarefa política nem sempre surtia efeito no tempo desejado. Ao menos não sob o tempo cíclico da natureza que governava as cheias do São Francisco. Restava confiar ao tempo cronológico a solução das “angustias e das urgências” nas relações entre o poder local e o governo federal.

O Snr. Prefeito Municipal tem diligenciado, em apelos aflitivos á Chesf, á Comissão do Vale do São Francisco e ao Sesp, para obter uma solução para esses problemas, tão diretamente relacionados com os encargos das responsabilidades da administração local. Mas todos esses louváveis esforços de nosso ilustre edil não alcançaram ainda a desejada repercussão. E só nos resta mesmo a esperança de confiar no tempo, que encerra, afinal, a chave de todas as nossas dificuldades, embora sem as angústias e as urgências de que se acompanham nossos pobres reclamos humanos.⁹⁸

Certamente as angústias e as urgências em relação ao que eram os “pobres reclamos humanos”, como se referiu o autor, se diferenciavam conforme os diferentes grupos sociais existentes na sociedade naquela conjuntura. Enquanto se encaminhavam as obras de infraestrutura (sobre e sob as águas), as equipes de instalação dos respectivos serviços em solo se organizavam para efetuar a ligação de potenciais novos consumidores às redes de distribuição de luz e água.

No caso das ligações de energia elétrica, as normativas técnicas referentes às instalações domiciliares e industriais remontam ao ano anterior. No dia 17 de novembro de 1957, a diretoria da Empresa de Luz e Água trouxe à público as primeiras deliberações tomadas na reunião dos acionistas dois meses antes. A mensagem se dirige aos consumidores e informa que estão iniciados os trabalhos de reforma total da rede de distribuição elétrica na cidade. Segundo o informe, as exigências são mínimas e dizem respeito somente às modificações necessárias à boa ordem dos serviços, tendo em vista o pronto atendimento das

⁹⁷ CASA DO PENEDO. Serviço de abastecimento d'água de Penedo. *Jornal de Penedo*, 19 de jan. 1958, p. 1.

⁹⁸ CASA DO PENEDO. Sem luz e sem água, *Jornal de Penedo*, 19 de jan. 1958, p. 1

solicitações de ligação de todos os interessados. Diz o informe ainda que em virtude das despesas com a reforma da rede, a Empresa não poderá adquirir inicialmente todos os medidores necessários, motivo pelo qual incentiva os consumidores a adquirirem seus próprios equipamentos (sendo o valor do medidor deduzido mensalmente nas contas de luz, até que os mesmos voltem a ser de propriedade da Empresa). Em relação aos usuários de energia elétrica com fins industriais, a diretoria recomenda que seja feita comunicação em seu escritório, para que a instalação de postes e transformadores especiais seja prevista no plano de reforma da rede. Na continuação do comunicado, sob o título “Exigências Para Ligações Elétricas Em Domicílio”, a empresa elenca em oito artigos um esboço de regulamento das exigências para as ligações da nova rede de distribuição.

Seis meses se passam desde a primeira normativa e uma nova comunicação é publicada no *Jornal de Penedo*, em 11 de maio de 1958, desta vez, de advertência quanto à ocorrência de ligações não autorizadas feitas por pessoal não qualificado. A diretoria da Empresa de Luz e Água reforça a normativa técnica que emitira outrora, advertindo a interdição do trabalho de eletricitas particulares na nova rede elétrica. Com isso, um gradual processo de regulação social do trabalho se instala por meio de novas relações de consumo, mediante a fixação de critérios de qualificação para as atividades laborais no ramo do setor elétrico.

Srs. Consumidores

Conforme já é de domínio público, os serviços de ligação de fios dos isoladores nas fachadas das residências, aos postes da nova rede, só poderão ser executados por eletricitas da Empresa, não estando os Srs. eletricitas autorizados a fazê-los. Os Srs. consumidores que consentirem na execução destes serviços por eletricitas que não os da Empresa, sujeitam-se a terem suas ligações cortadas para posterior fiscalização por eletricitas da Empresa.

Estes serviços serão executados sem nenhum ônus para os Srs. consumidores, não devendo os Srs. consumidores se algum eletricista da Empresa cobrar o que quer que seja, ficando a Direção agradecida se a ela fôr dado ciência desta ocorrência.

No caso, porém, de ter sido feita uma ligação dessa natureza por eletricista particular, e tiver que ser cortada para verificação e posterior religação a Empresa se reserva o direito de cobrar nova taxa de ligação.⁹⁹

Enquanto isso, as obras de ampliação da malha de abastecimento d'água progridem, relativamente, nas mãos do Serviço Especial de Saúde Pública, embora não sejam poucas as manifestações de insatisfação na opinião pública local. Foi o que aconteceu, em 29 de junho de 1958, através da matéria intitulada “APÊLO AO SESP”, quando moradores se queixam sobre a falta de tubulação em uma área central da cidade.

⁹⁹ CASA DO PENEDO. Empresa penedense de luz e força S/A. *Jornal de Penedo*, 11 de mai. 1958, p. 4.

Vários apelos e reclamações (inclusive abaixo assinados) já foram encaminhados ao SESP, sem que apareça uma solução satisfatória para o caso. Esta via pública *que também figura no mapa da cidade*, é a Rua Prof. Ulisses Batinga.

Contando com grande número de moradores, êstes, infelizmente, não tiveram a dita de passar pela frente de suas casas a encanação necessária. Não sabemos por quê. Se bairros mais distantes foram beneficiados, por que somente aquêle trecho não o foi? Como já estamos cheios de promessas, venho, pois, públicamente, em nome dos residentes naquela rua, fazer um apêlo nesse sentido. Se, porém, não fôr atendido continuarei a bater na mesma tecla até que sejam satisfeitas as justas reivindicações dos moradores da nova artéria.¹⁰⁰

Ao que indica essa manifestação, bairros distantes teriam sido contemplados com a instalação do novo sistema de abastecimento, o que sugere que sua ausência em áreas mais próximas tenha se dado mais por falhas de planejamento do órgão, talvez por se tratarem de áreas de urbanização recentes, do que por alguma forma de seletividade em favor de determinados bairros. Essa é uma afirmação que não se pode fazer, no entanto, a partir das evidências consultadas nessa fonte. Pode-se afirmar somente, com base na matéria “O Serviço d’água”, publicada em 26 de outubro, que tão logo se iniciou o serviço de distribuição de água, quatro meses depois, novas e antigas manifestações vieram a público.

Ainda bem não se completou a tarefa de distribuição domiciliar da rede de abastecimento d’água de nossa cidade e já começam a se acumular as reclamações contra a qualidade do líquido que o SESP está oferecendo a nossa população.

A água não só é de aspecto turvo, mas possui um teor exagerado de substância ferruginosa que chega a manchar os utensílios domésticos.

Se não fôr feito o necessário tratamento para sanar essas impurezas nem mesmo para os misteres da cocção dos alimentos essa água servirá.¹⁰¹

Apesar da constatação da qualidade duvidosa do líquido que brotou nas residências atendidas pelo Serviço Especial de Saúde Pública¹⁰², a previsão da chegada dos novos serviços alimentava as expectativas de melhoramento dos serviços urbanos em Penedo, havia anos. Poucos dias antes, em 12 de outubro, a matéria “LUZ E ÁGUA” comemorava os benefícios que esses serviços representariam para a vida social e econômica da cidade ribeirinha. Para o autor do texto, em resumo, a questão de fundo sobre o fornecimento de energia elétrica se liga ao bem estar dos grupos abastados da cidade, já habituados ao convívio social noturno. Já o fornecimento de água parece se relacionar, principalmente, às

¹⁰⁰ CASA DO PENEDO. APÊLO AO SESP. *Jornal de Penedo*, 29 de jun. 1958, p. 4.

¹⁰¹ CASA DO PENEDO. O Serviço d’água. *Jornal de Penedo*, 26 de out. 1958, p. 1.

¹⁰² A cargo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), autarquia municipal criada para assumir esse serviço, que passou a atender a população penedense a partir de 1958. Em 21 de dezembro desse ano, pelo menos, a nova autarquia já disponibilizava aos interessados a contratação do serviço de ligação de água, inclusive com a possibilidade de pagamento em até seis vezes.

preocupações de saúde e higiene relacionadas às parcelas mais empobrecidas da população. Trata-se da transcrição de uma matéria encontrada na coluna “Atualidades”, na íntegra, que permite sondar valores, normas e ritmos sociais em construção junto com as perspectivas de mudança associadas à chegada desses serviços.

Depois de uma série de dificuldades e embaraços, nossa cidade se encontra às vésperas de resolver dois problemas fundamentais de sua vida: o problema de água e o de sua iluminação.

A energia de Paulo Afonso não vai apenas nos livrar do suplício da escuridão que estava dando um ar de prisão à vida noturna de Penedo, mas descortinará também uma era nova para o desenvolvimento industrial de nossa zona.

Quanto ao abastecimento d’água é um problema intimamente relacionado com a saúde e a higiene de nossa população.

Nenhuma cidade tem assegurado o progresso sem esse serviço público essencial.

Penedo está com duas conquistas imprescindíveis ao bem-estar dos seus habitantes. Temos outros problemas urbanos a resolver, mas o orçamento municipal onerado de compromissos não pode enfrenta-los senão lentamente.

Já devemos nos considerar muito felizes por ver concretizados esses dois grandes anseios de nossa população.

A própria fisionomia da cidade vai se tornar mais alegre e movimentada com o advento da iluminação. No escuro em que estamos mergulhados, até as ocorrências sociais, que formam a tradição do nosso meio, estavam sofrendo uma espécie de apagamento e eclipse.

Felizmente, em breves dias, vamos nos libertar das trevas. E a cidade novamente iluminada retomará seu ritmo normal, entregando-se aos costumeiros hábitos de comunicação e de alegria. O serviço de abastecimento d’água já está em plena fase de realização, com a extensão de sua rede de abastecimento às residências.

A luz de Paulo Afonso chegará também dentro de pouco tempo, encerrando-se assim um período de desconforto em que viveu por mais de dois anos nossa população. Período de sofrimento e humilhação para uma cidade com os fôros de civilizada, como é Penedo.¹⁰³

O desfecho das obras de iluminação pública em Penedo veio ocorreu no mês de novembro de 1958, encerrando um ciclo de escuridão (e suposto atraso) que durou cerca de dois anos. Duas matérias trataram sobre o assunto nos dias subsequentes. Em 23 de novembro, a matéria intitulada “PENEDO DE PARABÉNS” trazia a público a narrativa de sucesso da “Operação Paulo Afonso”, anunciando o começo de uma nova era como motivo comemoração para “os penedenses”.

Era uma vez um candeeiro bruxuleante e uma velinha a tremeluzir sôbre uma mesa. Terminou a escuridão que sufocava a cidade. Ao lusco-fusco dos quebra-luzes sucedeu a farta incandescência, oriunda do limiar de uma nova era. A energia de Paulo Afonso correspondeu à expectativa do penedense que, por quase dois anos, suportou com resignação o blecaute de que foi vítima. Trechos nunca dantes iluminados encontram-se beneficiados pelo inigualável potencial da CHESF.

O povo entusiasmado, já demonstrava todo júbilo na véspera da inauguração oficial, acorrendo às ruas e festejando o grande evento. E, no dia 15 de novembro, era feita a inauguração na praça Floriano Peixoto, ligando-se as chaves de controle de

¹⁰³ CASA DO PENEDO. LUZ E ÁGUA. *Jornal de Penedo*, 12 de Out. 1958, p. 1.

distribuição da luz, para toda a cidade. Notava-se na fisionomia popular, o contentamento reinante em seus corações.¹⁰⁴

Em 7 de dezembro, a matéria intitulada “Fiat Lux” reforçou o significado da energia elétrica para a instalação de novas dinâmicas na vida social e econômica da cidade, fazendo questão de mencionar os créditos da alvissareira empreitada, com reconhecimento incomum ao nome de um industrial da região.

Além das gestões oficiais do Snr. Prefeito Municipal, das diligências valiosas do Exmo, Snr Bispo Diocesano, das providências da Associação Comercial e do clamor geral, contamos com a dedicação incedível desse jovem penedense, de acendrado espírito público, que é o Dr. Roberto Peixoto. Ele tomou um interesse absorvente pela solução do problema.

As homenagens que foram rendidas ao Dr. Roberto Peixoto, nas solenidades de que marcaram a inauguração da iluminação da cidade com a energia de Paulo Afonso, encontram perfeita justificação.

O Dr. Roberto Peixoto foi, sem nenhum favor, um herói da longa e penosa batalha para trazer a Penedo os cabos de transmissão da Chesf. E nunca é demais reconhecer o mérito de um esforço realizado com desprendimento em favor da coletividade.¹⁰⁵

Nas palavras do jornalista, não sem razão, o heroísmo dessa empreitada se incarnou na pessoa de Roberto Peixoto, principal herdeiro das relações entre esse grupo familiar e a história recente de Penedo, notadamente entre os interesses do “conglomerado” econômicos Peixoto, Gonçalves e & Cia. e o avanço das forças produtivas na região do baixo São Francisco. Os laços dessas relações foram ilustrados pelo Jornal de Penedo, em matéria publicada em 17 de novembro de 1957, sob o título: “A FIRMA PEIXOTO, GONÇALVES & CIA. COMPLETA MEIO SÉCULO DE EXISTÊNCIA”.

Todos nós reconhecemos que Peixoto, Gonçalves & Cia. representam, hoje em dia, um patrimônio da economia de toda a região do baixo São Francisco. Esse patrimônio se construiu lentamente, ao longo de meio século, com a colaboração de mais de uma geração, e sempre sob uma tradição reconhecida de um esforço honesto e realizador.

Se geograficamente as indústrias mantidas pela firma Peixoto, Gonçalves & Cia. se localizam no fronteiro Estado de Sergipe, podemos dizer que suas raízes estão plantadas em Penedo, não porque são filhos de nossa terra, não só os seus chefes e dirigentes, como centenas de operários que se integram nas atividades da mencionada Empresa.

As condições de florescente progresso e, ao mesmo tempo, de sólida estabilidade não se teriam, entretanto, assegurado para a firma Peixoto, Gonçalves & Cia., no decorrer de tantos anos, se os responsáveis pela condução dos seus negócios se tivessem apegados exclusivamente à idéia absorvente da acumulação dos lucros privados e não tivessem distribuído também o fruto do seu trabalho e iniciativa em benefícios de assistência social para seus servidores.

¹⁰⁴ CASA DO PENEDO. PENEDO DE PARABÉNS. *Jornal de Penedo*, 23 de Nov. 1958, p.1.

¹⁰⁵ CASA DO PENEDO. Fiat Lux. *Jornal de Penedo*, 7 de Dez. 1958, p.1.

É um acontecimento que marca o triunfo do trabalho, da persistência e da probidade, servidos pelos mais louváveis sentimentos de compreensão humana.¹⁰⁶

Como mencionado anteriormente, a empresa atuava no ramo da indústria de tecidos no vizinho Estado de Sergipe desde o ano de 1907, tendo investimentos também nos ramos da produção de óleos e transporte marítimo de cabotagem. Aliás, é devido aos “préstimos” da Peixoto, Gonçalves & Cia. em transportar as peças metálicas para a construção das torres de transmissão com uma de suas embarcações, que o projeto de eletrificação penedense deve seu avanço. O assunto foi abordado em 8 de julho de 1958, sob o título “AS TORRES”, na qual é noticiada a chegada do navio Brasiluso com o material da Chesf.

Finalmente estão chegando pelo <<Brasiluso>> as estruturas metálicas das “torres” que vão servir de suporte á sustentação dos cabos de transmissão da energia de Paulo Afonso para Penedo. [...] Escrevemos esse pequeno comentário somente para festejar esse acontecimento realmente alviçareiro que é a chegadas das suspiradas “torres”. [...] Temos muita cousa bôa a inaugurar em nossa cidade, como sejam o Hotel e o cinema São Francisco, mas todos esses empreendimentos urbanos só entrarão em funcionamento com a energia de Paulo Afonso. Que venham, pois, quanto antes, os kilowats da cachoeira.¹⁰⁷

No final do texto, o jornalista destaca ainda a expectativa de inauguração de outros dois estabelecimentos comerciais bastante aguardados na época, o hotel e o cinema São Francisco, investimentos pertencentes ao mesmo grupo familiar antes referido. Como mencionado pela reportagem, tais empreendimentos eram tributários igualmente das garantias de fornecimento contínuo de energia elétrica, tendo eles se tornado emblemas do projeto de mudança dos modos de vida para certos grupos populacionais, especialmente devido a sua arquitetura e decoração em estilo moderno que contrasta com as linhas arquitetônicas coloniais predominantes na no centro da cidade.

Ao longo dessa seção abordou-se parcialmente o processo de reestruturação dos serviços de luz elétrica e água encanada no município de Penedo. Essa reconstituição procurou descrever o significado desses serviços públicos para o processo de mudança na vida social e econômica do município, com implicações diferenciadas nos modos de vida e de trabalho¹⁰⁸ dos grupos sociais que constituíam a sociedade penedense naquela conjuntura.

¹⁰⁶ CASA DO PENEDO. A FIRMA PEIXOTO, GONÇALVES & CIA. COMPLETA MEIO SÉCULO DE EXISTÊNCIA. *Jornal de Penedo*, 17 de Nov. 1957, p. 1.

¹⁰⁷ CASA DO PENEDO. AS TORRES. *Jornal de Penedo*, 8 de Jul. 1958, p. 1.

¹⁰⁸ CASA DO PENEDO. S.A.A.E., falta d'água e exploração. *Jornal de Penedo*, 6 nov. 1960, p. 1. Após a implantação do serviço em 1958, há uma interrupção no serviço de fornecimento de água encanada na cidade. Essa situação gera um interessante relato de como transcorria a captação de água antes da implantação do sistema de fornecimento residencial. “Com períodos, que vêm se amudando, ultimamente, o Serviço Autonomo de Agua de nossa cidade tem sofrido interrupções no fornecimento do precioso líquido à nossa população. Antes

2.3 Educação como escolarização

O avanço do ensino no município de Penedo é outro elemento significativo para entender as mudanças nos modos de vida e trabalho de suas populações. A presente seção recupera alguns fragmentos dessa história que ilustram sua evolução, observando as experiências educativas que integraram a temporalidade em destaque neste estudo. O objetivo da seção é evidenciar a estruturação de percursos escolares pouco diversificados no que diz respeito à oferta de ensino público, e que se mostrou insuficiente para uma maior hierarquização da sociedade em termos de acesso de certos grupos ao conjunto de posições e papéis sociais existentes.

A obra educacional herdada do regime monárquico foi modesta. Se as cifras informam a incapacidade do Império de promover o ensino público em quantidade suficiente em Alagoas, as sucessivas reformas administrativas se mostraram incapazes de vencer a burocracia e os interesses privados e em controlar os recursos públicos destinados à educação. Longe de atender às necessidades básicas de uma sociedade marcada pelo analfabetismo de sua população, não obstante, em 1835, a Assembleia Legislativa da Província determinou a instalação de duas cadeiras de ensino secundário na Vila de Penedo (DA COSTA, 1931). Segundo Craveiro da Costa, é relevante na obra da historiografia da educação alagoana:

O ensino secundário, em Alagoas, precedeu ao primário. Encontramo-lo remotamente nos conventos como base na formação intelectual. Oficializou-se depois. Em 1835 contavam-se na Província 5 aulas de latim, 2 de francês, 1 de retórica, 1 de filosofia e 1 de aritmética.

Dez cadeiras de ensino secundário destinadas aos rapazes ricos, frequentadas por cento e poucos alunos.

Nesse ano, a Assembleia Provincial, que se reunia pela primeira vez, abandonou por completo o ensino primário e cuidou do secundário, criando duas cadeiras em Penedo, uma de filosofia e outra de francês. Era, aliás, o critério da época (DA COSTA, p.31-32).

No ano de 1848, apenas 22.566 indivíduos eram alfabetizados de uma população de 207.249 habitantes, sendo 59.775 em condição cativa. Em 1889, na última lei orçamentária da

do funcionamento regular desse serviço, os penedenses já haviam se acostumado com os recursos precários para seu abastecimento de d'água. Iam buscar água no rio no costado de burros ou em tambores sobre carroças. Esse aspecto já constituía até uma constante de nossa fisionomia urbana. [...] Não custava nada que o caminhão da municipalidade fosse equipado com tuneis para a distribuição d'água aos habitantes pobres. Porque nem toda casa pode pagar cem cruzeiros (e foi quanto se cobrou por um tambor d'água) para atender as imprescindíveis necessidades domésticas. O povo já está acoissado por muitas angustias e sofrimentos na quadra que atravessamos. Não vamos, pois, aumentar sua tortura com a falta d'água numa cidade, a nossa, que o destino colocou junto ao rio São Francisco.”

província, existiam 184 escolas de primeiras letras, somando cerca de 6.500 matriculados, para uma população em idade escolar de 100.000 indivíduos, de um total de 600.000 habitantes (DA COSTA, 1931).

Em Penedo, a Lei 138 de 15 de junho de 1896 representou um avanço significativo no ensino público determinando a abertura de um Liceu na cidade. Na época, existia apenas outro estabelecimento similar em Maceió, o Liceu Alagoano. O texto legislativo chegou a causar dúvidas ao poder executivo estadual, que se viu obrigado a solicitar esclarecimento em mensagem do Governador do Estado, dirigida ao Congresso Alagoano no ano seguinte.

Para que possa ser devidamente regulamentada a lei n. 138 de 15 de junho do ano passado, importa conhecer si o legislador teve em vista empregando accidentalmente a palavra <<lyceu>> no art. 5º crear na cidade do Penedo um estabelecimento com organização adequada a institutos congêneres, ou si o seu intuito foi somente dar maior desenvolvimento ao curso secundario n'aquella cidade.

Aguardo a solução do Congresso sobre este assumpto para dar prompta execução ao que houver de determinar, cumprindo-me todavia declarar desde já que na primeira hypothese advirá ao Estado crescida despeza, não aconselhada nas suas actuaes condições financeiras.¹⁰⁹

No ano de 1899¹¹⁰ estavam matriculados 203¹¹¹ alunos em 7 cadeiras (avulsas) oferecidas pelo Liceu de Penedo. Ainda naquele ano, no dia 22 de maio, a Lei 241 determinou a oferta de um Curso Normal¹¹² no mesmo estabelecimento. Dez anos após sua inauguração, porém, a Resolução 528¹¹³ suprimiu as cadeiras de latim e história natural no Liceu de Penedo, sendo a extinção definitiva do estabelecimento oficializada pelo Decreto 444, em 12 de novembro 1908. A imprensa local se manifestou logo sobre o assunto em diversos artigos publicados ao longo dos anos. Na sua edição inaugural, em 4 de janeiro de 1909, o *hebdomadário* “O Monitor” trouxe o tema na matéria de capa, intitulada “Uma aula em Penedo”. Nela, o autor faz crítica à extinção do referido estabelecimento, valendo-se de uma anedota sobre a decisão da Assembleia Provincial, de 1935, mencionada anteriormente.

¹⁰⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos presidentes dos estados brasileiros (AL) – 1890 a 1930*. Ano 1897, edição 1, p. 7.

¹¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Relatório dos presidentes dos estados brasileiros (AL) – 1890 a 1930*. Ano 1898, edição 1, p. 12.

¹¹¹ O número de alunos é diferente do apresentado por Craveiro da Costa (1931, p.35), para o qual o eram 122 alunos matriculados.

¹¹² Conforme Costa (1931, p.37), em 1899, “O curso de professoras era dado em dois anos, sendo as matérias do ensino distribuídas por duas cadeiras para cada ano. O primeiro ano correspondia – 1ª cadeira: aritmética, geometria e sistema métrico decimal; 2ª cadeira: desenho linear, caligrafia, método de ensino e suas vantagens comparativas e catecismo. O segundo ano compreendia – 1ª cadeira: aritmética, geometria e sistema métrico decimal; 2ª cadeira: noções gerais de geografia e história do Brasil, especialmente de Alagoas.”

¹¹³ Datada de 13 de junho de 1908.

As cousas da instrução n'essa terra parece que nunca foram bem fadadas. Sempre a estorva-as andaram uns tantos impecilhos, desde longa dacta, como se prova com o seguinte facto:

O Conselho Geral das Alagôas em Officio de 15 de Dezembro de 1832, acompanhado de uma resolução que creava uma aula de geometria em Penêdo, teve da regencia, pelo órgão de seu ministro Vergueiro, a resposta de que a seu tempo seria aludida resolução submetida ao alvitre da Assembléa Geral, devendo, por consequencia, nosso embryonario congresso esperar pela decisão¹¹⁴.

E ficou esperando... até q'vindo a república, poude esta terra contar com um estabelecimento secundario que tinha 8 cadeiras e serviu para ensinar muita gentil senhorita¹¹⁵ a pegar n'um livro. Infelizmente, porem, o nosso lyceu extinguiu-se, graças á inveja do povo da Capital, e á desidia de alguns penedenses, secundada pela viperina malevolencia de outros

Continuamos, portanto, n'aquella expectativa que nos era determinada no officio do ministro Vergueiro, aguardando por iniciativa publica ou particular possamos também um dia ter o nosso gymnasio, não sujeito às oscillações que mataram o primeiro que ahi começou a florescer, contando alguns de modesta gloria. [...].¹¹⁶

Por sua vez, é interessante notar que os estabelecimentos privados de ensino existentes no município mantinham relações de trabalho com educadores do Liceu de Penedo, antes e depois de sua extinção, valendo-se do prestígio de que gozava esse estabelecimento público como forma de valorizar a oferta de vagas em seus anúncios publicitários¹¹⁷. Ainda sobre sua extinção, o periódico “A Semana” publicou matéria intitulada “Melhoramentos III”, em 19 de setembro de 1909, com críticas sobre a inexistência da oferta de ensino secundário público no município, após o fechamento definitivo do Liceu de Penedo.

Quanto à agricultura, ainda está tudo por fazer na terra alagoana e nós, os penedenses, que não possuimos um lyceu de artes e officios, uma escola profissional siquer e que, com a extinção do único estabelecimento de ensino público de instrução secundária ficamos, em matéria de instrução, reduzidos às escolas primárias, devemos procurar uma compensação.¹¹⁸

¹¹⁴ Como se afirmou anteriormente, ao invés da cadeira de geometria reivindicada segundo esse comentarista, de fato, o que se instalou em Penedo foram as cadeiras de filosofia e francês, em 1835.

¹¹⁵ Aparentemente, nesse comentário o autor considera apenas o Curso Normal, o qual era frequentado majoritariamente por estudantes do sexo feminino.

¹¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. Uma aula em Penedo. *O monitor*. Penedo, 4 jan. 1909, p. 1-2. Segue o restante da matéria: “[...] Não fossemos nós tão desafeiçoados aos negocios attinentes á difusão do ensino público e ainda hoje teriamos o nosso estabelecimento secundário, completamente aparelhado para prestar optimos serviços em nosso meio, mentalmente rotineiro e atrazado, completamente esquecido do valioso concurso que a instrução traz ao progresso, quer do individuo, quer da collectividade.”

¹¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. EXTERNATO BRANDÃO. *O monitor*. Penedo, 4 jan. 1909, p. 6. “Instrucção primaria, secundaria, artistica, moral e civica. Curso nocturno para adultos. [...] Corpo docente caprichosamente escolhido e do qual fazem parte distinctos lentes do Lyceu Penedense. O externato receberá até dez alunos reconhecidamente pobres, gratuitamente.”; BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL. Collegio 11 de janeiro. *O luctador*. Penedo, 27 mar. 1908, p.5. “DIRECTOR – O Lente do Lyceu de Pênedo – Hygino Bello. Este acreditado estabelecimento de ensino, installado em vasto predio à praça S. Gonçalo mantem os cursos de primeiras letras e Madureza e ensino de linguas, pelos processos mais recomendados pela Pedagogia moderna. Mantem ainda a aula de Musica, confiada ao Maestro Tertuliano dos Santos. Aceita alumnos semi-internos e externos. [...]”

¹¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. Melhoramentos III. *A Semana*. Penedo, 19 set. 1909, p.1.

Em 1911, o Decreto 533¹¹⁹, de 14 de dezembro, veio a compensar a falta de opção dos postulantes ao ensino secundário em Penedo, com a oferta de duas cadeiras¹²⁰ (DA COSTA, 1931). Mesmo assim, era a extinção do Liceu de Penedo o que causava maior desconforto entre os grupos sociais abastados do município, que postulavam não somente a reabertura desse estabelecimento, mas também a oferta de outras modalidades de ensino. A matéria “Pela Instrução”, publicada no “Jornal do Penedo”, de 15 de novembro de 1912, refletiu essa reivindicação nesse órgão da imprensa penedense.

Para começar, acedendo ao convite gentil de um amigo, afim de prestar minha colaboração ao <<Jornal do Penedo>>, vou lançar as vistas sobre o nosso Lyceu. A nossa imprensa da terra tem feito sérios empenhos para que seja reaberto com as aulas de instrução secundária, que ali eram mantidas, ou com pequena variante. Estou de perfeito acordo, e penso que além delas, afora um curso comercial de incontestável proveito, deve o Lyceu Penedense manter um curso normal, verdadeiramente bem cuidado, com encargo de habilitar professores para as diversas escolas públicas primárias [...].¹²¹

Por sua vez, em 13 de abril de 1913, consta a fundação de um estabelecimento de ensino privado pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (depois chamado de Ginásio Imaculada Conceição). Porém, não foram encontrados registros nas fontes consultadas sobre sua fundação ou a oferta de ensino prestada pelo mesmo nesses anos.

O último golpe contra a oferta pública de ensino secundário em Penedo, nesses anos, ocorreria com a publicação do Decreto 653, de 16 de maio de 1913, em que são revogados um conjunto de atos legislativos anteriores. Entre os atos revogados incluiu-se o Decreto 533, acima mencionado. Essa informação apareceu em matéria do “Jornal do Penedo”, intitulada

¹¹⁹ Datado de 14 de dezembro de 1911.

¹²⁰ Francês e geografia.

¹²¹ Segue o comentarista elencando as características que julga serem importantes nessa modalidade de ensino. “[...] sendo o seu ensino misto, havendo para alunos e alunas lugares separados, quer no recinto do estabelecimento, quer nas aulas a que assistirem; e que este curso deve ser de quatro anos, abrangendo as seguintes matérias: língua portuguesa, francesa, pedagogia, caligrafia, metodologia, matemática elementar, geografia, especialmente do Brasil, história do Brasil, elementos de física, química e botânica, noções de anatomia, astronomia, economia política e de higiene, desenho, música e exercícios militares; havendo ainda além destas cadeiras o ensino de certos trabalhos manuais, como corte de roupas, usos de máquinas de costura, jardinagem e economia doméstica, exclusivamente para o sexo feminino, excluídos os exercícios militares e a ginástica. O ensino do curso normal deve visar a educação física, intelectual e moral, devendo suas lições serem orais e práticas.”

“Instrucção Pública”, de 14 de junho de 1913, que denunciou¹²² a ilegalidade desse ato do poder executivo estadual¹²³.

O Coronel Clodoaldo da Fonseca, Governador do Estado, no feliz propósito de espalhar, de difundir o grande só da instrução na gloriosa terra de seus maiores, acaba de baixar um decreto, extinguindo as duas magras cadeiras de instrução secundária que ainda restavam, cadeiras essas frequentadas por 36 alunos, conforme os mappas que mensalmente eram enviados à Directoria da Instrução, em Maceió.¹²⁴

Consumados quase vinte anos desde a instalação do Liceu e das primeiras iniciativas educacionais implantadas em Penedo, os diferentes olhares lançados pela imprensa permitem constatar a existência de uma expressiva segregação de acesso à escolarização enfrentada pela maioria da população. Aprender a trabalhar significava o resultado do exercício do próprio trabalho. Tal processo de qualificação pouco se valorizava por meio da educação. Essa escolarização pouco diversificada – praticamente restrita ao ensino primário - foi insuficiente para que a instituição escolar viabilizasse uma maior hierarquização da sociedade. O trabalho se manifestava descolado do espaço escolar.

Esses reclamos da imprensa local permitem constatar, também, sinais de insatisfação de setores econômicos com a escassa oferta que representava o ensino primário. Crescia a expectativa de acesso a outros níveis e modalidades de ensino capazes de regular a integração social dos grupos sociais mais empobrecidos aos mercados de trabalho e à sociedade de maneira geral através de “um lyceu de artes e ofícios”, “uma escola profissional”, “um curso comercial”, “um curso normal”. A instituição escolar era solicitada a efetuar a separação entre o exercício do trabalho e a aprendizagem para o trabalho.

Dez anos se passaram até que o governador Fernandes Lima, pelo Decreto 1.015 de 10 de junho de 1924, autorizou a construção de um edifício específico destinado à instalação de um grupo escolar em Penedo¹²⁵ (DA COSTA, 1931). O início dessa obra parece não ter ocorrido conforme o previsto por falta de recursos do Governo Estadual¹²⁶. Somente em

¹²² HEMEROTECA DIGITAL. Decreto Monstruoso. *O luctador*. Penedo, 14 jun. 1913, p.1. Essa matéria foi publicada originalmente no diário “Correio da Tarde”, em 20 de maio de 1913, sendo reproduzida na íntegra nessa edição, como argumento contrário ao ato do Governador, Clodoaldo da Fonseca.

¹²³ Não há informação sobre a efetiva aplicação do Decreto 653, que provocaria a extinção das cadeiras de francês e geografia.

¹²⁴ HEMEROTECA DIGITAL. Instrução Pública. *O luctador*. Penedo, 14 jun. 1913, p.1.

¹²⁵ Consta em Craveiro da Costa (1931) que o estabelecimento se denominaria Barão de Penedo, havendo autorização para o dispêndio de até 150 contos de reis em sua construção.

¹²⁶ HEMEROTECA DIGITAL. Grupos Escolares. *Revista de Ensino*. Maceió, mar/abr 1927, Ano 1, nº 2, p. 21-22. Segundo essa fonte, “As mesmas razões que obrigaram a administração a suspender a execução de serviços da mais absoluta necessidade, levaram-se a adiar a edificação de grupos escolares, já projectados, em Pilar, Leopoldina e Penedo”.

meados de 1930, entretanto, outra proposta educacional tomaria forma em Penedo, já sob a condução do Interventor Federal Dr. Hermillo de Freitas Melro. Trata-se da instalação do “Instituto Gabino Besouro”, Um estabelecimento de ensino profissional primário destinado à formação de alunos de ambos os sexos. A proposta foi esboçada na Revista de Ensino, órgão do “Departamento Geral de Instrução Pública de Alagoas e da Sociedade Alagoana de Educação”, onde são apresentados os detalhes do projeto tais como o público a que se destina, as formações oferecidos, as modalidades de ensino, as seções de oficinas e as garantias de financiamento do novo estabelecimento. A justificativa¹²⁷ apresentada pelo diretor desse órgão deixa evidente as incertezas em que transcorreria a implantação do novo estabelecimento. Longe das condições materiais de realização do governo interventor, o Decreto 1.428 de 1º de dezembro de 1930 definiu características muito mais otimistas que as declaradas na justificativa para sua implantação.

¹²⁷ HEMEROTECA DIGITAL. Instituto “Gabino Besouro”. *Revista de Ensino*. Maceió, set/dec 1930, Ano 4, nº 22, p. 63-64. “O instituto “Gabino Besouro”, nos termos em que está proposto, tem a feição de grupo escolar com o acesso de oficinas.

Essa organização está obedecendo ao mesmo plano das escolas profissionais mantidas pelo Ministerio da Agricultura, por duas fortes razões: em primeiro lugar esse Ministerio mantém a Seção de Remodelação do Ensino Profissional Technico, com excellent resultado, dando a essas escolas perfeita organização; em segundo lugar, havendo uma lei orçamentária da Republica uma verba para subvenção a escolas dessas natureza, será de todo interesse que o Instituto seja mantido em o mesmo regulamento das escolas daquelle Ministerio para tornar merecedor de iguaes favores dispensados a outras escolas, nos mesmos casos. A instalação do Instituto, neste momento, não representa augmento de despesas para o Estado.

O orçamento estadual para 1931 consigna a verba para a manutenção do Grupo Escolar “Aristheu de Andrade” em Leopoldina, que póde, sem nenhum prejuizo para o ensino público, ser transformado em escolas reunidas, e essa verba deve ser aplicada no Instituto “Gabino Besouro”, cuja criação é muito reclamada pelas necessidades locais.

As actuaes escolas existentes na cidade de Penedo têm mobiliário conveniente e necessário para a instalação do Instituto, e o actual predio em que funciona a Prefeitura Municipal, dada do povo á infancia no governo do benemérito Dr. Cincinato Pinto, pode ser adaptado perfeitamente para nelle funcionar o Instituto que poderá ser inaugurado com a montagem apenas de duas seções de oficinas: a de *mechanica pratica* e a *trabalho de madeira*. Essas duas oficinas poderão ser constituídas do exagerado aparelhamento do Aprendizado Agricola de Satuba, sendo que, a de *mechanica pratica* não precisa ser tão completa quanto a do Aprendizado.

Nenhuma desvantagem trará ao Aprendizado a retirada d’ali de algumas machinas das oficinas citadas, porque, com essas oficinas completas ou incompletas ou mesmo sem essas oficinas, o governo federal continuará mantendo o Aprendizado, ao passo que, o Instituto “Gabino Besouro” inda é um projecto e tem necessidade de tornar-se uma realização.

Feita essa montagem sob os moldes das escolas profissionaes mantidas pelo Ministerio da Agricultura, estamos certos de que o Governo Federal dará uma subvenção com a qual o Estado possa manter esse Instituto, em condições especialissimas, sem pezar no seu orçamento.

No regulamento estuda por essa Directoria estão mencionados todos os pontos de vistas essenciaes á technica do ensino profissional mantido pelo Ministerio da Agricultura e nessas condições tudo nos leva a crer que nenhuma dificuldade haverá para obtermos do Governo Federal a subvenção pedida.

O projecto ora apresentado traz ainda o esboço de um Curso Normal em curso seriado, dependente do bom resultado apresentado no ensino durante o anno lectivo e provado em exames feitos em commum aos exames da Escola Normal do Estado, e do Lyceu Alagoano.

A cidade de Penedo, pela sua importancia no Estado, não pode continuar na situação de deficiencia de instrucción em que tem vivido até agora e a criação do Instituto “Gabino Besouro” vem resolver plenamente esse problema.”

Art. 1º. – Fica criado, na cidade de Penedo, o Instituto “Gabino Besouro”, destinado a ministrar, gratuitamente, o ensino profissional primario a alumnos de ambos os sexos. Paragrafo unico – Esse Instituto formará operarios, contra-mestres e mestres, ministrando o ensino pratico e os conhecimentos tchnicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso as Officinas de Trabalho Manual ou Mechanico, de que trata o artigo 3ºe ainda as que no futuro forem criadas. Art. 2º. – O Instituto terá além da aprendizagem do officio, o curso infantil, o curso primario, o curso geral e o de Desenho e Trabalhos Manuaes. Art. 3º - As secções de oficinas correlativas que compõem as diversas profissões, são: a) secção de mechanica pratica; b) secção de trabalho em madeira; c) secção de artes texteis; d) seccão de fabrico de calçados; e) secção de artes decorativas; f) secção de feitura de vestuario masculino; g) secção de feitura de vestuario feminino; h) secção de actividades commerciaes; i) secção de actividades domesticas; j) secção de artes graphicas. Paragrafo unico. – Quando for oportuno, será criada uma banda de musica, que ensaiará á noite, sem prejuizo das aulas e da aprendizagem nas officinas. Art. 4º. – Além dos Cursos de que tratam os artigo 2º e 3º, que são a principal finalidade deste Instituto, serão mantidos também: a) o curso rural, em dois annos, para a formação de Professores Ruraes; b) um curso preparatorio equiparado ao curso anexo da Escola Normal e um curso de admissão ao Collegio Pedro II.¹²⁸

Com bastante agilidade, é realizada a cerimônia de inauguração do novo estabelecimento. A ata da seção inaugural foi publicada na íntegra na Revista de Ensino, sendo antecedida por uma pequena introdução que nas entrelinhas prenunciou o encurtamento dos investimentos previstos pelo decreto de criação.

No dia 9 de Janeiro deste anno foi inaugurado na cidade de Penedo, o Instituto “Gabino Besouro”, recentemente creado, sob o regimen de grupo escolar, mas com um curso profissional em annexo. O acto revestiu-se de grande solemnidade e foi motivo de enorme jubilo para a população da formosa cidade sanfranciscana.¹²⁹

A cerimônia se realizou no antigo edificio da Prefeitura, tal como previsto nos termos de justificativa de sua implantação, sendo o estabelecimento transferido¹³⁰ definitivamente para outro edificio (Decreto 1.015, de 10 de junho de 1924). Por determinação do interventor federal responsável por sua implantação, Hermillo Freitas Melro, em 1932, os equipamentos¹³¹ previstos para o funcionamento dos cursos de ensino profissional foram removidos para a capital do estado. Em apenas dois anos, o Instituto Gabino Besouro voltou a ser um estabelecimento de ensino primário.

Em 1932, por determinação do Excelentíssimo Interventor Federal Freitas Melro, os equipamentos do Instituto foram levados para a Capital Alagoana. Apesar disso, os

¹²⁸ HEMEROTECA DIGITAL. Decreto N. 1428. *Revista de Ensino*. Maceió, jan. 1931, Ano 5, nº 23, p. 44.

¹²⁹ HEMEROTECA DIGITAL. Acta da sessão inaugural do Instituto “Gabino Besouro”, da cidade de Penedo. *Revista de Ensino*. Maceió, jan. 1931, Ano 5, nº 23, p. 52.

¹³⁰ Em 22 de abril de 1934.

¹³¹ Possivelmente os mesmos removidos do Centro Agrícola de Satuba.

professores cumpriram a missão de desenvolver um trabalho alicerçado na formação dos educandos da Escola Primária. Um exemplo de dedicação.¹³²

Em 1934, o Decreto 2.009 de 30 de outubro, promulgado pelo interventor Armando Cattani¹³³, determina a abertura¹³⁴ da Escola Normal de Penedo, passando a funcionar em prédio pertencente à prefeitura na Praça Jacomé Calheiros. Na mesma praça, em 1938, se encontrava localizado também o Ginásio Imaculada Conceição, estabelecimento privado de ensino para onde afluíam os descendentes dos grupos sociais mais abastados de Penedo. Eis que circula na cidade, em junho daquele ano, rumores sobre seu não reconhecimento perante os órgãos fiscalizadores. O assunto foi classificado de magna importância.

Em começo de junho deste ano, uma triste notícia circulou nesta cidade, a qual foi logo confirmada e por onde se verificou que o Ginásio Imaculada Conceição, existente aqui, cujo pedido de equiparação havia sido encaminhado em tempo para o Ministério da Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, havia sido indeferido, ficando prejudicada a fiscalização prévia que o governo Federal mantinha junto à referida instituição. O assunto era de magna importância para os nossos associados que tinham seus filhos naquele Ginásio, tornando-se necessária a interferência desta Casa, secundando o pedido de providências perante a quem de direito, que após desoladora notícia, havia sido feito, não só pelos responsáveis pelos destinos de nosso terra, como por todos os interessados, inclusive a Direção do conceituado Ginásio.¹³⁵

Diante da alarmante situação pela qual passavam os filhos de seus membros, o presidente da Associação Comercial de Penedo telegrafou ao jornalista e conterrâneo, Hildebrando Gomes Barreto, solicitando que acionasse sua influência política afim de reverter junto ao Ministro Gustavo Capanema aquele despacho desfavorável. O resultado não poderia ser outro, senão o atendimento do pedido. A pressão exercida através de alianças política nacionais outra vez ecoou favoravelmente em prol dos interesses das “classes conservadoras”.

Excusado é dizer que a campanha feita no Rio de Janeiro pelo jornalista conterrâneo a favor do nosso Ginásio, correspondeu plenamente a nossa expectativa, porque pela sua Revista <<A Voz do Comercio>> e pelo discurso feito na tribuna da Federação

¹³² ESTADO DE ALAGOAS. Histórico da instituição escolar. *Projeto Político Pedagógico*. Penedo, 2010, p. 8.

¹³³ HEMEROTECA DIGITAL. Mais uma grande obra do deputado Freitas Cavalcanti. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 jan. 1950, p.1-4. Consta no histórico do estabelecimento (nota 28) que sua abertura se deu sob o governo Osman Loureiro. Essa informação difere da informação que consta na presente fonte consultada. Optou-se em utilizar a informação da época.

¹³⁴ CASA DO PENEDO. Escola normal de Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 20 mar. 1960, p.1. “Em breves dias, vai comemorar seu 25º aniversário esse estabelecimento de ensino secundário, que tão proveitosos benefícios a juventude de nossa terra. [...] Em todos os educandários de ensino primário oficial da região do baixo São Francisco identificamos a presença de preceptoras que receberam seu diploma de mestras na Escola Normal Rural de Penedo. [...] Não melhor louvar para esse instituto de ensino de nossa terra do que a floração de centenas de professoras, saídas de seus bancos escolares e que desempenham as árduas tarefas do magistério público, em nosso Estado.”

¹³⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Relatório, Maceió, 1939, p. 12.

das Associações Comerciais do Brasil, de que deram nota destacada jornais da Capital Federal, se compreende que teve eco satisfatório a sua palavra, a qual, ouvida pela Federação, foi logo transmitida ao Exmo. Snr. Ministro da Educação, que oportunamente atendeu ao apelo e telegrafou áquele órgão maximo de nossas classes conservadoras, cujo telegrama é de vosso conhecimento, porque mandamos publicar na imprensa local e se acha no nosso arquivo.¹³⁶

Em 1938, a Escola Normal de Penedo é transformada em Escola Normal Rural de Penedo¹³⁷. Onze anos depois, em 23 de outubro de 1949, o Jornal de Penedo noticiava a captação de recursos para a construção de novas instalações para a “ESCOLA NORMAL RURAL DE PENEDO”, com recursos federais oriundos do Plano São Francisco¹³⁸. Ainda nessa edição, sabe-se da notícia da instalação de um grupo escolar no bairro de Santa Luzia. O texto é de autoria de um morador de Penedo e se dirige ao Vereador Manoel Vicente Ferreira. Para além da denúncia que faz sobre o desperdício do erário municipal e a escassa oferta de ensino público para as populações empobrecidas do município, o propósito da mensagem era sugerir que a tal escola recebesse o nome do primeiro bispo da Diocese de Penedo, Dom Jonas Batinga¹³⁹. Mas a notícia da construção de um prédio não é garantia de seu funcionamento. Foi o que mostrou a matéria intitulada “Escola do Outeiro”, a propósito do sentido com que era tratada a escolarização das populações empobrecidas dos bairros periféricos da cidade.

Não sabemos se as escolas do tipo rural, que o ministerio da educação andou disseminando por todo esse pais, tiveram o mesmo melancólico destino do predio construido para aquele fim no bairro do Outeiro em nossa cidade. Acreditamos que não e que esses pequenos nucleos educacionais, destinados as populações dos campos, estejam oferecendo frutos reais, por esse Brasil afóra. [...]
O que tem faltado, pois, á escola rural construida no bairro Outeiro é boa sorte para cumprir a sua verdadeira finalidade, há mais de um ano foi concluída a sua construção e até agora não contou com o necessário equipamento para o seu funcionamento. Durante todo esse tempo vem o referido predio servindo de abrigo e dormitorio para desocupados e vagabundos.

¹³⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Relatório, Maceió, 1939, p. 13.

¹³⁷ ESTADO DE ALAGOAS. História da escola e de seu patrono – Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto. 9ª CRE. Penedo, 2017, p.1.

¹³⁸ HEMEROTECA DIGITAL. Escola Normal Rural de Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 23 out. 1949, p.1. O projeto foi de autoria do deputado federal Freitas Cavalcanti (UDN).

¹³⁹ HEMEROTECA DIGITAL.. Lembrando o bondoso pastor. *Jornal de Penedo*. Penedo, 23 out. 1949, p.2. “Ao receber o Jornal de Penedo, dia onze do corrente mês, este veiculo do bem estar de nossa terra, li entre outras coisas, um alviçareira noticia que nos enche de alegria e de satisfação; o bairro que V. Excia. representa, vai ser enriquecido com um Grupo Escolar. Inegavelmente, reconheça-se de verdade, o quanto necessário se torna que os nossos governos ao invéz de banquetes e festas surperfluas, derramassem o dinheiro que lhes pagamos de impostos, nos beneficios <<chave de uma nação: ESTRADAS E ESCOLAS. O Grupo Escolar que vai ser construído em seu bairro, é um imperativo que há muito vivíamos privados, para mercê dessa população menos favorecida da sorte. Creio, e não é para menos, sua alegria neste instante é igual ou superior a minha, pois o bairro de Santa Luzia com essa casa de ensino, ofuscará de muitos penedenses, esta praga que infelicitá o nosso Brasil: o analfabetismo.”

Não se sabe bem a quem atribuir a responsabilidade do descaso, em que tem permanecido a Escola do Outeiro que já devia ter começado a oferecer os frutos de sua atividade instrutiva a população pobre daquele bairro. [...]

O que não é justo, é que o governo federal, tenha despendido aquela soma para a construção da mencionada escola e, depois de pronta a estrutura do prédio, o empreendimento se torne uma inutilidade flagrante, permanecendo a a Escola do Outeiro, como está, apenas como uma decoração morta, em meio da pobre paisagem urbanística daquele bairro.¹⁴⁰

Dia 8 de janeiro de 1950, no “Jornal de Penedo”, a notícia¹⁴¹ sobre o início das obras de construção do edifício veio acompanhada da informação sobre a escolha do terreno, pertencente à família Braga, abrangendo uma área de 228.744 metros².

Será um estabelecimento modelar, quer pela amplitude de suas instalações com capacidade para cerca de 600 alunos em regime de internato, semi-internato e externato, quer pelas características técnicas, pois atende ao que há de moderno com relação às exigências pedagógicas. O projeto foi elaborado sob supervisão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), pelo arquiteto Otto Raulino, da fundação Getúlio Vargas, elevando-se o respectivo orçamento a Cr 3.675.000,00, já aprovado pelo Sr. Presidente da República.¹⁴²

Porém, a obra educacional da Diocese de Penedo não se resumiu ao possível empréstimo do nome de seu primeiro mandatário à uma escola pública de ensino primário. Alguns anos antes, em 12 de março de 1944¹⁴³, era fundado o Colégio Diocesano de Penedo por determinação de seu segundo mandatário, Dom Fernando Gomes dos Santos. Em 1954, sob a administração de Dom Frei Felício da Cunha Vasconcelos, terceiro bispo de Penedo, a Diocese amplia a possibilidade de expansão de seus estabelecimentos de ensino por meio de uma troca de favores com a municipalidade de Penedo. Nesse sentido, em atenção à mensagem remetida por esse último religioso, o prefeito Alcides dos Santos Andrade encaminha projeto de lei à Câmara Municipal de Penedo, onde solicita sua aprovação com base na seguinte argumentação.

Sr. Presidente,

O seminário Diocesano Nossa Senhora de Fátima cedeu uma longa faixa de terreno para a abertura de uma rua, já demarcada, que irá da Escola Normal Rural (novo edifício) às ruas que dão acesso ao Mercado Público.

Agora o mesmo Seminário solicita da Prefeitura, como justa compensação, uma área de terreno localizado na parte superior da rua também já demarcada que, partindo da Av. Wanderlei em sentido perpendicular, vae à outra rua acima referida.

¹⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. A Escola do Outeiro. *Jornal de Penedo*. Penedo, 18 set. 1949, p.1.

¹⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. Mais uma grande obra do deputado Freitas Cavalcanti. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 jan. 1950, p.1-4.

¹⁴² Acredita-se que o correto possa ser 28.744 metros², já que a área que consta no jornal é demasiadamente grande para o propósito da obra.

¹⁴³ Não se tem notícias desse acontecimento nas fontes consultadas.

No sentido de atender o pedido tenho a satisfação de encaminhar a essa egrégia Câmara o anexo projeto de lei dispondo sobre a doação pleiteada.¹⁴⁴

No dia 3 de maio subsequente, o presidente da Câmara Municipal de Penedo, Bernardino Fausto, retorna mensagem¹⁴⁵ ao chefe do executivo municipal com as boas novas sobre a Lei 248, aprovada em 29 de abril de 1954. Não há notícias sobre a área total do terreno doada à prefeitura, mas se sabe que o terreno¹⁴⁶ recebido pelo referido Seminário não foi singelo (possuía 3.330 metros)². De fato, há anos existia uma relação de apoios e contra-apoios entre Prefeitura, Câmara e Diosece de Penedo que se renovou com a Lei 216¹⁴⁷, de 30 de novembro de 1954, através do qual se concedeu subvenção anual de Cr\$ 1.800,00 ao referido Colégio Diocesano de Penedo, por autoria dos vereadores Edson Machado de Alencar, Manoel Lidio Cruz e Miguel dos Santos.

Nem toda a atenção dedicada aos estudantes dos estabelecimentos privados parecia ser suficiente para satisfazer os anseios dos grupos sociais privilegiados da sociedade penedense. Em meados de 1958, o “Jornal de Penedo” abre espaço na coluna “A Voz do Estudante” para José Abílio Dantas intitular a matéria “Uma necessidade Imprescindível”. O texto é expressivo pois explicita expectativas que essas parcelas da população almejam em sua trajetória ocupacional, assim como apresenta um panorama da situação educacional dos penedenses mais escolarizados naquele momento.

Penedo reclama a criação de um CURSO CIENTÍFICO. Cêrca de 70 jovens aguardam, com urgência, sua fundação. [...]

Necessitamos a criação de um Curso Científico em nossa cidade. Desejo de há muito alimentado, porém vilipendiado pela irreverência ou descaso dos que têm às mãos as rédeas do poder, a direção de nossa gente.

Uma necessidade vital para muitos jovens que pretendem encetar por uma carreira de horizontes mais amplos e promissores, que desejam apreciar diante de si o brilho metálico de peças complicadas em uma Faculdade de Medicina, ou imobilizar, do alto de uma tribuna, o mais seletivo e culto auditório, mas que sentem aos ombros o peso da carência de recursos para a responsabilidade de um afastamento do lar paterno.

Alguns são corajosos e enfrentam tôda a barreira de dificuldades. A maioria, entretanto, teme e detem-se em casa, sem emprêgo, a vagamundear pelos bares e lugares onde o vício é o senhor da casa.

E aqui está um grande mal para uma cidade.

Arme, o prezado leitor, o cenário no palco de sua consciência de homem público. Somos 27 concluintes do Gin. Diocesano de Penedo, 21 do Col. Imaculada Conceição e mais 30 do ano passado quase todos a esperar por tal iniciativa. Aí está

¹⁴⁴ CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Prefeitura Municipal de Penedo - Ofício GPP – 54/3. Penedo, 31 mar. 1954.

¹⁴⁵ CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Ofício do Presidente. Penedo, 3 mai. 1954.

¹⁴⁶ CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Projeto de Lei 248. Penedo, 29 abr. 1954.

¹⁴⁷ A Lei 216 revigora a Lei Municipal 81 de 12 de novembro de 1951. O texto não apresenta as razões para o auxílio inicial e, tampouco, para sua renovação. Uma hipótese é de que se trate de alguma forma de bolsa de estudos para alunos sem condições financeiras de pagar as taxas cobradas, mas esta é apenas uma especulação.

o drama em que somos personagens esquecidos. E o enredo, compreenda o caro leitor.

O pe. Hidelbrando Guimarães quer trabalhar e precisa de apoio de todos. Êle quer mais para a juventude. Não há negar, temos uma Escola de Comércio. Contudo, quantos se obrigam a estudá-lo sómente por conveniência do imediatismo.

Por que, bondoso Deputado? Menos sorte? Viçosa já o possui. Palmeira dos Indios, está para fundá-lo.. E nós? Nem promessas.

Consideráveis têm sido os esforços do nosso Diretor, embora baldados, porquanto até o Min. da Educação nos é contra. E com certa razão, diante da situação de nosso prédio.

Todavia, agora se nos abrem melhores perspectivas. Vejamos.

Está, pois, formulado o apêlo. É a voz de quase um cento de rapazes e moças que brada em rogos veementes, encorajados pelo direito que nos assiste.¹⁴⁸

No mesmo jornal, a campanha segue no dia 10 de agosto com a matéria “Curso Científico para o Colégio Diocesano” em que o periódico reforça o pedido de criação do curso científico para aquele estabelecimento privado de ensino.

Todos nós conhecemos o transtorno que representa para os pais, menos favorecidos de recursos financeiros, a necessidade de custear lá fôra a educação dos seus filhos, para completar o ciclo dos estudos de humanidades.

A criação do curso científico do Ginásio Diocesano representa pois uma exigência, das mais urgentes, do nosso meio.¹⁴⁹

A orquestração de interesses públicos e privados deu resultado em pouco tempo. Na capa do “Jornal de Penedo”, dia 2 de novembro de 1958, veio impressa a seguinte matéria “O Centro Educacional de Penedo”. Tratava-se da divulgação dos entendimentos entre o mandatário da Diocese de Penedo e o deputado federal Oceano Carleial (e diretor desse jornal) sobre uma emenda orçamentária para a construção de uma instituição que reuniria os estabelecimentos de ensino vinculados à Igreja Católica na Região do Baixo São Francisco. Uma unidade se formaria entre o poder político, religioso e econômico em torno da educação.

O “Centro Educacional da Diocese de Penedo” representaria o papel de um órgão que congregaria, numa unidade proveitosa de orientação, todos os esforços realizados com a assistência da autoridade diocesana, para o progresso intelectual de nossa juventude. [...]

Agora, durante sua estadia na capital da República, D. José Terceiro entrou em entendimento com o deputado Oceano Carleial, para acompanhar de perto a marcha da discussão da referida “emenda” na Comissão de Orçamento. Para a vitória dessa proposição, que garantirá a criação do Centro Educacional da diocese de Penedo, o Exmo. Snr. Bispo Diocesano vai contar igualmente com o valioso apoio do Senador Freitas Cavalcanti, que defenderá sua aprovação na outra Casa do Congresso.

¹⁴⁸ CASA DO PENEDO. Uma necessidade Imprescindível. *Jornal de Penedo*. Penedo, 27 jul. 1958, p.1. Apesar do nome da coluna se chamar “A Voz do Estudante”, aparentemente seu autor é funcionário do estabelecimento interessado no assunto.

¹⁴⁹ CASA DO PENEDO. Curso científico para o Colégio Diocesano. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 ago. 1958, p.1.

Se forem coroadas de êxito as gestões do Exmo. Snr. D. José Terceiro nesse sentido, nossa cidade lucrará muito. Ficaré com um núcleo de ensino bem aparelhado para acolher e conduzir nossa mocidade.¹⁵⁰

É difícil traçar conclusões sobre a amplitude dos objetivos que estão por trás dessa campanha iniciada com a reivindicação de um curso científico para os egressos dos estabelecimentos privados de ensino secundário. A sequência de acontecimentos pode sugerir, no entanto, uma iniciativa deliberada da cúpula diocesana com vistas à ampliação da influência da igreja católica na oferta de educação em Penedo. Trata-se da solicitação do terreno, da campanha midiática em prol dos alunos “desamparados” e, finalmente, do acordo com os parlamentares da bancada alagoana para a defesa de seus interesses no Congresso Nacional. Outra via de entendimento mais pragmática com as necessidades materiais para a instalação imediata do curso científico, pelo Colégio Diocesano remete ao anúncio publicado em 1º de janeiro de 1959 no “Jornal do Penedo”. Nele pode-se verificar que dois meses depois dos movimentos narrados anteriormente, estavam abertas suas matrículas para os diferentes níveis de ensino, inclusive o científico. O interessante é notar que o curso se instala no edifício da Escola Normal Rural de Penedo, apesar do comentário feito sobre as más condições do prédio do Colégio Diocesano, na coluna “A Voz do Estudante”.

Colégio Diocesano de Penedo – Penedo – AL

Mantém os cursos INFANTIL, PRIMÁRIO e GINASIAL: Diurno e Noturno e Curso Científico: 1º ano (instalado, a partir de 10 de Janeiro no Prédio da Escola Normal Rural de Penedo, no Barro Duro).¹⁵¹

O conflito de interesses entre o público e o privado na educação brasileira, de fato, vinha agitando a opinião pública e esteve na capa dos principais jornais nacionais devido ao que repercutiu como “Caso Anísio Teixeira”. A polêmica se ampliou ainda mais a partir de março de 1958, com os ataques feitos pelo arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, às posições do educador Anísio Teixeira, transformando o debate sobre os rumos da educação numa verdadeira batalha de posições ideológicas. Em 11 de maio de 1958, no auge dessa polêmica, o “Jornal de Penedo” trouxe sua posição em matéria de capa, intitulada “Ensino Particular”, onde expos a questão nos seguintes termos.

¹⁵⁰ CASA DO PENEDO. Uma necessidade Imprescindível. *Jornal de Penedo*. Penedo, 2 nov. 1958, p.1.

¹⁵¹ CASA DO PENEDO. Colégio Diocesano de Penedo – Penedo – AL. *Jornal de Penedo*. Penedo, 1 jan. 1959, p.4.

Com a ruidosa campanha que se está levantando presentemente em torno da figura do educador baiano Anísio Teixeira e de suas idéias, o problema do ensino público e do ensino particular foi posto em ordem do dia. [...]

Para alguns, o Estado devia assumir a responsabilidade integral da educação do povo. Responsabilidade financeira e doutrinária.

Esse monopólio estatal do ensino atentaria, entretanto, contra princípios democráticos elementares e daria, um condenável sentido totalitário às diretrizes educacionais.

Nossa Constituição é muito clara nesse ponto: a educação é dever do Estado, mas é um dever que não implica na absorção do problema. O ensino pode ser igualmente ministrado por entidades privadas.

E seria profunda injustiça desconhecer a valiosa contribuição que a escola particular realiza em favor de nossa cultura.

O governo, por outro lado, está despreparado para arrotar por si só com os encargos da instrução e da educação do nosso povo. Faltam-lhe recursos financeiros e aparelhamento didático suficiente para enfrentar o problema.

Mas, mesmo que dispusesse de desses elementos, seria condenável que encampasse, com direito de privilégio, todas as responsabilidades do ensino, em detrimento da iniciativa particular.

Uma cultura, moldada num sistema unitário de doutrina ou de confissão religiosa, não daria ao homem as condições essenciais para o exercício de sua liberdade.

O ensino em nosso país, como aliás, em toda parte, não pode ser objeto de monopólio estatal.

A solução lógica é a coexistência do interesse do governo com a participação de natureza privada.

Deve haver livre acesso às fontes do saber e da cultura. A democracia começa a ser praticada na escola.

E uma escola, escravizada ao Estado, com filosofia e doutrina dirigidas, esmagaria o espírito das novas gerações, num compartimento estanque irrespirável.¹⁵²

Como pano de fundo dessa polêmica estava a definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a primeira desde a Constituição de 1946. A polêmica teve início em 1948, com a apresentação da proposta do Ministério da Educação e Cultura, através do anteprojeto Clemente Mariani. Em fins de 1958, a redação parecia se encaminhar para o seu fim, o que motivou a publicação da matéria “Reforma do Ensino” no “Jornal de Penedo”, em dia 21 de dezembro daquele ano. Se sabe, porém, que as discussões sobre a redação final se arrastariam até 1961, quando foi promulgada a LDB 4.024.

De acordo com a nova orientação, a educação no nosso país ficará livre do arbítrio do Estado. Será uma missão profícua da família. O Ministério da Educação e Cultura se restringirá a uma função meramente administrativa de ensino. A escola será livre, no bom sentido da palavra, isto é, respeitando apenas o sentido de tradição cristã do nosso povo.

Há inscrições curiosas no projeto. Os pais escolherão as escolas e os colégios que melhor lhes parecerem seguir a educação de seus filhos. O Estado se encarregará de completar as despesas necessárias.

Para isso é que cobra impostos. Todos os estabelecimentos particulares de ensino sendo subvencionados para acolher os alunos que batem às suas portas, ricos e pobres. Verdadeira democratização do ensino. [...]

Como se vê o projeto de Bases e Diretrizes da Educação é, a certos aspectos, revolucionário.¹⁵³

¹⁵² CASA DO PENEDO. Ensino Particular. *Jornal de Penedo*. Penedo, 11 mai. 1958, p.1.

Na prática, a política de financiamento da educação no município se constituiu historicamente sob uma nítida divisão social entre a oferta de ensino público primário para os grupos sociais empobrecidos de sua população e a subvenção do ensino privado (inclusive secundário) voltado aos grupos sociais abastados, além de iniciativas organizadas pela igreja católica, sociedade civil e forças armadas brasileiras.

Entre as ações educativas de natureza confessional, desde 27 de fevereiro de 1954, funcionou a Escola Profissional Lar de Nazaré, um estabelecimento fundado por iniciativa do padre Aldo de Melo Brandão. As oficinas de profissionalização existentes no educandário eram: marcenaria, artes gráficas, mosaicos, corte e costura, doces industriais e horta.

Hoje o <<Lar de Nazaré>> já dispõe de um prédio amplo e moderno, com área de esportes para seus alunos e suas obras de construção continuam em andamento, na medida em que lhe chegam os auxílios financeiros do governo. [...]

Com a assistência da Diocese e o amparo dos poderes públicos, o Pe. Aldo Brandão se entregou a uma verdadeira cruzada de redenção do nosso menor abandonado. [...]

No <<Lar de Nazaré>>, as crianças pobres de nossa cidade encontram um ambiente sadio de trabalho e de aperfeiçoamento moral. Aprendem um ofício útil e proveitoso e disciplinam suas virtudes de caráter. Estão adquirindo os elementos essenciais para o exercício de uma vida honrada, a serviço da comunidade.

O <<Lar de Nazaré>> vem recebendo regularmente a cooperação financeira do governo, através de dotações obtidas pelo Congresso Nacional.¹⁵⁴

Outra iniciativa educacional existente nesses anos em Penedo foi a Escola Técnica de Comércio Dom Jonas Batinga, mantida por uma associação de leigos católicos pertencentes à Congregação Mariana. Aparentemente, tal estabelecimento privado de ensino representava a única opção para estudantes de certos grupos sociais concluírem seus estudos em nível secundário. Tendo como membro da congregação de professores o vereador Raimundo Marinho, a escola foi reconhecida como uma instituição de utilidade pública¹⁵⁵ pela Câmara de Vereadores de Penedo, através da Lei 487 aprovada em 18 de maio de 1960, de autoria do mesmo vereador. O parecer de aprovação do Projeto de Lei permite confirmar a falta de opções para os grupos sociais empobrecidos da população continuarem seus estudos¹⁵⁶.

¹⁵³ CASA DO PENEDO. Reforma do Ensino. *Jornal de Penedo*. Penedo, 21 dez. 1958, p.1.

¹⁵⁴ CASA DO PENEDO. Uma obra meritória. *Jornal de Penedo*. Penedo, 19 out. 1958, p.1.

¹⁵⁵ CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Lei 491. Penedo, 1º jun. 1960. De igual maneira, o Colégio Imaculada Conceição é reconhecido como instituição de utilidade pública pela Câmara de Vereadores alguns meses depois. Aparentemente, este era um mecanismo administrativo necessário para efetuar os repasses de recursos públicos às entidades da sociedade civil. Diversas outras entidades receberam igual reconhecimento.

¹⁵⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Comunicação de bolsista. Penedo, 1962, Ofício. Sabe-se que a Associação Comercial de Penedo mantinha relações com essa escola, destinando anualmente bolsas de estudos como forma de estímulo à formação profissional em seu setor econômico. Foi assim para o estudante Dimas Pacheco Alves, aluno do 1º ano do curso de técnico-contabilista, que ganhou tal benefício em 1962, no valor de

Parecer ao Projeto de Lei nº 487.

Apreciando o Projeto de Lei nº 487, de autoria do Snr. Vereador Raimundo Marinho que reconhece de Utilidade Pública a Escola Técnica de Comércio D. Jonas Batinga, estamos de pleno acordo pela aprovação do referido Projeto de Lei, pois reconhecemos que a Escola Técnica de Comércio D. Jonas Batinga, que tem este nome como homenagem ao 1º Bispo de Penedo, veio dar a esta cidade um educandário, que veio favorecer nossos pais de famílias que muitas vezes sem recursos financeiros favoráveis tinham que se conformarem em ver seus filhos concluírem o curso Ginásial e encerrarem a carreira estudantil por não terem recurso para fazerem curso superior.

Por esta razão nós da Comissão de Justiça, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº487. Sala das Sessões da Câmara de Vereadores. Penedo, 4 de abril de 1960. Vereador Jose Morais Lopes – Relator.¹⁵⁷

Existiram ainda iniciativas que se caracterizavam pela oferta de cursos de formação profissional em escolas dirigidas por entidades da sociedade civil com aporte de recursos públicos do Ministério da Educação obtidos com subvenções de parlamentares alagoanos junto ao orçamento da União. Entre essas iniciativas, se destacavam a Escola Santa Tereza¹⁵⁸ e a Escola do SESI¹⁵⁹. Completavam a oferta de formação profissional, em Penedo, os cursos de orientação militar oferecidos pelo Tiro de Guerra¹⁶⁰ e pela Escola de Aprendizes Marinheiros¹⁶¹, vinculados ao Exército Brasileiro e à Marinha do Brasil.

Nessa recuperação de fragmentos que narraram parcialmente a história da escolarização em Penedo, por fim, duas matérias jornalísticas ilustram também *o que não aconteceu* no transcurso da toda a década de 50, em termos de oferta pública de ensino

9.000,00 cruzeiros. Evidentemente, se tratava de mais uma iniciativa que reforçava os laços existentes entre as forças políticas, religiosas e econômicas locais. Basta dizer, o autor do projeto de lei recém mencionado, professor Raimundo Marinho¹⁵⁶, se elegeu Prefeito Municipal, em 1960, com apoio de tal associação.

¹⁵⁷ CAMARA MUNICIPAL DE PENEDO. Projeto de Lei 487. Penedo, 29 abr. 1960.

¹⁵⁸ CASA DO PENEDO. Escola Santa Tereza. *Jornal de Penedo*. Penedo, 21 dez. 1958, p.4. “Realizou-se quinta-feira passada, a solenidade de encerramento do Curso de Corte e Costura das alunas da Escola Santa Tereza, sob a direção competente da Snra. Jesuina Travassos Pereira. [...]

A Escola Santa Tereza que conta com a colaboração eficiente das Sras. Ana Vieira Conde, presidente, Dulce Tôrres Barros, secretária e Bernardete Lemos, tesoureira, é subvencionada pelo Ministério da Educação por intermédio do deputado Oceano Carleial que obteve para o próximo ano mais uma subvenção ordinária de Cr. 12.000,00.

Às alunas que constituíram a 1ª turma da Escola Santa Tereza, nossas felicitações.”

¹⁵⁹ CASA DO PENEDO. Serviço Social da Indústria. Núcleo Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 dez. 1957, p.4. “Contando com a presença do Diretor Educacional do SESI de Maceió, e do Superintendente Regional, realizar-se-ão no próximo dia 10 em nossa cidade as festividades de encerramento das Escolas de Letras e Corte e Costura, mantidas pelo Serviço Social de Indústria, em Penedo e Marituba. [...] Tôda a população penedense, principalmente os operários, estão convidados a participar destas solenidades de alto sentido humano.”

¹⁶⁰ CASA DO PENEDO. Ministério da Guerra – 7a. Região Militar 20a. Circunscrição de Recrutamento Junta de Alistamento Militar – Penedo – AL. *Jornal de Penedo*. Penedo, 3 ago. 1958, p.4. Os jovens recrutados pelo alistamento militar frequentavam o curso de formação de atiradores do Exército.

¹⁶¹ CASA DO PENEDO. Capitania dos Portos do Estado de Alagoas – Agencia em Penedo – Edital. *Jornal de Penedo*. Penedo, 9 ago. 1959, p.4. A formação profissional oferecida pela Marinha do Brasil, em Recife, conferia a credencial para o trabalho a bordo de embarcações de transporte de passageiros e de carga, no Rio São Francisco e em águas abertas.

secundário no município ribeirinho. Ao citarem exemplos de como essa temática era encaminhada em outros dois municípios do interior alagoano, se acredita que essas matérias em alguma medida confirmem as análises que se foram desenvolvendo ao longo desta seção.

Na primeira matéria, de 26 de fevereiro de 1950, intitulada “Um ginásio em Arapiraca”, o *Jornal de Penedo* informava sobre a inauguração de um ginásio naquele município. Em meio ao reconhecimento do valor que esse estabelecimento representava para o desenvolvimento cultural das populações empobrecidas de Arapiraca, em termos do prosseguimento de sua escolarização, o autor da notícia afirma se sentir satisfeito com a oferta privada (e católica) de ensino secundário existente em Penedo. Às famílias pobres interessadas em dar continuidade aos estudos de seus filhos, segundo o autor, restaria a criação de uma extensão do nível primário para que estes indivíduos se encaminhassem para as carreiras liberais. O caráter instrumental com que os grupos dominantes entendiam a relação entre formação e emprego se evidencia, assim, explicitando também os critérios de repartição desse acesso por gênero e por posição socioeconômica pela sociedade.

Já está em plena fase de efetivação, a instalação de um ginásio na prospera cidade de Arapiraca.

Trata-se de um valioso empreendimento para a educação dos jovens daquele florescente município e adjacências.

Urge que se levante no interior um movimento de expansão cultural com a criação desses núcleos de instrução secundária.

Há o problema de ordem econômica que se constitui no maior obstáculo para os pais enviarem seus filhos para os centros distantes de educação. A fundação de ginásios no interior do país vem remediar esse problema, pelo menos na sua fase inicial que é a mais difícil. Na fase superior do ensino, nas faculdades, os próprios rapazes podem promover os meios necessários ao prosseguimento dos seus estudos.

O ministério da educação deve estimular a disseminação em todo o território nacional de uma rede de estabelecimentos de instrução secundária, a preço baixo, concorrendo dessa forma para o desenvolvimento cultural do nosso povo.

Penedo, nesse particular, está bem servido pois já dispõe de dois ginásios, um para o sexo feminino e outro para o sexo masculino. Todos sob louvável orientação religiosa. Resta criar em nossa cidade a extensão do curso de para facilitar ainda mais a tarefa dos pais pobres interessados em encaminhar os seus filhos para as carreiras liberais.¹⁶²

Em 6 de novembro de 1960, voltava à capa do *Jornal de Penedo* a mesma temática, desta vez com outra roupagem - “Um colégio estadual para Penedo”. Se, na primeira matéria, a reivindicação por uma instituição de ensino secundário foi discreta e se direcionou vagamente ao Ministério da Educação, mais de uma década depois a queixa apenas mudaria de direção, se dirigindo ao recém eleito governador do Estado. Tal como em 1949, a regra se

¹⁶² HEMEROTECA DIGITAL. Um ginásio em Arapiraca. *Jornal de Penedo*. Penedo, 26 fev. 1950, p.1.

confirmava com a sistemática segregação de acesso à escolarização enfrentada pela maioria da população penedense.

A atual administração do Estado construiu um estabelecimento oficial de ensino secundário na cidade de Palmeira dos Índios.

Não estamos aqui para discutir se cabia ou não à Palmeira dos Índios a prioridade desse empreendimento de inegável significação para o progresso da instrução em Alagoas.

Basta que louvemos a realização que vai contribuir ponderavelmente para a elevação do nível cultural do nosso Estado.

Temos, entretanto, o direito de reclamar igual tratamento do governo para Penedo.

Nossa cidade, por sua posição geográfica e pelas indicações de sua própria formação histórica, se constituiu numa espécie de matriz intelectual de toda a região do baixo São Francisco.

Se o governo do Estado se dispõe a um programa de expansão da rede de ensino secundário oficial no nosso interior, Penedo não pode deixar de reclamar o seu Colégio Estadual.

Com esse empreendimento muitos jovens conterrâneos, cujos pais não contam com recursos financeiros, poderão prosseguir seus estudos, além do curso dos grupos escolares.

A idéia da instalação de um Colégio Estadual em Penedo foi incluída no programa eleitoral de um dos candidatos ao governo do Estado.

Não há nenhum desdouro que a sugestão seja aproveitada, agora, pelo Major Luiz Cavalcanti.

Este é o melhoramento que colocará Penedo na merecida posição de principal centro cultural do baixo São Francisco.¹⁶³

A reconstituição parcial da história da escolarização em Penedo deixa evidente o sentido classista que marcou sua estruturação desde a época do Império. Ao longo de todo o período analisado, a oferta pública de ensino nunca superou aos quatro anos iniciais do nível primário. Diferentemente, a oferta de ensino privado na cidade avançou rápido em sua estruturação, alcançando na década de 30 o nível de ensino secundário. Essa escolarização pública pouco diversificada – praticamente restrita ao ensino primário - foi insuficiente para que a instituição escolar viabilizasse uma maior hierarquização da sociedade.

Nesse sentido, a escolarização tal como se estruturou historicamente contribuiu para a construção social de uma qualificação polarizada entre os extremos da hierarquia social de suas populações. Para os grupos sociais abastados da sociedade, a escolarização significou a separação entre trabalho propriamente dito e sua aprendizagem - uma experiência de socialização que se tornou determinante para a sua valorização enquanto qualificação. A qualificação para os grupos populacionais empobrecidos permaneceu se reproduzindo em uma experiência de socialização no exercício do trabalho que pouco se valorizou no espaço escolar. Condicionado por essa estruturação escolar, o analfabetismo entre essas populações foi o traço característico no período histórico em consideração.

¹⁶³ CASA DO PENEDO. Um colégio estadual para Penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 6 nov. 1960, p.1.

2.4 Participação eleitoral

Os desdobramentos eleitorais das mudanças narradas nos capítulos anteriores colocam em evidência a natureza contraditória das relações entre modos de vida e formação investidas no processo de construção social da qualificação. A presente seção acompanha as polêmicas que se formaram em torno do direito (ou não) ao voto de indivíduos analfabetos nos pleitos eleitorais nesse período. Os fragmentos evidenciam o embate de concepções quanto ao que deveria ser o direito de participação política dos grupos sociais não alfabetizados. Esses embates salientam que apesar da escassa escolaridade e da falta de acesso aos serviços públicos que implicam o afastamento geográfico para certas populações, o interesse pelo alistamento eleitoral e participação política mostrava-se crescente entre esses grupos.

Nesse sentido, ilustrativa é a nota de esclarecimento publicada pelo *Jornal de Penedo*, no dia 14 de setembro de 1958, a pedido do Juiz eleitoral Virgílio de A. Leite Azevedo. A mensagem se dirige ao diretor desse semanário, Oceano Carleial, e tem por objetivo esclarecer matéria publicada dias antes, em primeira página sob o título “CONCLUÍDO O SERVIÇO ELEITORAL de PENEDO”. É difícil precisar o que levou o magistrado a fazer tal comunicado público, mas suas palavras oferecem um interessante testemunho de sua experiência na condução do processo eleitoral, indicando algumas das questões que atravessavam a sociedade naquele momento.

Tendo se aposentado quatro meses antes da referida matéria, o juiz se vê reconduzido ao palco das polêmicas locais, há poucos dias das eleições de 3 de outubro de 1958. Em resposta, Azevedo expõe seu compromisso com o bom andamento dos trabalhos do qual fora o responsável nos últimos meses.

Na citada notícia o mesmo jornal se refere à minha atuação na qualidade de ex-Juiz dessa 13ª Zona. Efetivamente a minha atuação no citado serviço, posso dizer sem orgulho, foi de critério e grande interesse pelo citado alistamento.¹⁶⁴

Como prova de seu esforço, o magistrado invoca os exatos 2.568 processos de inscrição por ele despachados até o dia 17 de maio daquele ano, véspera de sua aposentadoria: “Felizmente todas as petições que me foram apresentadas estavam em ordem e não encontrei nenhum requerente analfabeto”. Para além dos dados quantitativos arrolados em sua exposição, no entanto, chama atenção o critério qualitativo aplicado ao cadastramento desses eleitores, o qual confirma o parâmetro de participação política válido naquele momento no

¹⁶⁴ CASA DO PENEDO. Concluído o serviço eleitoral de penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 set. 1959, p.4.

país, ou seja, ser ou não alfabetizado¹⁶⁵. De fato, este parece ser um critério bastante restritivo frente à situação educacional apurada no senso de 1940, em que quase metade da população brasileira era analfabeta¹⁶⁶. Em Penedo, a situação não era diferente. A oferta de vagas no sistema público de ensino se restringia praticamente aos quatro primeiros anos escolares. Cabia à comissão eleitoral, dessa maneira, identificar os indivíduos aptos a votar segundo as orientações de seu colegiado superior, sendo esse o procedimento adotado pelo magistrado e sua equipe de trabalho.

Se algum requerimento apresentava letra ruim não era motivo de indeferimento. O Supremo Tribunal Eleitoral recentemente decidiu que a letra não tem importância e o que é necessário é que fique provado que o requerente não seja analfabeto.¹⁶⁷

O responsável pela 13ª Zona não detalha a forma como essa prova era colhida durante o processo de inscrição dos eleitores, mas na continuidade de sua declaração destaca que o procedimento adotado estava sob a salvaguarda da Justiça Eleitoral. Escrito de maneira contundente, o comunicado enfatiza o caráter institucional com que o membro do judiciário conduziu sua atuação frente àquele cartório eleitoral, deixando claro seu descontentamento com o tom personalista (e talvez irônico) como fora tratado na polêmica matéria.

Sr. DIRETOR, a minha maneira de proceder no serviço eleitoral foi exclusivamente em cumprimento à Lei e em cumprimento do dever. Não sou merecedor de qualquer elogio, pois cumpro com o meu dever e cumpro com a lei, fazendo assim a minha obrigação.¹⁶⁸

O episódio da troca de farpas entre o magistrado e o diretor do jornal ilustra algumas das tensões que caracterizavam o processo eleitoral daquela conjuntura. Se até esse ponto de sua argumentação a questão do acolhimento das inscrições de indivíduos com escassa escolarização ia se esclarecendo em nota pública (“a letra ruim não era motivo de indeferimento”) a sequência de sua argumentação permite captar outro motivo de celeuma entre as duas personagens: as novas práticas¹⁶⁹ de segurança eleitoral adotadas após as eleições de 1955. Com elas, o Poder Judiciário procurava coibir fraudes através do uso de

¹⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.

¹⁶⁶ NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. Cabe registrar a proibição do voto para analfabetos que em 1950 representava 48% da população adulta.

¹⁶⁷ CASA DO PENEDO. Concluído o serviço eleitoral de penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 set. 1959, p.4.

¹⁶⁸ CASA DO PENEDO. Concluído o serviço eleitoral de penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 set. 1959, p.4.

¹⁶⁹ Outra modificação importante foi que as cédulas de votação passaram a ser confeccionadas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, garantindo paridade nas condições de participação. Até as eleições de 1955, a impressão e a distribuição das cédulas estavam a cargo das próprias agremiações, o que favorecia os partidos com maior poder econômico e capacidade logística nos períodos eleitorais (MOURA, 2017, p. 40).

títulos falsos de eleitor e/ou o comparecimento de um mesmo indivíduo em diversas seções de votação. A partir de 1956, o título passaria a ser numerado e vinculado a uma única seção eleitoral, além de contar com uma fotografia do eleitor. Nas seções eleitorais, por sua vez, os mesários trabalhavam com informações cadastrais do indivíduo e a fotografia de cada votante em suas listas de conferência. Em seu testemunho, o magistrado realça a fiscalização de um desses novos procedimentos por seus superiores:

Tenho o prazer de dizer que o Exmo Dr. Corregedor Eleitoral, verificando o serviço eleitoral da 13ª Zona, nada encontrou que prejudicasse a boa marcha do aludido serviço. Referiu-se apenas a algumas fotografias colocadas nos títulos, que estavam com a rúbrica atingindo parte do rosto do eleitor, porém esta irregularidade foi em pequeno número e nos títulos segunda via existentes no arquivo do cartório. Os títulos que estão em poder dos eleitores não estão com semelhante irregularidade e isto posso afirmar de ciência própria e provar pelos próprios títulos.¹⁷⁰

Longe de ser uma querela de ordem pessoal, portanto, a discussão pública descortina questões que acaloravam os debates políticos na época, a exemplo do voto de analfabetos e das novas medidas de segurança adotadas pela Justiça Eleitoral. A nota em seu desfecho traz dados precisos sobre o eleitorado penedense nas eleições de 1958 e de 1955.

Atualmente o município de PENEDO, 13ª Zona, está com um eleitorado de 3.762, sendo 2.568 despachados por mim em pleno exercício de juiz. O antigo eleitorado de Penedo nas eleições de 1955 era de 5.329, portanto uma diferença de 1.567 eleitores que não se alistaram.¹⁷¹

Os dados quantitativos contidos nessa nota não permitem inferir o motivo do recuo do número de eleitores no pleito de 1958. Sabemos que essas questões agitavam as pautas do Congresso Nacional desde o ano anterior, em 1957, notadamente através do projeto de emenda constitucional que visava estender o direito de voto aos analfabetos. O assunto foi motivo de capa no *Jornal de Penedo*, em 8 de setembro daquele ano, em duas matérias principais. Numa delas, intitulada “A Verdadeira Obstrução”, o editorial do jornal justifica a posição de obstrução adotada pelo bloco liderado pela União Democrática Nacional, oposição ao governo Juscelino Kubitschek em relação à proposta de sufrágio universal.

Se a UDN comanda, nesse momento, uma obstrução geral no Congresso é porque esse é o único recurso regimental de que dispõe para resistir à tentativa da maioria governista de deformar a legislação eleitoral vigente, pela qual a nação estava fazendo uma revisão do seu quadro de votantes, expurgando os chamados

¹⁷⁰ CASA DO PENEDO. Concluído o serviço eleitoral de penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 set. 1959, p.4.

¹⁷¹ CASA DO PENEDO. Concluído o serviço eleitoral de penedo. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 set. 1959, p.4.

<<eleitores fantasmas>> que tornavam justamente suspeitos os resultados numéricos dos nossos pleitos.¹⁷²

Outro trecho da reportagem anunciava:

Retirem da pauta dos trabalhos parlamentares esse projeto do Snr. Benedito Valadares, tumultuador da boa marcha do alistamento eleitoral no país e a oposição não se manterá numa atitude de obstrução a qualquer matéria legislativa de interesse coletivo. Afastem das discussões do Congresso iniciativas extemporâneas e demagógicas como a do deputado Armando Falcão, pleiteando o voto dos analfabetos, e a UDN e seus coligados não criarão dificuldades ao ritmo das votações na Câmara e no Senado.¹⁷³

Pouco se sabe sobre o conteúdo do projeto do deputado Benedito Valadares (PSD-MG), salvo que ele estaria vinculado à proposta de mudança na legislação eleitoral brasileira, como se depreende do texto acima. Contudo, é na matéria intitulada “Voto de Analfabeto”, assinada pelo penedense Rui Medeiros¹⁷⁴, na mesma edição, em que o conteúdo da proposta do deputado Armando Falcão faz ecoar a representação de determinadas parcelas da população brasileira em relação à participação dos analfabetos na vida política do país.

Após apresentar aspectos que avalia como adequados em uma “autêntica democracia”, isto é, o sufrágio universal para “considerável número de pessoas que pagam seus impostos e produzem riquezas”, de acordo com sua leitura da proposta de emenda constitucional, o articulista passa a tecer críticas inspiradas em dois argumentos - fraude eleitoral pela manipulação das lideranças e falta de consciência das massas. Conforme o primeiro argumento, possibilidade de fraude emerge assombrando os mecanismos eleitorais.

Em tese, talvez essas idéias estejam certas: o direito de todos opinarem na escolha dos governantes. Mas acontece que, na prática, o voto do analfabeto degenera na mais indesejável fraude eleitoral. O eleitor que não sabe ler é um joguete nas mãos dos chefes políticos e cabos eleitorais inescrupulosos.

¹⁷² CASA DO PENEDO. A Verdadeira Obstrução. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 set. 1957, p.1. Trata-se de uma agenda capitaneada pela UDN, em nível nacional, que nem sempre correspondeu às alianças formadas entre as forças políticas em âmbito estadual. Em Alagoas, por exemplo, poucos dias após sua publicação, em 13 de agosto de 1957, a votação do *impeachment* do Governador Muniz Falcão (PSP) na Assembleia Legislativa unificaria em uma mesma frente oposicionista UDN e PSD contra os partidos pertencentes à Frente Popular Alagoana, entre os quais PSP, PTB e PCB. Nota-se que as siglas políticas em nível nacional nem sempre correspondem àquelas que governavam as alianças em território alagoano.

¹⁷³ CASA DO PENEDO. A Verdadeira Obstrução. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 set. 1957, p.1.

¹⁷⁴ ABC DAS ALAGOAS. Jornalista. Advogado. Filho de Agábito Rodrigues de Medeiros e Luiza Matos Medeiros. Fez o preparatório em Penedo, no Colégio Diocesano. Matricula-se na Faculdade de Direito de Alagoas e se transfere, posteriormente, para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde se formou em 1954 (Rio de Janeiro). Um dos membros do Centro Cultural Emílio Maia Curso de doutorado em Direito Penal pela Faculdade Nacional de Direito, 1955, na área em que advogou. Retirado em 11/07/18, em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>

O eleitorado analfabeto fica à mercê do malabarismo dos candidatos. Êstes não serão legitimamente eleitos, mas produtos do <<trabalho>> realizado junto aos eleitores.¹⁷⁵

O segundo argumento defende a incapacidade das massas de refletirem sobre suas próprias experiências. Isso decorreria da falta de domínio da cultura letrada, que tornaria o analfabeto inepto ao exercício do voto e à tomada de consciência como sujeito político nos processos decisórios.

O analfabeto quase sempre não tem consciência eleitoral, não sabe o que se passa no país, não tem volúpia de influir nas eleições. E, se tivesse convicções políticas, como poderia votar conscientemente se não sabe ler o nome contido na cédula eleitoral?

[...] Para tornar consciente o voto do analfabeto era preciso que as chapas não contivessem nomes, mas o retrato dos candidatos.¹⁷⁶

Essas temáticas se repetiriam em outras edições do *Jornal de Penedo*. Foi assim que, meses depois, às vésperas de findar o prazo de alistamento fixado pela Justiça Eleitoral, em 29 de junho de 1958, a matéria intitulada “Penedo e Seu Interesse Público¹⁷⁷” retomava o assunto da redução do número de eleitores habilitados ao exercício do voto na 13ª Zona. Desde uma ótica comparativa, desta vez, o texto afirma que outros municípios alagoanos, inclusive os “de mais modesta expressão social e econômica”, se constituíram em colégios eleitorais superiores ao de Penedo, considerada pelo autor como a segunda maior cidade de Alagoas (um “fato que merece um registro especial, embora não seja muito favorável aos foros de cultura de nossa terra e ao seu interesse pelo destino da coisa pública”). O fato é que os resultados parciais do alistamento eleitoral não agradavam certas parcelas da população penedense, em especial aquelas que se faziam ouvir através da editoria do *Jornal de Penedo*.

Duas linhas de argumentação se complementam em rechaço ao desempenho modesto em termos de mobilização política. Por um lado, a matéria enaltece as características administrativas e populacionais da cidade ribeirinha, chamando atenção para o modo de vida eminentemente urbano que lhe confere a capacidade de influenciar no resultado dos pleitos em âmbito estadual. Ao contrário da maior parte dos núcleos eleitorais interioranos, diz o autor, que têm suas economias baseadas em atividades agrícolas e suas populações residentes em áreas rurais, a mobilização eleitoral em uma área “quase urbana ou suburbana” deveria ser fácil e “sem encargo de despesas. Mas, paradoxalmente, esses municípios, de fisionomia rural demonstraram maior sensibilização para o fenômeno político do que nós, que habitamos a

¹⁷⁵ CASA DO PENEDO. Voto de Analfabeto. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 set. 1957, p.1.

¹⁷⁶ CASA DO PENEDO. Voto de Analfabeto. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 set. 1957, p.1.

¹⁷⁷ CASA DO PENEDO. Penedo e Seu Interesse Público. *Jornal de Penedo*. Penedo, 29 jun. 1958, p.1.

“Princesa de São Francisco”¹⁷⁸”. A comparação estabelecida em tom de crítica, parece desencadear divergências entre a direção do hebdomadário e os funcionários da 13ª Zona, como se descreveu anteriormente. Em seguida, a matéria amplia o primeiro argumento e apresenta os porquês da suposta propensão dos penedenses ao esclarecimento político, chamando atenção para

o índice lisonjeiro do desenvolvimento intelectual que Penedo alcançou com seus numerosos estabelecimentos de ensino e com suas associações culturais, que devia predispor melhor nosso povo para a participação da vida política que, afinal de contas, exprime o interesse pela sorte da própria comunidade.¹⁷⁹

Elencados seus “inegáveis atributos de progresso material e cultural”, no entanto, o que se constata é que Penedo figura entre os municípios com pouca expressão eleitoral. Entre idas e vindas na comparação com outros municípios, porém, o autor alcança uma terceira via de análise sobre o fenômeno.

Constata-se em nosso meio uma indiferença pelos problemas políticos, indiferença que se marca particularmente nas camadas mais esclarecidas de nossa sociedade, o que não deixa de representar uma chocante contradição. De um modo geral, nossos bairros concorrem com maior contingente de votantes do que mesmo o centro da cidade.¹⁸⁰

A relação entre modo de vida e formação se torna uma via, segundo o articulista, para entender as disputas por classificação entre os grupos sociais, onde o que está em desenvolvimento é o processo de construção social de posições relativas na sociedade.

Dois anos mais tarde, em 19 de junho de 1960, a matéria “A importância de uma escolha” retoma a questão da escassa mobilização de setores da população penedense em virtude das eleições municipais para prefeito que ocorreriam em outubro daquele ano. A novidade nesse novo chamamento à consciência política de seus habitantes é o reconhecimento das diferentes forças sociais, dessa vez, tratadas pelo autor a partir de sua experiência no trabalho, ou seja, em termos de sua classificação profissional. O apelo eleitoral vai até as camadas consideradas menos esclarecidas da população, agora presentes no processo político e identificadas em um mesmo agrupamento social: “operários e a gente simples e modesta das ruas”.

¹⁷⁸ A expressão comumente usada na região.

¹⁷⁹ CASA DO PENEDO. Penedo e Seu Interesse Público. *Jornal de Penedo*. Penedo, 29 jun. 1958, p.1.

¹⁸⁰ CASA DO PENEDO. Penedo e Seu Interesse Público. *Jornal de Penedo*. Penedo, 29 jun. 1958, p.1.

Não é possível que as forças responsáveis de nossa sociedade, os homens do nosso comércio, da nossa indústria, da nossa lavoura, das profissões liberais, os professores e educadores, os operários e a gente simples e modesta das ruas, mas nem por isso menos atenta ao destino de nossa terra, se mostrem indiferentes e alheios à solução desse problema.¹⁸¹

As diferenças na hierarquia social são apreciadas pelo viés do trabalho, de maneira inédita, embora o encaminhamento político ao problema da falta de candidaturas ao pleito siga pela via da despolarização dos interesses de determinados grupos sociais, em prol do almejado engrandecimento e progresso de Penedo. “A tarefa não é privativamente desse ou daquele partido político. O problema é de todos nós. O que está em jogo é a sorte da comunidade em que vivemos com nosso trabalho, com nossas famílias, com nossas esperanças e angústias”¹⁸². O paternalismo se torna uma prerrogativa em favor da escolha de “um homem capaz de cuidar com honestidade e dedicação das necessidades de nossa cidade e de nosso município e que seja igualmente uma legítima expressão de nossos anseios de progresso”¹⁸³. Um tal acordo entre as classes é necessário, desde que ele se dê sob a direção das elites locais.

Repetimos que a eleição do Prefeito de nossa cidade é assunto sério, que deve ser considerado devidamente pelas classes responsáveis da sociedade penedense. Se, amanhã a casa estiver desarrumada e mal administrada, envergonhando-nos diante dos de fóra, a culpa se estende por toda a comunidade, a começar pelas chamadas elites, que deveriam exercer realmente o papel de dirigentes.¹⁸⁴

Harmonia social em troca de casa arrumada e bem administrada é o projeto das elites, ainda que as experiências individuais e coletivas expressem “esperanças e angústias”, expectativas e acessos diferenciados aos serviços públicos e direitos sociais.

A presente seção procurou salientar com essas análises, por um viés específico, a natureza contraditória das relações entre modos de vida e formação inscritas no processo de construção social da qualificação em Penedo, Alagoas. Ao evidenciar o interesse de grupos sociais não alfabetizados se inserir no jogo político existente à época, a despeito da compra de votos ou da falta de consciência política, esse desejo de participação pode indicar também a gradual identificação de valores, interesses e expectativas em suas escolhas, decorrentes do acionamento de processos de qualificação próprios às suas experiências de socialização.

¹⁸¹ CASA DO PENEDO. A importância de uma escolha. *Jornal de Penedo*. Penedo, 19 jun. 1960, p.1.

¹⁸² CASA DO PENEDO. A importância de uma escolha. *Jornal de Penedo*. Penedo, 19 jun. 1960, p.1.

¹⁸³ CASA DO PENEDO. A importância de uma escolha. *Jornal de Penedo*. Penedo, 19 jun. 1960, p.1.

¹⁸⁴ CASA DO PENEDO. A importância de uma escolha. *Jornal de Penedo*. Penedo, 19 jun. 1960, p.1.

CAPÍTULO 3 - QUALIFICAÇÃO: um processo de socialização

O que é um trabalho qualificado? O que é a qualificação em geral? É um critério, uma modalidade, uma operação, uma expressão, uma “forma” do trabalho? (NAVILLE, 1956, p.3).

Não é tarefa simples discernir no senso comum o que se entende por qualificação. Aliás, também é a polissemia desse fenômeno social que oferece razões para existirem variados entendimentos ao seu respeito. Enquanto para uns a qualificação se confunde com formação ou escolaridade, para outros a qualificação remete diretamente à ideia de salário ou remuneração, sendo possível encontrar ainda quem pense a qualificação como sinônimo de conteúdo do trabalho. Enfim, entendimentos que parecem não bastar isoladamente para explicar um fenômeno complexo e multidimensional, especialmente quando se leva em consideração a qualificação como um objeto de estudo e um campo de investigação com razoável acúmulo científico.

Nesse sentido, apesar da qualificação se relacionar com um conjunto variável de aspectos que envolve o fenômeno como evidência empírica (técnicos, psicológicos, econômicos, entre outros), é pelos esforços de consolidação da chamada sociologia do trabalho que surgem as principais contribuições teóricas e metodológicas para o seu estudo. O “Tratado de Sociologia do Trabalho” (1962), de Georges Friedmann¹⁸⁵ e Pierre Naville¹⁸⁶, é talvez a publicação mais emblemática no desenvolvimento da tradição francesa nessa disciplina¹⁸⁷. Mas se a qualificação surge como problemática e como noção na sociologia do trabalho, em princípios do século XX com o advento da chamada “administração científica do

¹⁸⁵ Georges Friedmann é considerado o principal fundador da sociologia do trabalho francesa. Sua abordagem ficou conhecida pela observação direta das situações de trabalho, ângulo que julgava privilegiado para estudar os efeitos do progresso técnico sobre o trabalho humano. Sob esse enfoque, sua análise centrou-se nos conteúdos do trabalho, sendo essa concepção de qualificação chamada posteriormente de “essencialista” ou “substantivista” (TARTUCE, 2002).

¹⁸⁶ Pierre Naville, ao contrário, pensa que qualificação não é uma espécie de coisa para perder ou ganhar substância, mas é relativa e não repousava sobre nenhum critério isolado. A qualificação é uma relação social, que varia em função do tempo de aprendizagem e da apreciação social do valor diferencial dos trabalhos, sendo sua concepção conhecida como “relativista” (ALALUF, 1986).

¹⁸⁷ Para uma compreensão aprofundada do contexto intelectual, científico e sócio-econômico que resultou na institucionalização da Sociologia do Trabalho, na sua vertente francesa, recomenda-se a leitura da pesquisa desenvolvida por Gisela Lobo B. P. Tartuce, intitulada “O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”?” Com este destaque, o que se quer é chamar atenção para o alcance social que os debates em torno das regulamentações do trabalho e das reformas educacionais adquiriram, também no Brasil, entre as décadas de 40 e 60, à exemplo do que representaram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT – 1946), as Leis Orgânicas do Ensino (Reforma de Capanema - 1946) e, posteriormente, as polêmicas que envolveram a redação final do texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 1961), em termos de possibilidades e limites para a formação de uma experiência histórica de classe no Brasil.

trabalho”, no contexto da mecanização e organização taylorista do trabalho, que prenuncia o processo de automação industrial, é ainda no século XIX, com o avanço da divisão do trabalho e a crescente fragmentação das tarefas, que o trabalho adquire seu caráter moderno, tal como se conhece atualmente.

Antes da era moderna, o trabalho não era apenas uma atividade econômica divorciada de outras esferas da vida social, como a família, a comunidade, o lazer; ao contrário, o trabalho estava inserido nessa totalidade, e era desse conjunto que o indivíduo derivava sua auto-identificação e sua personalidade. Quando se separa casa e trabalho, produção e consumo, concepção e execução, o homem perde o contato com a matéria, com os meios de produção, com os princípios técnicos e científicos da sua atividade, enfim, perde uma cultura profissional milenar. Lá, onde a produção e a apropriação eram coletivas, não se preparava o homem *para* o trabalho; ele aprendia *no* próprio trabalho (TARTUCE, 2002, p.18).

Isso não implica em pensar, no entanto, que a questão da qualificação não exista em sociedades onde vigoram outras formas sociais de trabalho. O que ocorre é que cada época, cada sociedade, dá respostas diferentes ao problema. Isso se evidencia inclusive em sociedades menos complexas. É o que atestam os estudos de etnólogos sobre economias “menos complexas”, exemplifica o autor.

Visto que se examina porque tal homem ou tal mulher executa melhor que um outro uma atividade específica, porque uma hierarquia de tarefas sempre existiu no seio dos grupos sociais, e em virtude de que esta se estabelece, o problema da qualificação se encontra posto. Através dele, encontram-se levantadas as questões da divisão do trabalho, da repartição das capacidades e do valor individual e social comparado das obras, ou seja, as questões que resultam da estrutura geral da sociedade, e de seu valor (NAVILLE, 1956, p.2).

Segundo Naville, quanto mais as sociedades desenvolvem as forças produtivas, mais o volume da população aumenta, mais as necessidades aumentam, mais se ramifica a divisão técnica e social do trabalho, mais certas ocupações são consideradas mais qualificadas em relação a outras. As diferentes formas de sociedade definem, portanto, uma hierarquia de qualificações do trabalho de acordo com as modalidades de produção e constituição política, critérios que são mais morais e políticos do que técnicos, na consciência social (NAVILLE, 1956). Ao contrário do que se poderia pensar, paradoxalmente

O mecanismo objetivo que permite a qualificação (aquele da aprendizagem) é o que varia menos no decorrer da evolução das formas sociais, ainda que este mecanismo possa se transformar muito em relação à sua rapidez, aos seus elementos constitutivos, etc. (quer dizer, sob a relação do tempo, das ferramentas, das matérias a tratar e de sua combinação organizada cientificamente). O que mais varia é o julgamento que os indivíduos e grupos sociais trazem sobre a qualificação do trabalho, e sobre a qualidade do estatuto e de suas obras, isto é, sobre o sentimento

mais ou menos prestigioso de um pertencimento mais ou menos frouxo e móvel a uma categoria (NAVILLE, 1956, p.6).

Dito isso, a medida que se esgotam os meios e os fins da aprendizagem no trabalho, isto é, nos campos, nas oficinas, nas fábricas, nos locais de trabalho em geral, com o progresso da produção social, pai e filho, mestre e aprendiz, transformam-se em trabalhadores qualificados, semiquualificados ou não qualificados, e ganha significado um novo sistema educativo e de formação que prepara e socializa os indivíduos para o trabalho assalariado. É precisamente com a separação entre formação e trabalho, entre preparação intencional e trabalho propriamente dito que o problema da qualificação é introduzido especificamente no processo de consolidação da sociedade capitalista (TARTUCE, 2002). A instituição escolar, no sentido moderno do termo, como mencionado anteriormente, ganha papel de destaque em ampliar a socialização de certas relações sociais¹⁸⁸, adequadas ao processo capitalista de valorização, estendendo a lógica do trabalho assalariado ao conjunto da sociedade – sendo o tempo o denominador comum da economia. Disso resulta nova também

a maneira de se mensurar e avaliar a qualificação. [...] o trabalho moderno é uma forma histórica e socialmente construída, na qual ele se torna sinônimo de trabalho assalariado, isto é, intercambiável, passível de ser comparado e avaliado segundo uma mesma unidade de medida – [o tempo...] Sendo a separação da aprendizagem do exercício do trabalho uma das características principais do salariado, o fato da qualificação referir-se (*ou não*) a um trabalho assalariado terá implicações para a sua análise (TARTUCE, 2002, p. 19, grifo do autor).

Observa-se que essa é uma singularidade relevante para a problemática que trata a presente pesquisa, pois se o assalariamento é a forma social de trabalho dominante na análise sociológica da qualificação, o regime salarial não se realiza senão enquanto tendência em relação a uma heterogeneidade de práticas laborais não assalariadas existentes em outras situações. Em parte, esta tese se debruça justamente sobre essa configuração social, procurando chamar atenção para processos históricos onde a coexistência de modos concomitantes de socialização para o trabalho é sua própria qualidade, legitimando diferencialmente experiências humanas de aprendizagem em termos de qualificação.

Nesse sentido, a perspectiva sobre a qual se assenta essa pesquisa encontra repercussão em sua visão relacional da qualificação, de natureza histórico-comparativa, entendida como um processo e um produto social, como uma relação socialmente construída, que remete sua

¹⁸⁸ “A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo” (1989), de Mariano Fernandez Enguita, é uma obra que aprofunda esse debate.

filiação à concepção desenvolvida por Pierre Naville. Conforme Tartuce, a chamada visão relativista

não concebe a qualificação apenas do prisma da técnica e do conteúdo do trabalho (ainda que os considere) [matriz essencialista], mas antes como sendo um processo e um produto social, que decorre, por um lado, da relação e das negociações tensas entre capital e trabalho e, por outro, de fatores socioculturais que influenciam o julgamento e a classificação que a sociedade faz sobre os indivíduos. Não se trata aqui de saber se a qualificação aumenta ou não, mas de relacioná-la aos diversos aspectos que a influenciam (TARTUCE, 2002, p. 21).

Pierre Naville, porém, acredita ser possível apreender de modo ainda mais preciso o assunto, por onde chega em um certo número de conclusões preliminares com as quais acredita circunscrever o problema de maneira conveniente, e que servem de ponto de partida para a sua reflexão. Situado na esteira da tradição econômica clássica e da crítica marxista (Adam Smith, David Ricardo e Marx), Naville formula suas proposições e Alaluf (1986) às sintetiza:

a noção de qualificação é relativa e não repousa sobre nenhum critério isolado; as formas da qualificação do trabalho dependem do estado das forças produtivas e das estruturas socioeconômicas nas quais elas se inserem; a duração da aprendizagem constitui um dos elementos essenciais da qualificação, mas esta duração é ela mesma relativa à estrutura da indústria numa época dada e não supõe nenhuma norma absoluta; a qualificação do trabalho vem em consequência mais de critérios sociais do que individuais. Nesta medida, o trabalho qualificado é redutível ao trabalho não-qualificado (ALALUF, 1986, p.105).

Esse conjunto de proposições serve de pressuposto para a definição de três aspectos operativos nas análises de Naville: “habilidade pessoal como fundamento do trabalho qualificado; redução do trabalho qualificado ao trabalho não-qualificado (do complexo ao simples); correlação hierárquica entre salários e a qualificação do trabalho” (NAVILLE, 1956, p. 19). Eis as unidades elementares com que Naville atacará analiticamente os questionamentos formulados na abertura do texto. Além de destacar o tempo como principal medida para diferenciação dos trabalhos em termos de aprendizagem e experiência, o autor chama atenção para o caráter igualmente relativo desse tempo, social e historicamente.

o trabalho será considerado como mais ou menos qualificado socialmente, isto é, em função da técnica a dominar e dos meios de aprender a fazê-lo. Como simples ou como complexo, o trabalho apresenta então variações em relação aos meios social e histórico. Mas nessa margem, sua relação pode ser, com efeito, considerada como um dado quantitativo, e um de seus fatores essenciais é a quantidade de tempo necessário à sua aprendizagem e à sua experiência, tempo este muito variável (NAVILLE, p.38).

Desta forma, a qualificação não é uma “sorte de substância, de coisa estritamente dependente das circunstâncias imediatas onde ela se revela”, e por isso deve ser entendida como a “apreciação social do valor diferencial dos trabalhos e não um fenômeno técnico individualizado” (NAVILLE, 1962 APUD ALALUF, 1986, p.130). Esse julgamento social é a origem das hierarquias e formas de rendas que permitem aos indivíduos e grupos viverem, se comportarem e adotarem determinadas maneiras de viver em sociedade, organizadas de maneira relacional, a partir de relações humanas vivenciadas sobre a base material de produção da vida (ALALUF, 1986).

A partir do presente entendimento que se teve da qualificação, assentado em uma concepção relacional que orientou sua problematização ao longo desse capítulo, algumas observações merecem ser consideradas para a leitura do próximo capítulo. Em primeiro lugar, está a natureza eminentemente relativa da qualificação e de sua construção enquanto categoria de análise explicativa, pois se refere sempre a relações sociais culturalmente contextualizadas. Em segundo lugar, por isso, considera-se que a incorporação do trabalho humano em um mercado de trabalho, livre e contratual, não repousa sobre nenhuma forma natural de trabalho, mas depende do estado das forças produtivas e das estruturas socioeconômicas. Em terceiro lugar, a qualificação se define pelo tempo e pelas modalidades de formação, sendo eles mesmo variáveis, de onde resultam formas diferenciadas de socialização para o trabalho. Finalmente, o reconhecimento social da qualificação em termos de valor do trabalho se define mais em função de critérios morais e políticos do que propriamente técnicos. Essas observações são indicações de caminhos para se compreender teoricamente o processo de construção social da qualificação em Penedo, Alagoas.

O próximo capítulo assume a singularidade que caracterizou a formação social em análise e reconhece, nessa qualidade, a operação de processos concomitantes de qualificação. Esses processos se expressaram por meio de formas diferenciadas de socialização do trabalho e apreciação social de seu valor no contexto do baixo São Francisco. Se, de fato, aconteceu uma tentativa deliberada por parte dos grupos sociais dominantes de reformar os modos de vida e de trabalho das parcelas subordinadas da população por meio da imposição de valores, interesses e expectativas, materializadas na transformação das condições gerais de produção que representou a reestruturação dos equipamentos de consumo coletivos, essa tendência não foi suficiente para soterrar formas de conhecimento baseadas em expressões culturais alternativas. Ao contrário, por ter sido ela insuficiente e incompleta, esbarrou e contribuiu para que outros homens e outras mulheres fizessem escolhas a partir das situações e condições

materiais em viviam. Acreditar que a história local se forjou na luta de classes é principalmente acreditar que homens e mulheres foram capazes de criar experiências significativas apesar das formas de dominação e subordinação a que estiveram sujeitos no trabalho, na escola e no cotidiano. Esse trabalho de ressignificação dos dramas e alegrias, dos limites e das consequências de suas escolhas, foi o que permitiu aos grupos sociais que dependeram do seu trabalho para viver (e não mais do que isso) disputar os critérios de definição da qualificação e, em alguma medida, ter essa socialização reconhecida como expressão de uma experiência qualificadora.

CAPITULO 4 - EXPERIÊNCIAS QUALIFICADORAS:

expressões da socialização vivida e sentida

A proposta dessa capítulo é destacar, a partir da análise das entrevistas realizadas, um processo histórico que remete a experiências humanas concretas de viver, aprender, trabalhar e se comportar em sociedade conforme contornos econômico-culturais, jurídico-políticos e morais particulares, que anunciam tendências de mudança nas formas de socialização do trabalho e de apreciação social de seu valor. Essas mudanças apontaram para uma formação social específica em que homens e mulheres fizeram escolhas em termos de valores, interesses e expectativas sobre o sentido daquelas alterações em função de situações e relações produtivas que vivenciaram em sua socialização. Isso inclui a apreciação de critérios sobre o que deveria (ou não) para eles ser considerado como “qualificação”.

Como se refletiu anteriormente, nas sociedades onde o assalariamento foi se intensificando como regime de trabalho, novos elementos passaram gradativamente a conferir objetividade ao julgamento social da qualificação. Um deles foi a disjunção entre preparação antecipada para o trabalho e o trabalho propriamente dito, sendo a racionalização da aprendizagem uma forma de socialização que foi se materializando no espaço da instituição escolar – a escola. Outro elemento foi o tempo de aprendizagem como critério de diferenciação dos trabalhos, sendo ele maior ou menor em função da técnica a dominar e dos meios de aprender a fazê-lo. Esses aspectos foram se infiltrando na apreciação que os indivíduos e a sociedade faziam das qualificações desejadas para o desempenho dos diferentes trabalhos.

Nesse lento processo de construção social da qualificação, apesar da experiência escolar ir se impondo como mudança na forma de socialização de conhecimentos, valores, habilidades e destrezas para o exercício dos diferentes trabalhos, essa tendência não implicou no soterramento de modos de socialização baseados em expressões culturais alternativas, assentadas em instituições, costumes e tradições, que persistiram como fonte de aprendizagem significativa para parcelas consideráveis da população. Nesse processo histórico, portanto, é possível falar da coexistência de modos concomitantes de socialização para o trabalho que legitimam e valorizam diferentemente experiências humanas em termos de qualificação, sendo a disputa por valores e interesses um aspecto decisivo nessa apreciação social. Conforme Thompson,

os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de

contradição, de luta entre valores e visões de vida alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais (THOMPSON, 1981, p.194).

Assim, os valores e os interesses não se organizaram de forma abstrata nas ideias de indivíduos dessocializados, independentemente das vontades e necessidades de seus grupos, mas foram se constituindo a partir de situações e relações produtivas concretas, aprendidas e vivenciadas nos seus modos de vida, também por meio de relações de parentesco, de produção e de reciprocidade. Por isso, Thompson¹⁸⁹ considera que os valores

não são "pensados", nem "chamados"; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e "aprendidas" no sentimento) no "*habitus*" de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p.194).

Por meio dessas relações sociais, homens e mulheres criaram expectativas morais e necessidades materiais que foram se condensando em experiências humanas comuns, amalgamadas pela consciência afetiva de valores e traços culturais compartilhados, que ao longo dos tempos puderam se conflitar frente aos interesses e visão de mundo de outros grupos. Esses conflitos morais e de interesses ocorreram por inúmeros aspectos e a todo instante na vida social. Em alguma medida e por vários motivos, foi em torno deles que os indivíduos se uniram, se separaram, se identificaram e se reconheceram enquanto grupo social. Mas é possível dizer que alguns embates foram mais decisivos para a definição de sua existência como coletividade do que outros, à exemplo da manutenção de seu modo de vida ou a luta pela transformação das relações sociais que determinavam seu ser social.

Nesse horizonte de lutas, que envolveu a definição das condições materiais e morais de determinação (pressões e limites) do estado das relações de força entre os grupos, a educação foi emergindo como um dos campos de batalha que definiram os espaços e os tempos atinentes à qualificação. Como se disse antes, a aprendizagem gradativamente foi se

¹⁸⁹ Poderia ser compreendido com estranhamento a referência à expressão de "habitus" por Thompson, mas esta aproximação entre os autores já se mostrava presente no colóquio da RÉSEAU DES MODES DE VIE, especialmente na segunda parte da obra intitulada "L'aport des travaux de Pierre Bourdieu a une sociologia des modes de vie", proferida como exposição introdutória por Michel Pinçon (1980).

separando do ambiente de trabalho, passando a ser o tempo nos bancos escolares uma etapa e uma medida decisiva na valorização do trabalho, especialmente com a intensificação do assalariamento na sociedade.

Voltando ao contexto histórico em estudo, observou-se que as décadas de 40 e 50 significaram avanços importantes para as regulamentações trabalhistas e a criação de novos direitos para os trabalhadores no Brasil. Constituindo um código de considerável abrangência, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tratou da relação entre patrões e empregados e estabeleceu diversas medidas de proteção social, tais como registro do contrato em carteira de trabalho, férias, descanso remunerado, indenizações, condições de segurança, higiene dos locais de trabalho, entre outros. Além disso, nessa época se iniciaram também os desdobramentos do processo de escolarização no país, com a implementação das Leis Orgânicas do Ensino (Reformas de Capanema) e, posteriormente, as discussões sobre os rumos da educação brasileira que antecederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1961. Não menos importante, nessa época, foi se ter assegurado aos trabalhadores a garantia de sua integridade física e psicológica frente aos abusos de violência causados pelos empregadores no passado. Enfim, uma conjuntura que tencionou transformar a relação trabalho-educação e modo de vida em um campo de forças propício à construção social da qualificação, em que pesaram condições objetivas e subjetivas para a definição das qualificações entre patrões, empregados e o estado mediador.

Em Penedo, as experiências concretas vividas pelos(as) trabalhadores(as) investigados se mostraram um caminho para o estudo desse processo de construção social específico, pois permitiram acessar a formação de grupos enquanto sujeitos históricos que compartilhavam situações de injusta valorização a que eram submetidos. Entre estas situações observou-se a desvalorização dos mundos anteriores, das visões de vida alternativas, dos seus modos de vida. Contudo, os processos de regulamentação do trabalho, de escolarização e a mudança nos modos de vida foram vivenciados e sentidos de forma diferenciada pelos entrevistados(as). Esses conflitos entre modos alternativos de vida foram se definindo nas experiências individuais e pelas determinações a que esses personagens enquanto grupos se defrontaram em suas vidas.

As análises se seguem valorizam a narrativa das experiências de homens e mulheres no enfrentamento das mudanças observadas durante esse período histórico. A ênfase está em evidenciar as escolhas desses sujeitos em termos de valores, interesses e expectativas em relação ao trabalho, à escolarização e ao modo de vida decorrentes dos vínculos e relações materiais aos quais estavam condicionados em sua socialização. Assim, esse capítulo procura

trazer elementos para perceber como essas personagens vivenciaram seus dramas, suas alegrias e as consequências de suas escolhas em torno de sua qualificação no período em estudo.

4.1 Experiências qualificadoras por socialização costumeira

As narrativas agrupadas nesse conjunto de entrevistas se caracterizam por uma socialização¹⁹⁰ marcada por relações sociais construídas principalmente a partir do contato direto com a família e com a comunidade imediata. O ambiente escolar esteve ausente para quase todos os entrevistados. Na maioria das vezes, ao longo de suas vidas, estas pessoas exerceram trabalhos por conta própria e/ou independentes de vínculos formais. Essas características marcaram suas experiências individuais através do compartilhamento de expectativas, interesses e valores e pouco sofreram influência das mudanças descritas no capítulo dois. Talvez uma representação caricatural de qualificação para esse grupo de entrevistados esteja na figura social do “matuto”, do “ribeirinho”, do “sertanejo”, das pessoas que por imposição de nascimento construíram suas experiências com o suporte das instituições naturais, tradicionais ou costumeiras, e que pouco dependeram das convenções da sociedade mais ampla.

Quadro 1 – Entrevistado(a) e Idade, Origem e Residência, Atividade, Setor, Atividade dos Pais, Escolarização e N° de Filhos.

Entrevistado/ Idade	Origem ¹ / Residência ²	Atividade	Setor	Pai	Mãe	Escolarização	Filho(a)
Josinete 80 anos	Igreja Nova/ Penedo	Agricultora	Agricultura	Agricultor	Agricultora	Não frequentou	17 em total
Coimbra 91 anos	Igreja Nova/ Barro Vermelho	Pescador, com agricultura de subsistência	Pesca/ Agricultura	Pescador e agricultor (roça)	Agricultora	Não frequentou	3 mulheres 1 homem ³
Tadeu 87 anos	Penedo/ Oiteiro	Carroceiro e comerciante	Serviços/ Serviços	Carroceiro	Agricultora	Não frequentou	2 mulheres 1 homem
Alfredo 77 anos	Penedo/ Centro	Mestre canoeiro	Serviços (Municipário)	Mestre canoeiro e agricultor	Agricultora	1º ano primário	7 em total ⁴

¹ Quando não é natural de Penedo, informa-se o município de origem.

² A nomenclatura dos bairros é correspondente ao período em estudo. Posteriormente, houve a substituição por nomes de santos da Igreja Católica.

³ Informação aproximada.

⁴ Informação aproximada.

¹⁹⁰ Em vários aspectos, esse conjunto de entrevistas se aproxima ao período dominado por mudanças suprageneracionais - ou a *sociedade sem escolas* - a mudança é imperceptível de uma geração a outra, seja por lentidão ou por abrangência a grupos minoritários; a sociedade se organiza em um contexto estável e invariante; é o processo de incorporação ao trabalho que educa, não existindo um âmbito dedicado à aprendizagem de modo específico; os adultos são os agentes educativos principais (família, comunidade) (ENGUITA, 2004, p.15).

Nascer e crescer no meio rural da região são franciscana, na primeira metade do século 20, em alguma medida garantia às populações interioranas condições materiais e relações produtivas de relativa estabilidade. Essa estabilidade se constituía com a possibilidade de acesso à terra (ainda que subordinada), a posse de utensílios de trabalho, a criação e/ou captura de animais, o manejo e/ou coleta de espécies alimentícias, enfim, elementos que caracterizaram uma vida de subsistência através da agricultura, da pesca e de um comércio de baixa escala. Por sua vez, a estabilidade da vida social se reproduzia através da manutenção de posições e de papéis sociais que garantiam a manutenção desse modo de vida e de trabalho.

A aprendizagem dessas relações sociais se dava desde criança, por costume, em um processo mediado pelas atividades laborais diárias. Era a oportunidade também de se ensinar e aprender os conhecimentos específicos relacionados com o plantio, o uso de instrumentos de trabalho, as variedades de sementes, as quantidades adequadas para uma eficaz produção de alimentos. Aos poucos, os membros mais novos eram iniciados em tarefas mais complexas e o processo de aprendizagem ia se finalizando na obrigação moral do trabalho familiar. O exercício do trabalho na unidade familiar de produção era a garantia de autonomia em relação ao emprego da força de trabalho externa. A família também era uma condição para uma melhor divisão do trabalho enquanto unidade produtiva de gêneros de subsistência.

Eu trabalhava muito na roça com meu pai. Eu comecei trabalhar com 7 anos. Com 7 anos eu não conhecia, não sabia plantar o feijão, nem o arroz. Meu pai fazia uns tango de taboca¹⁹¹ pra encher de sementes pra nós botar na cova, pra plantar, que nós era ainda tão besta ainda, tão tolo, que nós não entendia o tanto, nós não sabia o tanto dos caroços da semente pra plantar. Aí assim era, fui crescendo e continuemo assim mesmo trabaiano. Depois ele preparou as enxadas pra gente, nós foi crescendo. Era 9 irmãos, só essa que era a mais nova e aquele rapaz que saiu é meu irmão caçula. Esses não trabaia muito, porque era o mais novo, era os pequenos [...] E nós tudo ia pra roça, 8 irmãos! Meu pai nunca pagou a um trabalhador com esses fios [filhos] à frente pra tocar a roça. Nós plantava milho, plantava feijão, cavava canteiros, fazia tudo viu! E assim eu trabalhei até com 16 anos (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

Os membros familiares considerados em idade inferior ao momento adequado para sua iniciação ao trabalho produtivo exerciam atividades de cuidado dos infantes ainda menores. Essas atividades não produtivas incluíam o preparo das refeições, por exemplo, em que geralmente as meninas aprendiam desde cedo a lidar com as tarefas domésticas de reprodução familiar. O valor da autossuficiência se materializava na fartura alimentar e na satisfação com a criação de coisas úteis para o seu grupo.

¹⁹¹ Espécie local semelhante ao Bambú.

As frutas de laranja bastante natural do pé. Tinha sítio de laranja, de bananeira. Macaxeira a gente plantava, comia macaxeira da nossa roça. O cuscuz era cuscuz de milho relado no ralo que nós relava. Eu mesmo relava 10 espiga de milho desse tamanho pra fazer cuscuz pra nove pessoas. E eu desse tamanho, mim lembro como hoje. Mim levantava quatro horas da manha pra ralar. Dez espigas de milho no ralo pra fazer um cuscuz desse tamanho pra nós todos comer. E o cuscuzeiro que era de barro, era tudo na panela de barro. Fogo de lenha, não tinha fogão de gás, não tinha essa maricagem que tem hoje. [...] A alimentação era feijão, cozinhava feijão rapaz. Não é quem nem hoje não! Era na agua e sal. E a gente comia e era bom. Hoje não presta, a gente bota tanto tempero e num vale nada. Matava um capão, você sabe o que é capão? Matava o capão que a minha mãe criava, quando a gente chegava da roça tava a panelada pronta. Cozinhava numa panela, numa frigideira de barro desse tamanho. Botava a panela de capão, outra arribatão. Arribatão, sabe o que é? É arroz com feijão! Arribatão pra gente comer com galinha, com capão, capão gordo, gostoso, a gente comia, não fazia mau (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

Haviam outras atividades que envolviam as crianças nas tarefas do trabalho diário. Longas caminhadas em busca de madeira para alimentação do fogão à lenha. A limpeza de ervas daninhas nos canteiros de plantio. Por vezes, a punição física era exercida para ensinar relações sociais de autoridade, disciplina e subordinação. A indumentária feminina era básica e seguia o padrão correspondente às tradições locais, fosse por uma questão moral ligada ao gênero, fosse devido ao elevado índice de insolação nesta zona.

Nossa roupa era toda simples. O vestido por aqui, pela canela. A manga comprida, pra trabaiaá, com chapéu na cabeça. Chegava a parecer uns índios, bem assim era, quando voltava com um feche de lenha nas costas. E a chuva boa e a gente caminhando. Era longe que a gente ia pra roça, é. Eu piveta¹⁹², não era nem moça de verdade. Ainda tudo menina, às vezes ainda tava criança bem dizer, que você trabaiaava com sete anos. Eu não sabia fechar o feijão. Não sabia limpar o arroz. A gente invés de limpar o mato arrancava era o legume. Aí meu pai tome cabada de enxada na cabeça. Aí nós tinha que aprender e ninguém ficava em pé pra tá escorado na enxada não! Tinha que trabaiaá, meu pai era carrasco (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

A experiência escolar nessa forma de socialização não era uma opção ao alcance de muitas personagens que viveram inseridas em situações semelhantes às descritas anteriormente. A ausência dessa opção se produzia por meio do afastamento, do preconceito e/ou da violência física, talvez como mecanismo para impedir uma abertura de relações sociais no grupo familiar.

Eu não estudei não, porque meu pai não queria. Ele era ciumento. Ele disse que a gente fosse pra escola de noite - nós trabaiaava pelo dia - era pra ir pra escola de noite. Aí nós arrumemo o dinheiro. Catemos as mandioca, fizemos farinha, vendemos. Compramos o caderno por nossa conta. Compramo um caderno, compramo um tinteiro, compramo as canetas e falemo com a professora e fomo para

¹⁹² Criança.

escola. Estudemos uma semana, à pulso. Disse ele: que vocês vão pra escola é pra namorar, bando de sem vergonha! Deu uma pisa na gente, nego veio! Eu digo: eu não vou mais pra escola não. Pai pegou os cadernos rasgou, jogou no lixo, jogou o tinteiro pro mato e foi aquela bagaceira. Aí nós se injuriemo, tivemo raiva e não fomo mais. Aí por isso não aprendi. Eu e as outras moças, eram quatro moças (Depoimento verbal, 6 de abril de 2017).

A expectativa dessas meninas em ingressar o espaço escolar tencionou as relações familiares por menos de uma semana. O conflito se solucionou rapidamente com o abandono da escola e a frustração como ponto final de mais essa lição de vida. A obstrução do acesso à cultura letrada se interiorizou como uma desqualificação que acompanhou a personagem ao longo da vida.

Eu queria, eu sonhava, eu sonhava que eu era cantora na igreja. Sabia ler, eu com os livros nas mãos rezando na igreja. Oia rapaz, eu tinha uma vontade tão grande! Ainda hoje eu tenho um desgosto que não sei ler. Quando eu vou pra igreja e vejo o povo com aquele caderninho das leituras da missa, que eu não sei. Às vezes eu pego um pra tapear, pra trazer pra minha neta. Eu não sei ler nada. Eu conheço mau a letra do meu nome num papé. Quando recebo um papé num documento e que eu vejo um B. Eu sei que é a primeira letra do meu nome, ah rapaz é muito ruim, viu? (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

Esse marcador social de gênero se expressava negativamente também na possibilidade de vivenciar momentos de divertimento em ocasiões sociais como reuniões e festas na comunidade. Eram situações que permitiam o contato com possíveis candidatos ao enlace matrimonial. A desvinculação do grupo familiar imediato se apresentava como meio de liberação do domínio patriarcal. Mas nem sempre as investidas em direção ao casamento se realizavam com sucesso, gerando consequências coletivas indesejadas para o grupo familiar. A própria realização do casamento não era sinônimo de relações afetivas e condições materiais diferentes daquelas encontradas em casa. A sensação de isolamento era geográfica, mas também social.

Era só nós, rapaz. Nossa vida era só nós e Deus. Trabalhava de segunda ao sábado, ficava em casa no domingo. Quando aparecia um guerreiro¹⁹³, um cantador, nós falava e meu pai dizia: o que? Não vai ninguém! Em dezembro, vamos pra festa: não vai não, só vai se for mais uma tia, uma irmã dele, uma pessoa de idade pra tomar conta daquelas moças. Ah rapaz, meu pai era carrasco. Eu não sei como nós se casou. Eu mim casei na marra. Ele não queria que a gente cassasse de jeito nenhum. Essa que tá ai doente nunca se casou. Depois de veia ela fugiu com um cara. O cara fez mala à ela e no fim não casou. Ai ele sumiu com medo porque meus irmãos foram atrás dele pra matar. Eu ainda tive paciência, esperei muita coisa. Mas meu marido foi muito ruim comigo, minha vida foi muito sofrida também. [...] Com 16 anos achei de me casar. Eu digo: eu vou mim casar mode de ver se eu descanso mais da enxada. Foi pior, rapaz! Ai eu mim casei, ai fui trabalhar de roça de novo. Todo

¹⁹³ Expressão cultural comum na Região Nordeste brasileira.

ano tive um filho. Tive 17 filhos, mais os meninos morreram, rapaz. Ai eu ficava só. Tinha o menino, nascia sadio e tudo, com pouco tempo ele morria. Mas nós morava nos matos. Eu não fazia esses pré-natal que o povo faz hoje. A gente não fazia. Quando o menino nascia, nascia sadio, mais depois morria. Lá não tinha médico, não (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

De volta ao universo do grupo familiar, a autoconstrução da moradia era outra atividade não menos didática para aprendizagem de tecnologias que garantiam esse modo de viver. Ela envolvia o conhecimento das espécies vegetais existentes na mata, das formas de construção com a utilização desses materiais, além da estocagem de material combustível para a manutenção das condições de vida da família. Um conjunto de conhecimentos, de habilidades e destrezas ensinados e aprendidos de geração para geração pelo trabalho e pela transmissão oral, elementos formadores de uma determinada qualificação.

A casa era de taipa, feita de barro, rapaz. Meu pai trabalhava tanto pra fazer essas casas! Prega uns paus que chamam enchimento. Quando acaba, amarra umas varas. Prepara um barreiro de barro e tapa. Tapei muito. Batia cada tempo de inverno, um temporal de chuva que derrubava o barro todinho das paredes. A casa já tava veia. Nós ia pro mato com ele pra ele tirar paia de coqueiro, de aricurizeira. Você acho que não sabe nem o que é, né? Um paia de aricurizeira com uns coquinhos desse tamanho. Trazia aquele fecho de paia. Nós tapava, fazia a parede, quando acabava, cobria aquelas partes mode a chuva não derrubar. Casa de taipa, tinha nove fio [filhos] nessa casa. O fogo era fogo de lenha. Ele pagava a gente mode carregar madeira pra cortar, pra deixar em casa pra cozinhar o ano todim. Nós fazia a roça, brocava a roça, queimava, cortava aquelas madeira pra quando acabar, pegar o carro de boi pra botar em casa pra passar o ano. Nós era agricultor de verdade! É, trabaei muito na roça. Desde eu com idade de sete anos. Parei de trabaiar com cinquenta anos, justamente o que tá nos meus documento da minha aposentadoria como agricultora (Depoimento verbal, Josinete, 6 de abril de 2017).

Algumas tecnologias de construção de moradia, porém, estavam nas mãos de trabalhadores especialmente qualificados para esse ofício. Além disso, o fato de algumas famílias subsistirem da pesca fazia com que sua residência se encontrasse próxima ao rio, mas afastada de zonas de mata mais densa. Algumas vezes era necessário transformar acontecimentos naturais desfavoráveis em oportunidade para se fazer uma escolha ou tomar uma decisão. Foi o que aconteceu com o plantio de arroz em outro grupo familiar de pescadores após a elevação do nível das águas do rio próximo onde moravam. A perda da colheita criou paradoxalmente condições materiais para a construção da nova moradia familiar.

Nós começamos um pouco aperriado, né? Porque nós não tínhamos uma casa de telha. Nossa casa era coberta de capim, desse capim tiririca. Depois nós foi indo, foi indo, foi indo, saiu um lamerão de frente a nossa terra. Era pouca terra. A gente

tínhamos 10 varas¹⁹⁴ de largura e de comprimento eu não estou lembrado quanto era. Era a pouca, mais a cheia botou aquela lama que vem com a enchente, né? Ficou lá, quando vazou que nós plantemos o arroz, o arroz escangalhou. Foi. Aí meu pai diz: agora eu vou levantar uma casa. Tinha um mestre chamado Domingo, nas capoeiras. Eu fui lá, falei com o mestre. Mestre sabia fazer uma casa, trouxe ele, ele levantou a casa (Depoimento verbal, Coimbra, 30 de março de 2017).

Outro aspecto importante nessa decisão de construir uma nova casa, contudo, não se resumiu ao acontecimento que transformou a enchente em uma possibilidade de melhoria das condições de subsistência desse grupo familiar. A pressão social dos demais grupos residentes na localidade também impulsionou essa tomada de decisão. Ela esteve revestida de preocupação com as normas sociais que regiam essas relações sociais de vizinhança. Estava em jogo era a moral de um pai de família e sua capacidade de trabalho em prover um certo nível de conforto aos membros do seu grupo familiar. Uma apreciação social sobre qualificação que toma como parâmetro as condições materiais de moradia.

Tinha um pessoal na Tapera¹⁹⁵ que era tudo metido a coisa. Meu pai morava numa casinha de palha. Aí um dia chegaram lá uma turma, passaram lá e chamaram: seu Fredo! Você me desculpe, mais você não é um homem. Aí meu pai disse pra ele: e sou marico¹⁹⁶? Então eu sou marico? Não, não é nesse sentido. Porque o homem que tinha pra morar uma casa de palha, quando a chuva bate forte, pinga dentro de casa por todo canto. Nós peguemos a terra de lama de arroz e com essa lama de arroz nós levantemos um chalé especial. Os caras no Tapera toda vida foram metido, não sabe? Não tinha nada, né? Tinha um pedacinho de terra cada um e se julgava com os outros. Um dia chegaram lá: Fredo! O nome do meu pai é Mané Alfredo, mas chamavam ele de Mané Fredo. Oô Fredo, mas você agora é um homem. Meu pai disse: e eu era marico? Eu algum dia fui marico? Não, mas não é nesse sentido. O homem que não tem um chalé de telha pra morar, quando a chuva bate tá aperriado¹⁹⁷, ele disse. De fato era mesmo, ficava acororado pelos cantos da casa. Mas com essa enchente que deu levantemos um chalé especial (Depoimento verbal, Coimbra, 30 de março de 2017).

A ocorrência de enchentes, a variação das chuvas, o sobe e desce das marés eram acontecimentos que definiam os tempos de trabalho e de vida. De fato, estes acontecimentos naturais chegavam mesmo a se mesclar em uma mesma experiência. Sobre as brincadeiras de infância que se desenvolviam em família nos momentos de folga, a pesca surgia literalmente como um modo de viver. Os saberes da pesca envolviam o conhecimento de horários, espécies, lugares e a habilidade para a confecção de artefatos pesqueiros.

Eu fazia tudo e mais um pouco, o principal era a pesca porque dava, dava, dava mesmo. [...] *A gente vivia de pescar*. E nesse tempo tinha peixe. Você ia pescar e

¹⁹⁴ Unidade de medida espacial utilizada na localidade.

¹⁹⁵ Localidade no interior do município de Igreja Nova.

¹⁹⁶ Expressão que coloca em dúvida a orientação sexual da personagem.

¹⁹⁷ Sinônimo para preocupado, incomodado, desgostado.

pegava 60kg de peixe. [...] A pesca era com rede de travessia, tarrafa, côvo¹⁹⁸. Ah, essa de covó deu de cagar mesmo, viu! Côvo desse tamanho assim, oh. Botava lá, quando amanhecia de nós pegar, vinha era o bixaredo dentro do côvo. O rio vazava que ia simhora, a gente ficava pescando na maré, no riacho que vai pra Igreja Nova. Começa aqui na boca da barra e vai bater em Igreja Nova. Quando acabava a safra do peixe, a gente ficava pescando no riacho, na tarrafa e de côvo pequeno, pegava camarão, não faltava nada, nada mesmo (Depoimento verbal, Coimbra, 30 de março de 2017).

Novos interesses se manifestavam no período que antecedia a vida adulta. A autoridade do chefe de família seguia sendo exercida em relação às atividades de divertimento nos momentos de descanso. Entre essas atividades estavam encontros musicais e dançantes. Inversamente ao que ocorria com as moças em situações bastante parecidas, aos homens era dispensado outro tratamento em vista da obrigação moral masculina em buscar o enlace matrimonial. A saída do núcleo familiar original estava condicionada igualmente ao casamento. A escolha das parceiras significava muitas vezes o reforço dos vínculos de parentesco entre as famílias envolvidas.

Dia de sábado e domingo, agora naquele tempo a gente tinha freio, né? Nós só ia brincar se o dono da brincadeira chamasse, vinhesse falar com meu pai, se ele deixasse nós ia, se ele não deixasse, não ia não. [...] Era, mais era um homem de “bitem¹⁹⁹” que gostava de botar pra tocar uns tocadores especial. Sessenta que era um tocador de clarinete, vinha cá pedir a ele e ele deixava, eu saía sábado só chegava segunda bem cedo e eu gostava de dançar. [...] Um lugar por nome de Cajueiro, Chinaré, Lagoa Grande, Bela Vista. Tinha uma festa na Bela Vista e a gente ia nessa festa, Lagoa Grande, Titiba, Chinaré. Era uma porção de lugar que eu não tou lembrado agora. [...] é, só saímos (de casa) quando casemos. Ninguém saía de lá sem de casar. O mais velho, casemos, eu e meu irmão com duas irmã, foi. O mais velho chamava-se Cosme e meu nome Antonio Coimbra, e nós casemos com duas irmãs (Depoimento verbal, Coimbra, 30 de março de 2017).

Os enlaces matrimoniais entre famílias próximas era um costume disseminado nessa época. Eles podiam servir de garantia das credenciais desejadas e acontecer inclusive envolvendo relações de parentesco mais diretas entre primos e primas. O trabalho como valor moral era um elemento significativo para o interesse mútuo dos pretendentes (e das famílias). Ao trabalho agrícola de certas unidades familiares de produção se somava o trabalho de transporte realizado por outras famílias dedicadas a colocar em circulação as mercadorias produzidas.

Me criei lá (povoado do trabuleiro), nasci lá em 1936 e ela lá também. Ela é minha prima, a mãe dela é minha tia e a minha mãe é tia dela. Aí, comecei a namorar com ela. [...] de infância, eu solteiro e ela moça em casa né? Aí nós plantava. Ela lá na

¹⁹⁸ Artefato de pesca em formato ciclíndrico confeccionado com uma espécie de bambú.

¹⁹⁹ Pessoa com muito dinheiro.

casa do pai dela, era pescador. E a mãe dela era minha tia, a mãe dela era prima da minha mãe. Aí quando eu viajava tinha namorada. Mas que ela toda vida foi inteligente trabalhadeira, o pai fazia roça, as vezes eu ia viajar, aí passava via ela trabaindo de inchada. E eu digo: essa daí vai dar certo pra mim, aí fui pedir casamento a ela e o veio aceitou, mas a veia não aceitou não, porque a gente você sabe, tem família mas é levado né, porque *a gente nunca trabaiamo pra ninguém*, a família da gente (Depoimento verbal, Tadeu, 30 de março de 2017).

O comércio de baixa escala vai se firmando como mecanismo de ampliação de capital através do estabelecimento de rotas comerciais de compra e venda. Essa atividade envolvia a compra de mercadorias em outras praças de comércio e a escolha daquelas de maior retorno econômico a serem trazidas para a venda no comércio local. Arroz e pescados eram as mercadorias negociadas no movimento em direção às localidades mais afastadas da região franciscana, enquanto farinha e açúcar formam os produtos preferenciais²⁰⁰ para o transporte de carga no sentido inverso.

O negócio de carga era animal, burro carregando carga, ói! Os lugar se eu disser ao senhor, os lugar que nós carregava: Santiago, Pedra Preta, Canabraba, Alecrim, Giba, Paud'parceiro, Entrada, Salgado, até da Viçosa²⁰¹ nós trouxe farinha pra aqui pra Penedo nos burro veiô, ói! Carregava lá, comprava e trazia pra aqui. Com meu pai. Sabe quantos animal tinha no tabuleiro? Cento e dezoito, no tabuleiro todo! (Depoimento verbal, Tadeu, 30 de março de 2017).

Como se pode observar, o transporte era feito com a utilização de animais de carga, sendo a operação realizada em períodos de uma semana aproximadamente. Nesse ramo de atividade, a escolha da rota envolvia conhecer os pontos de parada propícios tanto à alimentação do grupo de carroceiros quanto para o trato dos animais.

O Camaçari, quando começou a usina a rodar, o primeiro açúcar da usina nós trouxe aqui pra Penedo! Eu pivete, com uma base de cinco ou seis anos, vinha montado num burro. Quando chegava na estrada no tabuleiro do Rocha, tinha aqueles cajueiros, cajuerinhos pequenos. Aí quando chegava no Rocha, nós parava, tirava as carga dos animal, metia a peixeira no saco de açúcar, fazia garapa, aí era bacalhau e ceará, aí era bacalhau! Aí vinha pra aqui, agora quanto é a carga, vinte milreis. Aí nós trabaiva a semana todinha, aí depois do açúcar nós começou a trazer mais de onde tinha farinha. Carga de guardar em um quarto, uma dispensa dessa topada de farinha! (Depoimento verbal, Tadeu, 30 de março de 2017).

De fato, as operações de transporte e estocagem eram atividades-meio no comércio de gêneros alimentícios. O sucesso nesse ramo de atividade exigia mais que habilidades em conduzir animais de carga e o conhecimento dos trajetos a serem percorridos em uma época

²⁰⁰ Estes eram gêneros alimentícios indispensáveis na alimentação popular.

²⁰¹ Atualmente são 156,8km, via AL 110.

desprovida de boas estradas²⁰² e sinalização adequada. Exigia também conhecimentos e habilidades de comércio que permitiam a tomada de decisões em momentos adequados. Esses conhecimentos envolviam, em algumas situações como mencionado acima, a oportuna substituição de uma mercadoria por outra em vista dos lucros projetados²⁰³. Em outras, tais conhecimentos incluíam noções de economia para interpretar as variações de mercado em função de aspectos variados. Enfim, uma qualificação que se fundava na prática do trabalho comercial - o chamado “tino comercial”.

Aliás, algumas vezes era contra a ação do próprio poder público que o comerciante colocava em prática seu “tino comercial”, isto é, seus conhecimentos de economia em relação à elasticidade da demanda. Certa vez, por ocasião da interferência do prefeito nas condições de comercialização da farinha²⁰⁴ no Mercado de Penedo, a decisão do comerciante foi não vender sua mercadoria e retornar com a carga para o povoado onde morava. A situação de desabastecimento não se sustentou por muito tempo e a fiscalização foi obrigada a arrefecer sua iniciativa de intervenção nas condições de livre mercado. O conflito de interesses se desfez, finalmente, com a polícia se vendo envolvida na venda da farinha, inclusive como garantia da melhor condição possível ao comerciante - sem a cobrança de impostos.

Aí teve um ano que a gente trouxe uma farinha aí já foi de caminhão, chegou aqui o Prefeito empatou a gente, nós perdemo dinheiro né? Não era pra a gente vender como a gente queria. Tá certo, então nós já foi simhora pro tabuleiro, aí no meio da semana o povo pra comprar farinha, cadê farinha que não tinha? Tadeu (meu pai), vinhemo aqui porque tem um caminhão da prefeitura, tem dinheiro que a gente vai dá pra vocês ir comprar farinha. Aí meu pai disse: ói, o caminhão do senhor pode servir pra outra coisa, agora pra ir vê farinha da gente não. Outra coisa, o dinheiro que o senhor tem pode ficar com ele que nós não quer. Sabe o que que nós quer? Nós ir comprar a farinha e chegar dentro de Penedo e vender por conta da gente. Agora sabe o quer que nós quer? A policia pra ajudar a vender. Eu sei que aí ganhamo dinheiro, né? Aí, pode vender por o que você puder e a policia tá aqui, ói. Aí não é pra fazer questão nem nada, nem é pra cobrar imposto de nada, aí nos vendia (Depoimento verbal, Tadeu, 30 de março de 2017).

Em outras situações, a qualificação se expressava no domínio de conhecimentos matemáticos em função da conversão de pesos e medidas nos momentos de negociação. O período histórico era de alterações nas normas sociais. As antigas medidas que serviam para quantificar as mercadorias gradualmente eram substituídas por novas unidades de

²⁰² A melhoria nas condições de trafegabilidade de caminhões pelas estradas e o aumento na escala de produção industrial do açúcar podem estar na origem dessa decisão.

²⁰³ Diferentemente do açúcar, por ser a produção da farinha uma atividade difusa e quase artesanal, o acesso à mercadoria pode envolver habilidades em termos de informações e relações difíceis de serem estabelecidas naquela época, por isso, merecedoras de uma melhor remuneração.

²⁰⁴ BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL. O tabelamento da farinha. *Jornal de Penedo*. Penedo, 10 jul. 1949, p.4.

mensuração. Esse conflito social entre pesos e medidas surgia como oportunidade de ganhos para os comerciantes que apresentavam a capacidade de raciocínio em termos matemáticos. A operação qualificada dos comerciantes consistia na aquisição de mercadoria com a utilização do padrão antigo (salamín, meio litro, litro) e a comercialização através do novo padrão de medida (quilograma). O surgimento do beneficiamento mecanizado do arroz também passou a ser uma etapa do processo comercial que garantia maior conforto e retorno econômico ao comerciante.

[...] eu trazia o arroz do tabuleiro, eu tinha seis burros. Aí eu trazia doze saco de manhã, chegava aqui descarregava. Voltava, chegava em casa, tirava as cangaia²⁰⁵ dos animal, dava água, dava ração, carregava de novo outros doze sacos. Eu sei que na sexta-feira, eu tinha arroz [...] porque o arroz beneficiado era isso, na época que a gente comprava não era na balança, era na medida. A medida não era quilo, era salamin, meio litro, litro. Seis medidas era um saco daquele grande, aí cinco sacos era um alqueire. Ai eu trazia pra aqui segunda, terça, quarta e quinta, era quatro dias, eu trazia vinte quatro segunda, vinte e quatro na terça, vinte e quatro na quarta, vinte e quatro na quinta. Na sexta o cara botava pra lavar o alqueire de arroz (que a gente fala), duzentos e quarenta quilo, mais duzentos e quarenta quilo pesado, sobrava, mais eu comprava na medida, o que sobrasse era meu. Aí eu chegava aqui, os cara secava, acabava de secar, botava na maquina. Quer dizer, se eu botasse dez alqueire, era pra dar vinte e quatro saco. Sabe quanto é que dava? Dez alqueire dava trinta saco, aí a coisa ia (Depoimento verbal, Tadeu, 30 de março de 2017).

A propriedade da terra aumentava a sensação de segurança alimentar para os grupos familiares nessa situação. Essa maior estabilidade permitia também uma maior diversificação dos trabalhos no interior da unidade produtiva. A agricultura de subsistência era acompanhada da realização de trabalhos artesanais como construção de canoas e a produção de farinha, itens bastante valorizados pelas populações ribeirinhas para seu deslocamento e alimentação diários.

Fazer roça, plantar arroz, você tinha seus pedaços de terras, que nem a gente que tinha lá uns pedaços de terras, que vivia tranquilo. A vida foi essa por vida lá. E todo mundo tinha o que comer, a gente tinha uma casa de farinha, uma casa de mandioca pra fazer farinha, tudo isso a gente tinha. Papai tinha o estaleiro que ele trabalhava em canoa também, que nem eu. [...] Eu comecei a trabalhar assim. Nós tinha umas cabecinhas de reis, umas vacas, uns animais, terra de arroz, de plantar arroz, se fazia roça e todo mundo tinha o que comer (Depoimento verbal, Alfredo, 8 de abril de 2017).

A socialização através do trabalho era uma forma de aprendizagem percebida positivamente como formadora de qualificação. A relativa estabilidade da renda familiar permitia que as crianças menores reservassem tempo para a sua escolarização como forma

²⁰⁵ Cestos de fibra vegetal.

complementar de educação. A alternância entre aprendizagem escolar e o exercício do trabalho era intercalada por deslocamentos até a escola feitos a pé.

Porque eu era pequeno, eu ia pra escola, eu ia 4 km de pé e voltava todo dia. [...] Chamava-se a escola da dona Antonina, que era do Juca do Mano, hoje é Vista Alegre, no tempo passado era Saco dos espinhos. Eu estudei lá, eu e muita gente. [...] Fiz só primeiro ano. “Nosso Brasil” naquela época, tinha “Cartilha do Povo”, “Cartilha Analítica”, depois que apareceu a “Cartilha do Povo”. Começava do abc e passava para o primeiro ano que era a “Cartilha Analítica”, que é essa cartilha que eu estava. E depois, “O Nosso Brasil”, que era o livro. Comecei chegar só até aí, porque não tinha estudo adiantado, interior né? *Todo mundo só vivia de trabalhar*. Ia, quando era 11 horas a gente largava. Meio dia, uma hora, a gente estava chegando em casa. Acabava de almoçar e ia trabalhar, a limpar a mandioca, essas coisas. Hoje diz que o camarada bota o filho pra trabalhar é escravidão, é não (Depoimento verbal, Alfredo, 8 de abril de 2017).

Se o exercício do trabalho familiar em nada se assemelhava com as relações sociais caracteristicamente produzidas pelo trabalho cativo na escravidão, ele não era completamente desprovido de conflitos afetivos no processo de aprendizagem das tarefas mais complexas. Essa relação de aprendizagem entre pai e filho era marcada pela reprodução de sentimentos que nem sempre aparentavam contribuir com o aprendizado, embora pudesse significar no trabalho artesanal a expressão de um comportamento relacionado com a transmissão de um ofício.

Não. Eu aprendi de boa vontade, que o papai era daquele cabra duro, que gostava de dá esporro e tapa no cara, era cabra macho, era. [...] Eu via ele fazendo e muitas vezes serrei madeira mais ele. Mas ele chegava e eu tava rombiando, essa rombeação de polpa. Aí ele avistava, às vezes eu tava com a cabeça quente, sem saber o que tava fazendo. E ele também ficava calado, não dizia nada, ia simhora. Eu também não pedia ajuda, eu toda vida fui orgulhoso também, foi, foi. Ai, não pedia ajuda (Depoimento verbal, Alfredo, 8 de abril de 2017).

O desempenho autônomo do trabalho nesse ramo de atividade aconteceu somente alguns anos depois, por ocasião de um acontecimento natural que estimulou a mobilização desse conjunto de conhecimentos, habilidades e destrezas percebido como “profissão”. O batismo das embarcações seguia a tradição local, sendo os nomes das canoas escolhidos como uma carta de apresentação das obras realizadas.

Deu uma enchente e eu estava sem canoa. Aí eu digo: eu vou fazer uma canoa! Aí comecei, pow, pow, pow, meti os peito e fiz a canoa. Aí achei bom, vendi. Aí fiz outra com o nome de “Amiga da Sorte”, aí já botei pra correr, pra brincar. Aí depois fiz outra, vendi, com o nome de “Xazan”, boa de pano também. Daí por diante eu comecei a vida, fazer canoa. [...] Aí depois de umas três em diante, aí comecei a fazer. Quando eu vim pra aqui trouxe essa profissão, ainda hoje tou trabalhando. Aquela época era canoa, hoje é barco [...]. É que a canoa tem caverno e tem colo.

Colo é redondo, aí é canoa. E esse aí é barco, é macho (Depoimento verbal, Alfredo, 8 de abril de 2017).

Contudo, alterações mais amplas e profundas antecederam esse movimento de substituição das canoas pelos barcos. Essas alterações se relacionaram com a decisão do Governo Federal²⁰⁶ em produzir energia hidroelétrica através da construção da barragem de Paulo Afonso. Uma iniciativa que afetaria o modo de vida das populações ribeirinhas, em especial devido às consequências ambientais causadas pela alteração no regime de vazão do rio São Francisco. Essas alterações foram sentidas como um conflito socioambiental em torno de valores e interesses opostos às expectativas dessas comunidades. As enchentes garantiam a renovação dos meios de vida, fosse na formação de lagoas para o plantio do arroz, no acúmulo de sedimentos para a autoconstrução ou, mais diretamente, no sustento das famílias de pescadores em função da quantidade e variedade de espécies.

Eu e um irmão, passava quinze dias, um mês, dois mês, sem vim em casa. Quando voltava, vinha com dinheiro, pois naquela época dava peixe [...]. Em tempo de sertão toda qualidade de peixe você pegava, você pegava o Pirá, pegava o Mandim, o Mandim Branco, Atubarano, todo peixe, o Aragú, tudo acabou-se, esses peixe acabou-se, por causa das barragens. E depois da ganância dessa CODEVASF²⁰⁷, criando peixe e botando no rio, matou tudo, da ganância do povo, pra fazer barragem. Gente com os ôios grande, desmatando, pra aqui, pra lá. Hoje tá acabando com a chuva, hoje tá essa miséria por causa dos ricos, uns caras miseráveis, só pensam em enricar, não tem uma pessoa de bem, né (Depoimento verbal, Alfredo, 8 de abril de 2017).

²⁰⁶ “O Decreto 8.031 de 03/10/1945 concedia à CHESF a exploração de um trecho de cerca de 500 quilômetros entre Piranhas – Alagoas no baixo rio São Francisco e Juazeiro – Bahia no sub-médio rio São Francisco. A concessão para transmitir e comercializar a energia hidroelétrica produzida em Paulo Afonso, definiu um círculo inicial de cerca de 450 quilômetros de raio no interior do qual se inseriam as capitais dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. [...] A inauguração de Paulo Afonso ocorreu no dia 15 de janeiro de 1955” (DE MELLO, 2011, p.169-178).

²⁰⁷ “A história da CODEVASF está associada à importância do rio São Francisco no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro. Os constituintes de 1946, reconhecendo a importância do rio para o desenvolvimento integrado, inseriram no Ato das Disposições Transitórias o artigo 29, que determinou a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica num prazo de 20 anos, destinando-o a quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União. Em decorrência, nasceu a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada pela Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948, que atuou durante os 20 anos estabelecidos pela Constituição. Para sucedê-la, foi criada, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 292, a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), autarquia vinculada ao então Ministério do Interior. Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, foi instituída pela Lei nº 6.088 a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que tem como objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação.” Retirado em 26/06/2018, em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>.

4.2 Experiências qualificadoras por socialização difusa

O outro agrupamento de entrevistas se configura por uma socialização²⁰⁸ marcada por relações sociais construídas em um ambiente permeado por instituições naturais e novas expressões institucionais. A experiência escolar vai gradativamente exercendo maior influência enquanto elemento de valorização das qualificações. Para todos os entrevistados os diferentes trabalhos se caracterizaram por atividades de cooperação e/ou de assalariamento. Essas características imprimiram em suas experiências individuais o compartilhamento de expectativas, interesses e valores que se inscreveram com maior intensidade nas mudanças descritas no capítulo dois. Talvez uma representação caricatural de qualificação para esse grupo de entrevistados esteja na figura social do operário, do professor, do empregado público, das pessoas que por influências difusas construíram suas experiências com suporte no regulamentação do trabalho, na escolarização e na urbanização, e, por isso, mais expostos aos critérios de hierarquização social definidos por convenções sociais mais amplas.

Quadro 2 – Entrevistado(a) e Idade, Origem e Residência, Atividade, Setor, Atividade dos Pais, Escolarização e N° de Filhos.

Entrevistado/ Idade	Origem/ Residência	Atividade	Setor	Pai	Mãe	Escolarização	Filho(a)
Dulce 80 anos	Penedo/ Barro Vermelho	Fiandeira	Indústria	Faleceu	Trabalhava com arroz, depois operária	2º ano primário incompleto	9 mulheres 1 homem
Luzia 81 anos	Penedo/ Barro Vermelho	Urdideira	Indústria	Operário e Agricultor (roça)	Operária, depois trabalhou com arroz	4º ano primário	1 mulher 1 homem
Geraldina 77 anos	Igreja Nova/ Barro Vermelho	Fiandeira, depois cozinheira	Indústria/ Serviços	Agricultor (roça)	Trabalhava com arroz	4º ano primário	4 mulheres 3 homens
Leonília 77 anos	Penedo/ Barro Vermelho	Fiandeira, depois costureira	Indústria/ Serviços	Faleceu	Operária têxtil	2º ano primário	5 mulheres 3 homem
Mateus 85 anos	Penedo/ Centro Histórico	Mecânico	Serviços (Municipário)	Servente de escola	Indefinido, mas trabalhava	4º ano primário	1 mulher 1 homem
João 87 anos	Igreja Nova/ Sr. Bonfim	Marceneiro, depois mestre de ofício	Serviços/ Serviços	Agricultor (roça)	Doceira	3º ano primário	4 mulheres 9 homens
Jair 76 anos	Penedo/ Barro Vermelho	Capitão de balsa	Serviços	Canoeiro	Indefinido	4º ano Mobral	1 homem ¹

¹ Dados aproximativos.

²⁰⁸ Em vários aspectos, esse conjunto de entrevistas se aproxima ao período dominado por mudanças intergeracionais ou a *época dourada da escola* - a mudança é perceptível de uma geração à outra em setores amplos da população; alterações na vida social fazem com que uma ou várias gerações tenham que se incorporar a uma realidade nova (industrialização, urbanização, alfabetização em massa, etc.); as instituições naturais perdem em grande parte suas funções educativas em favor de novas instituições (escola e magistério, principalmente) (ENQUITA, 2004, p.17).

Situação relativamente diferente foi nascer e crescer em um denso aglomerado humano que representava o enclave populacional em torno de Penedo. Desde as primeiras décadas do século 20, as populações residentes nas áreas urbanas vivenciaram alterações em suas condições materiais de vida e nas relações produtivas em que se inseriam. Essas alterações se relacionaram com as formas de trabalhar, de aprender e de viver em um município que se desenvolvia em torno de atividades ligadas aos setores da indústria, do comércio e de serviços. A reprodução da vida social se modificava sutilmente por meio de uma incipiente hierarquização de posições e papéis sociais que caracterizariam mudanças nos modos de vida e de trabalho.

O convívio com os familiares mais próximos continuava na origem da socialização nos primeiros anos da infância. Esse convívio envolvia as atividades de manutenção das condições familiares de vida. O rio São Francisco era um meio de abastecimento de água e a mata, além de fonte de lenha para cozinhar. As atividades na infância geravam sentimentos de identificação a partir da vivência de condições materiais semelhantes.

Casa? Biongo! Quem é o pobre que tem casa? Era de taipa. Casinha pobre, tinha uma mesinha na sala com quatro cadeira, quatro não, duas cadeiras e dois tamboretas no cantinho do coisa. Fogão de lenha, e quem era que tinha fogão a gás? Eu não sabia nem o que era fogão a gás. Fogão de lenha, água de pote, agora tudo amarrado as bocas, que hoje em dia o povo não se incomoda com nada. E moringa, você não sabe o que é moringa? A pois, não tem negócio de filtro não! Agora, eu não gosto de água gelada, tomo de filtro, tenho o filtro ali. Quando tá velho, eu troco por outro. Mais era assim, a água era de moringa e de pote. Toda tarde parecia uma festa, o povo ficava no rio por ali, por aqui, todo canto pra buscar água, tudo fria. Fazia as coisas, lavava roupa no rio, eu era pequena. Mais o povo, não sei o que é que tinha na minha casa que gostava de ir pra beber agua, pra pedir água, pra se deitar. Morei na casa que era de minha mãe. Aí foi quando ela morreu, meu padrasto desfez e fez o inventario (Depoimento verbal, Dulce, 5 de abril de 2017).

No caso relatado acima, a experiência escolar foi restrita às primeiras letras devido à urgência em ajudar a família após o falecimento do pai. Sendo a personagem a mais velha entre algumas irmãs, esta desde cedo assumiu o cuidado com os demais infantes enquanto os adultos (mãe e avó) buscavam o sustento da família com as atividades ligadas ao plantio do arroz.

Eu fui pequena, fui assim com uns oito anos, mas eu quando passei pra o segundo ano - que dizer, eu nem sei, hoje em dia é diferente, né? -. Aí minha mãe disse assim: agora vai me ajudar que eu não posso criar suas irmãs só. Aí me tirou - porque meu pai morreu -, aí ela me tirou da escola e me botou na fábrica. [...] Ninguém malandrava não, que não tinha meios. *O meio era todo mundo trabalhar, todo mundo ajudar.* E meu pai que morreu, pior, ai eu é que tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe, porque eu era a mais velha (Depoimento verbal, Dulce, 5 de abril de 2017).

Mas o ingresso na Companhia Industrial Penedense²⁰⁹ viria somente após os seus quatorze anos de idade por meio de relações de amizade com um vizinho que exercia cargo de supervisão na indústria têxtil instalada nesse bairro. Trava-se de modalidade de contratação prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, em vigência desde 1º de maio de 1943 através do Decreto-lei nº 5.452, que aprovou as disposições sobre a proteção do trabalho do menor de idade. A atividade no setor industrial têxtil definiria a trajetória de trabalho dessa personagem até alcançar a situação de aposentadoria na Peixoto, Gonçalves & Cia²¹⁰, localizada na margem sergipana do rio São Francisco.

Um contra-mestre da fábrica, um amigo dela, ali na frente da casa da minha cunhada, o amigo da minha mãe. Ela foi lá e falou com ele, ele disse: não, Da Silva. Quando ela completar 15 anos, antes eu não posso colocar não. Mas quando completar 15 anos eu boto, aí botou. [...] Eu gostei muito, eu não vou mentir ao senhor. *Eu não conhecia nem o dinheiro como era o valor*, mas eu gostei, foi a Penedense. Eu não me esqueço dessa fábrica, a primeira que eu trabalhei [...]. Trabalhei até quando parou. Quando parou eu fui pra Passagem, sai quando me aposentei (Depoimento verbal, Dulce, 5 de abril de 2017).

A experiência da relação social de assalariamento foi se configurando como formadora de uma identidade profissional que se expressava pela remuneração monetária pelas horas trabalhadas, pela disponibilidade em trabalhar em qualquer horário (dia ou noite) e pela assistência social prestada pelas empresas como forma indireta²¹¹ de salário aos seus trabalhadores. O emprego de mão de obra jovem era frequente, sendo o trabalho percebido de forma positiva em sua dimensão coletiva, apesar do desgaste físico e psicológico por ser em horário noturno.

Eu gostava, minha profissão era fiandeira. A minha mãe saiu de plantar arroz e foi ser enroladeira. Eu era fiandeira e ela enroladeira, mas eu gostei de trabalhar [...]. O trabalho que eu mais achei ruim foi o da Passagem, porque era de dez da noite à seis da manhã. Foi o mais pesado, mais eu gostava. Porque você sabe, era o mesmo que ter uma festa né, muita gente, muita moça, era toda essa turma que fazia essa terceira turma, era moça e rapaz tudo novo, ai trabalhei lá (Depoimento verbal, Dulce, 5 de abril de 2017).

A interiorização dessa relação social era sentida com tal intensidade que a falência da firma e a sua ruptura significou afetivamente o luto para inúmeras famílias. Os efeitos do desemprego forçado levaram muitos trabalhadores a correr para ocupações bastante precárias

²⁰⁹ Doravante designada apenas por Penedense.

²¹⁰ Doravante designada apenas por Passagem.

²¹¹ Pierre Naville desenvolve essa temática no capítulo intitulado “O trabalho salariado e seu valor”, na sua obra “Tratado de Sociologia do Trabalho” (1962).

na falta de outras opções de sustento. A lacuna assistencial deixada pela falência da companhia seria assumida pelo poder público, que anos depois converteu esses espaços em unidades de prestação de serviços públicos.

Vou dizer ao senhor: chorei muito quando ela parou, parecia que tinha morrido uma pessoa minha, eu chorei muito. Eu só não, muita gente penou muito! Quebrei muita pedra pra construção desse Cine São Francisco, depois que a Penedense faliu [...]. Faliu, parou, disseram que tava falida e parada. Parou e pronto. Não funcionou mais, o povo chorou muito quando veio os caminhões que carregou as ferramentas tudo. Aí transformou em negocio de médico, de posto e escola. Esse prédio que tem, é até bonito o prédio, né? Não porque eu trabalhei lá não, mas ali era negócio de farmácia, era creche, era escritório. Lá virou negocio de farmácia, virou posto, virou escola, virou tudo (Depoimento verbal, Dulce, 5 de abril de 2017).

De fato, para os operários a sensação de terem seus direitos assegurados se realizava por meio de uma mescla de direitos trabalhistas garantidos pela legislação vigente e um conjunto de medidas administrativas e funcionais instituídas e interiorizadas positivamente pelos trabalhadores na relação direta com os dirigentes da indústria têxtil. Na narrativa em destaque, esses “direitos” se manifestaram por meio do amparo da diretoria em uma situação de grave risco à saúde da trabalhadora e uma forma recrutamento crivada por vínculos familiares garantidores de uma determinada qualificação. Filha de mãe e pai operários da mesma Penedense, sua escolarização se estendeu até a idade permitida pela legislação para o ingresso como menor de idade no chão de fábrica. O drama de saúde vivido pela mãe serviu de veículo de iniciação da personagem à cultura do trabalho fabril.

Na escola eu estudei só até 4º ano primário porque não tive condições, minha mãe trabalhava lá Penedense, minha mãe e meu pai. E ela teve um problema de coração foi às pressas para Maceió. A diretoria da firma levou ela no carro para Maceió, para fazer os exames lá e tratar e tudo. Quando a mãe voltou o médico disse que ela não podia voltar mais ao trabalho. Ai o mestre da Penedense, o seu Olavo, ele era muito ligado à comunidade, principalmente aos operários da Penedense de quem ele era o mestre. Aí ele chegou e disse: Olina [mãe] porque você não coloca Luzia para trabalhar? Com 14 anos ela entra como de menor. Eu tinha 14 anos, tava terminando o 4º ano primário ai no Gabino Besouro. Então eu fui trabalhar entrei com 14 anos, trabalhei, fiquei lá fazendo esse serviço. E assim trabalhamos até quando ela fechou. Mas tinha muitos operários, tinha médico, tinha muita assistência na fábrica. *Era bom porque a gente tinha direitos, né?* (Depoimento verbal, Luzia, 4 de abril de 2017).

Essa assistência compreendia serviços de guarda de crianças em uma creche, de escritório onde se resolviam as questões funcionais dos operários, de farmácia e enfermaria onde se distribuíam medicamentos e se faziam os primeiros cuidados aos enfermos menos

graves. Um refeitório munido de merendeiras encarregadas do rescaldo das refeições trazidas de casa pelos próprios operários também era disponibilizado.

Aquele prédio era creche em baixo que as mulheres que tinha criança pequena levavam pra ficar lá, dona Belinha era quem tomava conta. Tinha a creche, o escritório, a assistência médica e tinha a enfermaria, que passava os remédios e as pessoas que tavam passando mal ficava ali hospitalizadas, até melhorar pra ir pra casa. [...] Tinha um restaurante, só que não era que a fábrica que dava alimentação não. As pessoas levavam comida e deixava lá, quando tava na hora de sair, onze horas, o povo ia pra o restaurante e lá tinha as mulheres que trabalhava lá. Ai elas esquentavam a comida e tudo e comiam. Mais não é que davam comida não, a pessoa levava de casa (Depoimento verbal, Luzia, 4 de abril de 2017).

O desemprego provocado pela falência da Penedense e a extinção desse conjunto de medidas assistenciais voltadas aos seus empregados se tornaram matéria prima para a descrição de um período repleto de abundância material e vivacidade das relações sociais na história desse grupo. A fábrica como espaço constitutivo de uma determinada sociabilidade e, mais diretamente, a estabilidade do emprego como meio de acesso ao consumo desejado, faziam expandir o alcance do prestígio e da legitimação da relação social de assalariamento como suporte para a construção de um determinado modo de vida.

Era muito bom, muito animado! Ai na porta da fábrica se vendia de tudo, se comprava de tudo. Até pra comer tinha uma mulher que fazia uns empanadinhos e vendia comida, os pratos. Porque tinha pessoas que morava no Barro Duro, no Oiteiro, muito distante, né? Era dois horários, entrava às sete horas e saía às doze, entrava às uma e saía às cinco. Tinha muita gente que trabalhava a noite também. [...] Era muito divertida a fábrica, o povo negociava até dentro da fábrica, negociava. Vendia esses negócios de doce, salgado, essas coisas. Ai a pessoa antes de ir pra casa dava fome, ai comia. Ai comprava fiado pra na sexta-feira quando recebesse o dinheiro pagar! Era bacana, era biju, tapioca, era tanta da coisa que vendia. E vendiam tudo. Era uma vida muito divertida, muito boa (Depoimento verbal, Luzia, 4 de abril de 2017).

Esse modo de vida se completava com o exercício do trabalho por conta própria em atividades agrícolas complementares à remuneração salarial dos grupos familiares. Tais atividades extra-fabris de roçado, plantio e criação de animais, levadas a diante pelos membros mais velhos (e auxiliados pelos membros em idade inferior aos quatorze anos), se constituíam tanto em uma forma de rebaixamento do custo da força de trabalho, quanto em uma moral do trabalho que mantinha pedagogicamente ocupados os trabalhadores em suas horas de folga, diminuindo as chances de um consumo perdulário no bar ou no jogo²¹².

²¹² Leite Lopes (1988) em sua obra “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”, ao estudar o “Sistema Paulista” como forma específica de dominação do padrão “fábrica com vila operária”, tece uma interessante análise sobre as práticas de concessão de terras de propriedade da fábrica aos operários mais velhos para o cultivo de roçados de subsistência (livro I, capítulo 3 “Os Roçados-Operários e as feiras”). Embora a

Muita gente plantava arroz nas lagoas, nas várzeas. A minha mãe mesmo trabalhava, quando se aposentou foi plantar arroz. Era muito bom. Tinha muita mata. O povo fazia roça, meu pai fazia roça. A roça dava o feijão, milho, macaxeira, mandioca que fazia farinha, enchia a saca que ficava pra passar o ano. Quando ele saía da fabrica às quatro horas, ele chegava em casa pegava a enxada e ia pra roça, era um pouco longe viu. Quando ele vinha era nove, dez horas da noite. Eram eles e outros que trabalhavam (Depoimento verbal, Luzia, 4 de abril de 2017).

A oferta de serviços públicos de luz e água inexistia para a maioria das pessoas nesse bairro. O comércio de gêneros alimentícios e de combustível para a iluminação das casas se realizava pelo desembarque de mercadorias provenientes do sul do país diretamente no porto da cidade. O bairro vai se diversificar com o surgimento de pequenos estabelecimentos que passaram a intermediar as relações comerciais entre os consumidores e os fornecedores por atacado.

A luz era muito fraca. E naquela época era muito difícil as pessoas ter luz elétrica, nem água encanada. Porque o rio, água nunca faltou. E algumas pessoas que tinham [luz] eram tudo no candeeiro com querosene [risos]. Aí vinha aquelas barcaças de fora, de São Paulo, de Aracaju, pra vender querosene, vender bacalhau, aí se comprava lá no porto da balsa. Aí depois foi abrindo mais mercearia e essas coisas. Aí eles compravam e a gente comprava [nas mercearias], não precisava mais ir pra o porto para comprar direto (Depoimento verbal, Luzia, 4 de abril de 2017).

Seguindo a conjuntura econômica dos anos 50 e 60, a falência da Companhia Industrial Penedense, acompanhou uma tendência de desestabilização das relações sociais de assalariamento no setor têxtil alagoano (e nacional). As consequências locais desse acontecimento para o conjunto de trabalhadores afetados por tal crise foram diversificadas. Elas incitaram nesse mercado setorial de trabalho movimentos de manutenção das qualificações existentes e/ou de requalificação profissional.

Na falta de uma oferta expandida de ensino público, a quarta série do ensino primário era a principal barreira educacional interiorizada pela maioria das famílias dos grupos sociais empobrecidos. Não por acaso esse limite coincidia com a idade mínima estipulada pela legislação para o ingresso no mundo do trabalho. Os casos em que a família se opunha ao ingresso precoce no mercado eram raros e podiam conflitar com a apreciação que o próprio indivíduo fazia de suas aptidões para seguir com os estudos por mais tempo. Como para outras crianças da mesma idade, o percurso formativo se concluía na escola da Penedense.

descrição oferecida pela entrevistada se assemelhe às práticas consideradas pelo autor, não é possível pressupor a existência de práticas análogas por parte da Penedense.

Essa era outra medida “assistencial” que a fábrica providenciava aos seus “pequenos” empregados, já que a lei exigia que os menores de idade estivessem matriculados na escola.

Consegui o trabalho assim: porque meus pais não queria que eu trabalhasse, meu pai, minha mãe não queria. Aí então, eu não tinha condições. Eles também viram que eu não tinha mais condições de estudar mais. Aí então, aí eu fui trabalhar. Pedi pra trabalhar. Aí um senhor que era muito conhecido deles: você quer mesmo um trabalho? Quero. Aí perguntou a minha mãe: você consente ela trabalhar? Aí ela disse: homi, não quero que ela vá não, mas se ela quer ir. Só ir. Aí meu irmão: não, não. Vai estudar! Aí esse senhor disse: não ela trabalha pelo dia e tem uma escola particular da fábrica. Aí a tarde ela vai estudar. E assim eu fiz. [...] Tinha assim, uma escolazinha, professora particular também. Aí fiquei estudando, trabalhando e estudando. Mas trabalhava assim, de dez da manhã às duas da tarde. De seis da noite às dez da noite. [...] É. Aí no meio estudava. Mas aí ficava muito cansada. Aí dei pra costurar antes de ir pra fábrica. Quando eu comecei a estudar, a aprender a ler, já comecei também a aprender a costurar, bordar. Ponto e cruz, Ponto cheio. Essas coisas assim (Depoimento verbal, Claudete, 12 de janeiro de 2016).

Tratou-se de uma nova relação entre educação e trabalho que, por sua vez, instituiu outra relação produtiva por meio do trabalho por conta própria. Essa requalificação profissional pelo aprendizado do bordado, no caso dessa personagem serviria de amortecedor para o impacto da quebra da relação salarial, antecipada pelo incêndio que acelerou o encerramento das atividades na Penedense. Essa ruptura foi momentânea, visto que as qualificações para o trabalho fabril seguiam sendo requisitadas na outra margem do rio São Francisco. Tal equivalência de qualificações permitiu que o parque industrial têxtil sergipano absorvesse parte da força de trabalho qualificada para o emprego em postos de trabalho e em relações produtivas idênticas, em vista de condições semelhantes de desenvolvimento das forças produtivas no Estado vizinho.

Aí foi quando houve aquele negócio do incêndio na fábrica. Teve o incêndio. E lá vai negócio de dono, né? Passando de um pra outro. E então parou. Eu parei porquê ela parou. A fábrica foi quem parou. [...] Aí pronto, ficou sem ter ninguém na fábrica. O meu trabalho era esse, quando aparecia uma coisinha, um trabalho, um bordado, eu fazia. [...] Antes de casar comecei a trabalhar na passagem, do outro lado do rio. Que tem até hoje do outro lado. Aí comecei a trabalhar lá. Sabia trabalhar na seção né? Eu trabalhava na fiação. Comecei a trabalhar aqui na fiação e lá continuei também na fiação. [...] Essa seção de fiação era mais feminino. Só tinha uns homem. Aqueles que mandavam mais, né? Que mandavam na gente. Chamava mestre, contramestre, ajudante. [...] Mas antes eu trabalhei longe, lá em baixo no rio. Chamava “Testí”. Mas era o mesmo trabalho, fiação. Outra fábrica. Depois parou também. Eu digo: eita, meu Deus! Aí foi quando eu fui pra Passagem. Pra essa outra. Lá em Sergipe também, sabe? (Depoimento verbal, Claudete, 12 de janeiro de 2016).

Após vários anos de trabalho nas indústrias têxteis existentes nas duas margens do rio, que inclusive lhe rendeu o casamento com um operário da fábrica onde trabalhara, a família

se afastou definitivamente da cultura do chão de fábrica e se inseriu em novas atividades laborais. O marido se converteu em cobrador em uma lancha de transporte de passageiros na linha entre Penedo e Piranhas.

Eu casei com ele quando nós trabalhava na Testí. Ele trabalhava lá na Testí também. Parece que era engomador. Trabalhava nessas engomadeira. Foi quando eu saí da fábrica da Passagem. Eu já tinha uma idade mais avançada né? Aí acabou viver. E então o meu marido já trabalhava de lancha nessa época que eu saí da fábrica. Ele trabalhava no rio, andando de lancha. Ia pro sertão. Naquela época tinha umas lancha que ia pro sertão. Ele era o cobrador da lancha. Só num era o dono da lancha, sabe? Trabalhava como empregado na lancha, né? E viajava e cobrava os passageiro. Entregava pra o patrão lá. Recebia o dele e pronto (Depoimento verbal, Claudete, 12 de janeiro de 2016).

O trabalho autônomo para esta personagem surgiu como alternativa de renda. A produção de quitutes para alimentação rápida em quiosques e festas populares se tornou a principal atividade responsável pelo sustento da família. Os filhos mais velhos auxiliavam nas atividades de comercialização. Um ramo de atividade que aparentemente acolheu uma parcela significativa de trabalhadores.

E eu comecei a trabalhar assim. *Voluntária por mim mesmo*. Comecei a trabalhar na feira, vendendo fruta, fazendo bolinho pra vender. Bolinho de ovos, de farinha de trigo, essas coisa. [...] Ia pras festas assim do interior. Eu só, não. Eu e muitas colega. A gente botava as coisa em cima dos caminhão e o motorista ia botar a gente nas festa. Chegava lá, saltava. Quem tinha seus filho mais velho, ia ajudando. Quem não, levava marido, levava quem fosse. Quem ia era meus filhos mais velho. Era sempre quem ia comigo. Eu vou dizer uma coisa. Foi com isso que eu terminei de criar meus filho. Foi com o bolinho, como diz eu. E assim vivi (Depoimento verbal, Claudete, 12 de janeiro de 2016).

O sentimento de nostalgia que o encerramento das atividades da Penedense deixou em seus empregados não foi apenas uma idealização de um passado sempre melhor e mais próspero. A forma como esse fechamento ocorreu deixou também pendências trabalhistas concretas. O escritório que outrora providenciou a confecção da carteira de trabalho para o ingresso no emprego, foi o mesmo que seis anos depois com sua falência sonogou aos operários os direitos relativos à rescisão do contrato de trabalho.

Num tinha o escritório? Quando era pra entrar a gente tinha que ir lá e falar com os donos. Depois eles mandava chamar as pessoas pra trabalhar. Naquele tempo bastava só a gente ir. Eles tomavam o nome da pessoa e depois mandava chamar. Recebia a carteira feita por eles mesmo no escritório. Não existia [exame] médico também nesse tempo. [...] Não me deram nada de nada. E eu trabalhei, mas a minha carteira eles foram se embora e não deram nem baixa. Quando foi pra eu fazer meu INPS, foi preciso eu trabalhar pra fazer [carteira de trabalho] em outra coisa. Os meus tempo nunca pagaram, não deram nem as horas a gente, nem deram baixa na

minha carteira. Aí tive que fazer outra carteira e fui trabalhar. *Nesse tempo num [não] tinha direito* (Depoimento verbal, Leonélia, 12 de janeiro de 2016).

A requalificação profissional foi o caminho escolhido pela personagem para superar a situação de desemprego provocada pelo abandono dos proprietários da Penedense. Não por acaso iniciativas educacionais privadas nessa época passaram a operar uma reconversão qualificacional mediante a oferta de cursos de formação profissional (de corte e costura) subvencionados pelo Ministério da Educação. A interrupção inesperada e a aparente falta de direitos trabalhistas seria reconvertida com a obtenção de um diploma de costureira com o qual foi possível encaminhar trâmites previdenciários e se fixar em outro ramo de atividades. No caso da personagem, essa formação se realizou pela Escola Santa Tereza.

Os donos desapareceram. Aí pronto, eu fui pra uma costureira, aí tirei meu diploma. Ainda acho que está aí guardado velho, antigo. Tirei meu diploma foi quando eu consegui fazer o meu INPS pra puder hoje esta aposentada. [...] Aí depois eu fui aprender com uma senhora de idade a fazer costura. Para puder tirar o diploma, pra fazer meu INPS. Essas que as pessoas podia fazer aquilo e depois ela dava o diploma das pessoas. Aqui detrás da catedral. O nome da dona era Dona Jesuína. Mais de ano pra pessoa poder receber aquele curso. Ela era registrada. Muita gente aprendeu com ela (Depoimento verbal, Leonélia, 12 de janeiro de 2016).

Os infortúnios provocados pela Penedense após o fechamento de suas portas prejudicavam a compreensão da legislação trabalhista. Foi o que aconteceu com a personagem quando, ao providenciar outra carteira profissional, o encarregado do preenchimento desacreditou seus anos de trabalho na empresa comprovados em carteira. O cuidado com a guarda dessa documentação permitiu, mais tarde, o correto encaminhamento do pedido de aposentadoria.

Aí o rapaz que ia preencher a outra carteira disse assim: jogue essa fora - com a carteira da Penedense - jogue fora que não presta mais. Aí eu disse: não! Aí procurei outra pessoa que trabalhava e entendia. Aí ele disse: não senhora!! Essa carteira aí vale pra sua aposentadoria. Os tempos que você pagar ou trabalhar, essa carteira aí tá valendo pra quando você se aposentar. Não bote fora que os tempo da senhora a senhora vai ter o direito. E foi mesmo. Nunca botei fora nem a de maior, nem a de menor, nem nada. E justamente foi assim (Depoimento verbal, Leonélia, 12 de janeiro de 2016).

Tal como aconteceu com o setor de energia elétrica, a questão da obtenção de água potável para a maioria da população se modificou bastante após a conclusão das obras de implantação do serviço de abastecimento de água encanada. Essa alteração significou, para alguns trabalhadores, a desqualificação da atividade de venda direta de água nas casas. Para outros, resultou na chance de acessar a estabilidade de um emprego federal. O momento era

de renovação das instituições públicas. No tocante à água, o processo de extinção da Empresa de Luz e Água foi acompanhado pelo acordo com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), órgão do Governo Federal responsável pela construção e posterior entrega desse serviço à prefeitura municipal (SAAE). Até aquele momento esses serviços eram restritos às residências localizadas nas áreas centrais da cidade, em larga medida habitadas pelos grupos sociais mais abastados da sociedade.

Não tinha energia naquele tempo. Rodava por motor, rodava os motor e transmitia pras bombas, sabe? Transmissão, essas coisas. A empresa de energia era ali ao lado daquela igreja da corrente. Não tem um armazém ali? A empresa de luz e água. Aí o povo rico é que eram donos, botavam um motorzinho, um gerador, pra poder fornecer pras casas melhorzinhas, né? Que aqui não tinha força pra gerar pra geladeira. A geladeira eles compravam com gás, de madeira. Aí chegava um rapaz e apagava a energia, só tinha de noite a energia. Aí depois chegou a energia [de Paulo Afonso], aí modificou. [...] Água mesmo não tinha em todas as casas, não tinha. Carregava de burro, colocava umas quatro latas no burro carregado e ia nas casas vender. É, vendendo, não tinha água nas casas, assim. Depois que montaram o SAAE, aí brotou água pra todo canto (Depoimento verbal, Mateus, 20 de janeiro de 2016).

O contrato firmado com o SESP, de fato, se inseriu em um acordo mais amplo de cooperação na área de serviços de saúde pública entre os governos brasileiro e norte-americano no contexto pós guerra fria. Os primeiros acordos com os estados nordestinos foram assinados a partir de 1949, sendo o acordo firmado com a Comissão de Valorização do São Francisco (CVSF) realizado em 1950. Em Penedo esse acordo teve sua oficialização em 1957, dando início em uma série de iniciativas nessa área. Esse acontecimento foi descrito pela personagem.

Se instalou água em quase todo canto por causa do governo, sabe? Contratou a firma americana. Presidente quer botar água naquele lugar. Aparece uma firma e eu contrato pra colocar água naquele lugar, pronto. A firma vem e depois vai se embora. Era tudo isso aqui, isso aqui não tinha água em lugar nenhum! Daí colocaram água numa porção de lugar. Fizeram estação de tratamento pra tratar a água. Governo [federal] deu tudo! Colocaram posto de saúde também que não tinha posto de saúde. Não tinha posto de saúde não, era só um hospital aqui. Aí com o SESP vieram um bocado de posto de saúde com médico, contrataram médico pra vir pra aqui. Depois de uns tempos entregaram pra prefeitura (Depoimento verbal, Mateus, 20 de janeiro de 2016).

A chance de ingressar no SESP conferiu uma avaliação positiva sobre a experiência de trabalhar em um órgão do serviço público federal. Na avaliação da personagem, até a qualidade dos serviços era superior à que foi prestada pela prefeitura posteriormente. Essa

apreciação negativa dos serviços locais residia na reprovação das práticas de compadrio comuns na administração municipal.

Era emprego federal, emprego federal, pagavam tudo. Era um bom emprego. O SESP pagava tudo, era empregado mesmo, pagava o INPS, pagava tudo mesmo. O SESP era outra coisa, tinha médico, tinha dentista, tinha tudo. Agora a banda voou! Você chega ali e é aquela bagaceira. Antes tinha médico, tinha horário, tudo direitinho. É que quando passa pra prefeitura, aí relaxa, né? Aí o prefeito quer colocar um deles lá, entendeu? Aí não paga bem, vai colocando quem eles querem (Depoimento verbal, Mateus, 20 de janeiro de 2016).

A escolarização se expandiu o quanto era possível às populações que dependiam da oferta de ensino público naquela época. Muito cedo, a personagem abandonou a escola para ajudar a família com o sustento da casa. A principal dificuldade era conciliar as atividades de trabalho com a oferta de horários escolares diurnos. Após o ingresso no serviço público, a personagem até tentou negociar sua função de modo a viabilizar o trabalho com os estudos, mas não obteve sucesso. As dificuldades em acompanhar os conteúdos ministrados em sala de aula devido ao trabalho em horários variáveis fez a personagem desistir dos bancos escolares.

Eu fui pra escola, mas é o seguinte: só tinha aula naquele tempo pelo dia. À noite não tinha. Aí meu pai tava desempregado, minha mãe trabalhava, mas precisa manter a família, né? Eu fui trabalhar, arrumei um emprego. [...] Estudei até quarto ano. No Alcides Ribeiro. Aí quando tava no SAAE, falei com o doutor, né? Pra ele me trocar de setor, porque o meu setor era o seguinte: eu não tinha horário, era direto, até entrar pela noite, trocando horário, trocando o dia pela noite. Aí eu falei com ele pra trocar meu horário, pra trabalhar pelo dia. Ele disse: não, não podia não. Daí eu abandonei [a escola]. Ôxe, eu me inscrevi no Afrísio. Chegava lá, pegava aula duas semanas à noite, mas a zorra é que um mês, não pegava mais. Chegava na prova, cadê? Não tinha recebido a aula. Aí desisti (Depoimento verbal, Mateus, 20 de janeiro de 2016).

O ingresso no emprego aconteceu por indicação de outro trabalhador ainda no tempo SESP. Aparentemente foi o convívio em uma oficina mecânica que resultou na sua contratação. Em pouco tempo isso se modificaria com a decisão do poder municipal de instituir o concurso público como a única forma de ingresso. O conflito em torno da qualificação se instalaria entre os detentores de conhecimento tácito e os detentores de conhecimento teórico.

A vaga no SAAE eu consegui porque eu trabalhava na oficina, mecânico. Daí o rapaz que consertava as peça do SAAE, consertava na mesma oficina. Mas ele era de Propriá, sabe? Aí ele não queria ficar aqui. Quero ir pra Propriá, ele dizia. Aí deu meu nome no SESP, sabe? Aí chegou uma carta do SESP e eu assumi a vaga do SAAE. E acabou-se, até hoje. [...] Depois o prefeito colocou concurso, todo mundo concursado pra mecânico. Mas eu acho o seguinte: concursado chega lá, não quer

trabalhar. Fulano, faz isso e aquilo e ele diz: “eu sou concursado” [ironizando]. Rapaz ajeita isso e aquilo: “eu sou concursado”. Vai chegando não tem nem prática. “Eu sou encanador” e não sabe nem onde vai uma peça. Mas do jeito que vai hoje em dia é assim: “sou concursado” [irônico]. Mas é assim mesmo, o mundo é assim mesmo (Depoimento verbal, Mateus, 20 de janeiro de 2016).

Para outra personagem, a vida no meio rural se constituiu com base no trabalho agrícola e artesanal. As relações sociais de aprendizagem foram interiorizadas pelo exercício do trabalho através do convívio com os pais. Desde cedo o valor do trabalho foi ganhando centralidade na vida do personagem.

Nasci em Ipiranga, no povoado, foi onde me criei. A vida lá pra eles era diferente, era o trabalho da agricultura, da mandioca, o arroz, é isso a vida lá do meu pai, era isso. A minha mãe era uma senhora velha, de idade, mas era uma doceira, fazia doce. Ela foi quem me criou. Fazia cocada, sequilho, bolo e outras coisa. E daí eu com o ensinamento dela fui aprendendo a vida. E vendo qual era o jeito que se ia trabalhar. Vendendo dia de domingo. Não sei se você conhece isso? Botar o balaio na cabeça pra ir vender na rua, no povoado, bolinho a um, bolinho a outro. Pra trazer dinheiro pra ela. E assim nós vivemos, fui me criando (Depoimento verbal, João, 11 de abril de 2017).

Mas o trabalho que resultaria na sua atividade laboral ao longo da vida veio a partir dos quatorze anos com o interesse pela marcenaria. A característica da aprendizagem seguia sendo a relação mestre-aprendiz, sendo o conjunto de conhecimentos, habilidades e destrezas incorporados inicialmente por meio de tentativas e erros. A escolarização foi interrompida no terceiro ano do ensino primário em escola isolado no povoado vizinho.

Eu saía do povoado e caminhava 5 km ou mais pra ir pra escola, que era do Ipiranga pra o Tabuleiro. Lá eu fiz o segundo e o terceiro ano com essa professora, que era daqui de Penedo e ensinava lá. Foi quando fiz o terceiro ano e não cheguei a fazer o quarto. Daí com esse ensino comecei a meter o pau pra estudar, e depois passei o pau na parte da profissão. [...] Com 14 anos comecei a trabalhar. E tinha um senhor lá que trabalhava, aquele marceneiro antigo como diz a historia, no serrote e tudo mais. Ai eu disse: seu Décio, o senhor deixa eu trabalhar mais o senhô? Ele tinha interesse, disse deixo. Então tá certo, venha. Primeira semana que fui levei logo um corte. Ainda hoje tenho a marca. O serrote pegou aqui. Ele disse de noite: é bom porque ai a arte já tá entrando. Ai eu comecei (Depoimento verbal, João, 11 de abril de 2017).

Nesse período, a produção de qualificações no ramo da marcenaria se dava efetivamente por meio do convívio com diferentes mestres na arte. Contudo, essa forma de socialização para o trabalho manual apresentava limitações. A inexistência no município de uma escola destinada à reprodução desse conjunto sistematizado de conhecimentos e habilidades fez a personagem buscar no autodidatismo uma forma de finalizar sua formação profissional. O acesso a um manual utilizado como fonte de informação para a produção de

cartilhas didáticas pelas entidades de formação profissional se tornou a sua referência maior em termos de aprendizagem de técnicas na área.

Poucos mestres. Eu não vou dizer que fui para escola pra aprender. Com os que aprendi eu trabalhava um mês, dois meses. Porque aqui tinha, não sei, o senhô sabe? Luis marceneiro, que tinha uma oficina e era um bom mestre. Trabaiei com ele negócio de dois à três mês. Depois com o Luis Malta, que tinha outra oficina. Trabalhei com ele também. Mas o meu período melhor foi em casa. O que eu fiz foi comprar livro e meti a cara. A trabalhar, copiar métodos. A plana de mão naquela época, serrote de mão, tudo isso. Serrar madeira, cortar no machado pra serrar as tabuas, isso foi meu começo. Quando eu vim adquirir máquinas já sabia o que era trabalhar. Daí peguei o livro e fui estudar. Porque quando a pessoa tem inteligência e quer, tudo consegue, né? Meu interesse era por conta própria. [...] Até hoje em dia tenho ele. *E esse livro foi quem me deu tudo*. Eu tinha uma coisa na mão que não sabia. Pra mim foi tudo, porque aprendi com ele. Eu não tive mestre pra dizer faça isso, faça aquilo. Comecei com ele [livro] aprendendo, estudando, vendo como é as coisas (Depoimento verbal, João, 11 de abril de 2017).

A apropriação que o personagem fez do conteúdo desse livro associado às relações sociais de produção que aprendera no convívio com os demais mestres (ainda que não o reconheça), aparentemente lhe permitiu o ingresso em uma instituição de ensino profissional onde passou a trabalhar como professor de marcenaria em uma oficina de formação para menores carentes. Tratava-se da Escola Profissional Lar de Nazaré, entidade filantrópica fundada pelo reverendo padre Aldo de Melo Brandão, que expandira consideravelmente suas atividades através da subvenção do poder público federal.

Dai foi quando passei a ser professor. Já era porque estudava, né? E agora professor. Aí já deu melhor porque além de ter o livro eu tinha as maquina, né? Tinha a maquinaria toda. Eu trabalhava e tinha que ensinar também aos meninos. [...] Os menino era tudo aprendiz. Os que ia para aprender marceneiro era comigo. Os que ia para o Mosaico era com Darci. Os que era pra o jornal, era com Chico Acioly. Cada qual tinha o seu sentido. Tudo isso tinha oficina, era um aprendizado grande. Eu trabaiei ainda treze anos. Treze anos trabaiei aí. Minha função é essa. [...] Todo mundo aprendeu e eu sempre digo: porque o lugar de se viver é trabalhando, é onde o homem pode viver, não na rua, o trabalho é que dá tudo (Depoimento verbal, João, 11 de abril de 2017).

Algumas atividades ligadas ao transporte fluvial de cargas e passageiros também passaram por um processo de regulamentação de novas relações sociais de trabalho. Se, tradicionalmente, essas atividades se organizavam em torno de um modo ribeirinho de vida bastante ligado aos movimentos de canoas pelo rio São Francisco, por outro lado algumas delas foram ganhando novos contornos jurídicos através da intensificação do assalariamento no setor. Essas alterações ocorreram principalmente com a estruturação de um setor de navegação mais capitalizado, impulsionado por empresas que se dedicaram ao transporte

marítimo de cabotagem e fluvial de passageiros e veículos. Em contrapartida, se assistiu à diminuição da importância econômica de atividades de trabalho que se reproduziam por meio de tradições familiares. A operação de embarcações com maior capacidade de carga, na primeira modalidade de atividades, e a utilização de lanchas e balsas movidas por propulsão a motor, na segunda modalidade, aceleraram esse processo no setor.

Aqui no rio São Francisco, você sabe, os meninos já iam aprendendo a arte do pai. Se é pescador, continua a profissão do pai. E no caso eu, o meu pai era canoieiro e quando eu comecei a trabalhar foi assim. Eu tive sorte que peguei essa balsa aqui e não tem nada melhor, né? As Canoas saíram, né? Acabou, negócio de canoa à vela. Você já ouviu falar que aqui no rio São Francisco era movimentado através de embarcações à vela, né? Hoje em dia é motorizado e foi minha sorte (Depoimento verbal, Chico, 28 de março de 2017).

Esse crescimento da navegação favorecido pela introdução de tecnologias mais modernas, foi acompanhado também por novas formas de organização do trabalho e pela regulamentação jurídica, econômica e social dessas atividades de trabalho. Os conhecimentos e as habilidades com origem no modo ribeirinho de vida gradualmente foram sendo institucionalizadas pelos órgãos de fiscalização e de previdência ligados à essa atividade econômica, representados pelas autoridades da Marinha, da Capitania dos Portos de Alagoas e do Instituto dos Marítimos.

A gente tinha a pratica né isso mesmo? Sabe e pronto. Não precisava ter documento naquela época. Fulano sabe e pronto. Traz ele aí e ficava pilotando. Depois *ai foram organizando a documentação*. Antigamente tinha instituto, cada profissão tinha instituto. Me lembro que o nosso era marítimo, Instituto Marítimo, entendeu? Ai depois passou a ser um só, né? O INSS ficou normalizado, né isso mesmo? Antes não era, cada profissão tinha um instituto. O nosso era o Instituto Marítimo, tinha a sua sede aqui em frente. Tinha médico, essas coisas. Ai depois ficou INSS pra todo mundo, né? (Depoimento verbal, Chico, 28 de março de 2017).

A inexistência de pontes para a travessia do rio São Francisco entre os estados de Sergipe e Alagoas era outro fator que estimulava o crescimento dessas atividades, o que tornava o porto penedense uma importante via de ligação fluvial. Contudo, o incremento do uso do transporte rodoviário e a construção da ponte entre os municípios de Propriá e Porto Real do Colégio impulsionaram um processo de remodelação de parte desse setor, especialmente com a extinção do transporte fluvial e marítimo de longa distância. O serviço de transporte fluvial de veículos por balsa e o transporte de passageiros de curta distância, por sua vez, resistiram bem às alterações econômicas provocadas pela expansão viária, enquanto a construção de outra ponte no local não se confirmou.

Essa empresa tinha mais três lanchas e duas balsas. As lanchas faziam a linha pra Pão de Açúcar, Piranhas, faziam também para praia, Ilha das Flores, Riacho Grande, tudo dessa empresa. Aí depois o tempo foi se modificando para melhor e as lanchas ficavam em último caso. Aí o transporte por terra tomou conta do transporte fluvial e marítimo. Aí as lanchas acabaram. Quando eu comecei ainda não existia a ponte em Propriá. Aí o movimento era todo por aqui. Aqui as balsas de veículo ainda seguem, pois não tem ponte ainda aqui [Penedo]. Se ela sair vai beneficiar à muita gente, né? É um desenvolvimento para nossa área, né? Apesar de haver desemprego para uma minoria, a maioria vai ser mais beneficiada. Desenvolvimento, né? (Depoimento verbal, Chico, 28 de março de 2017).

Desse processo de regulamentação que instituiu novas relações sociais de trabalho no setor de transporte fluvial da região franciscana, resultou também uma forma característica de definição de critérios de acesso e permanência no emprego. Isso incluiu nos termos dessa qualificação a interiorização positiva de vínculos de proximidade existentes entre patrões e empregados.

Nessa época era balsinha pequena. Eu trabalhava, quando me encabulava saía. Aí o dono dizia: volta de novo, volta de novo! Ele sempre foi legal comigo, o proprietário. Eu não sei, diz que patrão não gosta de empregado, né? Mas quem trabalha mais ou menos, ele gosta do trabalho, né? E até hoje continua sendo. Eu não tenho ele como patrão não, sabe? Eu tenho ele como um amigo, sempre me ajudou, o que é que eu posso dizer, né? Nunca fui até ele pra pedir um serviço. É sempre ele quem me convidava. Eu sai três vezes e ele dizia: volta, volta, volta. E até hoje estou bem satisfeito com ele. Não tenho ele como patrão, não. Tenho ele como um amigo. *Eu gosto de dar valor à ele, pois é quem dá valor à mim* (Depoimento verbal, Estevão, 28 de março de 2017).

A interiorização positiva dessas relações sociais produziu, nos termos da qualificação, uma forma de negociação não conflitiva em que a representação sindical perdeu o papel de mediadora dos interesses desse grupo de empregados. Por sua vez, ao exteriorizar tais relações nesses termos se percebe a forma com que essa construção social subordinou o trabalhador através da própria apreciação subjetiva de seu valor.

Tinha sindicato, mas desistiram desse negocio de sindicato. Aqui nós não têm sindicato. Diz a empresa que manda uma folha pro sindicato, mas a sede é em Aracaju! Não vem ninguém conversar com a gente. Não vem ninguém aqui, então não tem. Mas pra empresa tem que descontá uma fraçãozinha. Mas não tem sindicato, não. Até agora não precisou ainda não. Até hoje graças à Deus, os donos me consideram. Vai passar um carro meu, não paga. Tem um genro que trabalha lá com moto, não cobra. Isso não foi melhor do que indenização, não é? Porque tem cara que qualquer micharia bota no pau a empresa, isso não adianta não. É muito melhor um mal acordo na vida do que uma boa indenização na justiça. Porque na justiça você vai tirar do empregador e vai dá a advogado, vai dá tudo. Termina do mesmo jeito, servindo pra empresa. Se você bota só no pau, empresário nenhum mais quer você, não é? Quer dizer: não foi mais que uma indenização? Não recebi

indenização nenhuma não, mas estou recebendo até agora o salário, né? (Depoimento verbal, Estevão, 28 de março de 2017).

Ao se realizarem tais análises se procurou inscrever esta pesquisa numa tradição que considera a sociologia uma ciência atenta para as experiências concretas que indivíduos e grupos sociais vivenciam nas suas interações, nos seus de viver e de trabalho, tal como apreciou Mateo Alaluf, a propósito da perspectiva desenvolvida por Pierre Naville, em sua obra “Le nouveau léviathan 1: de l’aliénation à la jouissance - la genese de la sociologie du travail chez Marx et Engels” (1970).

Como uma ciência das relações onde os indivíduos e os grupos se definem uns pelos outros. Em consequência, pela qualificação se tratam das relações de trabalho e fora do trabalho que definem os trabalhadores e não as qualidades intrínsecas do trabalho que supostamente definiriam sua natureza (e, portanto, sua qualificação). Isso resulta uma ciência da relação que não se reduz às relações sociais apenas para os termos de seus polos, a saber o trabalhador e seu trabalho ou a relação homem/máquina. As relações singulares, as interações, procedentes de outras interações, de outras relações mais gerais (ALALUF, 2018, p.2, tradução do autor).

No capítulo seguinte, a reestruturação dos hábitos de trabalho por meio da modificação das normais temporais do trabalho será analisada com o objetivo de se compreender acerca do surgimento das disponibilidades temporais para o trabalho que se configurou com a expansão do assalariamento nos mercados de trabalho. Tal análise destaca a importância da questão temporal, ao passo que torna a temporalidade do trabalho um fundamento da organização da vida social moderna.

CAPÍTULO 5 – MERCADOS DE TRABALHO, NORMAS E DISPONIBILIDADES TEMPORAIS

O quinto capítulo aborda a reestruturação dos hábitos de trabalho como parte dos esforços de uma sociedade em realizar sua transição para a cultura que emerge com o progresso da produção social capitalista. Nessa direção, a modificação das normas temporais do trabalho é um dos processos que se impõe como fundamento para a socialização de novas relações sociais decorrentes da expansão do assalariamento no mercado de trabalho. Enfocar essa análise pelo prisma da disponibilidade de tempo para o trabalho é o objetivo deste capítulo. Como observou Mateo Alaluf, a partir das proposições contidas no texto intitulado “Le travail du temps” (ALALUF, 2000), a priori

o mercado de trabalho é decretado como um mercado das qualificações que deveria fazer supor a coincidência das qualidades profissionais dos trabalhadores aos postos de trabalho. Ou, nos pode fazer pensar também que as disponibilidades temporais desempenham um papel ao menos tão importante quanto as qualidades profissionais no emparelhamento dos indivíduos e dos postos de trabalho. O mercado de trabalho será então mais daquelas disponibilidades temporais que das qualificações. Ainda mais que as qualificações como as disponibilidades de tempo também caem sob os modos de vida diferenciados dos grupos sociais (ALALUF, 2018, p.2, tradução do autor).

Esta reflexão aponta para a natureza socialmente construída das normas de trabalho, e, nesse sentido, como elemento organizador da vida social moderna, a temporalidade do trabalho vai se tornando referência para os demais tempos sociais (atividades domésticas, familiares e de lazer, horários escolares ou o ritmo dos transportes, por exemplo). Tal ordem temporal derivada do modo de trabalho dominante, no entanto, não solapa os modos alternativos de vida que se desdobram em temporalidades específicas construídas em torno de práticas sociais e normas jurídicas que nem sempre as apreendem. Como expressões culturais da base material de produção de uma sociedade, essas temporalidades exercem sobre as experiências dos indivíduos e dos grupos ações normativas diferenciadas através de regulamentações, da prescrição de comportamentos e de formas de socialização (MARTINEZ, 2010). Na diversidade das formas sociais que o trabalho adquire, dessa maneira, a tomada em conta da

disponibilidade temporal participa da análise do processo de construção das normas temporais do trabalho e contribui à compreensão da diversidade dos usos do tempo nas sociedades onde a condição salarial é a norma e se generaliza a medida que se integram novas camadas da população e novas atividades de serviço. (MARTINEZ, 2010, p.229, tradução do autor)

Mas o trabalho assalariado também tem sua historicidade e, por isso, a propósito do processo histórico que definiu o tempo de trabalho como sendo o tempo social dominante nas sociedades ocidentais, Martinez salienta um aspecto crucial para a expansão da condição salarial

a questão da medida do trabalho pelo tempo se tornou progressivamente uma questão central das relações sociais, o tempo então, quantificável, apareceu como um custo nas relações de trabalho para aqueles que resultou na forma salarial. (MARTINEZ, 2010, p.16, tradução do autor)

Dentre as referências mobilizadas para descrever essa evolução, destaca-se a contribuição de Jacques Le Goff (1977²¹³) a propósito do advento do tempo dos mercadores. Desse estudo, Martinez salienta a conflitualidade com que se revestiu a passagem do tempo medieval para o tempo moderno, sob a pressão de transformação das estruturas políticas, econômicas e ideológicas. Na alta idade média, o processo de racionalização do tempo foi acompanhado pela laicização da sociedade e o desenvolvimento do comércio. O tempo como objeto de medida tornou-se cada vez mais crucial na previsibilidade do lucro. A invenção e a difusão do relógio gradualmente foi substituindo o tempo impreciso da Igreja e da natureza (os ofícios religiosos, o dia e a noite, as estações do ano), e a medida do tempo se adaptou às condições mais previsíveis do trabalho urbano. As regulamentações ao redor do tempo de trabalho foram se tornando alvo de conflitos entre trabalhadores e patrões e a hora de sessenta minutos como unidade de tempo aos poucos suplantou o trabalho por jornada na aurora da sociedade pré-industrial.

A história social e cultural que marcou as transformações dos sistemas de produção afetaram decididamente as representações do tempo e empurraram os modos de gestão do trabalho e os ritmos coletivos. Investigar “em qual medida e de qual maneira essa mudança da significação dada ao tempo vai afetar as disciplinas do trabalho e ser interiorizada pelos trabalhadores no contexto de transição para a sociedade industrial?”, foi a questão que motivou Edward P. Thompson (1967²¹⁴) escrever seu instigante estudo sobre a formação do tempo industrial (MARTINEZ, 2010, p.18). Neste ensaio, Thompson observa que as situações laborais existentes na sociedade pré-industrial se organizavam em função das atividades a realizar e de sua relação com os ritmos da natureza. Em muitos casos, as obrigações de certas profissões estavam mais orientadas à tarefa do que propriamente ao tempo medido pelo

²¹³ Ver em Le Goff (1977), o capítulo intitulado “Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador”.

²¹⁴ Ver Da Silva (1991), o capítulo intitulado “O Tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”.

relógio. Essa característica conferia certa dose de irregularidade aos ritmos e rotinas de trabalho. As situações de trabalho orientadas pela tarefa apresentavam três características principais: a) se manifestavam por si próprias ante às necessidades práticas do cotidiano, por isso eram mais humanamente compreensíveis; b) havia pouca separação entre as obrigações laborais e o resto da vida pessoal, sendo que o dia de trabalho se prolongava ou encurtava sem maiores conflitos; c) as tarefas eram realizadas sem pressa e a medição do trabalho em unidades-tempo não fazia tanto sentido. Por sua vez, certas situações laborais podiam exigir formas diferenciadas de divisão do trabalho e subordinação, mesmo entre as formas sociais típicas do trabalho agrícola ou artesanal (realizadas pelo agricultor ou pelo artesão independentes). Por exemplo, no interior da economia familiar do pequeno produtor de mercadorias, no meio rural ou urbano, a orientação pelo relógio podia se materializar por meio do aluguel de força de trabalho complementar no mercado de trabalho. Nestes casos, uma mudança de significado ocorria na experiência do tempo de trabalho dos envolvidos.

Os que estão empregados experimentam a distinção entre o tempo do patrão e o seu “próprio” tempo. E o empresário tem de *utilizar* o tempo dos seus empregados, tem de fazer com que ele não seja desperdiçado. Já não se trata de uma tarefa, o que pontifica é o valor do tempo reduzido a dinheiro. Tempo torna-se dinheiro – não passa, gasta-se (THOMPSON, 1991, p.49).

Mas se a medida do trabalho por uma grandeza abstrata implicou em uma percepção diferenciada sobre a transcurso do tempo para trabalhadores e empregadores, pelo viés econômico, ela se tornou gradualmente o critério de remuneração do trabalho e a economia do tempo a fonte da exploração capitalista do trabalho. Na opinião de Martinez, a concepção de um tempo mensurável que se afirmou com a expansão do assalariamento, neste contexto, consistiu

de uma só vez em um meio de sincronização do trabalho nas organizações complexificadas pela divisão de tarefas e um mecanismo de exploração dos assalariados, porque o tempo constituiu doravante no critério de remuneração do trabalho (MARTINEZ, 2010, p.18, tradução do autor).

Em processo estava a construção social de uma nova concepção de tempo que se infiltraria progressivamente, ao longo das gerações, por toda a sociedade, e que os grupos sociais subordinados também deviam interiorizar. Combater a irregularidade dos ritmos e rotinas de trabalho exigia também eliminar as porosidades que representavam no calendário os numerosos feriados, dias santos e festas populares - momentos potencialmente propícios à vagabundagem e ociosidade. Para Martinez, uma nova consciência coletiva se formava pela

incorporação de hábitos e valores, por meio de quatro dispositivos que passariam gradualmente a servir de suporte para a socialização dos indivíduos.

uma técnica de medida do tempo, o relógio e o cronômetro; um dispositivo de organização dos tempos de trabalho, de controle dos tempos trabalhados e de remuneração por tempo; um sistema simbólico produzido pela ética puritana inculcando a reprovação da ociosidade e a perda de tempo; e um sistema de reprodução da força de trabalho, apoiado na família e mais explicitamente ainda na escola enquanto vetor determinante da aprendizagem social da disciplina (MARTINEZ, 2010, p.19, tradução do autor).

A observância do tempo linear e sua medida viraram condições para a organização do trabalho e a expansão de uma nova relação social de subordinação – o emprego. Não obstante, tais mudanças eram cercadas por resistências e consentimentos por parte dos grupos subordinados, o que fez Thompson destacar a lição aprendida pelos operários ingleses a propósito da inculcação dessa nova ordem temporal.

A primeira geração de operários foi ensinada pelos patrões a dar importância ao tempo; a segunda, formou seus comitês para o encurtamento do dia de trabalho, lutando pelas dez horas diárias; a terceira, combateu pelo pagamento das horas extraordinárias e pelo acréscimo de cinquenta por cento nessas horas. Os operários tinham feito suas as ideias dos patrões e aprendido a combatê-las. Tinham aprendido bem demais a lição de que tempo é dinheiro (THOMPSON, 1991, p.73).

Essa concepção de tempo adquiriu todo o seu sentido no contexto da sociedade salarial, pois de modo diferente ao produtor independente de mercadorias que é recompensado pelo produto do seu trabalho, o trabalhador assalariado vende o tempo de sua força de trabalho em troca de um salário que, por sua vez, lhe garante a manutenção do seu modo de vida. Dessa maneira, os tempos de trabalho e fora do trabalho que compõem os quadros temporais da vida social se articulam por meio de inter-relações entre os múltiplos componentes do tempo social (MARTINEZ, 2010).

Tomando em conta o tempo de trabalho e os diferentes componentes do tempo fora do trabalho, os quadros temporais da vida social se definem através a sua distribuição e seu agenciamento no seio de diferentes escalas: a jornada, a semana, o ano, o ciclo de vida. O trabalho se insere assim em uma pluralidade de atividades – relativas à vida familiar, às tarefas domésticas, aos lazeres, à sociabilidade, aos cuidados pessoais e ao repouso – onde a sucessão e o emaranhamento estruturam o tempo social (MARTINEZ, 2010, p.24, tradução do autor).

Se o quadro temporal do trabalho assalariado é regulado por leis e o horizonte da sua duração é formalizado pelo contrato de trabalho, os tempos da vida privada ou pessoal não recebem uma delimitação formal, ainda que sejam motivo de negociações e arbitragens no

interior das famílias. Para os trabalhadores que experimentam situações de trabalho desprotegidas pela legislação trabalhista, no entanto, a articulação entre duração (tempo acumulado consagrados a cada atividade) e alocação (ritmos temporais das atividades no desenrolar da jornada, da semana) ainda permanecem motivo de negociação e conflito (MARTINEZ, 2010).

Martinez sublinha a importância com que se reveste o ritmo hebdomadário nas sociedades ocidentais, mostrando que as negociações do emprego do tempo entre as esferas públicas e privadas são ritmadas em geral na escala semanal. Nesse sentido, o domingo se consagrou como um importante marcador temporal, originado ao mesmo tempo por razões religiosas e pela necessidade de repouso no mundo agrícola. A partir do século XIX, o domingo tornou-se um dia consagrado à vida doméstica e, por isso mesmo, também o principal dia de trabalho para as mulheres, além de abrigar os acontecimentos importantes que contribuem na construção da memória do grupo familiar.

Sendo a semana o horizonte temporal por excelência nas sociedades modernas, a medida dos tempos de trabalho e as relações entre os tempos sociais estão sujeitos a limites naturais e sociais característicos dessa escala de tempo. Do ponto de vista natural, o caráter cíclico que corresponde à alternância entre o dia e a noite caracteriza bem o ciclo biológico de 24 horas. Mas é de ordem social, sobretudo, o limite natural do trabalho. Trata-se de uma duração variável conforme o indivíduo, o grupo social, o lugar e as relações de força entre empregadores e trabalhadores. É este limite, recupera Martinez em Naville, que

deixaria ao trabalhador uma margem de tempo suficiente, fora do tempo consagrado ao trabalho (e ao sobre-trabalho) para reconstituir sua capacidade de trabalho integralmente, e para adicionar aos lazeres uma vida social e familiar, os espetáculos e as leituras, etc. (NAVILLE, 1972, p.20, APUD MARTINEZ, 2010, p.27, tradução do autor).

Acontece que a hora ou o minuto não têm ritmos próprios e somente são compreensíveis quando colocados em relação com a jornada de trabalho em sua totalidade. Esta característica qualitativa do horário de trabalho é, por isso, diferente da sua duração que é sua grandeza abstrata e quantificável. A definição do início e do fim do trabalho e a sua articulação com outros aspectos da vida são características que conferem qualidades à jornada de trabalho. Sendo assim, os tempos da vida social, e também os tempos de trabalho não se deixam encapsular em uma concepção abstrata de tempo. As temporalidades sociais se relacionam com os comportamentos e atitudes dos indivíduos e grupos sociais conforme as situações laborais e o espaço social onde se desenrolam (MARTINEZ, 2010).

Para agarrar as temporalidades – quer dizer a realidade dos tempos vividos – devemos sublinhar o caráter qualitativo, não linear do tempo social, em oposição às regularidades que mostram os instrumentos de medida do tempo. A qualidade dos “tempos confinados” depende do seu conteúdo concreto, dos valores e das apreciações sociais que lhes são associadas, bem como das tensões ou das convergências que geram sua articulação no desenrolar da vida cotidiana (MARTINEZ, 2010, p.29, tradução do autor).

Essa equação temporal de quantidade e qualidade que cada indivíduo é chamado a resolver na encruzilhada de uma pluralidade de tempos sociais, é o que dá significado ao tempo contidos nos diferentes modos de vida dos grupos sociais. Dessa maneira, as disponibilidades temporais para o trabalho podem ser entendidas como o resultado da intensidade e do sentido com que homens e mulheres coletivamente experimentam, legitimam e se mobilizam diante das articulações entre os usos do tempo e as formas de trabalhar, viver e se comportar na sociedade em que vivem.

Diante dos condicionantes materiais que marcaram esse desenvolvimento histórico em Penedo, no capítulo seguinte se investigam as especificidades que caracterizaram alguns dos mercados de trabalho existentes nessa sociedade, atentando para as disponibilidades de tempo contidas nos modos de vida diferenciados dos grupos sociais, como elemento a ser considerado nesse processo.

CAPÍTULO 6 – SOBRE COMERCIÁRIOS, MATUTOS E OPERÁRIOS TÊXTEIS: interesses e conflitos quanto à disponibilidade temporal para o trabalho

Dualidade de Poder

Já está ilustrando, desde alguns dias, na monumental torre do edifício da Associação Comercial o novo e vistoso relógio que se destina a ser o cronometro oficial da cidade.

Acontece, entretanto, que o velho e tradicional relógio da igreja S. Gonçalo não emudeceu, contrariando as previsões, até mesmo do cronista que, destas colunas, vaticinou o seu fim melancólico.

A alquimia paciente do Julio Paturí fez com que o cuco de S. Gonçalo retomasse o curso dos seus ponteiros e continuasse a ditar as horas, como quem reivindica um direito natural e inalienável.

Penedo está agora com dois relógios marcando o seu tempo. É assim uma cidade exigentemente cronométrica. Quer andar pontualmente em hora, não faltando aos seus compromissos.

Mas sucede que o novo cronometro da Associação ainda não acertou os seus passos com os ponteiros voletudinários do relógio de S. Gonçalo.

Sendo o primeiro mais jovem é justificavel que se queira adiantar, deixando atraz o seu secular companheiro. E o resultado é que a nossa população não sabe a qual dos dois relógios deve obedecer.

E isso é que chamamos de dualidade de poder. Paradoxalmente, os dois relógios estão criando um desnorteamento geral nas determinações do nosso povo: o padeiro, o operario das fabricas, o homem do comercio, o leiteiro, etc. Estão chegando por antecipação ou retardados aos seus respectivos officios em vista dessa desigualdade de horarios em que vive a cidade, sob a influencia de dois cronometros, cada qual disputando as horas de indicador oficial.

A situação tem que ser urgentemente remediada para evitar que se gere uma verdadeira neurose coletiva com esse atropelo de horas.

Apontamos dois caminhos para corrigir essa anomalia de horarios a que estamos submetidos! ou silenciar um dos relógios e no caso seria sacrificado o velho relógio de S. Gonçalo ou, então, procurar o mesmo “médico” para ambos, isto é contratar o Julio Paturí para regular a marcha dos ponteiros dos dois relógios.

Com essa dualidade de poder no dominio das horas é que não podemos continuar.

O nosso povo não deve ser atormentado com essa nova ditadura dos relógios.²¹⁵

A crônica intitulada “Dualidade de poder”, publicada em 29 de janeiro de 1950 pelo “Jornal de Penedo”, ilustra com vivacidade o significado da questão temporal no processo de reestruturação dos hábitos de trabalho na sociedade penedense. Na crônica, o autor descreve os infortúnios que uma anomalia na medição do tempo causaria para a organização social das atividades produtivas. Ao invés de uma “cidade exigentemente cronométrica”, como se havia projetado, a “dualidade de poder” representada pelo descompasso entre os dois relógios referidos acima, paradoxalmente estava “criando um desnorteamento geral nas determinações do nosso povo”. Mais que um problema mecânico envolvendo os ponteiros dos relógios, o

²¹⁵ CASA DO PENEDO. Dualidade de poder. *Jornal de Penedo*. Penedo, 29 jan. 1950, p.4.

cronista colocava em evidência os impasses que se criavam em torno da implantação de uma nova ordem temporal, mais precisa e homogeneizante, capaz de sincronizar os ritmos e rotinas de trabalho e organizar a marcha geral da produção.

Neste processo de modificação das normas temporais do trabalho, pouco a pouco as diferentes situações laborais foram se conformando em mercados de trabalho específicos, com normas e implicações próprias no tocante à experiência do tempo. Tais temporalidades sociais produzidas por essas experiências, por sua vez, se constituem e se expressam por meio de “desigualdades de horários” a que indivíduos e grupos sociais se entregavam em seus trabalhos e, por consequência, afetavam seus modos de vida. A esse propósito, a crônica é exemplar ao narrar os esforços de alguns setores da população em disciplinar e subordinar diferentes categorias profissionais ao ritmo sócio-temporal dominante.

Dessa maneira, as diferentes expressões do trabalho foram expostas em intensidade variável às ações normativas específicas desses mercados de trabalho através de regulamentações, da prescrição de comportamentos e de formas de socialização. Teria sido esta reestruturação dos hábitos de trabalho, também por meio da modificação de suas normas temporais, um dos processos que possibilitou colocar a disponibilidade de tempo para o trabalho em negociação por parte de indivíduos e grupos em uma sociedade em transição cultural para um regime salarial mais intenso? Em caso afirmativo, seria este um processo atravessado por interesses e conflitos, por vezes antagônicos, em torno das condições de venda e entrega de tempo em um mercado de trabalho cada vez mais capitalista? A análise de algumas situações específicas de trabalho pode contribuir para responder essas questões.

6.1 - Comerciantes

A feira semanal é um evento de enorme importância na vida cotidiana das localidades interioranas. Trata-se de um acontecimento que confere ritmo à vida social e econômica dos municípios de pequeno e médio porte no meio rural e urbano, sendo um marco temporal na organização e uso do tempo para diversas situações laborais. Estima-se que a feira de Penedo ocorra há mais de duzentos anos nas imediações do centro da cidade, sendo sábado o dia habitual de sua realização há várias décadas. Populações rurais e urbanas se mobilizam para comercializar suas mercadorias, se abastecer de itens de primeira necessidade (alimentos, vestuário, utensílios, etc.) e desfrutar deste que também é um tempo de intensa sociabilidade. A feira é, por isso, uma encruzilhada de temporalidades que contribui para a da experiência

social do tempo na sociedade penedense, inclusive servindo como articuladora de tempos vividos por diferentes categorias profissionais.

Em torno deste marco temporal, no mês de agosto de 1959, se abria uma polêmica nas páginas do “Jornal de Penedo” sobre a possibilidade do comércio local alterar seu horário de funcionamento aos sábados. A proposta foi debatida na matéria intitulada “Semana Inglesa”, em 9 de agosto de 1959. Nela, o veículo de comunicação torna público um comunicado produzido pela Associação Comercial de Penedo, a “propósito do movimento que vem sendo promovido para a adoção da Semana Inglesa em nossa cidade”, em resposta a reivindicação articulada pela categoria profissional dos comerciários.

A Associação Comercial de Penedo avisa que, em reunião da Diretoria, realizada em 4 de agosto do corrente ano, tomou conhecimento dos termos do Memorial que lhe foi remetido por comerciários desta cidade, pleiteando a adoção da “Semana Inglesa”, para o comércio local, ficando deliberado, na ocasião, se promoverem consultas junto aos seus associados, demais comerciantes e às autoridades competentes, no sentido de ser encontrada solução para o assunto, a que se refere o documento recebido²¹⁶.

O assunto ganhou repercussão novamente quando, em 30 de agosto daquele mês, em artigo de opinião assinado pelo professor Vicente Lima intitulado “Semana Inglesa em Aprêço”, o autor tece suas considerações sobre o assunto e reafirma seu posicionamento contrário à proposta dos trabalhadores do comércio. Seus argumentos parecem encontrar respaldo inclusive na opinião de representantes dos interesses patronais e políticos da sociedade penedense.

[...] houve por bem expor, desinteressadamente, o meu ponto de vista, discordante, no que fui apoiado com inúmeras mensagens de solidariedade tanto por várias firmas Comerciais, como por altas expressões da Sociedade. Mantenho firme o meu ponto de vista. Fortes razões já foram expostas em “O Apóstolo” de 9 do corrente, podendo citar-se várias outras circunstâncias que desaconselham a prática da Semana Inglesa, entre elas a Feira de Sábado²¹⁷.

Para sustentar sua contrariedade à proposta, o autor chama atenção para a temporalidade de outra categoria profissional que se entrecruza na feira de sábado, tomando por referência a rotina dos trabalhadores rurais que dependem da comercialização de seus excedentes para aquisição de produtos dos quais não tem autossuficiência. De seu raciocínio se subentende que a proposta dos comerciários envolvia a alteração do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais aos sábados, com o possível fechamento ao

²¹⁶ CASA DO PENEDO. Semana Inglesa. *Jornal de Penedo*. Penedo, 9 ago, 1959, p.1.

²¹⁷ CASA DO PENEDO. Semana Inglesa em Aprêço. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago, 1959, p.2.

meio-dia. Por sua vez, a sugestão que faz em tom desafiador sobre o deslocamento temporal da feira no calendário semanal evidencia a tessitura de um emaranhado de temporalidades em que a feira se alicerça.

O matuto que vem do interior com seu produto para vender (o que constitui, aliás, a grande massa popular de nossa feira), só pode fazer suas compras depois que apura o dinheiro da mercadoria, o que só acontece depois de 11 ou 12 horas. Que descontentamento não sentiriam êsses coitados se não tivessem onde comprar o seu açúcar, o seu café, sua fazenda etc. na hora possível? Aos interessados pela Semana Inglesa, eu mesmo sugiro a solução para êsse problema: pleitem o retrocesso da feira sabatina para 6ª ou 5ª Feira. Acham difícil, irrealizável?²¹⁸

No mesmo tom de narrativa o autor apresenta outra opção para a solução do impasse, desta vez, colocando em evidência que a questão temporal da disponibilidade dos comerciários em permanecer em seus postos de trabalho, na essência, eram as necessidades de acumulação do capital na alocação de tempo ao trabalho em um momento favorável de circulação de dinheiro por ocasião da feira.

Então, eis a outra solução viável; emprestem dinheiro ao matuto para fazer suas compras com antecedência e é só. Está resolvido o problema. Concordam? O que é bom custa caro e a Semana Inglesa deve ser muito boa, pois é tão desejada. Assim sendo, convém que se meçam sacrifícios para que ela venha.²¹⁹

Faria sentido que o autor utilizasse a expressão horário de trabalho ao invés de sacrifícios, pois era disso que se tratava a disputa, isto é, a extração da mais-valia do trabalho estava em relação direta com sua correta articulação temporal entre alocação e duração da jornada. Se para os donos do comércio local a feira representava o momento oportuno para a captura do dinheiro dos matutos em maior circulação aos sábados, aos comerciários interessava reivindicar por mais tempo livre quando suas vidas se conectavam com outras temporalidades e sentidos.

Por fim, o articulista traça um paralelo entre as situações de trabalho no comércio e na indústria com base no argumento de que seria então o conteúdo do trabalho a justificativa para a redução do tempo de trabalho, visto serem as características do trabalho nas fábricas mais árduas que nas atividades de serviços.

Ponderando bem o caso em apreço, as vantagens da Semana Inglesa não podem se estender somente aos comerciários, mas, com justiça, estender-se-iam também aos industriários, pois êstes têm mais razões que aquêles, se estabelecermos um paralelo

²¹⁸ CASA DO PENEDO. Semana Inglesa em Aprêço. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago, 1959, p.2.

²¹⁹ CASA DO PENEDO. Semana Inglesa em Aprêço. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago, 1959, p.2.

entre as estafas das atividades. E é esta a razão apresentada (a estafa) pelo confrade Wilson Ribeiro.²²⁰

Talvez este fosse o caso se estivesse em questão a proposta de diminuição quantitativa de horas trabalhadas na semana, conservando-se o mesmo salário mas, ao que parece, os interesses dos comerciários recaíam mais sobre o ajuste qualitativo do seu horário de trabalho aos sábados. Esta polêmica coloca em apreço as negociações que se processavam em torno da definição das regulamentações de um mercado de trabalho de significativa absorção da força laboral penedense. Comerciários e comerciantes organizavam-se em torno de seus interesses enquanto classe na negociação das normas temporais de trabalho.

Entre a classe patronal, o assunto vinha sendo motivo de interesse e debate. É o que demonstra uma coluna publicada no “Jornal de Penedo”, intitulada “Semanais do Rotary Club – Resenha da Reunião de 1º de Agosto de 1957”. Este clube social reúne parte da camada empresarial da cidade, e lá se noticiou que “José Peixoto falou sobre o tema ‘Relações entre Empregados e Empregadores’.²²¹”. Aliás, a preocupação sobre a interpretação das leis trabalhistas era destaque nas edições mensais do Boletim da Associação Comercial de Penedo naqueles anos.

A edição de maio de 1958, por exemplo, trazia o artigo intitulado “XII Mesa Redonda das Associações Comerciais – indicações e recomendações aprovadas pelo plenário”, em que uma série de reivindicações foram aprovadas em nível nacional. Entre elas, uma se destacava no tocante ao direito de greve, com o seguinte texto:

Que seja rejeitado in totum o projeto de Lei 1471, de 1949, que dispõe sobre a regulamentação do direito de greve, por ser o mesmo autoritário aos interesses sociais e a estabilidade econômica do país. O projeto em referência submete aos empregadores à coação, dando-lhes um prazo de apenas 48 horas para atender as reivindicações dos empregados, ou mesmo grupo deles, além de deixar margem para abusos proibindo a ação da polícia sobre os piquetes paredistas²²².

Outros dois artigos também abordam questões relativas ao direito trabalhista. Eles mostram a preocupação da representação patronal em instruir entre seus associados práticas administrativas guiadas pelas regulamentações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho. Um dos artigos, intitulado “Suspensão dos contratos de trabalho”, discorre sobre a prerrogativa dos empregadores em aplicar a suspensão disciplinar aos empregados que se acharem em falta com as obrigações previstas no contrato de trabalho. O texto debate

²²⁰ CASA DO PENEDO. Semana Inglesa em Aprêço. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago. 1959, p.2.

²²¹ CASA DO PENEDO. Semanais do Rotary Club. *Jornal de Penedo*. Penedo, 1º ago. 1957, p.2.

²²² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.3-4.

longamente se essa aplicação é a melhor alternativa em vista de sua eficácia no disciplinamento da força de trabalho. Ao final apresenta as seguintes recomendações.

A maneira mais certa de se distribuir justiça é empregar inicialmente a advertência verbal, depois a advertência escrita e, finalmente, não atendidas estas, aplicar-se a suspensão. É claro que, se a falta é demasiado grave, cabe de imediato a suspensão ou, excepcionalmente, a rescisão do contrato²²³.

Essa pode ter sido a situação em que se encontravam o gerente de uma casa comercial do ramo têxtil e uma trabalhadora assalariada que foi convidada a se apresentar mediante anúncio no “Jornal de Penedo”, edição de 30 de agosto de 1959.

CONVITE

G. CUNHA TECIDOS S. A., firma estabelecida nesta cidade, por seu Gerente infra assinado, vem pelo presente convidar a senhorita MARINALVA TORRES GUEDES, portadora da Carteira Profissional, nº 86639-Serie-53, a comparecer ao trabalho, em nossa casa comercial, à Praça Floriano Peixoto, nº 112, sob pena de ser considerada faltosa, na forma do art. 482, letra i, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Penedo, 28 de agosto de 1959
G. CUNHA TECIDOS S. A.
Luis Gonzaga de Souza²²⁴

No outro artigo, da mesma edição de maio de 1959, outra dimensão das leis trabalhistas era abordada sob o título “TRABALHADOR AVULSO – Quem deverá assinar sua carteira?”. Sobre esta modalidade de contrato de trabalho, a representação patronal se preocupava com o eventual vínculo de emprego que, ao assinar a carteira, caracterizaria esta relação com o empregado perante a justiça do trabalho. Por sua vez, aos trabalhadores interessava esse registro para serem assistidos em seus direitos previdenciários. Da discussão sobre essa modalidade específica de vínculo, entretanto, interessa destacar o aspecto temporal em relação ao trabalho assalariado tradicional, pois o mesmo permite visualizar essa situação de trabalho atípica.

Tem a empresa obrigação de assinar a carteira profissional do trabalhador avulso, isto é, do trabalhador que lhe presta serviço de natureza eventual? Persistindo, pois, a indagação: quem deve assinar e anotar a carteira do trabalhador eventual? o mais recomendável é não assina-la a empresa que eventualmente utiliza seus serviços, sob pena de correr o risco de caracterizar a não eventualidade do trabalho²²⁵.

²²³ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.11-12.

²²⁴ CASA DO PENEDO. Convite. *Jornal de Penedo*. Penedo, 30 ago, 1959, p.4.

²²⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.10.

Outra situação atípica de trabalho no tocante ao aspecto temporal foi apreciada no boletim do mês de agosto daquele ano, cujo título do artigo era “Legislação trabalhista – contrato por prazo determinado”. Segundo o texto, esta modalidade era uma espécie de contrato que apresentava mais riscos ao contratante devido à chance de se transformar em contrato de prazo indeterminado caso a relação de trabalho perdurasse sem uma renovação contratual, sendo o contrato indicado “em funções técnicas ou trabalhos especializados, como, por exemplo, os de montagem de uma indústria, organização de serviços de contabilidade, etc.²²⁶”. Por seu turno, o autor da matéria adverte que o contrato por prazo determinado difere do contrato de trabalho por obra certa, pois neste último a duração está fixada na conclusão de uma determinada tarefa especificada em contrato.

[...] Ex.: Uma empresa contrata breiros para a construção de um edifício, fazendo com os mesmos o chamado contrato para obra certa. Neste caso, se reserva a a empresa o direito de dispensar esses empregados assim que a obra esteja concluída ou à medida que o trabalho profissional desses obreiros não mais seja necessário a construção, sem que caiba ao empregado direito a qualquer indenização ou pré-aviso. Seu limite máximo é de 4 anos, podendo ser prorrogado uma única vez. Convencionou-se chamar de prazo determinado o contrato cuja expiração está condicionado no tempo, ao passo que os de obra certa e safra são dependentes da execução da tarefa, sendo o fator tempo de origem secundária²²⁷.

Eis que se verifica entre a classe patronal uma crescente observância das regulamentações sobre as tipificações contratuais previstas nas leis trabalhistas, em que pese a questão do tempo ser um elemento importante a ser considerado na fixação das normas que regulam as disponibilidades para o trabalho dos seus trabalhadores. Apesar disso, na mesma edição agostina do boletim, a seguinte mensagem se dirigia aos estabelecimentos comerciais associados (nem sempre cumpridores das normativas legais).

AO COMÉRCIO

Em virtude de irregularidades ultimamente verificadas na observância do horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos comerciais, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal dirigiu atencioso ofício à associação comercial solicitando sua colaboração no sentido de que sejam cumpridas as leis que regulam o seu funcionamento.

Atendendo a que à Associação, sem descuidar os interesses da classe que representa, cumpre cooperar com os poderes públicos no desempenho de suas funções, notadamente aquelas ligadas às atividades comerciais, sente-se no dever de recomendar aos seus associados e ao comércio em geral, a fiel observância do horário estabelecido por lei. 1º Horário – Abertura: 7:30 Fechamento: 11:30 - 2º Horário – Abertura: 7:30 Fechamento: 11:30 – Às sextas e sábados é permitido horário único, com abertura às 7:30 e fechamento às 17:30²²⁸.

²²⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.14.

²²⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.15.

²²⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENEDO. Boletim. Ano III, nº32, ago. 1958, p.15.

Os numerosos feriados nos calendários civil e religioso também estavam no alvo das disputas em torno do tempo no ramo do comércio. Entre os feriados em nível federal e municipal, em maio de 1958, a Associação Comercial de Penedo orientava aos seus membros a suspensão das atividades em 12 dias do ano, sendo em outros dois feriados municipais facultativa a sua abertura no primeiro horário (até as 12 horas). Mas foi sobre o calendário religioso que a Câmara de Vereados de Penedo logrou alterar o regime temporal de funcionamento do comércio local, através do projeto de Lei nº 532, de 28 de agosto de 1961, reduzindo para um único dia de proibição o funcionamento das casas comerciais nos feriados municipais que coincidissem com a feira semanal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PENEDO,
DECRETA:

Art. 1º - Nos feriados municipais que coincidam com o dia da feira local (sábado), será permitido o funcionamento do comércio até as doze (12) horas, com exceção do dia consagrado à Padroeira da cidade, obedecendo-se, quanto aos empregados, o que preceitua o artigo 9º do Decreto-lei federal nº 605, de janeiro de 1949.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE PENEDO, em 25 de setembro de 1961.

(Bernardino Fausto)
PRESIDENTE

Resta a dúvida se foi em virtude dessas práticas comerciais de organização e uso do tempo, especialmente nos dias de sábado, a razão para que se tenha mobilizado o movimento dos comerciários pela implantação da chamada “Semana Inglesa” no ano de 1959. Correto é afirmar, no entanto, que a disputa em torno da disponibilidade de tempo para o trabalho a partir de alterações nas normativas temporais do trabalho mobilizou as partes envolvidas em um processo que culminou na reestruturação dos hábitos laborais no ramo do comércio, segundo uma determinada correlação das forças existentes em fins da década de cinquenta.

6.2 – Matutos

Ser “matuto” na sociedade brasileira, nos anos cinquenta, era uma marca identitária que levava a uma apreciação social negativa no que diz respeito à inserção profissional e ao modo de vida. Entre outras razões, contribuía para essa desvalorização a inexistência de normatização jurídica do trabalho rural no país. Tal situação colocava contingentes expressivos de homens e mulheres residentes das áreas rurais ou afastadas dos centros urbanos em precárias condições ao negociarem sua disponibilidade temporal para o trabalho.

Ironicamente, havia quem encontrasse na precariedade a que estavam sujeitos estes indivíduos a generosidade de outra figura social característica dos interiores nordestinos, os chamados “coronéis do interior”. É o que a matéria intitulada “O <coronel> do interior” insinua sobre as relações sociais de dominação a que estavam subjugadas estas populações, em 8 de setembro de 1957, devido à falta de políticas públicas voltadas às zonas rurais e afastadas do país.

A figura do <coronel> do interior, dono do prestígio político de extensas zonas, foi novamente focalizado no Senado, desta vez pelo Snr. Abelardo Jurema.

O representante paraibano fez o elogio desse espécime do patriarcalismo rural brasileiro, reconhecendo nos <coronéis> do nosso interior uma figura humana de generosas dimensões.

Na realidade, pode ser antidemocrática a função desses chefes políticos, senhores absolutos do chamado eleitorado de cabresto, mas, ao lado desse domínio esmagador que eles exercem sobre seus eleitores, respondem generosamente pela assistência dos mesmos, assistência que os poderes públicos não lhes dispensam.

Não fossem, muitas vezes, os <coronéis> e os pobres matutos não teriam, em certas regiões, nenhum amparo para suas necessidades e de sua família.

É verdade que a área dos <coronéis> do interior está se restringindo consideravelmente nos nossos dias.

Mas, mesmo assim, não podemos lançar sumária condenação sobre essa reminiscência histórica de nossa sociologia sertaneja.²²⁹

Embora tal saudosismo seja questionável, o fato é que os trabalhadores rurais permaneciam excluídos das garantias previstas pela Consolidação das Leis Trabalhistas que regiam as relações de trabalho em outros setores de atividade. A matéria publicada em 24 de maio de 1959, com o título “Mentalidade rural”, confirma a avaliação positiva que faziam os grandes proprietários de terra quanto à desregulamentação trabalhista, sob o argumento da viabilidade econômica da produção agrícola. É que se discutia na época a extensão destas garantias também às relações de trabalho no campo.

O Sr. Fernando Ferrari ainda é relativamente jovem e gosta do efeito das frases. Ele, por exemplo, defende a todo custo a adoção de um Código Jurídico para o trabalhador do campo que, no caso converter-se em lei, irá perturbar o restinho de nossa produção agrícola. Pelo projeto do Snr. Ferrari se levaria para a lavoura toda a papelada burocrática que vem caracterizando a legislação trabalhista brasileira. [...] Perguntem aos operários que juízo fazem dos institutos e terão um retrato das “conquistas sociais” que o líder trabalhista pretende levar para os campos [...].²³⁰

Outra medida em franca discordância com os interesses dos proprietários de terras era a proposta de reforma agrária. O editorial do “Jornal de Penedo” intitulado “A ilusão das fórmulas”, de 14 de junho de 1959, expõe a posição dos setores abastados da sociedade penedense sobre a questão agrária no Brasil.

²²⁹ CASA DO PENEDO. O <coronel> do interior. *Jornal de Penedo*. Penedo, 8 set. 1957, p.1.

²³⁰ CASA DO PENEDO. Mentalidade rural. *Jornal de Penedo*. Penedo, 24 mai. 1959, p.1.

Começa que o drama da vida rural em nosso país não se configura absolutamente numa luta pela conquista de um pedaço de terra. Nossos latifúndios não constituem o obstáculo principal ao desenvolvimento e expansão da economia agrícola. O que existe entre nós, é ao contrário, o clamoroso abandono da terra, por falta de recursos para a exploração de seus frutos. Se a reivindicação da “reforma agrária” que se anuncia para o Brasil, como uma profecia para os seus males, é dividir as extensas propriedades em pequenas glebas e distribuí-las entre os lavradores pobres, não se terá em nada concorrido para atenuar a pobreza e a miséria dos lavradores promovidos, assim, a pequenos posseiros. De que serve um título de propriedade nas mãos desses pobres homens, se lhes faltam recursos elementares para o aproveitamento da terra que, antes já estava ao alcance do seu trabalho e de seus esforços.²³¹

O editorial de 9 de agosto daquele ano, intitulado “Reforma do Inexistente”, reforça as impressões expostas anteriormente sobre a questão agrária no país, dessa vez, mais propriamente desde o ponto de vista da regulamentação do trabalho rural. A propósito de uma declaração feita pelo então candidato à presidência da República, General Teixeira Lott, o editor chefe do “Jornal de Penedo” fez as seguintes considerações:

De que serve delimitarmos normas jurídicas para o regime de nossas terras, se as comunidades rurais no nosso país não alcançaram ainda aquele “limiar” de condições compatíveis com a própria dignidade humana de viver? Sem a valorização de nossas extensas áreas agrícolas, é pura fantasia pensar-se em reforma agrária ou no estabelecimento de um estatuto jurídico para o trabalho rural. [...] De fato, não se pode reformar o que não existe. A bem dizer, não há no Brasil uma sociedade rural, sobre a qual se possam aplicar normas jurídicas. É necessário que se dê substância humana a mísera realidade dos nossos campos, para, então, se proporem os regulamentos e as leis normativas de seu trabalho.²³²

Estes fragmentos jornalísticos demonstram que as garantias jurídicas de negociação da disponibilidade de tempo eram bastante desfavoráveis para homens e mulheres que enfrentavam estas situações de trabalho, se comparadas às condições dos trabalhadores inseridos em setores da atividade econômica nas áreas urbanas. Diante deste quadro jurídico, uma diversidade de situações de trabalho perfazia a vida do trabalhador rural brasileiro. Estas situações iam desde condições de trabalho degradantes, por vezes análogas à escravidão, até expressões do trabalho que alcançavam alguma condição de auto regulação de sua disponibilidade temporal.

O trabalho no ramo da pesca configurava uma das ocupações por conta própria com margem de manobra para tal organização e uso do tempo. Para tanto, era preciso que o pescador dominasse métodos e artefatos adequados de pesca, de modo a superar os momentos

²³¹ CASA DO PENEDO. A ilusão das fórmulas. *Jornal de Penedo*. Penedo, 14 jun. 1959, p.1.

²³² CASA DO PENEDO. A ilusão das fórmulas. *Jornal de Penedo*. Penedo, 9 ago. 1959, p.1.

de sazonalidade na captura do pescado. É o que a narrativa de um pescador profissional informa sobre o aperfeiçoamento de técnicas de pescaria em momentos de escassez.

[...] porque nem todo mundo sabe pescar como eu né? Eu sabia de todo tipo de pescaria, quando a pescaria tava ruim de um jeito, eu pescava de outro. Eu criava pescaria, “grosseira” de pegar piranha boiando, e saía, quando chegava tava cheio de piranha. Eu criava “grosseira” de chão no meio do rio, eu botava bóia, saía, quando chegava, tava os bagres de 15, 16 kg, peguei. Pense você pegar 5, 6 bagres. Ai os hotéis me comprava pra vender, o povo comia como se fosse Surubim, aí assim eu fui, criei meus filhos (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

Estes saberes podiam ser socializados entre os membros da comunidade. A aprendizagem dessas técnicas pressupunha conhecimento de matérias primas e épocas adequadas para sua coleta na natureza, confecção e venda dos artefatos aos interessados. Tal dimensão temporal da vida profissional contribuía para a realização subjetiva e material de um pescador. Essa era a rotina e o ritmo de trabalho de inúmeros pescadores que residiam na Rua dos Pescadores, no bairro então denominado Barro Vermelho.

Ali era uma rua de casa de pescadores e eles viviam da pesca e do artesanato, a maioria. Uns fabricavam os instrumentos de pesca mesmo, cóvo, porque fazia cóvo pequeno assim pra pegar camarão e fazia cóvo até desse tamanho pra pegar Cumatã, Chira. Eu aprendi a fazer cóvo, um cumpade meu disse: eu vou lhe ensinar, aí eu preparei as tabocas, ele me ensinou. Aí passei a ser o mestre. Quando chegava no tempo de inverno, eu ia pra o mato tirar taboca, que era pra quando chegar no mês de setembro pra outubro, que era quando o rio ia encher, eu já tinha os cóvos, tanto os meus, como pra vender. Aí chegava gente de fora e vinha aqui: tem cóvo? Tenho! Aí vendia, um, doze, vinte, até a quantidade que tinha. E isso era uma gratificação muito grande. Recebia uma bolada de dinheiro. Ia fazer compra com os meninos e essas coisas e economizava. Então a vida era boa, tinha problemas, mas você tinha experiência, tinha expectativas, certo? (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

Essa aprendizagem também era geracional nos grupos familiares de pescadores. Tal como aprendera o trabalho da pesca com o progenitor, o filho de Sebastião dava continuidade para essa qualificação em momentos mais favoráveis nessa ocupação. Apesar de atuar no ramo da mecânica de automóveis, não raras vezes o retorno econômico com a pesca fazia o jovem colocar muitas vezes sua disponibilidade de tempo à serviço da ocupação do pai.

Eu uma vez adoeci e eu me lembro que eu tava ai deitado, quando meu filho chegou: Pai quer comer peixe? Eu digo: e você foi pescar? Fui. E Pegou? Peguei um surubim, 10 kg. Eu digo: então, corte um pedaço e venda outro. Com poucas horas chegou, e chegou com outras coisas que ele comprou meu filho, Manoel, [...] ele era um mecânico bom, mais ganhava muito pouco, não dava em nada, ele até na pescaria fazia muito melhor (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

Ser autossuficiente na alimentação é uma característica comum entre os indivíduos que compartilhavam esse modo de vida. Tal característica que demandava alguma disponibilidade de tempo para suprir as necessidades nutricionais e, ocasionalmente, variar a dieta alimentar com outros alimentos. Em uma família de pescadores, o esperado era que o pescado fosse a fonte proteica de maior relevância na dieta familiar. A segurança alimentar do grupo também se fazia por meio da criação de animais e da caça de espécies silvestres. Neste último caso, a busca do alimento diferenciado através da caça podia envolver uma ampliação da jornada diária, algo que era realizado sem maiores conflitos entre as obrigações do trabalho e da vida doméstica. As necessidades práticas do cotidiano orientavam o método e a urgência de sua execução, sendo a rotina e os ritmos de trabalho determinados principalmente pela natureza. Conhecer o comportamento das espécies desejadas, por exemplo, era um pressuposto para o êxito na campanha alimentícia.

Eu cansei de chegar da pescaria, a mulher dizia: rapaz não queria comer peixe hoje não. Então eu dizia: vamo comer um paturi? Ela, vamo! Então de tardezinha, numa hora dessa eu já tinha atravessado, chegava lá na pedra de São Pedro, na ilha, encostava o barco, na frente tem um poço e eu já sabia quando desce, às 4:30 pra 5:00 horas, elas começavam a voar e pousar, que era pra pernoitar ali. Eu ia e ficava ali escondido; com pouco eu via passar, fazia pihhh [canto do pássaro], dava um apito, ai olhava pro poço, via que não tinha ninguém; quando dava o terceiro apito, ai vinha e pousava. Quando dava fê tava preto ali. Eu com uma espingarda calibre 24, ai pouhhmm [som de disparos], ai pouhhmm, era 3, 4, 5, cada patury! Era o mesmo que ser um frango, fazia uma panelada, mudava a rotina, né? Nem carne de boi, nem também a galinha. A galinha que a gente comia era de capoeira, criada mesmo aqui, não era galinha de granja, era de capoeira. Era difícil o vizinho ai que não tinha uma criaçãozinha de galinha (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

Filho de pai carregador na estiva e mãe operária na tecelagem, se percebe no depoimento abaixo, muito cedo se tornou arrimo de família devido ao falecimento paterno e ao adoecimento materno. Apesar dessa experiência de socialização ser mais aberta socialmente que a de um “típico” matuto do interior, a trajetória dessa personagem indica o vínculo com o ramo da pesca como sua principal situação laboral.

E daí começou a vida, eu com 12 anos comecei a vida como chefe de casa, porque minha mãe meio adoentada (trabalhou na Penedense), nunca recebeu um centavo de aposentadoria, nunca, enganaram de toda forma e ela nunca ganhou nada, o nome dela é Maria Inês, era tecelã. Meu pai morreu, também, trabalhou na estiva, o presidente da estiva era cumpadre de meu pai e meu pai quando morreu nós nunca recebemo nada de INPS (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

Completo os dezoito anos de idade, aos ingressantes no ramo da pesca era obrigação se credenciar junto aos órgãos competentes. Além de obter o reconhecimento de seus colegas

e os benefícios de se filiar profissionalmente na colônia de pescadores, o indivíduo passava também a contribuir com os devidos impostos sobre o desempenho da atividade profissional. Na ocasião em que foi solicitar as credenciais de pescador profissional, a personagem por pouco não é recrutada para o cumprimento dos deveres militares, sendo a situação de chefe de família o fato que sensibilizou os responsáveis pela emissão do respectivo documento. O rapaz teve êxito na sua tentativa e pode se matricular como pescador profissional.

Foi quando eu tava com 18 anos, os companheiros começaram a protestar que eu não podia continuar pescando desse jeito, porque atrapalhava os profissionais pra vender o peixe. Era muito peixe que eu pegava e também os outros pegavam muito peixe, não tinha como vender no comércio, e eles pegavam e pagavam imposto. Pagava imposto porque era pescador profissional. Aí foi quando eu fui tentar tirar a carteira de terceira categoria e reservista. Aí dei o registro, fui pra Maceió, quando voltei, voltei com a carteira de 3ª categoria. Aí foi uma festa, fui logo pra colônia, passei a ser pescador e pronto acabou (Depoimento verbal, Sebastião, 5 de abril de 2017).

A ausência de regulamentação do trabalho rural criava uma lacuna jurídica que restringia a negociação sobre as normas temporais do trabalho entre as partes envolvidas. Sobre essa precariedade no estatuto legal do trabalho rural jaziam inúmeras injustiças a que estavam sujeitos estes indivíduos e grupos sociais, além do antes mencionado desprestígio social frente a outras categorias profissionais nas áreas urbanas. Por sua vez, existiam situações de trabalho com maior independência no tocante à definição das normas temporais do trabalho em algumas ocupações. Nessas situações laborais, a disponibilidade temporal para o trabalho se dava mais em função das tarefas a realizar e, principalmente, da negociação no interior do grupo familiar. Embora as obrigações da profissão existissem, elas se resolviam entre os companheiros de trabalho no âmbito profissional correspondente.

6.3 – Operários têxteis

Até meados da década de cinquenta o setor industrial foi responsável pelo emprego de uma parcela razoável da força de trabalho economicamente ativa da população penedense. O setor encontrava no ramo têxtil a sua maior expressão econômica em volume de capital investido e valor de produção. De acordo com informações produzidas pelo Departamento Estadual de Estatística na obra intitulada “Alagoas e seus municípios 2.ª Atualizada e aumentada”, publicada em 1952, no município existiam ainda outras expressões industriais de menor vulto em ramos do processamento de matéria prima de origem vegetal.

2. A maior fonte de riqueza econômica na indústria é constituída de fiação e tecelagem. [...] Industrias, além da de tecidos, existem as produtoras de açúcar refinado, arroz beneficiado, bebidas, café moído, calçados, couro curtidos, farinha de mandioca, móveis de madeira, mosaicos, obras tipográficas, óleos vegetais, sabão e outros. [...] A mais importante unidade industrial do Município é a fábrica de tecidos da Companhia Industrial Penedense.²³³

Esta sucinta descrição da riqueza econômica evidencia de maneira qualitativa a importância que o ramo têxtil representava no conjunto das atividades produtivas no setor industrial do município de Penedo. Em âmbito estadual, esse ramo foi retratado pelos censos industriais de 1940 e 1950, onde se pode ter um panorama da indústria de fiação e tecelagem alagoana em alguns de seus aspectos quantitativos. Essas informações foram utilizadas na no capítulo “Trama da memória, urdidura do tempo – Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos”, de Golbery Luiz Lessa (2013), presente na obra “O ciclo do algodão e as vilas operárias”. Esta importante contribuição para a historiografia alagoana questiona a centralidade do papel do açúcar nas investigações sobre a formação social de Alagoas.

Segundo os censos industriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 1940 e 1950 a indústria têxtil possuía, respectivamente, 6.294 e 10.514²³⁴ operários, pagava (em milhares de cruzeiros) 7.125 Cr\$ e 57.382 Cr\$ de salários, e produzia tecidos e fios no valor de 64.663 e 353.457 Cr\$ (LESSA, 2013, p.109).

Acompanhando a tendência de crise do setor têxtil nacional, devido à entrada de antigos e novos fornecedores nesse mercado (como o Japão), com o término da II Guerra Mundial, em Alagoas a situação das indústrias têxteis não era diferente do restante do país. Conforme Moura (2017), baseando-se no censo industrial de 1960,

a média mensal de trabalhadores têxteis em Alagoas caiu de 10.380 para 7.597 operários ao longo da década de 1950. Entre as seis fiações e tecelagens (as maiores da categoria) do estado, havia 5.389 trabalhadores, dos quais 5.245 eram operários e apenas sete eram técnicos com curso superior. Em outras palavras, os têxteis alagoanos representavam 0,5% dos habitantes do Estado. Esses números são bem elucidativos para uma melhor reflexão a respeito dos trabalhadores urbanos de Alagoas (MOURA, 2017, p.248).

Segundo o autor, altas taxas de juros impostas por bancos públicos e privados e problemas econômicos que assolavam a economia alagoana contribuíam para um discurso sobre a falta de condições financeiras da classe industrial em promover a modernização de

²³³ ESTADO DE ALAGOAS. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Alagoas e seus municípios**. 2 ed. Maceió: Imprensa oficial, 1952.

²³⁴ O quantitativo de trabalhadores para o ano de 1950 é de 10.380, informação esta que aparece correta na página 161.

suas fábricas e a recuperação da competitividade em nível nacional. Iniciativas como a visita dos industriais alagoanos ao Governador Muniz Falcão, em princípios de 1958, e as articulações políticas destes grupos em torno de medidas de apoio financeiro ao ramo têxtil por meio do Estado, foram sinais desse tensionamento em meados de 1959. Entre outras medidas na pauta de reivindicações apresentada pelos industriais alagoanos, destacava-se a recuperação de empresas têxteis paralisadas por problemas de ordem econômica, tal como a Companhia Industrial Penedense, que encerrou suas atividades em meados de 1957.

Isso fica claro em uma correspondência enviada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Napoleão Barbosa, ao presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Lídio Lunardi. As chamadas classes produtoras confeccionaram um memorial e enviaram ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil, entre outros: “*recuperação de indústrias paralisadas como (...) a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos e a Companhia Industrial Penedense, cujos processos encontram-se em andamento no Banco do Brasil, (...) além do câmbio de custo para reequipamento da indústria têxtil e açucareira*” (MOURA, 2017, p.107, grifos do autor).

Mas se a crise econômica fez com que as entidades industriais se mobilizassem enquanto classe na tentativa de recuperação do capital investido no ramo têxtil, essa situação de paralização das atividades produtivas mobilizou igualmente os operários na tentativa de remuneração do tempo de trabalho não pago e de manutenção de seu modo de vida.

O que era chamado de paralização das atividades produtivas pelos industriais, de fato, foi vivido pelos têxteis como desemprego em massa e sonegação de direitos previstos pela legislação trabalhista. Do ponto de vista individual, a perda do emprego se materializou em dramas vivenciados em diferentes graus por cada desempregado, conforme a posição nas hierarquias da empresa e as características de suas relações individuais (familiares e profissionais) construídas na sociedade local. Do ponto de vista coletivo, o fechamento da fábrica debelou uma forma específica de normalização temporal do trabalho, produtora de uma temporalidade social comum aos operários da Penedense. Se as vivências individuais do desemprego foram diversas, existiu para essa categoria profissional uma experiência comum que desestruturou por completo seus hábitos e rotinas de trabalho – o desemprego (ALALUF, 1986).

Exemplo de drama pessoal foi aquele experimentado pela operária Ernestina Targino da Silva, divulgado pelo jornal “A Voz do Povo”, em 6 de abril de 1958, sob o título “52 Duros Anos de Fábrica e uma Dúvida: será ou não indenizada?”. As quatro notas que compõem a matéria são sobre a experiência dessa personagem e foram assinadas por Laudo Braga e Nilson Miranda, colaboradores desse órgão de imprensa de orientação comunista da capital

alagoana. O texto inicia com as primeiras impressões dos autores sobre o modo de vida dos têmeis, “Em sua modesta residência, típica, de uma operária explorada durante mais de meio século, fomos encontrar, na cidade sanfranciscana de Penedo [...]”. A narrativa nessas condições ganha a sofisticação compatível com o engajamento político de seus entrevistadores, criando passagens significantes sobre a construção da temporalidade social vivida pelos têmeis da Penedense. E segue com uma segunda nota.

EXEMPLO DE RESISTÊNCIA E ASSIDUIDADE DURANTE MAIS DE MEIO SÉCULO DE TRABALHO

Fui admitida no dia 10 de abril do ano de 1905, aos 13 anos de idade, disse-nos, inicialmente, d. Ernestina Targino da Silva, com a voz segura de uma operária cuja resistência à exploração, aos maltratos, remonta o princípio do século, entregando-nos, em seguida e com um riso exausto, sua Caderneta Profissional, que traz o número 76561 – Série 19^a. Data de admissão, 10 de abril de 1905. – Tempos duros, meus filhos, - Não eram respeitadas as oito horas de trabalhos. – Entretanto, recorda, no ano de 1930 desencadeou-se o primeiro movimento grevista na fábrica, pelo respeito às oito horas de trabalho, resultando numa vitória esmagadora de nossos irmãos.²³⁵

A paralisação das atividades da Companhia Industrial Penedense parece ter ocorrido, no dia 12 de outubro de 1957, sem qualquer indenização ou aviso prévio aos empregados. Na narrativa da personagem o desemprego era prenúncio da desestruturação de uma temporalidade social construída sob a disponibilidade de uma massa de assalariados ao venderem seu tempo de trabalho em troca da manutenção de um certo modo de vida.

A FÁBRICA CERRA SUAS PORTAS

No dia 12 de outubro de 1957 a fábrica fecha as portas. A dolorosa notícia prossegue, nas vésperas do fechamento, percorre os teares levando a tristeza e o desespero aos nossos irmãos. – Sim, a fome a miséria total caíram sobre os lares de mais de 500 famílias.²³⁶

A ausência de uma definição legal sobre o fechamento das atividades da firma criou para diversas famílias uma penosa incerteza sobre as garantias trabalhistas a que tinham direito. É possível que os encaminhamentos individuais tenham sido diferentes, tal como ocorreu com D. Ernestina (e outras personagens descritas no capítulo 4.2). Ao final da matéria, os autores partem em defesa do cumprimento da legislação e explicitam dois aspectos contratuais implícitos no trabalho assalariado necessários ao acúmulo de capital – subordinação e disponibilidade temporal.

²³⁵ APA. 52 duros anos de fábrica e uma dúvida: será ou não indenizada? *A voz do povo*, 6 abr. 1957, p.4.

²³⁶ APA. 52 duros anos de fábrica e uma dúvida: será ou não indenizada? *A voz do povo*, 6 abr. 1957, p.4.

UMA SITUAÇÃO IRREGULAR

D. Ernestina não sabe qual a sua real situação. Só sete meses após o fechamento da fábrica foi “encostada” no Instituto do qual recebe uma migalha de 1302,00 por mês. Não está aposentada, não foi demitida, nem indenizada. Aguarda, apenas, a solução do litígio entre a fábrica e o Banco do Brasil um dos principais credores, depois dos operários. Daqui fazemos um apêlo para que não sejam pisoteados os direitos de uma operária, verdadeira heroína do trabalho, numa condição dura, com mais de meio século de fábrica, e que contribuiu com o seu suor para o enriquecimento de meia dúzia de exploradores.²³⁷

Por seu turno, as partes interessadas na solução do litígio recorreram às instâncias jurídicas apropriadas e se deu início a uma prolongada batalha nos tribunais. No caso dos têxteis, a defesa dos seus interesses foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Penedo junto à Justiça do Trabalho, através do seu presidente Bernardino Fausto.

Personagem importante no desenrolar desse drama coletivo que acometeu centenas de operários e operárias espoliados em seus direitos (à revelia de suas vontades) Bernardino Fausto fora presidente desse mesmo sindicato em 1945²³⁸. Ingressou na fábrica como operário, foi promovido a contramestre e passou a interessar-se pelas leis trabalhistas e pela ação sindical. Como presidente do sindicato dos têxteis de Penedo, foi delegado nas instâncias de representação da categoria em nível estadual e nacional, algo que lhe assegurou ampliar seu conhecimento jurídico e seus contatos no meio do Poder Judiciário. Seguro em suas posições, era reconhecido por encontrar saídas negociadas para os conflitos que envolvessem patrões, empregados e a Justiça, mostrando-se atento ao princípio da economia do tempo como fundamento das relações de trabalho assalariadas. É o que relata este familiar próximo ao líder sindical.

[...] Sempre o dono, quando havia rebelião dentro da fábrica, como teve uma vez que o juiz e a polícia foram lá em casa, porque ninguém entrava, só ele. Aí foram buscar ele pra ele ir lá pra acalmar os ânimos e acalmou os ânimos dos funcionários. Ele era uma pessoa que era contra a greve, sempre dizia pra os operários da fábrica: cumpra com o seu dever, pra obter os seus direitos, isso é uma fábrica que sem o trabalho de vocês, vocês não come. Suspenda a carga horaria, se vocês trabalham oito horas, trabalhem quatro, conquanto que a empresa não parasse. Ele não gostava de greve porque ele dizia que a greve só trazia prejuízo, principalmente pra os operários que comia dali, né? E nesse dia ele foi pra essa rebelião e mandou todo mundo se acalmar, guardar pedaço de pau, de madeira que tinha pra queimar lá na fábrica e acalmou. Até o juiz se admirou, é um pacificador né? É que ele sabia lidar com os operários (Depoimento verbal, Artur, 30 de março, 2017).

²³⁷ APA. 52 duros anos de fábrica e uma dúvida: será ou não indenizada? *A voz do povo*, 6 abr. 1957, p.4.

²³⁸ BRASIL. Diário Oficial (Seção I). 30 nov. 1945, p.18095.

Com base no mesmo fundamento, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Penedo apresenta a reclamação trabalhista que deu origem ao Processo nº 412, de 6 de março de 1958, inscrito no 2º Cartório de Ofício. Feita através de seu advogado e procurador, Bel. Murillo Mendonça de Oliveira, a petição propõe

[...] a presente RECLAMAÇÃO TRABALHISTA contra a COMPANHIA INDUSTRIAL PENEDENSE, fábrica de Tecidos localizada nesta cidade no Barro Vermelho, em favor de seus operários e associados do Sindicato, em número de 245 constante da relação anexa²³⁹ [...], afim de compelir a referida Empregadora a pagar aos mesmos operários o salário semanal de cada um, de 25-5-957 à 31-1-958, que não receberam na ocasião oportuna. Que pleiteiam um direito líquido e certo, sendo dita relação fornecida pela firma devedora, e os salários juntos perfazem um total de CR\$ 2.942,339,90. O fato é que a única responsável pelo que está acontecendo é a Empregadora, Companhia Industrial Penedense, que por negligência e sem razão de ser, atrazou o pagamento da quantia citada. [...].²⁴⁰

É interessante notar que a petição questiona o pagamento de salários a partir de um período anterior à suposta data de fechamento da fábrica, como informada pela personagem Ernestina na matéria do jornal “A Voz do Povo”, denotando que a firma já estava em atraso com a remuneração dos empregados. Esta situação pareceu variar bastante entre os assalariados signatários da petição, visto que entre eles existia uma variação significativa na quantidade de semanas reivindicadas em favor de cada operário (até um máximo de 35 semanas trabalhadas). Em relação a variação salarial, ao contrário, a relação apresenta somente três faixas de remuneração, possivelmente correspondentes aos três níveis hierárquicos existentes.²⁴¹

Poucos dias depois, em 8 de março daquele ano, uma segunda reclamação trabalhista é encaminhada pelo sindicato, desta vez, em nome de 360 desempregados que reivindicam indenização referentes ao tempo de serviço na empresa, a qual se transformou no Processo nº 630, de 30 de agosto de 1958. Feita através do mesmo advogado e procurador, Bel. Murillo Mendonça de Oliveira, a petição propõe

[...] a presente RECLAMAÇÃO TRABALHISTA contra a COMPANHIA INDUSTRIAL PENEDENSE, fábrica de Tecidos localizada nesta cidade no Barro Vermelho, em favor de seus associados [...], num total de 360 [...] contra a Companhia Industrial Penedense [...], afim de compelir a referida empresa a pagar

²³⁹ As seguintes informações faziam parte desta relação: “C.P. Série – Total das semanas - Salário semanal e imp. a receber”.

²⁴⁰ ACERVO DO FORUM DE PENEDO. Processo nº 412. Penedo, 6 mar. 1958, p.2.

²⁴¹ Pelos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa, estas posições corresponderiam aos postos de a) operário (Cr\$ 466,70); b) contramestre (Cr\$ 740,00); c) mestre (Cr\$ 800,00).

aos Reclamantes a quantia de CR\$ 17.898.530,80, constante da relação anexa²⁴² (doc.2) e referentes a Indenização e Aviso Prévio. Acontece que tais operários, após o fechamento da fábrica, não foram devidamente indenizados na forma da lei, sem razão justificada. [...].²⁴³

Além dos processos mencionados anteriormente, outras seis ações foram movidas pelo sindicato contra a Companhia Industrial Penedense, de números 273, 316, 413, 317, 242 e 233, as quais foram acumuladas por acordo entre as partes para efeito conciliatório em um único termo. Antes do Termo de Audiência de Conciliação ser assinado, no entanto, “descaminhos” no andamento do processo atrasaram a solução do litígio por cerca de 2 anos. Com base em cinco argumentos, um novo requerimento do sindicato foi apresentado, no dia 15 de janeiro daquele ano, sendo o primeiro deles pictórico do nível que chegara aquela batalha jurídica.

Que dita ação, proposta em 1958, ficando paralizada em cartório sem justificção, até quando em 1960 o então Escrivão de segundo ofício informou ter encontrado os autos no arquivo; **que**, dado vistas ao advogado do Suplicante, requereu esta citação por Precatória do Diretor-Presidente da Companhia, residente no Rio de Janeiro, hoje Estado da Guanabara, o que foi feito, porém até a data presente não devolveram a mesma; **que** tal demora, tem prejudicado sensivelmente os operários em seus direitos, e, estão passando necessidades; **que** de conformidade com a Lei nº.3.726, de 11 de fevereiro de 1960, que alerta os art.102 e 124, da Lei de Falências, “para absoluta prioridade aos créditos trabalhistas, desde que sejam por salários e indenização, sobre cuja legitimidade não houver dúvida”, deve-se dar direito a quem de fato possui, e no caso são os operários espoliados que foram e continuam sendo por patrões enescrupulosos; **que** a situação é precária e o único bem de valor existente na mesma, que, vendido poderá pagar aos operários credores, é um MOTOR DE FABRICAÇÃO INGLESA, marca RUSTON, de 750 HP, o qual, por sinal acha-se hipotecado, vai, segundo informações fidedignas, ser vendido por milhões a terceiros, e, o resultado da transação será os Diretores levarem todo dinheiro, sem se preocuparem com os miseráveis empregados.²⁴⁴

Em 26 de março de 1962, no salão de audiências da Prefeitura Municipal de Penedo, é chegado o momento para a assinatura do Termo de Conciliação entre as partes. Abertos os trabalhos, o Juiz de direito passou então a palavra ao advogado da fábrica que, nas preliminares, veio a requer o arquivamento da reclamação com base em três situações previstas na CLT, sendo elas: a) dos operários que não se fizeram presentes pessoalmente na audiência (art.843); dos operários que se fizeram representar legalmente pelo presidente da entidade e não pelo sindicato na forma de pessoa jurídica (art. 843); dos operários que se beneficiaram por cinco anos ininterruptos de auxílio em órgão previdenciário (I.A.P.I.). Ficou

²⁴² As seguintes informações faziam parte desta relação: “C.P. Série – Tempo de serviço – Valor da Indenização”.

²⁴³ ACERVO DO FORUM DE PENEDO. Processo nº 630. Penedo, 30 ago. 1958, p.2.

²⁴⁴ ACERVO DO FORUM DE PENEDO. Processo nº 630. Penedo, 15 jan. 1958, p.17 (grifos do autor).

interditado o reclamo de qualquer reparação legal em razão ao seu contrato de trabalho, sendo a responsabilidade transferida para o instituto de previdência em que o operário obteve os benefícios (por decisão do Tribunal Superior do Trabalho). Talvez esta última cláusula de exclusão ajude a compreender o “marasmo” pela qual enfrentou o processo, sob a “guarda” da Justiça, tendo em vista casos como o da personagem Ernestina que, por receber benefício de um instituto de previdência, teria de reivindicar seus direitos em outras instituições.

Na sequência de exposição dos advogados, caso as preliminares não fossem suficientes para o arquivamento da ação, a defesa solicitava que a ação fosse julgada improcedente pelos motivos que passou a apresentar.

Que em fase da crise econômico-financeira que abalou a estrutura industrial brasileira, sobretudo as empresas situadas no Nordeste e a falta também de financiamento e eletrificação que pudessem tornar o produto menos oneroso ao produtor, a Reclamada, como tantas outras congêneres no Nordeste foi forçada, por motivo alheio a sua vontade a cerrar as suas atividades, se bem que assim admitisse provisoriamente dado que a disposição da Empresa como ainda hoje ocorre é reabrir suas portas logo obtenha os necessários recursos para isso, que assim a Empresa reclamada cessou suas atividades por motivo de força maior, e quando tal ocorre não foi por imprevidência de seus Diretores e acionistas.²⁴⁵

Como se pode perceber ficaram expostas nesse processo as posições das partes envolvidas, o que de alguma forma permitiu reconstituir uma situação histórica a qual envolvia, nesse litígio, a negociação sobre a disponibilidade temporal de operários têxteis ao terem vendido sua força de trabalho mediante o instrumento jurídico característico das relações de trabalho assalariadas – o contrato de trabalho. Todo este arcabouço jurídico que as leis trabalhistas representaram nesse processo permitiu que a categoria, ainda que em posição mais vulnerável, buscasse garantir os direitos que lhe era devido. Por sua vez, características como o ciclo semanal de pagamento de salários, a medida do trabalho em unidade-hora, juntamente com os ritmos e as rotinas de trabalho narrados em outros capítulos ajudaram na configuração de uma forma específica de articulação entre tempo de trabalho, conteúdo do trabalho e demais responsabilidades pessoais e familiares, enquanto disponibilidade temporal que caracterizava os operários têxteis. O rompimento desses contratos de trabalho significou mais que a perda da fonte de renda de centenas de famílias, mas, talvez, a desestruturação das normais temporais do trabalho que organizavam esse modo de vida construído por gerações através de sua forma específica de morar, de se vestir e se alimentar, enfim, de enfrentar a experiência do tempo a seu modo.

²⁴⁵ ACERVO DO FORUM DE PENEDO. Processo nº 630. Penedo, 26 mar. 1958, p.25.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Esta tese teve como problema central de pesquisa o processo de construção social da qualificação. O seu objetivo foi compreender como esse processo se desenvolveu, mediado por relações entre modos de vida e formação, a partir das experiências de trabalhadores(as) de Penedo, Alagoas (1957 – 1963). Cumpre, como considerações finais, recuperar os pressupostos teóricos que orientaram o seu desenvolvimento, revisar as condições empíricas da pesquisa e, por fim, tecer apontamentos gerais sobre o trabalho.

O primeiro pressuposto desta tese foi reconhecer que o debate sobre a qualificação esteve por vezes marcado por abordagens insuficientes – e mesmo simplistas - para compreender um fenômeno complexo, multidimensional e polissêmico. Talvez esta tenha sido uma das razões para que esta problemática tenha permanecido indefinida e inconclusa nos estudos da sociologia e da economia dos anos 70 e 80. Não obstante, estes debates geraram interpretações sobre certas relações entre inovações tecnológicas, formas de organização do trabalho e condições do mercado de trabalho que, em formas diferenciadas, contribuíram para a pesquisa das qualificações do trabalho (ENGUITA, 1992).

A partir dessa constatação, o segundo pressuposto foi o entendimento de que a qualificação não pode ser considerada uma “coisa” que ganharia ou perderia substância. A qualificação foi compreendida como uma apreciação social do valor dos trabalhos (NAVILLE, 1956). Qualquer análise da qualificação desconectada da estrutura econômica, da escolarização e, mais amplamente, dos modos de vida, não daria conta da qualificação como um processo de socialização de relações sociais que valoriza através do trabalho gerações diferentes de capital (ALALUF, 1986).

Sendo assim, o terceiro pressuposto versou sobre as condições teóricas de apreensão deste processo histórico, não em função de informações suscetíveis de medições quantitativas, mas como as relações entre modos de vida e formação foram vividas e sentidas por homens, mulheres e grupos enquanto suporte material para a produção de relações sociais que tencionaram a construção social da qualificação (THOMPSON, 1988).

Por fim, o quarto pressuposto faz pensar que, tal como a qualificação, as disponibilidades temporais para o trabalho tiveram um papel importante na configuração dos mercados de trabalho existentes na sociedade penedense. Como resultado do processo de modificação das normas temporais do trabalho, elas contribuíram decididamente para a produção de experiências sócio-temporais específicas de grupos profissionais em seus modos de vida (MARTINEZ, 2010).

A operacionalização dessa abordagem qualitativa do processo histórico de construção social da qualificação mobilizou esforços em termos de coleta e sistematização de materiais empíricos obtidos através de pesquisa documental e de pesquisa de campo. Quanto à pesquisa documental, essa perspectiva implicou na localização de fragmentos de diversas naturezas em acervos públicos e privados. A escassa existência de fontes documentais pertinentes às experiências individuais e coletivas de trabalhadores, nesse aspecto, corroborou para uma inversão no sentido da narrativa das mudanças em direção à fontes produzidas por outros grupos sociais, como recurso heurístico. O volume de informações gerado e a relativa variedade dos materiais impôs um trabalho de classificação por categorias temáticas a fim de reconstituir, ao menos em parte, as mudanças que se operaram no período histórico delimitado.

Em relação à pesquisa de campo, o procedimento de observação direta favoreceu a localização de informantes qualificados que complementaram, através de entrevistas, os materiais coletados pela pesquisa documental. Para auxiliar nessa localização, o pesquisador fez uso de relações de proximidade estabelecidas durante o período de seu domicílio no município. Os depoimentos coletados por meio de entrevista não-estruturada, de modalidade não dirigida, geraram um farto repertório de narrativas de experiências de personagens masculinas e femininas, em média com 81 anos de idade, em termos de socialização. O tratamento analítico se deu em três momentos, sempre reflexivos, caracterizados pela escuta atenta, pela leitura minuciosa e pela identificação de recorrências nas narrativas dos entrevistados em relação às dimensões propostas para condução das entrevistas (trabalho, educação e modo de vida). As narrativas foram agrupadas em dois conjuntos. Estas duas categorias de experiências em termos de socialização foram entendidas enquanto expressões de processos de qualificação diferenciados. Esse tratamento buscou explorar, nas experiências dessas personagens, suas escolhas termos de valores, interesses e expectativas - expressões diferenciadas de qualificação em função de situações e relações produtivas que esses indivíduos vivenciaram em sua socialização.

Descritos os pressupostos teóricos e as condições empíricas para a pesquisa, o estudo da construção social da qualificação em seu processo histórico se estruturou em dois planos de análise e exposição. Em um destes plano se focou os esforços de mudança promovidos por certos grupos da sociedade penedense na tentativa de realizar sua transição para a cultura que surgia com o progresso da produção social no capitalismo. No outro plano foram investigadas experiências individuais e coletivas para se compreender como as relações entre modos de

vida e formação se expressaram na qualificação de trabalhadores(as) por meio de formas diferenciadas de socialização

Na década de cinquenta do século 20, no município de Penedo, desenvolveu-se um expressivo movimento de renovação institucional, econômico e cultural com implicações para os diferentes grupos sociais de sua população. Os impactos mais significativos dessas alterações foram sentidos nas condições gerais de produção com a reestruturação dos equipamentos coletivos de consumo em conexão com o processo produtivo. Nesses termos, tratou-se de uma manifestação peculiar de reformação das formas de viver, de trabalhar e de se comportar do conjunto de sua população, visando instituir novos parâmetros de socialização para o conjunto da sociedade. Um empreendimento em torno do qual se mobilizaram valores, interesses e expectativas que gradualmente criaram condições para uma maior identificação dos diferentes grupos sociais em termos de classes.

Sob essas circunstâncias, uma redefinição dos critérios de apreciação social do valor diferencial dos trabalhos - da qualificação - se desenvolveu por meio de um movimento de desestabilização de relações sociais resultante das mudanças observadas em aspectos cruciais da vida material do município. A configuração institucional, econômica e cultural que resultou dessas mudanças se mostrou insuficiente, no entanto, para realizar uma completa reestruturação das relações sociais decorrentes desse processo histórico. A desigualdade de acesso que seguiu caracterizando a oferta de serviços públicos após essas transformações significou para certos grupos sociais, por esse viés, a mobilização de recursos em termos de valores, interesses e expectativas para disputar também a definição dos critérios da qualificação com base em formas de socialização e expressões culturais alternativas.

As análises do conjunto de depoimentos sinalizaram a ocorrência de duas formas recorrentes de socialização nas experiências narradas pelas personagens. Essas formas de socialização produziram expressões diferenciadas de qualificação mediadas por relações entre os modos de vida e as alternativas formativas existentes. Recuperando a totalidade do fenômeno estudado, essas formas de socialização produziram relações sociais que sustentaram processos concomitantes de qualificação, sendo a sua coexistência, a evidência de um modo de regular socialmente a inserção, ainda que subordinada, desses grupos sociais aos mercados de trabalho local e à sociedade em geral.

Tal como esta evidência, a reestruturação dos hábitos de trabalho que significou a modificação das normais temporais foi outro elemento importante para a instalação gradativa de novas relações sociais nestes mercados de trabalhos. A construção de uma nova concepção temporal na sociedade se impunha e a questão da medida do trabalho pelo tempo

progressivamente se tornou algo central nas relações de trabalho. Como expressões culturais da base material da produção dessa sociedade, tais temporalidades do trabalho exerceram determinações sobre as experiências de indivíduos e de grupos ações normativas diferenciadas.

No contexto da sociedade salarial que foi se construindo em Penedo, os quadros temporais da vida social foram se articulando por meio de inter-relações cada vez mais estreitas entre diferentes temporalidades de trabalho. O tempo linear e sua medida foi se tornando fundamental para a expansão de uma nova relação social de subordinação – o emprego. Enquanto isto, outras expressões do trabalho persistiam com a produção de disponibilidades temporais de características específicas, conforme as situações laborais e o espaço social onde se desenrolavam. Tal foi a equação temporal que cada indivíduo foi chamado a resolver na encruzilhada de uma pluralidade de tempos sociais que conferiu significado ao tempo contido nos diferentes modos de vida dos grupos sociais.

A partir desta perspectiva, três categorias profissionais existentes na sociedade penedense e seus mercados de trabalho foram investigadas – os comerciários, os trabalhadores rurais e os operários têxteis. As narrativas foram construídas com apoio de materiais coletados através de pesquisa documental e de campo. Elas procuraram reconstituir as especificidades que caracterizavam tais mercados de trabalho, atentando para os interesses e conflitos quanto à definição das disponibilidades de tempo contidas nos modos de vida diferenciados dos grupos sociais.

Sobre a primeira categoria profissional, exploraram-se as negociações que se tornaram alvo de intenso debate social em torno da proposta de modificação do funcionamento do comércio aos sábados com a implantação da chamada “Semana Inglesa”. Tratou-se de uma negociação que mobilizou comerciantes e comerciários em favor de seus interesses sobre a adequação das rotinas de trabalho de dezenas de estabelecimentos comerciais e sua inter-relação com outras temporalidades sociais que se entrecruzavam por ocasião da feira semanal.

Sobre a categoria profissional designada por “matutos”, procurou-se demonstrar que a inexistência de um marco jurídico regulatório nesse mercado de trabalho inviabilizou a possibilidade de negociação da disponibilidade temporal em favor dos trabalhadores rurais. Para esses indivíduos, tal condição adversa de negociação acerca de sua experiência temporal implicava na existência de situações laborais degradantes em vastas áreas do território nacional. Apesar disso, tentou-se mostrar que ramos de trabalho como a pesca ofereciam margens de manobra para a construção de uma disponibilidade temporal mais favorável entre

o trabalho e o restante dos compromissos pessoais e familiares, ainda que subordinados a certas regulamentações da categoria.

Por fim, sobre os operários têxteis, a reconstituição da narrativa se ateve ao conflito trabalhista que envolveu a falência da principal fábrica de tecidos de Penedo. Este evento trouxe para o centro do debate a medida do tempo como fundamento para a expansão do assalariamento no ramo têxtil da região franciscana. No limite, este episódio discutiu a desestruturação de uma experiência coletiva de negociação da disponibilidade temporal que teve por base um marco jurídico consolidado para os padrões da época. A experiência do desemprego vivida ao seu modo por centenas de famílias operárias têxteis evidenciou, por sua vez, a ruptura de uma temporalidade social produtora de relações sociais específicas neste mercado de trabalho.

Personagens esses cada vez mais históricos, naquela conjuntura, porque vão percebendo a década de 50 como uma possibilidade de transformação, isto é, a chance de ter sua qualificação muito mais reconhecida, até pela instituição escolar que lhe serve de apresentadora de suas credenciais, e que qualifica positivamente e valoriza o trabalho. Um processo que cria, paradoxalmente, uma situação que desqualifica, desvaloriza o trabalho, para os indivíduos com mais dificuldade em acessar a escola. Uma situação em que para esses indivíduos torna-se ainda mais fundamental sua união enquanto grupo para sua projeção enquanto classe - dado que o espaço escolar não é para essa “categoria” de pessoas, para lutar socialmente pela valorização do trabalho daqueles que são apenas trabalhadores, mas são tudo como trabalhadores.

Essa perspectiva histórica do processo de construção social da qualificação em Penedo, entre as décadas de 50 e 60, mostra-se pertinente também na atualidade para se pensar os movimentos que visam extirpar direitos sociais conquistados na experiência histórica da classe trabalhadora. A ofensiva contra o trabalhador no sentido da flexibilização das relações de trabalho, por exemplo, sinaliza a recriação de relações sociais de exploração suspostamente superadas na legislação brasileira. Como se observou nesta tese, em outro tempo histórico, ela reedita formas de socialização onde a mobilidade, a precariedade e a instabilidade eram as marcas do trabalho e dos modos de vida entre as classes trabalhadoras na implantação do assalariamento no Brasil.

Paradoxalmente, a enorme desigualdade entre regiões e localidades brasileiras sinaliza para uma variabilidade surpreendente de expressões do trabalho e modos de vida que colocam em suspenso a pretensa homogeneidade dessa experiência histórica. Em Alagoas, nem mesmo os sessenta anos que separam este estudo e os dias atuais parecem ter sido suficientes para

superar certas relações sociais de dominação. Contudo, a partir da perspectiva lançada por Pierre Naville e Mateo Alaluf, ao invés de ver nesses movimentos de permanência e transformação de relações sociais, a incompletude ou o enfraquecimento da classe trabalhadora, é possível pensar que a instabilidade que define o trabalho no capitalismo é a condição mesma para o fazer-se classe dos trabalhadores brasileiros, mesmo porque a “consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Como disse Alaluf (1986), “para tratar uma noção complexa como a “qualificação” e estudar relações entre formação e emprego, é preciso não somente reunir dados, mas elaborar um conjunto de condições de pesquisa e de processamento de dados teoricamente fundados. Esta teoria não pode, por sua vez, servir de procedimento empírico sem o imobilizar, senão na medida em que ela é igualmente questionada por esse” (ALALUF, 1986, p.319). Dito isto, o exercício desse referencial teórico e metodológico enriqueceu o repertório de ferramentas para compreender os fenômenos que estreitam as relações entre trabalho-educação e modo de vida. As contribuições desta tese devem ser somente o ponto de partida para o questionamento de seus pressupostos e escolhas em novas pesquisas que poderão confrontar os seus resultados.

FONTES

Fontes disponíveis *on-line*:

ABC das Alagoas. Disponível em:
<http://abcdasalagoas.com.br>. Acesso em: 10.04.2018.

Biblioteca Eletrônica da Câmara Federal. Projeto de Lei 1.445-A. Brasília, 1960.

Acervo Associação Comercial de Penedo

Relatório apresentado à Assembleia Geral. Maceió, 1939.

Boletim interno. Edições nº30, 31 32, 35, 36, 37.

Caixas: Ofícios recebidos. 1960 e 1963.

Acervo do Fórum do Penedo:

Processo nº 412, Comarca de Penedo, Reclamante: Sindicato dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem de Penedo, 1958. Documento digitalizado.

Processo nº 630, Comarca de Penedo, Reclamante: Sindicato dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem de Penedo, 1958. Documento digitalizado.

Acervo Fundação Casa do Penedo

Jornal de Penedo, todos exemplares disponibilizados entre as edições 518 e 1036.

Arquivo Público de Alagoas

Caixas: Acervo Público de Alagoas. Documentos diversos, Números 155, 321, 351, 506, 610, 803, 841, 893, 1422, 1503, 1507, 1701, 1825, 1997, 2008.

Obras: Acervo Público de Alagoas. Números 86, 209, 270, 294, 398, 408, 445, 590, 741, 853, 1092.

Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Penedo

Caixas: Câmara Municipal de Vereadores de Penedo. Projetos de Lei e Leis aprovadas. Documentos existentes entre nº187/54 e 613/63, entre 1954 e 1963.

9ª Gerência Regional de Ensino

Histórico das escolas.

Livros de ata. Escola Gabino Besouro, 1931-71, 1962-1970, 1973.

Hemeroteca digital - Biblioteca Nacional:

Relatórios dos Presidentes dos estados brasileiros (AL). Anos 1897, 1898, 1922, 1924, 1925, 1926, 1930.

Uma aula em Penedo. O monitor. Penedo, 4 jan. 1909, p. 1-2.

Externato brandão. O monitor. Penedo, 4 jan. 1909, p. 6.

Collegio 11 de janeiro. O luctador. Penedo, 27 mar. 1908, p.5.

Melhoramentos III. A Semana. Penedo, 19 set. 1909, p.1.

Decreto Monstruoso. O luctador. Penedo, 14 jun. 1913, p.1.

Instrução Pública. O luctador. Penedo, 14 jun. 1913, p.1.

Grupos Escolares. Revista de Ensino. Maceió, mar/abr 1927, Ano 1, nº 2, p. 21-22.

Instituto “Gabino Besouro”. Revista de Ensino. Maceió, set./dec. 1930, Ano 4, nº 22, p. 63-64.

Decreto nº 1428. Revista de Ensino. Maceió, jan. 1931, Ano 5, nº 23, p. 44.

Revista de Ensino. Maceió, jan. 1931, Ano 5, nº 23, p. 52.

Escola Normal Rural de Penedo. Jornal de Penedo. Penedo, 23 out. 1949, p.1.

Lembrando o bondoso pastor. Jornal de Penedo. Penedo, 23 out. 1949, p.2.

A Escola do Outeiro. Jornal de Penedo. Penedo, 18 set. 1949, p.1.

Mais uma grande obra do deputado Freitas Cavalcanti. Jornal de Penedo. Penedo, 8 jan. 1950, p.1-4.

Um ginásio em Arapiraca. Jornal de Penedo. Penedo, 26 fev. 1950, p.1.

REFERENCIAS

ALALUF, Mateo. **Le temps du labeur**: formation, emploi et qualification en sociologie du travail. Bruxelles: Editions de l'Université Libre de Bruxelles, 1986. Tradução livre de Álvaro Fernandes Ribeiro Neto.

ALALUF, Mateo. Le travail du temps. In: TERSSAC; TREMPLOY. **Où va le temps de travail**. Octares: Toulouse, 2000.

ALALUF, Mateo. Parecer concernente à tese de Rafael Denes Arruda. Bruxelles, 2018.

BATALHA, Cláudio H. de M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; Oliveira, Marcus Aurélio Tabora de. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOUDON, Raymond. **La logique du social**. Paris: Hachette, 1979.

BOUDON, Raymond. **La place du desordre**. Paris: PUF, 1982.

BOUDON, Raymond. **Effets pervers et ordre social**. Paris: PUF, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. Genebra: Librairie Droz, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, v.14, n.26, 2009.

COSTA, João Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931. (Versão Eletrônica)

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **L'Acteur et le système**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

DE MELLO, Flavio Miguez. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI**:

- cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.
- D'INCAO, Maria Angela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 4 (1-2), p.95-109, 1992.
- ENGUIITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ENGUIITA, Mariano Fernandez. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ESTADO DE ALAGOAS. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Alagoas e seus municípios**. 2 ed. Maceió: Imprensa oficial, 1952.
- GODARD, FRANCIS. Introduction – Le sens d'un travail collectif. In: RÉSEAU MODES DE VIE. **Approches sociologiques des modes de vie** – débats en cours, Paris, CNRS, 1981.
- GODARD, Francis. De la notion de besoin au concept de pratique de classe. **La Pensée**, 166, dez, p. 81-108, 1972.
- GODARD, Francis. Classes sociales et modes de consommation. **La Pensée**, 180, mar./abr. p. 140-163, 1975.
- GODARD, Francis. Modes de vie et espaces sociaux. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 1(3), p112-141, 1977.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOMES, Antônio Osmar. **A greve**. Editora Valverde: Rio de Janeiro, 1945.
- GUERRA, Isabel. Modos de vida – novos percursos e novos conceitos. **SOCIOLOGIA – PROBLEMAS E PRÁTICAS**, nº 13, p. 59-74, 1993.
- HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 31, p. 3-5, 1991.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 4 (1-2), p.111-131, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LACASCADE, Jean-Louis. Reemergences Actuelles du theme des modes de vie. In: RÉSEAU MODES DE VIE. **Approches sociologiques des modes de vie** – débats en cours, Paris, CNRS, 1981.
- LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, (16), fev. 1998.
- LESSA, Golbery Luiz. Trama da memória, urdidura do tempo – Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. In: TENÓRIO, Douglas Apratto e LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE em coedição com EDUFAL, 2013, p.97-184.

- LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe** na “cidade das chaminés”. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite et. ali. **Cultura & identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / São Paulo: Marco Zero.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: EDUFAL, 2009.
- MAGRI, Suzanna. Reemergences Actuelles du theme des modes de vie. In: RÉSEAU MODES DE VIE. **Approches sociologiques des modes de vie – débats en cours**, Paris, CNRS, 1981.
- MARTINEZ, Esteban Garcia. **Les salariés à l'épreuve de la flexibilité**. Bruxelas: Editions de L'Université de Bruxelles, 2010.
- MENDRAS, Henri; FORSÉ, Michel. **Le changement social**. Tendances et paradigmes. Paris: Armand Colin, 1983.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas**: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961). Tese (Doutorado em história) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- NAVILLE, Pierre. **Essai sur la qualification du travail**. Paris: Rivière, 1956. Tradução livre de Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce (mimeo).
- NAVILLE, Pierre. Le nouveau léviathan 1: de l'aliénation à la jouissance - la genese de la sociologie du travail chez Marx et Engels. Paris: éditions Anthopos, 1970.
- NEGRO, Antonio Luigi ; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, 2006.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida “Os justiceiros”. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 4 (1-2), p.43-52, 1992.
- FRIEDMANN, George; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix, vol. I e II, 1973.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas

sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Emir; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária – os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.3, nº 6, 1983.

PAOLI, Maria Célia. A família operária – notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 4 (1-2), p.17-41, 1992.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. História social do trabalho e história do trabalho: uma relação frutuosa para a análise histórica. **3º Seminário Internacional Mundos do Trabalho/VII Jornada Nacional de História do Trabalho**. Salvador, UNEB, novembro 2014.

PINÇON, Michel. **Besoin et habitus**. Paris: CSU, 1978.

PINÇON, Michel. L'aport des travaux de Pierre Bourdieu a une sociologia des modes de vie. In: RÉSEAU MODES DE VIE. **Approches sociologiques des modes de vie – débats en cours**, Paris, CNRS, 1981.

RÉSEAU MODES DE VIE. **Approches sociologiques des modes de vie – débats en cours**, Paris, CNRS, 1981.

REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Jorge Alberto Ribeiro. **Pocos, buenos, bien tratados y pagados: el mercado interno de trabajo en el sector eléctrico español, 1953-1985**. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) - Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2000.

TARTUCE, Gisela, Lobo Baptista Pereira. **O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”?** Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em alagoas no segundo reinado**. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TELLES, Vera da Silva. Conclusão do relatório preliminar de pesquisa sobre modo e condição de vida – uma análise da desigualdade na Região Metropolitana da Grande São Paulo. São Paulo: CEDEC/DIEESE, (mimeo), 1987.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas Classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 4 (1-2), p.53-93, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Le Retour de l'acteur**, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria: um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (3 vol.).

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Negro, A. L. e Silva, S. (org.). Campinas: Unicamp, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida**. Lisboa: Edições Antidoto, 1979.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEINSTEIN, Barbara. (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez Editora / Bragança Paulista: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

APENDICE A - PROTOCOLO DE PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA:

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA QUALIFICAÇÃO: EXPERIÊNCIAS QUALIFICADORAS DE TRABALHADORES(AS) EM PENEDO, ALAGOAS

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Por meio deste instrumento afirmo o meu consentimento livre e esclarecido de participar nesta pesquisa na condição de entrevistado.

A entrevista será gravada, ou quando impossibilitada, manuscrita. A investigação tem como objetivo compreender como se desenvolveu o processo de construção social de qualificação, mediado por relações entre modos de vida e formação, a partir das experiências de trabalhadores(as) de Penedo.

O aluno Rafael Denes Arruda, doutorando em questão, esclareceu-me dos objetivos desta investigação e da minha participação na condição de entrevistado. Garantiu-me respeitar minha opinião autônoma, bem como, guardar sigilo dos dados que considere confidenciais, explicitados por mim na entrevista, assegurando a minha privacidade.

Nome:

Assinatura :

Endereço:

Data da entrevista: